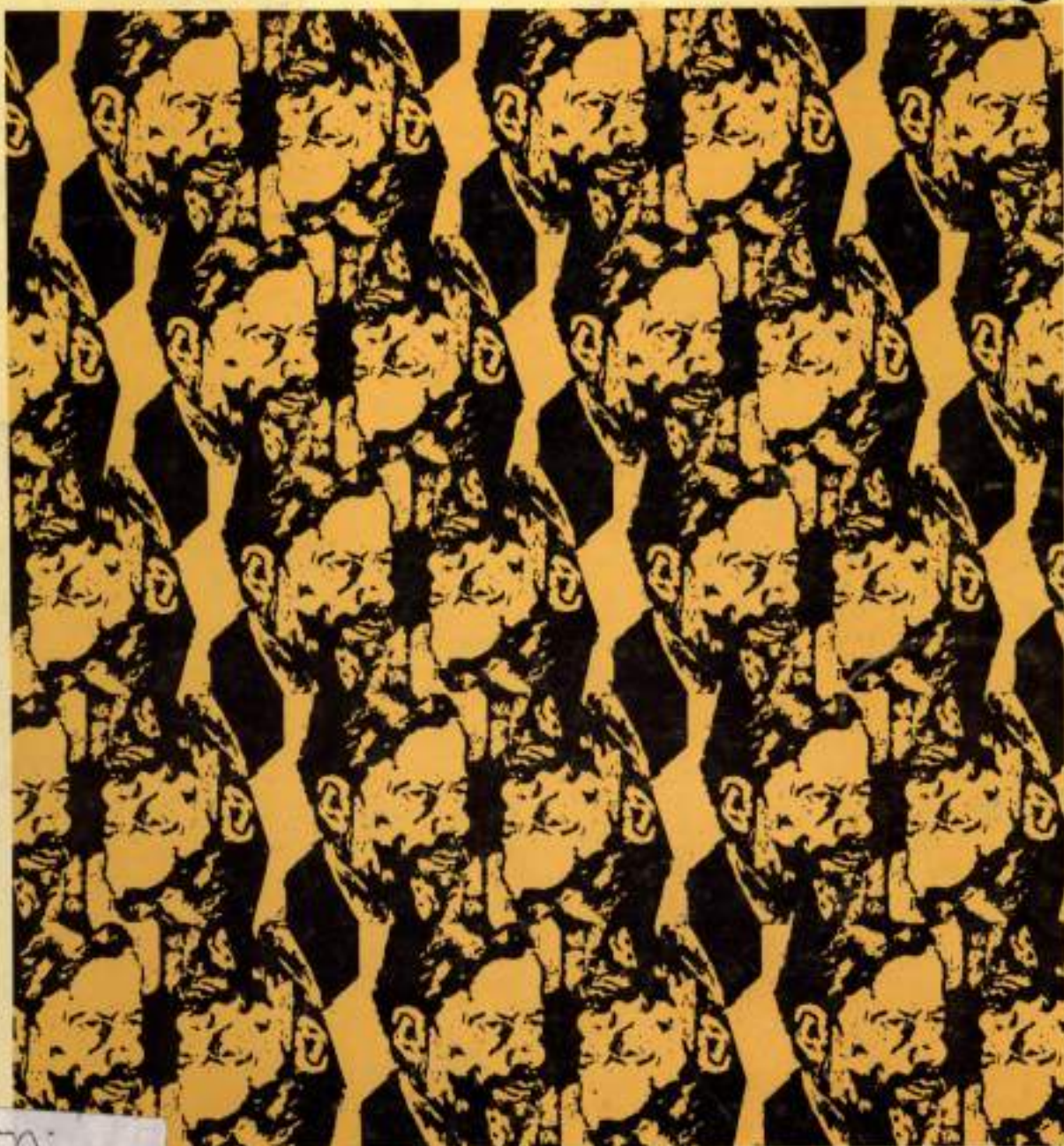


Humanidades

26



MAX WEBER

7
26

Edunb últimos lançamentos EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Desde a criação do Estado italiano em 1861, três fases marcaram as relações com o Brasil: o encontro dos homens, promovido pela imigração de massa no final do século XIX, o progresso do diálogo, do conhecimento mútuo e das divergências, no período entreguerras, e a moderna cooperação que se buscou a partir de 1949.

Essas relações bilaterais evidenciaram a evolução dispar que ambos os países apresentaram quanto ao modo de inserção internacional. Enquanto o Brasil encaminhava de forma lenta e retardada sua própria modernização, a Itália vencida a pobreza, fortalecia sua base de autonomia e partia para a competição. Os descompassos históricos e suas respectivas matrizes de conduta foram objeto das investigações do autor.

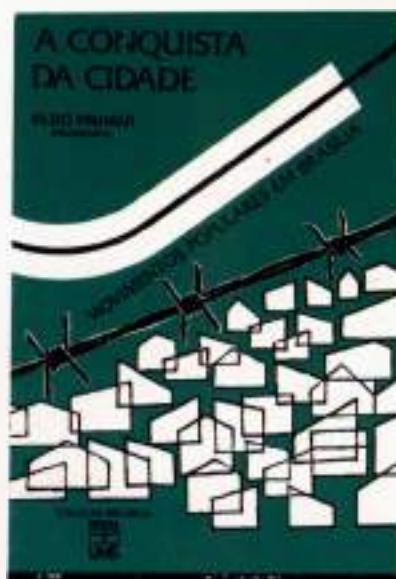


Economia e sociedade de Max Weber é o grande clássico das ciências sociais no século XX. Nenhum sociólogo, nenhum cientista político, nenhum historiador, nenhum jurista, nenhum economista que se preze pode ignorar esta obra fundamental.

Pura esta edição foi utilizada a quinta edição alemã, que se apresenta como praticamente definitiva mediante a incorporação dos resultados de várias décadas de trabalho de pesquisa de fontes, de crítica dos textos e de análise do pensamento weberiano.

No caso brasileiro, portanto, diversamente do que ocorreu no México, não se trata de abrir caminho para as etapas pioneiras da pesquisa, mas de colocar a obra de Weber à disposição de um público já interessado e crescente.

Esta edição em língua portuguesa, assim como a quinta edição alemã, será composta de três volumes, o último dos quais conterá as notas explicativas coligidas por Johannes Winckelmann.



A presente coletânea, tanto quanto as três já organizadas na Universidade de Brasília, faz avançar o conhecimento do processo de urbanização no Distrito Federal, sobretudo em termos de estudo de caso. Esta é uma abordagem inter e multidisciplinar de certos aspectos da organização intra-urbana, onde são encontradas duas preocupações: uma, presa à urbanização; outra, aos movimentos sociais urbanos. Na primeira, cinco contribuições resgatam a visão histórica e geográfica, percorrendo os acampamentos e a lógica de Brasília como "grande projeto" e/ou canteiro de obras, onde a habitação serviu para segregar, controlar e cooptar as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo que privilegiou setores empresariais específicos, sobretudo os dos ramos imobiliários. A segregação "planejada" foi se reproduzindo com a especialização da cidade, sob o formato de núcleos múltiplos. A cada "nova" cidade-satélite a Capital Federal se tornava social e espacialmente menos igualitária: os ricos morando no centro ou próximo a ele, sendo beneficiados pelas melhores condições de trabalho, de infra-estrutura e de serviços urbanos, tornando-se o locus da eluziação da cidade, os pobres, disseminados na periferia, onde as condições de trabalho são reduzidas, os equipamentos públicos são ainda precários, com necessidade de deslocamentos pendulares diários que impõem enormes sacrifícios à população periférica (cerca de dois terços do total populacional).

316 EDITORIAL

317 MAX WEBER E O CALEIDOSCÓPIO
Rolando Lazarte

330 A ENCRUZILHADA DE ECONOMIA E SOCIEDADE
Vamireh Chacon

**349 HISTÓRIA OU FIÇÃO:
O PÓS-MODERNO EM PÔRIS ANGFLICAI DE MANUEL PUIG**
Cristine F. de Mattos

**354 A QUESTÃO DA HEGEMONIA MUNDIAL
NO CENÁRIO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 90**
Nielsen de Paula Pires e Gustavo Castro

**369 DA ESCOLA EM PRETO E BRANCO À ESCOLA COLORIDA,
O LUGAR DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**
José Gonçalves Gondra

*A revista QUATROQUÊS é uma publicação da Editora
Universitária de Brasília*

Editor: Thelma Rosane Pereira de Souza
Conselho Editorial: Ana Maria Fernandes, Emanuel
Glicério de Araújo, José Geraldo de Sousa Junior,
Luiz Ricardo Libório, Paulo César Costa Abrantes,
Victor Pires de Barros e Zaqueu

Edição de texto e revisão: Serviço de Editoração da
Editora Universitária de Brasília

Direção de Arte: Plamegerson Viana e José Figuei-
ra; Ilustrações: Fernando G. G. G.

Secretaria Gráfica: Antônio Batista Filho e Elmano
Rodrigues Pinheiro

Cadastro de Assinaturas: Terezinha Gomes de Oli-
veira e Gilmar Castro de Sousa
Preço: Cr\$ 25.000,00 por exemplar quinquenal

Cr\$ 500,00 por exemplar quinquenal

Endereço: Avenida HUNPMIDAVES - Editora Universi-
tária de Brasília, Campus Universitário - 70600-
Brasília, Distrito Federal, Brasil

Caixa Postal 043011
70600-000 Brasília, DF

Telefones: (061) 274-5262 e 274-5275
FAX: (061) 274-5252 Telex: (61) 1043 UNPES BR

Correspondência: Editor Quatroquês - Editor e Assessor
Editorial: Editor

Impressão
QUATROQUÊS EDITORA

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus
autores

Editora Universitária de Brasília - Rua dos Artistas,
10000-000 Brasília, DF

Universidade de Brasília: Av. dos Reis, 2000
Brasília, DF

373 VAN GOGH: CEM ANOS DE PRESENÇA
Nahman Armony

382 PARA PENSAR UMA NOVA MÚSICA
Fernando Lazarte

**389 ECONOMIA, VALORES HUMANOS
E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO**
Maurício Fleury Curado

**395 O MITO DO PODER E O PODER DO MITO
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
José Vicente Lessa

**402 AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DO CILNCIA E TECNOLOGIA
EM AGRAVOS ENDÊMICOS NO BRASIL**
Helena Rodrigues Correia Filho
Agustinho Gonçalves
Neusa Nunes da Silva e Gonçalves

411 FESTOS DO BANQUETE
Joaquim Brasil Fontes

414 PAINEL

CRISE OUTRA VEZ! APRENDENDO E ENSINANDO LIÇÕES



Capa: Rhein
Max Weber: pintura de Otto Neustadt,
reprodução de Kurt Schwitters, Heidelberg.

Toda crise que atinge a sociedade e suas instituições, produz, inevitavelmente, reflexos nas universidades. Quanto mais próxima ou identificada com a sociedade esteja a universidade, e quanto mais profunda seja a crise, mais diretos e intensos serão esses reflexos. E, não apenas nas questões políticas, administrativas ou financeiras, mas, também e principalmente, em questões de fundo acadêmico, nas quais as lesões são sempre mais extensas e duradouras. É fácil observar os efeitos danosos produzidos pela improbidade das elites dirigentes sobre os referenciais éticos de toda uma geração de jovens em processo de formação de seu intelecto e de seu caráter. Estes efeitos estendem-se, além disso, sobre o comportamento e demais valores de largas parcelas da sociedade, da qual faz parte a comunidade universitária, como um todo.

Mas, a Universidade, ao ser vitimada pelas crises, tem de ser, ao mesmo tempo, o último reduto de resistência a elas. É de esperar que nela se refugiem as últimas e principais reservas intelectuais e morais com que a sociedade pode contar, para reagir e superar as grandes crises que a atingem. Assim tem sido, em diversos momentos de nossa história. E, no dia que assim deixar de ser, a Universidade terá deixado de justificar sua própria existência, perante a sociedade que a mantém e nela confia. Ela é o habitat natural das forças e potenciais produtores de soluções inteligentes, responsáveis e — principalmente — dignas.

A sociedade brasileira dos dias presentes, combatida por amplo espectro de patologias sociais e morais, necessita, mais que nunca — desesperadamente —, do trabalho e da ação das suas instituições ainda sadias, entre as quais as universidades. Por sua vez, a saúde das universidades repousa, inexoravelmente, em suas reservas de decência e competência, comprováveis na conduta ética e intelectual de seus membros: professores, estudantes e funcionários. Sem esta condição as universidades não existirão. E sem as universidades a sociedade estará mais fraca e desvalida.

Para nós, brasileiros da UnB, a relevância do momento está, ainda mais, em que a presente crise — sem precedentes na vida pública brasileira — atinge-nos em plena celebração dos trinta anos de existência de nossa universidade. Mas, a coincidência da circunstância, ao invés de abater, faz é despertar as consciências, a honradez e o sentido de responsabilidade social do trabalho acadêmico. Afinal, crises não têm sido estranhas à existência da UnB em seus trinta anos, e não seria de esperar que losses outro seu modo de reagir. Foi através de crises sucessivas que se produziu o amadurecimento desta universidade, foi nelas que se demonstrou o denodo e a perseverança de sua comunidade e foi, também, com elas que se conquistaram as credenciais e a qualificação necessárias para ensinar e exigir dos jovens posturas compatíveis com as exigências de uma nação que se quer grande, feliz, digna e na qual valha a pena viver e trabalhar, para legar aos filhos, com orgulho.

ANTONIO IBÁÑEZ RUIZ
Reitor da Universidade de Brasília

MAX WEBER

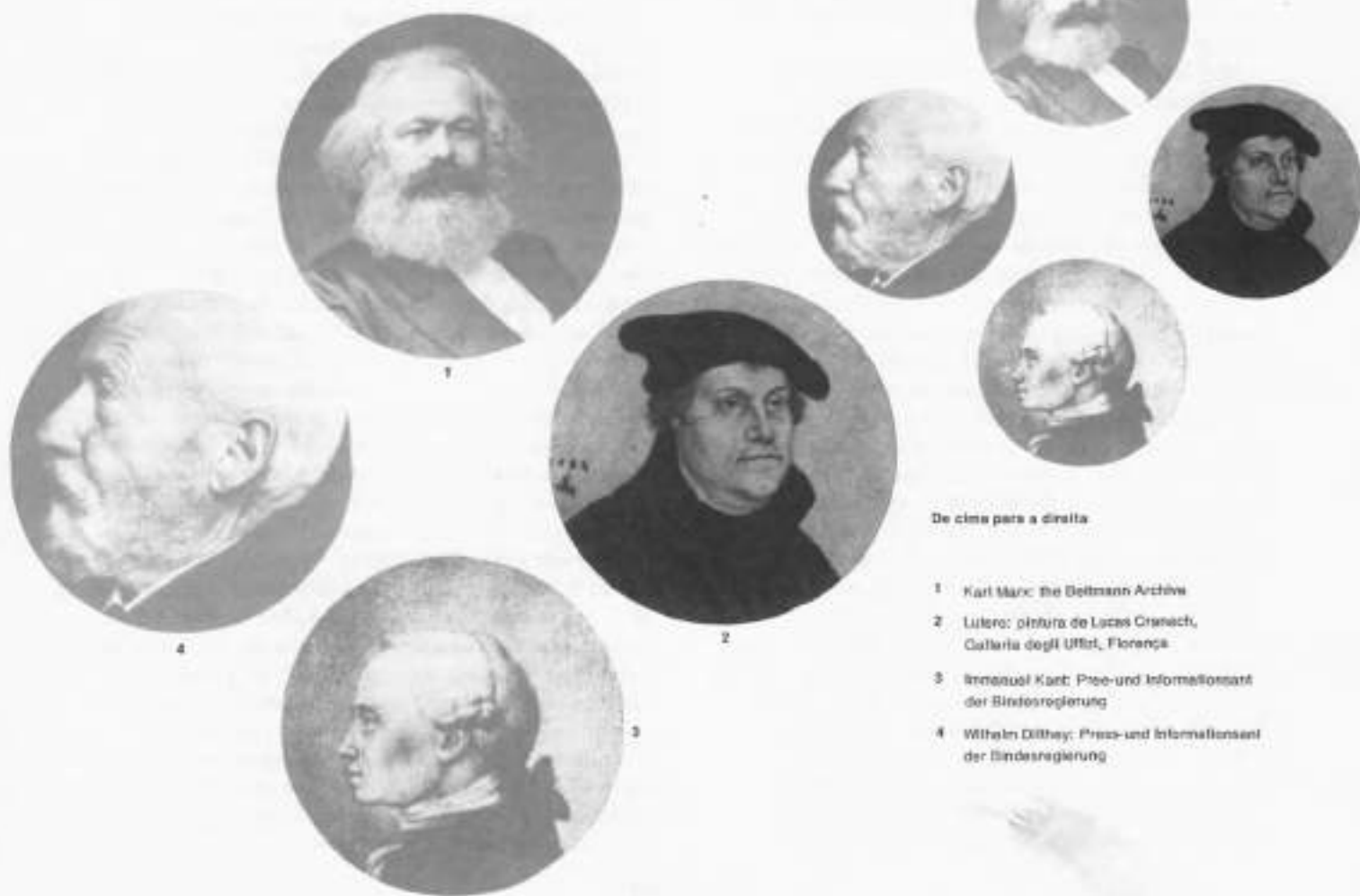
e o caleidoscópio

Rolando Lazarte

No final da década de 40 foi divulgada no Brasil a edição mexicana de *Economia e sociedade*.

Até o presente havia uma lacuna, finalmente preenchida pela Editora Universidade de Brasília que agora publica, em português, a obra de Max Weber.

Os dois textos que se seguem foram escritos para auxiliar os leitores a situar Max Weber em seu tempo e em seu espaço. São duas visões pessoais que ajudarão a melhor compreender o pensamento weberiano.



De cima para a direita

- 1 Karl Marx: the Bettmann Archive
- 2 Lutero: pintura de Lucas Cranach, Galleria degli Uffizi, Florença
- 3 Immanuel Kant: Preis- und Informationsent der Bundesregierung
- 4 Wilhelm Dilthey: Preis- und Informationsent der Bundesregierung

POR QUE VOLTAR A WEBER HOJE?

Este escrito quer atender a um velho desejo meu: penetrar na intimidade do modo de pensar de Max Weber, cuja sedução devo a um meu professor dos tempos de graduando na Universidad Nacional de Cuyo, que atende pelo nome de José Francisco Martín. Mas neste momento invoco a companhia não de exegetas do velho sábio alemão, mas dos demônios que o acossaram. E se tenho o atrevimento de abrir uma porta enferrujada que talvez apenas conduza a abandonados porões e olvidados fantasmas, nada terei perdido. O objetivo destas páginas não quer se deixar esmagar pela pressão das exigências de um texto acadêmico.¹ Desde C. Wright Mills² a Alain Touraine³, a sociologia tem se advertido a si própria⁴ sobre os perigos da institucionalização do saber. Por isso, peço a benevolência dos que me acompanharem por estes corredores do pensamento weberiano que quero percorrer. Prefiro a *surpresa do desconhecido*, mesmo com os riscos de tropeçar. Não vou em busca dessa *insossa sabedoria para a qual não há nada de novo sob o sol*.⁵

Nas margens (ou melhor, nas entrelinhas) das interpretações canônicas impostas nos círculos da academia⁶, lateja um outro Weber, bastante distante daquele que é possível conhecer quando se percorre o roteiro habitual no interior da sua obra. Provavelmente esse outro Weber, o que queremos rastrear aqui, gostaria de sair conosco neste passeio quicá um tanto anárquico, mas – esperamos – por isso mesmo mais interessante. Já foi dito que *a única forma de se assegurar o êxito acadêmico é não investigar problemas sérios*.⁷ Sobretudo, devia este texto a mim mesmo, após tantos anos de (afortunadamente) fracassadas tentativas de me anular, de deixar de ser quem sou⁸, para adotar formas de pensar, sentir e agir exigidas para ser aceito no seleto círculo dos sociólogos respeitados. Alegro-me saber que essa intransigência esteve presente, com força total, no espírito de Max Weber.⁹

Os rituais de admissão ao círculo desse *insosso saber* são conhecidos: deixa-te a ti mesmo e segue-me. Só que esse mundo desencantado, o mundo dos senhores e senhoras do saber, não oferece maiores atrativos, e isto todos nós sabemos. O cinza da teoria quer recobrir malignamente as cores da vida. E Weber nos mostra que não precisava ser desse jeito. Que se podia fazer ciência, trabalho racional, logicamente, sem que isso significasse assumir que a nossa visão é melhor que mais

verdadeira que as dos demais. Isto tanto no âmbito da ciência quanto fora dela.

Se a ironia do destino quer que estes anos de *democratização* no Brasil sejam cinza por serem coloridos, nem por isso devemos desistir de continuar a querer atravessar outros arcos-íris, sempre mais adiante, como dizia Gandhi no seu himno favorito, *Amável Luz*. Ou, como cantavam os Rolling Stones em *Ruby Tuesday/she's a Rainbow*:

*"She comes in colors in the air,
She combs her hair
'She's like a rainbow
(...)"
She just can't be changed
To a life where nothing's gained
and nothing's lost
at such a cost."*

Perseguir o xil, cantavam Lennon e McCartney nos anos 60. Qual era o xil de Max Weber? Ou melhor, quais foram os sóis de Weber? Todo o rodeio anterior se reduziu a um malabarismo pretensioso, sem que coelhinho algum brotasse após as prestidigitações até aqui executadas. No entanto, isso serviu-nos de preaquecimento. Quais são as bases fundamentais do pensamento weberiano? Sobre que princípios epistemológicos se constrói o multifacético edifício conceitual do autor? Apresentamos aqui uma reconstituição possível, que não é de todo inédita, mas que necessito fazer, para saber em que medida meu pensar percorreu de fato esses estranhos territórios. Em que medida o pensar de Weber acerca de coisas, como a realidade e o conhecimento, se deixa compreender dentro do meu próprio universo conceitual e significativo. Estas são as razões que me levam a chamar para o passeio os distintos passeantes que sucessivamente entram e saem na carunhada.

Parte do legado weberiano germinou em fecunda sociologia da religião¹⁰, bem como numa não menos incisiva teoria do conhecimento.¹¹ Fenomenólogos existenciais como Karl Jaspers¹² e sociais como Alfred Schütz¹³ reconheceram a influência – já que não se pode falar de *discipulato* – de Max Weber. Até há o que nos parece uma apropriação indebita do legado weberiano: a *Teoria da ação social*, de Talcott Parsons.¹⁴ Isto porque, no contexto do pensamento parsoniano, categorias como *valor* – centrais no pensamento weberiano – assumem significação tão distante da proposta por Weber – que nos parece inadequado ignorar essas diferenças sob o expediente da citação da "fonte" do conceito.

BILHETE DE PASSAGEM

Obviamente, não pretende-mos andar por *toda* o subsolo do pensamento do autor. Nosso prazer será a aventura ao redor de duas noções que perpassam toda a obra weberiana: as noções de *realidade* e do *conhecimento* que podemos ter sobre ela. É a velha pergunta filosófica (Que posso conhecer?)¹⁵ no seio da indagação científico-social. Que resposta deu Weber a esta indagação? Ou, o que é antecipar a nossa conjectura, que diferentes respostas elaborou o autor em distintos momentos do seu pensamento? Por sua recusa a construir um sistema conceitual/legal nos moldes de uma teoria ou doutrina, podemos esperar que os conceitos a ganharão aparências de forma variada e nem sempre mutuamente consistentes, como caberia se se tratasse de um autor amante da coerência e do espírito da unidade. O que me atrai em Weber é seu amor à diversidade, ao que não se repete, ao irregular, ao irracional.

Respeitar a historicidade dos conceitos, da forma e no lugar em que foram exprimidos parece-me um mínimo dever de honestidade para com o pensamento de Weber. Nas palavras de Clifford Geertz¹⁶, a polifonia da obra do autor oferece dificuldades para os ouvintes pouco acostumados a ela. A tendência é o de reduzir a *"orquestral complexidade e profunda harmonia"* do pensamento weberiano a uma ou duas das duas dimensões. Desta forma, acredita-se, ele seria mais acessível, dentro de critérios de massificação do ensino. Tentar uma sistematização que eliminasse as nuances, as leves variações de tom com que o artista espalhou sua alma pela tela, seria destruir a própria característica central do pensamento do autor, qual seja a sua natureza caleidoscópica, sempre a admitir novas e diferentes leituras. Seria uma desastrosa tentativa de fazer com Weber o que Matta Harnecker fez com Marx. E se nenhuma leitura pode deixar seus vieses pessoais e valorativos, o que não se

pode nem se deve fazer, sobretudo em pontos a respeito dos quais o autor se pronunciou expressamente, é livrá-lo dizer o que ele não disse.

Depois de todas estas ressalvas, já podemos ir chegando mais perto do ponto inicial de nosso passeio.

O RETORNO DE UMA VELHA PERGUNTA: O QUE POSSO CONHECER?

Por que me interessam os pressupostos ontológicos e cognoscitivos do pensamento de Max Weber? A pergunta sobre o que posso conhecer? tem despertado meu interesse de há muito tempo, nos seguintes sentidos: a) Pode o homem conhecer *toda* a realidade? Se apenas posso conhecer alguma parte dela, que parte é essa? e b) Posso conhecer a realidade tal como ela é, ou apenas tal como meu aparato perceptivo-interpretativo me permite? Estas perguntas, e muitas outras que a elas se associam, tinham como pano de fundo uma inquietação pessoal com o problema da verdade frente à multiplicidade de versões do real que andam circulando por aí. Um Deus ou muitos deuses? Um único bem e um único mal? O que é a realidade? Estas indagações persistentes encontraram um terreno propício para ressurgirem com nova força, na obra weberiana, cujos pressupostos parecem brotar da fonte comum da *philosophia perennis*.¹⁷

Por que escolhi este estilo, *ensaiístico* e pessoal, ao invés de privilegiar a fala alheia? Sabe-se que raramente se respeita a originalidade no âmbito da academia, em nome de critérios de fazer ciência que nada têm de *naturais, objetivos ou verdadeiros*. Paul Feyerabend¹⁸ tem advertido contra este perigo: a uniformidade de pensamento e expressão que se impõe em nome da cientificidade é sumamente prejudicial, tanto para o nosso desenvolvimento humano, como para o desenvolvimento do conhecimento científico. Em outro texto¹⁹ tenho apontado minhas razões para resis-

tir a um certo totalitarismo racionalista tacanho, que quer assumir – ainda – ares de dono exclusivo do rótulo de *conhecimento verdadeiro*, no campo das ciências sociais. Não vou repetir aqui esses desenvolvimentos.

Aqui solto as amarras de meu próprio harem. Deixo fluir minha intuição para que guie meu pensamento nesta caminhada. Creio que proceder de outra maneira seria perder a possibilidade de um percurso próprio. A formalidade externa acabava ocupando o lugar de minha própria palavra. É dum o caminho que consiste em deixar as próprias opções. E, nisto também, a presença de Max Weber é a lembrança nítida de que, em qualquer circunstância, a responsabilidade da decisão é minha. Umito e peço-tir-são, juntamente com agir, outras tantas formas de ação social.

Por isso estas páginas têm reverberações dos momentos em que estes sentimentos e idéias que expressei aqui foram lentamente rasculhados. Meus amigos e colegas dos últimos anos daquela velha, persistente Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nunca vou esquecer que foi nesse espaço, à margem da academia, que iniciei o lento e doloroso retorno a mim mesmo, do qual estas páginas são produto. E, na linha dos tributos, não posso deixar de sentir a companhia amiga e o apoio com que esse grande cientista social, que é Guillermo O'Donnell, soube estimular minha tímida caminhada de volta para mim mesmo. Com Guillermo aprendi que os valores humanos mais altos, esses que dão sentido à existência, são verdade. Existem. Seu testemunho se une ao de Juan Lazarte, cuja tocha libertária e seu espírito grande me inspiram, e ao de Omar Lazarte, que soube dar em vida tudo de si, sempre constante em seu caminho para a verdade e o amor. Deste aprendi que sim, que é possível e digno arriscar-se a ser quem somos. Os custos disso, todos sabemos, são o preço da liberdade. No meu paralelo se unem Ramakrishna e Emerson, Che Guevara e Gandhi, John

Lennon e Van Gogh, Allende e Jesus.

Peço ao leitor que entenda estas confissões pessoais, se se quer, como um recurso, sem o que a excursão que pretendo iniciar seria impossível de realizar. Assim, o contraponto com as presenças e cores de meu próprio caleidoscópio é inevitável para que surja, nesse contraste, o tom próprio de minha leitura de Weber.

Por outro lado, um mínimo de honestidade com o espírito de Weber impõe que ponha sobre a mesa ao menos indícios de meus próprios valores, a partir de cujas cores olho para dentro do universo weberiano.

PROBLEMAS DA LEITURA DIRIGIDA

Todos já experimentamos alguma vez estranheza ao voltarmos a ler, tempos depois, textos sublinhados por nós em outros momentos. Sobretudo se os sublinhados obedeceram a leituras fortemente influenciadas por condições de coerção interpretativa e perceptiva. A leitura induzida pela autoridade de professores ou autores, ou pela pressão de necessidades imediatas como dar uma aula ou fichar um livro nos leva por frases do texto que tendem a confirmar a autoridade que impõe a interpretação.

Quando aprendemos algo, queremos dizê-lo na nossa própria linguagem, com nossas palavras. Até que isso não aconteça, aquela idéia, aquele pensamento, permanecerá no nosso universo mental como um corpo estranho. Será, na melhor das hipóteses, como um enxerto. Pode até florescer e frutificar, mas suas raízes não lhe pertencem.

Quando percebemos os efeitos da coação, podemos deixar que surjam nossa própria percepção e interpretação. Nossos próprios interesses e valores. Nesse momento, o texto não-sublinhado, as idéias que pulsam nas leituras anteriores, o autor manifesto sob outros aspectos aparecem e nos falam outras coisas. As coisas que nos dizem respeito. Lendo as partes não-grifadas de uns textos de Weber, tom-

pos atrás, surpreendi-me ao me deparar com um desconhecido que cita os profetas do Antigo Testamento e faz poesias. É que lembra com saudades os tempos em que demônios e deuses disputavam em épicas jornadas o coração dos homens, antes que o desencantamento tomasse conta do mundo.

No momento atual, as vozes discordantes com as correntes dominantes no seio das ciências sociais parecem caminhar mais decididamente no sentido de um *para que*, *porque* e *como* alternativos aos que ali estão. Em um momento como este, em que a sociedade revisa suas metas, seus objetivos, uma revisão a fundo nos pressupostos básicos da nossa ciência se torna indispensável. A crítica aos modelos de racionalidade que imperaram por tanto tempo nos discursos científico-sociais hoje quer se transformar em indicações de rumos. Uma nova ciência para um novo homem.²⁰ Em um momento como o atual, é oportuno retomar a Max Weber, cujo sentido ético de compromisso e responsabilidade frente às decisões e ações é sempre salutar recordar. É bem provável que da chamada crise dos paradigmas nas ciências sociais brote uma forma de saber mais ligada com as fontes profundas da vida: a intuição, a imaginação, o sentido de fazer parte de uma maravilhosa infinidade que jamais conseguiremos desvendar por completo.

Dentre os que reivindicam, ao menos parcialmente, o legado weberiano, cabe mencionar Alfred Schutz, na fenomenologia social e a antropologia interpretativa de Clifford Geertz.

O CONHECIMENTO DA REALIDADE – A REALIDADE DO CONHECIMENTO

Pareceu-nos adequado rastrear os conceitos de *conhecimento* e *realidade* em Weber, respeitando os distintos momentos nas diferentes obras em que o autor deixou transparecer seu pensamento a respeito. Isto quer dizer, para os fins

da nossa interpretação, que tentaremos descobrir os *sentidos* com que estas noções aparecem ao longo das páginas da obra weberiana. De acordo com nossa perspectiva, isto é imprescindível, já que o que queremos é perceber as nuances, os pequenos gestos em que se insinuam os movimentos iniciais e mais profundos do pensamento de Weber sobre estas categorias epistemológicas e ontológicas. Para nossa ótica, é mais relevante perceber mudanças de tom de um momento do texto para outro, do que certezas categoriais que o autor jamais desejou.²¹

Um passeio completo deveria compreender, é claro, toda a obra weberiana. Ou, pelo menos, seus escritos metodológicos²² e sua obra principal, *Economia e sociedade*. Contudo, essa tarefa demandaria tempo e esforço que ultrapassam os disponíveis neste momento. Por esse motivo, limitarei o roteiro a um texto de inícios da carreira do autor, e outro do fim da mesma. Respectivamente, *Roscher e Knies e os problemas lógicos da Escola Histórica de Economia*²³ (1903) e *A ciência como vocação*²⁴ (1918).

Deixemos cada fragmento brilhar com sua própria cor. Deixemos que os reflexos multicoloridos dessa realidade, de que fazemos parte e tentamos conhecer, se infiltrem para além da malha dos conceitos, dos limites do conhecimento discursivo – a grande questão, ou melhor, uma das grandes questões que apaixonaram Weber. Aliás, essa fragmentariedade da obra weberiana²⁵, que tem sido registrada como uma das suas marcas mais características por autores como Jaspers²⁶ e Freund²⁷, é o que nos parece necessário revisitar. Não apenas para creditar direitos autorais a quem lhe são devidos, mas porque o momento parece propício para essa revisão de fundamentos epistemológicos que o próprio Weber apontava como imprescindível em tempos em que uma ciência muda significativamente suas perspectivas habituais de abordagem.

O pluralismo cognoscitivo parece ter aberto espaço no meio dos

discursos monocordes que têm predominado no horizonte intelectual das ciências sociais.²⁸ Pluralismo cognoscitivo quer dizer, aqui, o reconhecimento de que o que temos, enquanto homens, são *versões* da realidade, nenhuma das quais pode reivindicar para si títulos de *única verdadeira*. Esta postura epistemológica tem sido postulada desde contextos teóricos bastante afastados entre si sob outros aspectos: a fenomenologia suíça²⁹, a teoria anárquica do conhecimento³⁰, uma parte considerável da sociologia do conhecimento³¹, a antropologia interpretativa³² e a hermenêutica das tradições.³³ Cabe aclarar que a interseção entre estas distintas posturas de abordagem da realidade não supõe, da nossa parte, acreditar que as coincidências vão além da apontada – o que não é pouca coisa, diga-se.

Intimamente associada à noção de pluralismo cognoscitivo, a idéia de que a realidade é uma construção social³⁴, ou melhor, distintas e incomensuráveis construções coexistentes, das quais os seres humanos somos habitantes.³⁵ Parece oportuno chamar em nossa companhia o relato de Castañeda sobre sua experiência de aprendizado de uma realidade diferente.³⁶

O trabalho de Don Juan como praticante, tornando seu sistema acessível a mim, consistia em desmantelar uma certeza determinada que partilha com todo mundo, na certeza de que nossas visões 'de bom-senso' do mundo são definitivas.³⁷ (Don Juan) conseguia mestrar-me que minha visão do mundo não pode ser final porque não passa de uma interpretação.³⁸

Afirmar que existem diferentes mundos³⁹, muitos mundos e não um mundo só, pode ser apenas uma metáfora fascinante. Mas, esses mundos têm realidade objetiva ou somente subjetiva? Para Weber, ambas. A realidade é um permanente e caótico fluir de acontecimentos e processos que ocorrem simultânea e sucessivamente dentro

e fora de nós mesmos. Para Weber, a realidade tem dois lados, ao menos: um lado empírico, dado a nós, e um lado subjetivo, criado por nós, mas cuja *empiricidade* não poderia ser colocada em um plano diferente, ontologicamente. Há autores que sustentam que para Weber ambos, o empírico e seu referente conceitual, pertencem a um mesmo plano: o do pensamento.

Seja como for, outras interrogações seguem: quais são os limites e as possibilidades com que o ser humano cria a partir do dado? O que é dado e o que é criado? Pode-se falar em uma distinção taxativa a este respeito? Como se mantêm os recortes significativos construídos (entes, acontecimentos, idéias, valores)? Weber não se dispôs a resolver todas estas questões, mas passou por elas. E em cada 'passada' nos deixou elementos para tentar prosseguir em algumas das direções possíveis. Daí nossa preocupação em não querer fechar as compreensões mas, ao contrário, deixá-las sempre em aberto, sempre sensíveis às modificações permanentes do real.

REALIDADE: COMO CONHECÊ-LA?

O conceito de realidade talvez seja um dos que mais têm suscitado – e continua suscitando – divergências.⁴⁰ Enquanto domínio dos fenômenos ou entes qualificados como 'reais', a realidade pode ser entendida como

o oposto da aparência, e então, *essencial*,
o oposto do ilusório, e nesse sentido, *efetivo*,
o oposto do ideal, e então, *concreto*.

Há quem entenda o real, ainda, como uma junção inseparável de essência e aparência em perpétuo jogo de manifestação e ocultamento. Qualquer noção de realidade vem acompanhada de alguma *hierarquização* interna do conceito. A realidade tem graus ou níveis, com distintas relações entre si.⁴¹ Causa-

lidade, determinação, interdependência, analogia, homologia exprimem diferentes relações que têm sido postuladas entre os diferentes níveis de realidade. Não vamos entrar nesse assunto mais do que o até aqui indicado. Isto porque não é nosso objetivo nos internarmos no pensamento de Weber ao redor destas questões. Por isso, em diferentes momentos do texto, faremos referência a noções vizinhas às focalizadas por nós (realidades e conhecimento), mas apenas o imprescindível para tornar mais compreensível o que nos interessa: como se coloca para Weber a noção de *realidade*? Não é possível separar a consideração desse conceito sem ao mesmo tempo incursionar na concepção weberiana de *conhecimento*. Conhecemos algo, uma parcela, do perpétuo fluir de processos e acontecimentos, tanto exteriores quanto interiores a nós mesmos, em permanente mutação, sem qualquer sentido em si...

Mas, qual é o *status* ontológico desse permanente fluir? Ele ocorre tanto dentro como fora de nós mesmos. Weber escapa magistralmente do objetivismo, sem naufragar no subjetivismo. A realidade está em algum lugar entre o sujeito e *isso* que está tanto dentro como fora dele.

No dizer de Alan Watts:

Nós não viemos a este mundo; viemos dele, como as folhas de uma árvore. Tal como o oceano produz ondas, o universo produz pessoas. Cada indivíduo é uma expressão de todo o reino da natureza, uma ação singular do universo total. Raramente este fato é, se é que alguma vez chega a ser, sentido pela maioria dos indivíduos.⁴²

Tudo parece ser uma questão de traçado de fronteiras: onde traçamos a linha que separa eu de você, mente e corpo, etc.⁴³ Seja como for, aquilo que conhecemos só se torna apreensível pela nossa percepção, porquanto recebe da nossa parte *significados*. Esses significados fazem com que alguma parcela

do infinito-fluxo dos acontecimentos, processos, etc., ressurgiu do fundo cinza do insignificante, mostrando para nós as cores que nossa perspectiva permite captar. Os sentidos que damos ao nosso agir, ou ao agir de outros, derivam de nossos interesses e avaliações. Cabe enfatizar que para Weber o que interessa é captar os sentidos socialmente construídos e mantidos, e não suas peculiaridades neste ou naquele indivíduo. Salvo que essa dimensão individual, idiossincrásica, tenha para nós importância para compreender algum fato ou processo com ela relacionado causalmente.

Sem nos darmos conta, deixamos o roteiro da excursão, para percorrer trilhos paralelos. Não faz mal. Sem esse vagar da mente que segue seus próprios movimentos, mais do que as nossas ordens conscientes, o conhecimento não seria uma aventura, mas apenas um empreendimento técnico.⁴⁴

Como tem sido apontado por vários estudiosos, Weber gostava de construir seu pensamento no debate com outros autores.⁴⁵ Para Zeitlin⁴⁶, Weber elaborou seu pensamento ao longo de um profundo debate com o fantasma de Marx. A rigor, Weber debateu com vários outros intelectuais, dentre os quais se destacam Edward Meyer⁴⁷, Wundt, Roscher e Kries. Privilegiar o debate com Marx (que frequentemente é mais um debate com os marxistas mais triviais), poderia levar a supor que o pensamento do autor tivesse algo assim como uma espinha dorsal, ou um princípio explicativo definido e circunscrito.

O pensamento weberiano, contudo, repele as tentativas de sistematização ou unificação que se tenta impor desde fora. A polifonia weberiana é irreduzível a um esquema explicativo acabado, em que as setas causais estariam definidas, tanto na sua direção quanto no seu sentido. Nada mais alheio a Weber que essas construções conceituais que pretendem ser algo mais do que elaboração do pensamento a partir de determinados interesses e valores. A crítica ao marxismo não está

centrada na importância decisiva que esta escola atribui ao econômico como elemento explicativo da vida social e cultural, mas na pretensão de erigir essa perspectiva de abordagem do sociocultural como *única válida*, com validade *atemporal* (a-histórica). Weber considerava inaceitável, bem como insustentável cientificamente: a) a pretensão de sustentar que um determinado esquema interpretativo contém as explicações essenciais, independentemente de situacionalidades históricas e de interesses de classe ou estamento (a realidade teria detido assim seu perpétuo fluir, e/ou os homens teriam perdido a capacidade de lhe dar novos significados) e b) a pretensão de argumentar em favor de uma certa interpretação com base em *evidência empírica*. (O qual seria desconhecer que – como Comte já dissera⁴⁸ – os dados só falam quando alguma teoria os faz falar.)

O que frequentemente acontece é que nossos ouvintes não estão habituados à polifonia weberiana⁴⁹, como diz Geertz. Então tentamos reduzir a policromia do caleidoscópio a *uma cor só*, e o Weber aberto à infinitude fica caricaturalmente transformado em um defensor de explicações subjetivas do social, ou, ao contrário, objetivas (querendo-se dizer *avalorativas*⁵⁰). Ou então, Weber é apresentado como quem propõe explicações idealistas contrapostas às 'verdadeiras' razões que dão conta do social, entendendo-se por tais as oferecidas pelo materialismo histórico e dialético.

Ou, ainda, Weber aparece como alguém que tentou *capturar* distintas facetas do real de maneira definitiva em 'tipos ideais', apesar de ter advertido claramente contra este procedimento e pretensão.⁵¹

A *fragmentariedade* da obra weberiana, manifesta tanto na variedade de perspectivas, desde as que eram capazes de olhar o social, quanto na dispersão de interesses e, sobretudo, na recusa à construção de teorias ou sistemas, tem sido interpretada de diferentes ângulos. Jaspers via nela uma evidência da convicção do autor acerca da inex-

pressabilidade do absoluto, da fronteira intransponível entre a realidade infinita e aquela parte da mesma que nosso intelecto pode captar.⁵² Nas palavras do filósofo:

*Lo que sea Max Weber no se puede saber cuando se lee uno de sus trabajos; aún menos cuando se leen algunas fórmulas acerca de él. Se sabe cuando se tiene delante la totalidad de los fragmentos, los trabajos científicos, artículos, ensayos periodísticos, noticias, cartas, y se agregan las simples noticias no deformadas sobre su vida, sus actos, su manera de proceder.*⁵³

Julien Freund aponta, por sua vez, que:

*Uma das características do seu pensamento consiste, de um lado, na dispersão metodológica, científica e filosófica que acarretaria poder renunciar a qualquer núcleo central e, de outro, no espetáculo de todos os antagonismos possíveis, irreduzíveis, em princípio, a qualquer sistema.*⁵⁴

E, em outro lugar, acrescenta que:

*O que admira em Weber é a ausência de qualquer doutrina preconcebida e de qualquer síntese a priori.*⁵⁵

A imensa variedade de temas e perspectivas que compõem o caleidoscópio weberiano não somente mostra a amplitude de seus interesses, mas sobretudo a sua rara capacidade de ver o mundo desde perspectivas outras que a sua. Suas análises sobre o significado das grandes religiões *vis-à-vis* as distintas injunções de classe ou estamento, bem como nas diferentes circunstâncias históricas, mostram não apenas um sociólogo com olho de antropólogo (a perspectiva do *outro*) e sensibilidade de historiador (a diversidade de significados nos diferentes tempos). Mostram, principalmente, um artista familiar-

rizado com o singular, com as nuances, com a irrepetibilidade de qualquer evento.⁵⁶

Uma outra sensibilidade para os matizes, a do pintor Vincent Van Gogh, o levava a escrever ao irmão Theo:

*El negro absoluto no existe, a decir verdad. El negro, como el blanco, existe en casi todos los colores y forma la infinita variación del gris, diferentes de tono y de vigor. Y tanto que en la naturaleza no se ve, a decir verdad, otra cosa que esos tonos o intensidades.*⁵⁷

E acrescenta pouco mais adiante:

*El colorista es aquél que, viendo un color en la naturaleza, llega a analizarlo bien y a decir, por ejemplo: este gris-verde está formado de amarillo con negro, y casi nada de azul, etc.*⁵⁸

Weber percebe a coloração das ações humanas de acordo com seus valores e com os significados daí derivados.

*Una acción que, medida en función de su valor intrínseco, es para nosotros algo absolutamente carente de valor y con ello de significado, por el hecho de que sus consecuencias se inserten en la serie de acontecimientos que constituyen el destino histórico, puede devenir altamente creativa. Por otro lado, hay actos humanos que considerados aisladamente son impregnados por nuestra sensibilidad valorativa con los más deslumbrantes colores, pero que, por las consecuencias a que dan origen, acaban hundirse en la gris infirmitad de lo históricamente indiferente...*⁵⁹

A diversidade valorativa dá lugar à diversidade de significados que a realidade assume para os diferentes indivíduos. O esquema perceptual e interpretativo de quem quiser compreender a realidade sem a reduzir à sua própria perspectiva

deve ser tal que permita aceder a esses diversos significados tal como eles são vividos *pelos atores* em questão. Esta postura epistemológica de 'deixar o outro falar', tentando auscultar suas próprias razões e motivos, é que permitiu que Weber realizasse a proeza de incursionar, em profundidade, em esferas do social aparentemente impermeáveis ao conhecimento racional. Assim, por exemplo, ao fundamentar o ponto de vista a partir do qual aborda a *Psicologia social das religiões mundiais*⁶⁰, afirma que:

*No sustentamos la tesis de que la naturaleza específica de una religión constituya una simple función de la situación social del estrato que aparece como su depositario característico, ni que ésta represente la ideología del estrato, ni de que sea reflejo de la situación de intereses, material o ideal, de un estrato.*⁶¹

E mais adiante, reforça:

*Por incisiva que haya sido el efecto de las influencias sociales, económica y políticamente determinadas, sobre una ética religiosa, ... ésta recibe primordialmente su impronta de fuentes religiosas y, ante todo, del contenido de su anunciación y su promesa.*⁶²

ROSCHER E KNIES E OS PROBLEMAS LÓGICOS DA ESCOLA HISTÓRICA DE ECONOMIA

Texto de 1903, este ensaio é uma das intervenções de Weber na famosa disputa do método nas ciências histórico-sociais da Alemanha de finais do século passado.⁶³ Apesar de se propor modestamente discutir alguns problemas lógicos da referida escola de economia (nos seus representantes Georg Friedrich Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand), o texto mostra logo a profundidade da reflexão do autor sobre tópicos centrais da epistemologia das ciências sociais.

Georg Friedrich Roscher. Imagem de Woldemar Müller



Reflexões essas que, nas palavras do próprio autor, em outro texto datado apenas um ano depois (1914)⁶⁴, não promovem o progresso do conhecimento científico, salvo em circunstâncias em que se processam mudanças significativas nos pontos de vista habituais de uma disciplina.⁶⁵ A julgar pelo espaço que Weber deu a essas preocupações⁶⁶, ele devia considerar que as ciências da cultura, ou histórico-sociais, deviam estar passando, à época do autor escrever a respeito, por tais mudanças de perspectiva. É uma razão análoga a que nos traz de volta a Weber hoje, aqui, nestas páginas. Em outro lugar, temos pincelado as que nos parecem mais relevantes dentre essas mudanças de perspectivas⁶⁷, no que se refere especialmente à sociologia.

O RACIONAL E O IRRACIONAL NO COMPORTAMENTO HUMANO

Logo nas primeiras páginas de *Economia e sociedade*, Weber adverte seus leitores: o uso do conceito de *ação racional com arranjo a fins* como recurso metodológico pela sociologia compreensiva não deve ser interpretado no sentido de um *preconceito racionalista da sociologia*.⁶⁸ E enfatiza ainda que *muito menos deve ser interpretado como implicado pela crença de um predomínio na vida do racional*. Pois nada nos diz até que ponto as ações reais estão ou não determinadas por considerações racionais de finalidades.⁶⁹ Os elementos compreensíveis de um processo estão amidos entremesclados com os incompreensíveis.⁷⁰ Nos ensaios sobre os economistas Roscher e Knies, Weber discute mais solto sobre um dos temas que mais o apaixonaram: a dimensão do *irracional* na conduta humana.⁷¹ Poucos cientistas sociais de período fundacional da nossa disciplina se sentiram tão fascinados pelo *outro lado da razão*. Esse outro lado feito de mito, fé, intuição, acaso e inexplicabilidade. Esse outro lado

do nosso ser, que o positivismo e o iluminismo tentaram varrer de nossa consciência e experiência.

O OUTRO ESTÁ DE VOLTA

O programa do iluminismo era o desencantamento do mundo. Seu meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber.⁷² Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal.

Nas palavras do filósofo nicaraguense Alejandro S. Caldeira:

O racionalismo (positivista) cercou o homem, impôs-lhe fronteiras, muralhas. Ao levantar seus muros, pretendeu dar-lhe proteção de estranhos espectros; de forças irracionais, incorpóreas, inexplicáveis, que o envolvem. (...) Ao libertá-lo dos fantasmas demônacos da Idade Média, só pôde encher esse vazio reduzindo espaço. A sensação de infinitude produz vertigem, e o homem combateu esta sensação limitando o espaço e o tempo.⁷³

É o desencantamento do mundo consequência da racionalização crescente e da intelectualização – e aqui temos uma ponte com o nosso texto de fim de viagem, *A ciência como vocação*. Nas palavras de Julian Freund:

O homem deixou de acreditar nos poderes mágicos, nos espíritos e nos demônios; perdeu o sentido do profético e, sobretudo, do sagrado. O real se tornou abstrato, causativo e utilitário, deixando nas almas um grande vazio que elas tentam preencher com toda espécie de artifícios e de sucedineos.⁷⁴

No dizer de Aldo Gargani:

A crise da racionalidade clássica originou-se na consciência de que a racionalidade não é uma natureza (...) mas uma crença

sutil e precária que oculta um código de normas convencionais, um sistema de vetos e proibições impostas pelos grupos sociais dominantes nos termos de uma razão natural e normal.⁷⁵

O retorno do outro se traduz em uma epistemologia ciente de suas limitações frente à infinitude e permanente mutabilidade do real, e frente também à dimensão irracional da existência humana.

Weber experimentou o chamado daquilo que não pode ser explicado⁷⁶, o incognoscível, o que está além do que a razão pode compreender. Até onde é possível estender o domínio do conhecimento discursivo? Weber procurou ir aonde o racionalismo somente entrava com o trator exorcizante da redução da realidade a algo explicável. Para Weber, a realidade é sempre algo mais ou algo diferente. Ela é inapreensível na sua totalidade, inescotável.⁷⁷ Na tentativa de penetrar no mundo da ação social e, de um modo mais amplo, no devir histórico-cultural, Weber afinou seu arsenal lógico-conceitual, como fica evidente em seus estudos sobre as religiões mundiais. Ali podemos encontrar o mundo mágico-religioso sem o reduzir a escalas valorativas interpretativas que lhe são alheias. Há, ao contrário, a tentativa de apreender suas significações a partir de dentro, sem que isto signifique abdicar da pretensão de obter interpretações a partir de nossos próprios valores. Ao mesmo tempo, esta perspectiva envolve um respeito pela *outredade*, o caráter incomensurável do outro (seja uma pessoa, um processo, uma crença ou instituição) e sua irredutibilidade a uma lógica estranha, a lógica do investigador.

No contexto desse modo de conceber o conhecimento da realidade sociocultural, se desfaz a hierarquização conjunta – endossada acriticamente pela cultura de nosso tempo – que coloca a ciência – a ciência social – no topo da pirâmide do conhecimento.⁷⁸ Com Weber, as outras interpretações do real têm

sentido, são pertinentes. Tanto quanto o são versões diferentes e antagônicas em qualquer outra esfera valorativa: a política, a ciência, a religião.⁷⁹ É por isto que convém retornar a Weber hoje. Nele encontramos inspiração para justificar nossa perspectiva de pluralismo cognoscitivo. E para reforçar nossa convicção de que o afazer científico, como todo outro afazer humano, envolve tomadas de posição valorativas de signos diferentes (a favor e contra). E se muito manualzinho de receitas para aprender teoria sociológica em duas tarjas nos quer mostrar um Weber desenhando dos imperativos éticos em nome da objetividade científica⁸⁰, isso pode ser devido tanto à leitura fora do contexto da vida e obra do pensador, como à pura ignorância ou tendenciosidade. *Os homens — dizia C. Wright Mills — [...] anseiam por fatos, buscam-lhes os sentidos, querem um retrato maior no qual possam acreditar e dentro do qual se possam compreender.*⁸¹

Mas, apesar de que, para Weber, *quase todas as ciências, desde a filologia até a biologia, têm pretendido, no seu momento, produzir não apenas um saber especializado, mas também cosmovisões.*

Não é essa a tarefa da sociologia compreensiva. Ela não pode proporcionar aos homens os ideais valorativos para onde devam se orientar. A escolha é de cada um.⁸² O que ela pode e deve fazer é contribuir para melhorar as condições em que os homens fazem suas escolhas. *Uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que deve fazer, mas apenas o que pode fazer e, em certas circunstâncias, o que quer.*⁸³

CONCEITO E REALIDADE

No ensaio que estamos considerando, Weber indaga sobre a forma como os autores em foco equacionam a relação entre conceito e realidade. Como concebem a *lei vis-à-vis* a realidade cujos aspectos pretendem captar?⁸⁴ Sob que condições um conceito contém realmente

*aquilo que, para nossa compreensão, é o essencial dos fenômenos?*⁸⁵ Weber entende que um conceito é um recipiente provisório [...] para descrever provisoriamente uma pluralidade de fenômenos particulares e concretos, cujo status lógico não está sempre claro [...] Advoga contra a transformação de qualquer conceito em entidade real e unitária de caráter metafísico⁸⁶, em força matriz da história⁸⁷ ou em lei de desenvolvimento.⁸⁸ Evitar a hipóstase das nossas construções conceituais, sua substancialização, é o que nos aconselha Weber.

O essencial de um fenômeno tem sido confundido por alguns sociólogos com o genérico. Mas os conceitos, quanto mais gerais, mais abstratos e, portanto, mais pobres de conteúdo empírico individual, singular, são o domínio de interesse do cientista social.⁸⁹ Esse viés no olhar sobre a sociedade e a cultura tem alicerçado toda uma forma de fazer ciência: a busca do regular, do que se repete. Nos dias de hoje, a crítica a essa perspectiva se encontra disseminada mais amplamente do que nos dias em que Weber a enunciara. Dentro da história, cabe mencionar Carlos Guinsburg⁹⁰ e o argentino Sergio Bagú.⁹¹ E na antropologia, Edmund Leach⁹² e Edward Hall.⁹³

Essa forma de pensar, adverte Weber, leva a dar importância histórica apenas ao fenômeno que se repete.

É o que ataca Mikhail Bakunin quando diz que a ciência não tem coração.⁹⁴ Ela perde a capacidade de perceber o concreto, o individual. Também Julio Cortázar vem em nossa companhia, na hora de noticiar a perda do singular no repetido. No dia-a-dia, a cada manhã:

Como um touro triste há que abaixar a cabeça, do centro do tijolo de cristal empurrar para fora, para o outro lado perto de nós, inapreensível como o picador tão perto do touro. Castigar os olhos alheando para aquilo que passa pelo céu e uceitu teimosamente seu nome de horvett,

*sua réplica arquivada na memória.*⁹⁵

Mas uma folha de outono não é igual a qualquer outra folha de outono. Nunca terá os mesmos vermelhos incendiados, o mesmo tom terra queimada, a mesma graça ao cair sob o sopro da brisa da tarde.

Prosseguindo sua crítica aos conceitos genéricos, Weber afirma que a construção dos mesmos não é o fim das ciências da cultura.⁹⁶ Estas não devem aspirar a formular um certo número de enunciados gerais que contenham ou que expressem o que há de comum a um grande número de fenômenos.⁹⁷ O conceito de *tipo-ideal* será proposto, mais tarde, pelo autor, como uma entidade situada entre a riqueza e a multiplicidade sempre irrepetível do empírico, e a abstração do universo conceitual em que o cientista social trabalha.

A construção de conceitos gerais acerca de um certo número de fenômenos históricos poderia servir, diz Weber, para comparar a plena individualidade e os traços característicos de cada um.⁹⁸ Tais conceitos gerais, ademais:

*Poderiam constituir um senileiro indireto que, partindo da limitada e, portanto, insuficientemente inteligível multiplicidade concreta dos dados perceptíveis, nos conduzisse até a limitada e, portanto, inteligível, porém não menos concreta, representação de certos elementos da multiplicidade, que são realçados porque nós os consideramos significativos.*⁹⁹

OS LIMITES DO CONHECIMENTO DISCURSIVO

Para Weber, a realidade, esse permanente fluir de acontecimentos e processos que ocorrem tanto dentro como fora de nós mesmos, não tem significado *em si*. Não há investigação empírica que possa conduzir à comprovação de nenhum valor, simplesmente porque é

o valor quem cria, através do significado, a realidade empírica.¹⁰⁰ Onde encontra o conhecimento racional sobre a sociedade seus limites? Para Weber, a ciência não estende suas fronteiras indefinidamente, em qualquer direção, como já dissemos mais atrás. O limite está dado pelo *irracional*¹⁰¹, um componente indissociável do comportamento humano e, portanto, da vida social. Essa irracionalidade é própria da nossa esfera emocional, do nosso querer.¹⁰² Sobre esse solo valorativo, construímos socialmente os significados compartilhados do mundo da cultura que, assim, o recebe pronta, e contém de maneira indissociável uma proporção não determinada de irracionalidade.

O limite do conhecimento discursivo é o:

*l'opus irrationalis entre a realidade, constantemente dada de modo concreto e individual, e os conceitos e leis gerais, obtidos mediante a abstração do individual.*¹⁰³

Roscher, ao contrário, não tem a menor dúvida de que a realidade concreta passa ser, em princípio, acessível, mediante leis, à compreensão analítica, embora sejam necessárias inúmeras leis naturais – mas leis no fim – para esgotá-la.¹⁰⁴

Há, ainda, uma outra fronteira do conhecimento discursivo, no âmbito da sociologia compreensiva. O campo coberto pela compreensão enquanto método científico tem suas fronteiras no universo valorativo do pesquisador voltado para o mundo da sociedade e a cultura. Não posso compreender aquilo que não existe no meu universo valorativo. Esta limitação, contudo, vale apenas para uma das modalidades da compreensão weberiana: a compreensão endopática (afetivo-artística)¹⁰⁵ e não a racional, sobre a qual se assenta a pretensão explicativa do cientista social.

Um outro limite para a compreensão explicativa se coloca pela nossa maior ou menor sensibilidade

frente a condutas sociais alheias à nossa cultura¹⁰⁶, *aquelas estruturas conceituais de natureza coletiva que são instrumentos de outras maneiras de se defrontar com a realidade.*¹⁰⁷

A FRONTEIRA MAIS INACESSÍVEL: OS VALORES ÚLTIMOS E SUPREMOS

Para Weber, o inexplicável, o inalcançável pelo conhecimento racional, tem ainda uma outra manifestação: a dos valores últimos e fundamentais que dão sentido a nossa existência.¹⁰⁸ E isso nos remete já à estação terminal de nosso passeio, a conferência pronunciada em 1918 na Universidade de Munique, publicada no ano seguinte como *A ciência como vocação*.

A CIÊNCIA COMO VOCAÇÃO

Este é o texto que mais tem me chamado a atenção, dentre todos os que li de Weber. O inexplicável, que estivera presente em distintos momentos de seu trabalho, se apresenta aqui com novas significações. Aqui é o inexplicável tal como existe para o homem de fé, para o crente, para o místico¹⁰⁹, embora o autor não se pronuncie sobre a natureza ontológica dessa esfera transcendente. O jovem Weber que wpendera febreiro antigo para melhor entender as Escrituras, no tempo da sua confirmação¹¹⁰, retorna a esse mundo do mágico-religioso – que percorreu com aguda sensibilidade nos seus estudos de sociologia da religião –, mas agora não mais como passageiro. O homem de fé – que se manifestara na sua obra como cientista, tanto nos caracteres de sua epistemologia quanto nas afinidades temáticas – fala, na última palestra de sua vida, sem porta-vozes, na primeira pessoa. Em tom comovedor, já que deixa sentir algo dos sentimentos desse grande homem que foi Weber, a palestra termina com uma saudosa constatação acerca da racionalização desencantadora que prevalece no mundo moderno.¹¹¹

fruto do *intelectualismo*¹¹², que expulsou da existência humana os deuses e demônios que a povoaram em tempos passados, esse processo deixou na alma humana um grande vazio de significado.¹¹³ Contudo, essa intelectualização tinha diante de si ainda um desafio: o de estender os seus limites de modo a abranger as esferas do *irracional*. Logo depois de colocar essa tarefa para a ciência, Weber encerra sua palestra com uma exortação para que cada um *descubra e obedeça ao demônio que sustenta os fios de sua própria vida.*¹¹⁴ Isto para evitar cair num *profetismo acadêmico* que facilmente resvala para o *charlatanismo*¹¹⁵, ou num retorno às velhas igrejas cujo conteúdo de promessa também se esvaziara no processo de desencantamento.

OS DEMÔNIOS E A RAZÃO

A pretensão de avançar com a razão para o interior das dimensões irracionais da vida, contudo, está animada por sentimentos bem diferentes dos que moveram o iluminismo positivista, tão justamente criticado por Horkheimer.¹¹⁶ Não é o medo do desconhecido, ou a aversão ao que *não se deixa compreender, à indissolubilidade e à irracionalidade.*¹¹⁷ Não há em Weber nada da postura que pretende que o conhecimento científico pudesse, em algum momento, esgotar o real, explicando-o completamente. Mas se seu relativismo quanto aos valores últimos que orientam a existência foi interpretado¹¹⁸ como um *levar as mãos* da ciência quanto ao problema da ética, cabe também uma interpretação diferente. Uma vez que dizia desconhecer o sentido último da existência¹¹⁹ e que considerava que esses valores supremos – como todo outro valor, aliás – são indemonstráveis¹²⁰, seria incoerente que Weber advogasse por uma sociologia normativa, teleológica.

A HERANÇA WEBERIANA

A sociologia contemporânea tem aberto um espaço maior para postu-

ras epistemológicas e metodológicas que envolvem uma revalorização do pluralismo cognoscitivo implícito no pensamento weberiano. Podemos dizer, com Alvin Gouldner, que em oposição ao positivismo:

Surgiu uma outra concepção de ciência social. Esta concepção exigia um método diferente, por exemplo, Verstehen, intuição clínica ou empatia histórica; intimidade com o objeto estudado, não asséptico distanciamento do mesmo, comunhão interior, não manipulação externa. (...) E nessa concepção de ciência social, tanto o sujeito investigador como o objeto estudado são vistos não apenas como mutuamente inter-relacionados, mas também como mutuamente constituídos.¹²¹

Não deve causar estranheza o fato de que a *crise das ciências sociais* – hoje apresentada como *crise dos paradigmas do conhecimento* – tenha caminhado, em alguns dos seus desdobramentos, na direção de pontos de vista e propostas metodológicas oriundas do manancial weberiano. E se alguns dos caracteres dessa nova forma de fazer sociologia¹²² não podem ser creditados à citação explícita, textual, de Weber, chama poderosamente a atenção a confluência com seu pensamento. Desta forma, alguns dos reflexos do caleidoscópio weberiano reluzem hoje com novo brilho:

- a importância do irracional para a compreensão dos valores e motivos humanos por trás da ação social;
- a necessidade de frisar permanentemente o caráter consensual, construído e cambiante da realidade social, bem como do conhecimento científico sobre ela;
- a revalorização do singular, único, irrepetível, individual, irregular, enquanto dimensões da realidade sociocultural dignas de atenção; e

– a revalorização do lado interior, subjetivo, emocional, como dimensões significativas para a compreensão da ação social, do acontecer histórico, do devir cultural.

Ao iniciarmos o comentário de *A ciência como vocação*, colocamos algo que nos chamou a atenção: a saudade dos deuses e demônios, o afã de prosseguir no avanço da intelectualização que desencantou o mundo, e a exortação a que cada um descubra e obedeça ao *demônio* que tece o fio da sua própria vida. Entendemos demônio na acepção socrática do *daimon*, espírito ou força reitora. Salvo que Weber tenha querido simplesmente desconcertar seus ouvintes e leitores, temos que admitir que essa exortação é séria. () que não significa que deva ser literal. De todo modo, ficam no ar uma sensação estranha e uma pergunta: teriam ressurgido na alma do cientista as forças sobrenaturais em cuja existência acreditara quando jovem?

A CONVERSÃO DOS EXORCISTAS

A sociologia conhece célebres reconversões dos aguerridos sacerdotes da deusa Razão – ou, nos tempos atuais, dos profissionais das ciências sociais – às forças que combateram. Não é este o caso de Weber, que não encerrou o conhecimento com fúria iluminadora. Mas nele se poderia verificar também esse retorno do numinoso, como sustenta Geertz.¹²³ Comte instituiu a Religião da Humanidade após um longo apostolado contra o obscurantismo religioso. Saint-Simon, que alguns consideram o *verdadeiro* fundador da sociologia¹²⁴, terminou seus dias advogando por um *novo cristianismo*.¹²⁵ E Émile Durkheim culmina sua vida intelectual restituindo ao náutico-religioso sua dimensão vertical.¹²⁶ E até Karl Marx, dentre os clássicos, que aparentemente estaria mais imune, rende sua homenagem ao panteão destronado, nas freqüentes referências aos deuses da mitologia grega.

Saint-Simon: gravura de Pami



Auguste Comte: pintura de Rodolfo Amadeo – Igreja Positivista do Brasil Rio de Janeiro



Não podemos concluir esta excursão pelo caleidoscópio weberiano e não ser em aberto, deixando não certezas ou conclusões, mas muita inquietação para continuar avançando em direção ao desconhecido. E a invocação à presença de Weber parece-nos necessária em momentos como os atuais, em que a sociologia, mais uma vez, se interroga sobre suas tarefas e compromissos. Em épocas em que a significação dos pontos de vista utilizados de maneira reflexiva pelas ciências da cultura e da sociedade se torna incerta:

A rota se perde no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais despenha de novo. Também a ciência se apressa então a mudar seu posicionamento e seu aparato conceitual, e a olhar a correnteza do acontecer desde as alturas do pensamento. [27]

Notas

1. O conjunto de exigências que cercam o pensar na academia frequentemente conspira contra a criatividade e a livre expressão do próprio pensar. Tudo em nome da autoridade do saber dominante, como bem coloca Mauricio Tragtenberg in: *A desinteligência acadêmica: o saber sem poder e o poder sem saber*, São Paulo: Rumo, 1978. Optamos por anteceder e emitir nossa própria palavra, ou ao menos tentar. Afinal, acreditamos que o conhecimento não vive sem o discurso, sem a coexistência de perspectivas interpretativas diversas e mutuamente excludentes. A homogeneidade de opiniões pode ser, em parte, fruto do medo de se expor, do medo de percorrer o próprio caminho, do medo de eleger nossas opções de acordo com nossas preferências valorativas. E aqui, como em tantos outros momentos do nosso exercício intelectual, encontramos força e inspiração em Max Weber.
2. C. Wright Mills, *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 4. edição.
3. Alain Touraine, *Ser sociólogo*, in: *Em defesa da sociologia*.
4. Sebastião Vila Nova, in: *Ciências sociais, humanismo ou técnica?*, Petrópolis: Vozes, 1984, acredita que este olhar crítico sobre si mesmo não é tão frequente na sociologia quanto seria desejável. Ver também Franco Ferrarolo, *Uma sociologia alternativa: da sociologia como técnica do positivismo à sociologia crítica*, Porto: Edições Afrontamento, 1976.

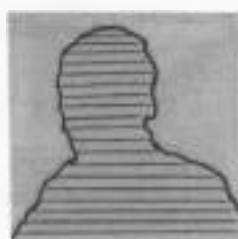
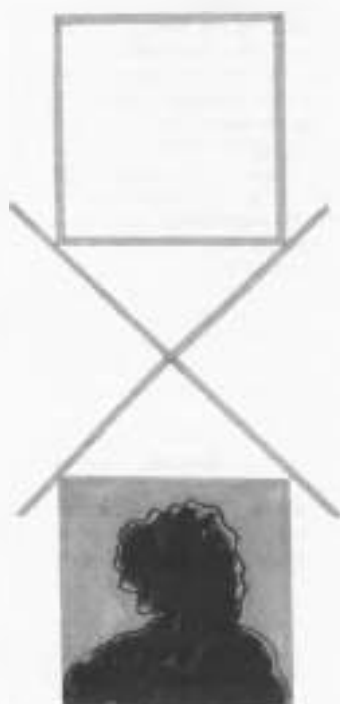
5. Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, *Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro: Zahar, 1985, 2. ed., p. 26.
6. A imposição de um saber mediante aulas, palestras, publicações, etc.
7. Mario Bunge, *La investigación científica*, Barcelona: Ariel, 1973, p. 418.
8. Quem sou, nunca sei bem de todo. No refúgio ao sentir e pensar próprio de cada um.
9. José Medina Echavarría, *Nota Preliminar*, in: Max Weber, *Economía y sociedad*, México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
10. Dentro da sociologia da religião de inspiração weberiana, mencionaremos a obra de Peter Berger, *El don del sagrado*.
11. Peter Berger e Thomas Luckmann, *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, Petrópolis: Vozes, 1973.
12. Karl Jaspers, *Max Weber*, in: *Balance y perspectiva: discursos y ensayos*, Madrid: Revista de Occidente, 1953.
13. Alfred Schütz, *Fenomenología e relaciones sociales*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
14. Talal Asad, *El sistema social*.
15. Martin Buber, *¿Qué es el hombre?* México: Fondo de Cultura Económica, 1949.
16. Clifford Geertz, *Local knowledge, further essays in interpretive anthropology*, New York: Basic Books, 1963, p. 121-2.
17. Aldous Huxley, *La filosofía perenne*.
18. Paul Feyerabend, *Contra o método: esboço de uma teoria anárquica do conhecimento*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, 3. ed., p. 449.
19. Rolando Lastra, *A Cidadela Sociológica: Algumas Reflexões sobre Ciência, Desumanização e Transcendência*, Texto apresentado ao XII Congresso Mundial de Sociologia, julho 1980, Madrid, Research Committee on History of Sociology.
20. Ramón P. Muñoz Soler, *Antropología de símbolos, signos, ritmos y funciones del hombre planetario*, Buenos Aires: Depalma, 1984.
21. Nesse sentido, é interessante destacar que a busca da unicidade conceitual jamais foi exercida por Weber com a pretensão de que ela fosse pré-requisito para uma apreensão total de algum fenômeno ou processo.
22. São os agrupados em Max Weber, *Ensayos sobre metodología sociológica*, Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
23. José María García Blanco, *Estudio Preliminar*, in: Max Weber, *El problema de la racionalidad en las ciencias sociales*, Madrid: Tecnos, 1985, p. IX-XXIV.
24. Publicada em 1979, foi pronunciada no ano anterior em Munique.
25. J. M. Echavarría, op. cit., p. XI.
26. K. Jaspers, op. cit.
27. Jürgen Freund, *Sociología de Max Weber*, Rio de Janeiro: Forense, 1970.
28. Deveria me referir mais precisamente à sociologia, minha área de atuação profissional. Mas os diferentes ramos a que me refiro têm estado fortemente presentes nas demais ciências sociais (e talvez também nas demais ciências humanas). Trata-se dos

marxismos, positivismos, funcionalismos, estruturalismos, etc.

29. Robert Garton, *A visão dual*, Alfred Schütz e o mito da ciência social fenomenológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 24.
30. P. Feyerabend, op. cit.
31. As obras já citadas de P. Berger e Berger e Luckmann, cabe acrescentar, de P. Berger, *A runner of angels: modern society and the rediscovery of the supernatural*, New York: Anchor Books, 1971.
32. C. Geertz, op. cit.
33. Paul Ricoeur, *Interpretação e Ideologia*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
34. Cabe citar aqui especialmente Georg Herbert Mead, *Esprito, persona y sociedad*, Buenos Aires: Paidós, 1972.
35. O conceito de realidades múltiplas foi desenvolvido por A. Schütz, op. cit.
36. Carlos Castañeda, *Una realidad aparte*, México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
37. *Ibidem*, p. 15.
38. *Ibidem*.
39. Eduardo Bartagelista, *Los otros mundos del hombre*, Rosario: Comarca, 1980.
40. José Ferrater Mora, verbete "Realidad" in: *Orígenes de la filosofía*, Buenos Aires: Sudamericana, 1958, 4. ed.
41. Ver a este respeito M. Bunge, op. cit., p. 319 e seq.; Ken Wilber, *Um deus social: breve introdução a uma sociologia transcendental*, São Paulo: Cultrix, 1983, p. 70; e Tilus Bunnhardt, *Ciencia moderna y sabiduría tradicional*, Madrid: Trunus, 1982, p. 10.
42. Alan Watts, *Tudo o que não deixa você saber quem você é*, São Paulo: Três, s.d., p. 17.
43. Ken Wilber, *La conciencia sin fronteras*, Barcelona: Kailás, 1984.
44. Martín Heidegger, *Carta sobre el humanismo*, Buenos Aires: Hudsar, 1972.
45. Isto se faz evidente, ademais, assim que tomamos contato com qualquer parte de sua obra.
46. Irving Zeilin, *Genealogia y teoría sociológica*, Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
47. Max Weber, *Ensayos críticos sobre la lógica de las ciencias de la cultura*, in: M. Weber, *Ensayos sobre...*, op. cit.
48. Augusto Donato, "Primeira lição", in: *Curso de filosofia positiva*, São Paulo: Abril, Col. "Os pensadores", 1973, p. 7-46.
49. C. Geertz, op. cit., p. 121.
50. Lucien Goldmann, *Ciências humanas e filosofia*.
51. Max Weber, "La objetividad del conocimiento en la ciencia social y en la política social", in: *Ensayos sobre...*, op. cit., p. 59 e seq.
52. K. Jaspers, op. cit., p. 2 e 8.
53. *Ibidem*, p. 13, 14.
54. Freund, op. cit., p. 9, isto para ser coerente com sua convicção de que a realidade é infinitamente diversa.
55. *Ibidem*, p. 16.
56. Max Weber, *Economía y sociedad*, op. cit., p. 19 e seq.
57. Vincent Van Gogh, *Cartas a Theo*, Barcelona: Barçal, 1971, p. 75.

56. *Ibidem*, p. 76.
59. Max Weber, *El problema de...* op. cit., p. 62.
60. Max Weber, "Psicología social de las grandes religiones", in H. H. Gerth e C. W. Mills (org.), *Ensayos de sociología contemporánea* (por Max Weber, Barcelona: Martínez Roca, 1972, p. 327-362.
61. *Ibidem*, p. 330.
62. *Ibidem*.
63. Ver J. M. G. Blanco, op. cit., e Piero Possal, "Introdução", in Max Weber, *Ensayos sobre...* op. cit.
64. M. Weber, "La objetividad..." op. cit.
65. *Ibidem*, p. 104.
66. Ver especialmente os ensaios reunidos in M. Weber, *Ensayos sobre...* op. cit.
67. Afonso Lázaro, "Os outros mundos do homem e a sociologia: a multidimensionalidade do real e o conhecimento científico", in *Cadernos de Textos CCHLA*, n. 30, Universidade Federal de Paraíba, dezembro 1990, p. 5 a 10.
68. M. Weber, *Economía y sociedad*, op. cit., p. 8.
69. *Ibidem*.
70. *Ibidem*, p. 4.
71. J. Freund, op. cit., p. 25-27.
72. Th. Adorno e M. Horkheimer, op. cit., p. 19.
73. Alejandro Serrano Caldera, *Filosofía e crise: pela dialética latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 19.
74. J. Freund, op. cit., p. 24.
75. Aldo Gargani (org.), *Crise de la razón. Nuevos modelos en la relación entre saber y actividad humana*. México: Siglo XXI, 1983, p. 42-3.
76. K. Jaspers, op. cit., p. 8.
77. M. Weber, "La objetividad..." op. cit., p. 61.
78. Auguste Comte, op. cit.
79. J. Freund, op. cit., p. 25-6.
80. Ver, por exemplo, Peter Berger, *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 26.
81. C. W. Mills, *A imaginação sociológica*, op. cit., p. 24.
82. M. Weber, *Economía y sociedad*, op. cit., p. 4.
83. M. Weber, "La objetividad..." op. cit., p. 44.
84. M. Weber, *El problema...* op. cit., p. 14 e seg.
85. *Ibidem*, p. 12. Retoma este lema in "La objetividad..." p. 79-95, e respeito do "tipo-ideal".
86. M. Weber, *El problema...* op. cit., p. 13.
87. *Ibidem*, p. 25-8.
88. *Ibidem*, p. 26.
89. *Ibidem*, p. 14. Tema retomado in "La objetividad..." op. cit., p. 76-7, 83-6, 95 e 99.
90. Carlo Guireburg, "Señales, falas de un paradigma indiciario", in Aldo Gargani, op. cit., p. 55-100.
91. Sérgio Bagú, *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.
92. Edmund Leach, *Un mundo en explosión*. Barcelona: Anagrama, 1970.
93. Edward Hall, *Más allá de la cultura*. Barce-
- celona: Gustavo Gili, 1978.
94. Mikhail Bakunin, "Humanismo y cientificismo", in: *La Libertad*, Grijó. Ediciones Júcar, 1980, p. 60 e seg.
95. Julio Cortázar, "Manual de instrucciones", in: *Historias de cronopios y de famas*. Buenos Aires: Sudamericana/Sudamericana-Planeta, 1987, p. 9-30.
96. M. Weber, *El problema...* op. cit., p. 16.
97. *Ibidem*, p. 17. Weber retoma este assunto in: "La objetividad..." op. cit., p. 57-62.
98. *Ibidem*, p. 18.
99. *Ibidem*, p. 19.
100. *Ibidem*, p. 51-2. Este lema é retomado in "La objetividad..." op. cit., p. 44, 49-50, 66-67, 71. Ver a observação de Adorno e Horkheimer, op. cit., p. 25 (O mundo desprovido de valores em si, todos são atribuídos).
101. Freund, op. cit., p. 24 e seg.
102. M. Weber, *Economía y sociedad*, op. cit., p. 6.
103. M. Weber, *El problema...* op. cit., p. 43.
104. *Ibidem*.
105. M. Weber, *Economía y sociedad*, op. cit., p. 5.
106. *Ibidem*, p. 14-15.
107. *Ibidem*, p. 13.
108. M. Weber, "La ciencia como vocación", in H. H. Gerth e C. W. Mills, op. cit., p. 190.
109. J. Freund, op. cit., p. 27 e seg.
110. H. H. Gerth e C. W. Mills, op. cit., p. 13.
111. M. Weber, "La ciencia..." op. cit., p. 190-2.
112. *Ibidem*, p. 176.
113. J. Freund, op. cit., p. 19 e seg.
114. M. Weber, "La ciencia..." op. cit., p. 182. Citos meus.
115. J. Freund, op. cit., p. 23-24.
116. Max Horkheimer, *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
117. Th. Adorno e M. Horkheimer, op. cit., p. 36-7.
118. M. Horkheimer, op. cit., p. 14.
119. K. Jaspers, op. cit., p. 7. Ver também J. Freund, op. cit., p. 17.
120. M. Weber, "La ciencia..." op. cit., p. 182.
121. Ahín Gouichon, *La crise de la sociologie occidentale*. Buenos Aires: Amorrortu, 1979, p. 446-7.
122. Ver a esse respeito, Fritjof Capra, *Uncommon wisdom conversations with remarkable people*. London: Rider, 1988, e Arun Sahay, *Max Weber y la sociología moderna*. Buenos Aires: Paidós, 1974.
123. C. Geertz, op. cit., p. 122.
124. J. Zetlin, op. cit.
125. Timothy Wilson, *Os precursores das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 30.
126. Émile Durkheim, "As formas elementares da vida religiosa", in: Durkheim. São Paulo: Abril Cultural, Coll. "Os Pensadores", 1982, p. 205-245.
127. M. Weber, "La objetividad..." op. cit., p. 101.

DE ECONOMIA E SOCIEDADE



Reprodução: Elise de Souza



Vamireh Chacón

A ENCRUZILHADA DE ECONOMIA E SOCIEDADE

Uma das grandes obras incompletas *Wirtschaft und Gesellschaft*, em português *Economia e sociedade*, a incompleta culminação do pensamento de Max Weber, divulgada no Brasil desde 1944 na tradução espanhola do Fondo de Cultura Económica do México, em seguida noutros idiomas, aparece agora pela primeira vez em português. Não seria justo excluir o grande público do acesso direto a este livro.

Ele pertence à categoria das grandes obras inconclusas, mas também nisto está em boa companhia — na de *O capital*, de Karl Marx, que só terminou seu primeiro volume, deixando os demais aos cuidados dos amigos, e da *Introdução às ciências do espírito*, de Wilhelm Dilthey, com seus volumes subsequentes prosseguidos pelo genro.

Economia e sociedade compõe-se dos originais encontrados pela viúva Marianne Weber, entre os dispersos de Max Weber, sinais de um ou mais livros que deixara em elaboração. O que não significa que não tenha certa unidade, melhorada nas sucessivas edições alemãs por críticos especializados.

De qualquer modo, nem este nem nenhum outro é livro sagrado fundador do *weberianismo*, que simplesmente não existe. Isto fica para as ideologias que se projetem em teologias, com querelas de exegese bíblica, mais que mera hermenêutica, em disputas de retardado sabor medieval.

Na França, os durkheimianos chegaram a aposar-se do ensino universitário de sociologia, inclusive com certo familiarismo, parentes compartilhando cátedras entre si...

Nem uma coisa nem outra aconteceu nunca aos weberianos, na realidade continuadores dos métodos de pesquisa e das intuições de Max Weber, em vez de adeptos de ideologia ou de escola.

Intento aqui uma análise direta dos seus textos, apoiada nas suas primeiras críticas surgidas ainda nos tempos da República de Weimar e por mim levantadas quando estudante na Alemanha desde 1955 e 1956. Algumas delas só utilizadas antes pelos seus principais sucessores, num esforço de mapear a genealogia das idéias de Max Weber. Para isto, a biografia escrita pela viúva é ainda uma fonte indispensável: assinala seu itinerário intelectual desde as primeiras influências por ele recebidas, no livro clássico escrito por Marianne Weber.

PRIMEIRAS INFLUÊNCIAS EM MAX WEBER

Já no curso secundário, Max Weber se interessava por Kant e combinava leituras de Maquiavel com as de Lutero, lições conduturas decente presentes em toda sua evolução posterior... Mas o adolescente tinha de concentrar-se mesmo em história e literatura greco-latina, na linha humanística do longo *gymnasium* da época, muito parecido com a formação francesa do *baccalauréat* nos liceus, para

fazermos uma aproximação com nossa herança neolatina.

Em cartas, revela de novo precoce interesse por temas se alongando na política: o conflito entre Cícero e Catilina... Sem maiores preocupações poéticas juvenis.

Atinge os dezoito anos, ingressa na Universidade de Heidelberg, interrompendo brevemente os estudos para serviço militar em Strasburgo, em plena Alsácia recém-anexada ao *Reich*, sua primeira janela para o mundo além do germânico.

Max Weber escolhe como áreas de concentração, em primeiro lugar, direito, *Hauptfach*, história, economia e filosofia como correlatas, *Nebenfächer* na terminologia escolar alemã. Começa uma formação de jurista, como a do pai, depois também político, lendo as pandectas e instituições do direito romano. Na economia, principia pelos historicistas Roscher e Knies, aos quais refutaria muito depois, sem perder de todo a influência deles recebida.

Mas será o neokantiano Kuno Fischer que mais o marcará em Heidelberg, ao ouvir suas preleções incentivando a precoce empatia por Kant vinda dos tempos adolescentes do *gymnasium*.

Um primo, Otto Baumgarten, concluindo o curso de teologia na mesma universidade, redescobre-lhe a religião por caminhos intelectualizados, apresentando-lhe leituras do filosofante Schleiermacher e até as do heterodoxo, porque ateu, Strauss.

O tema da sua graduação, *Promotion* como dizem os alemães, gira em torno da história da Roma antiga, no tema um tanto técnico das diferenças entre *colonia* e *municipium*, para o qual contou com a assistência nada menos que do grande Theodor Mommsen. Linha romanista aprofundada na seqüência, de novo muito alemã, do doutoramento e livro-docência (*Habilitationsschrift*) versando sobre a história da agricultura romana no tempo do império. Termina a universidade com especialização em direito comercial, romano e germânico, algo que pode soar estranho às novas gerações, principalmente não-alemãs, dedicadas desde cedo ao quantitativismo estatístico em vez daquela ênfase qualitativa humanística. É que o historicismo permeava toda a época de formação de Max Weber.¹

O tempo era também de esperanças liberais.

Morria o kaiser, Guilherme I, grande amigo de Bismarck e beneficiário dinástico da sua unificação militarizada da Alemanha. Grandes esperanças se depositavam no reinado do seu filho Frederico, prematuramente falecido.

O pai de Max Weber, deputado no Parlamento federal, o *Reichstag* de Berlim, delas compartilhava, embora na direção do liberalismo conservador, liberalismo de direita do grupo *nacional-liberal* de Bennigsen: autoridade ainda em primeiro lugar, sem dúvida, porém necessariamente temperada pela liberdade como sinônimo de responsabilidade dos dirigentes perante os eleitores.

Apresenta-se muito sintomático um pronuncia-

mento do jovem Max Weber, em plenos vinte anos, a respeito da proibição do partido socialista, a perseguição aos seus parlamentares por Bismarck, na chamada *Sozialistengesetz*: os social-democratas poderiam estar agitando, mas isto não justificava, em nenhuma hipótese, o mal maior, o presente de greço do *cesarismo bismarckiano*.²

Esta repulsa ao autoritarismo, em favor de um realista conservadorismo esclarecido na prática, ao lado das mais audazes antecipações teóricas, permanecerá em Max Weber até o fim da vida. Ao término da Primeira Guerra Mundial, ele volta ao tema, condenando o *Parlamento militarizado* (*Parlament-Heer*) e a própria legislação social de que Bismarck se vangloriava contra os socialistas, acusada de *demagógica* por eles e pelo próprio Max Weber, além da campanha anticatólica (*Kulturkampf*), burocratização universal e autoritária (culminando na *mais irracional das formas da burocracia: a patrimonial*) e submissão do Parlamento, tudo resultando no vácuo político em que acabou se resumindo a herança de Bismarck.³ Contribuindo para a derrota da Alemanha liderada na Primeira Guerra Mundial em parte pela incapacidade do kaiser Guilherme II em assumir o autoritarismo herdado, seguido pela baderna da República de Weimar na generalização do vácuo de poder, enfim preenchido e suicidado pelo nazismo... Mesmo que não limitássemos as causas do processo, elas seriam estas, pelo menos em grande parte...

As sucessivas mortes dos imperadores Guilherme I e seu filho Frederico, que prometia superar o autoritarismo filo-bismarckiano antes de Guilherme II tentar exercê-lo sem a mesma competência, liquidaram as esperanças liberais moderadas numa monarquia constitucional alemã, à maneira da britânica adotada, com êxito, nas vizinhas Bélgica, Holanda e Escandinávia. Max Weber sentiu-se muito abalado, participando das apreensões do círculo paterno, noutra precocidade, a da decepção política, compensada por uma dedicação maior aos estudos filosóficos. Kant volta ao centro das suas preocupações, sombra que nunca deixou de acompanhá-lo desde cedo. Observe-se bem: Kant, o patrono último dos liberais alemães, em nenhum momento Hegel nas suas vertentes de direita e de esquerda levando ao nazifascismo e ao marxismo.

O marco inicial de Kant é quando Max Weber se aproxima de Heinrich Rickert, sucessor de Wilhelm Windelband na liderança neokantista em Heidelberg, paralela à desenvolvida então na Universidade de Marburgo desde Hermann Cohen, Paul Natorp e Ernst Cassirer, esta mais na direção da lógica, aquela na da axiologia. Marianne Weber testemunha também as influências de Dilthey e Simmel, ainda neokantistas, nas leituras do jovem Max Weber, rumo à *teoria dos conceitos gerais das ciências da cultura, o mais característico da lógica da história segundo Weber*.

Para este, na linha daqueles, era a preocupação pelo relacionamento entre valores culturais e impera-

tivos éticos, velho dilema do dualismo implícito em Kant...⁴

Lamunha é a influência de Kant em Max Weber, refletida no seu freqüente recurso a Rickert e Windelband, mas os debates com a herança de Stammler e Simmel, além do recurso próprio, porém eficaz, a Dilthey, que bem podemos considerá-lo um neokantiano, embora indo muito além das fontes. Daí a necessidade de mencionarmos um pouco suas matrizes em Kant e Rickert.

Quando Kant irrompeu no pensamento mundial, em meados do século XVIII, David Hume revolucionava com sua tentativa de descobrir uma nova adequação entre razão e realidade, definindo pela primeira vez os juízos analíticos ($A = A$) e os sintéticos ($A = B$), em sentidos correspondentes às *vérités de raison* e *vérités de fait* de Leibniz, isto é, juízos que valessem em todos os mundos possíveis, pois o predicado estaria contido no sujeito (por exemplo: o triângulo tem três lados, tautologia de $A = A$), ou não estaria contido (por exemplo: o homem é mortal, constatação empírica de $A = B$).

Kant, respondendo a Hume, dizia que os juízos analíticos permanecem sempre tautológicos, evidentes por si mesmos. As sentenças das *vérités de fait*, universais e necessárias, não precisando de verificação, são juízos sintéticos *a priori* (noutro exemplo: $7 + 5 = 12$, textualmente nos *Prolegômenos a qualquer metafísica futura*).⁵

A preocupação de ambos estava muito marcada pelo grande impacto, na época, da mecânica de Newton. A partir daí, as soluções de Kant iriam converter-se em novos dilemas, depois resolvidos parcialmente pelos neokantianos culturalistas.

Na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant resume:

Todo conhecimento racional ou é material e considera algum objeto, ou é formal, ocupando-se apenas da forma do entendimento e da razão em si mesma, e das regras universais do pensamento em geral, sem distinção de objetos.

A filosofia formal corresponde à lógica: a material, quando estudar a natureza, é a física, e quando a liberdade, é a ética: *As leis da natureza como objeto da experiência são leis pelas quais tudo sucede (müssen) e as da liberdade segundo as quais tudo deve suceder (sollen)*.⁶ Distinção depois retomada e desenvolvida pelos neokantianos.

Nada melhor que os textos: a exatidão compensa a monotonia.

Está mais que claro o paradigma matemático em Kant, só que perturbado pelo paradoxo teológico que ele queria exorcizar, mas retornando impune no momento em que Kant procura regras também universais para o comportamento humano...

Querendo racionalizar ao máximo a autonomia ou liberdade da vontade, esta seria também um imperati-

vo, noutra abstração matematizante, uma proposição igualmente sintética *a priori*.

porque a minha vontade afetada por apetites sensíveis sobrevém, além disso, a ideia dessa mesma vontade, mas pertencente ao mundo inteligível, pura, por si mesma prática, que contém a condição suprema da primeira segundo a razão...

Querendo superar o dualismo, Kant apresentava o imperativo categórico, tentando erigir o amor evangélico, em regra universal, de conduta obrigatória racional como solução monista: a equação humana (os comportamentos individuais deveriam generalizar-se em reciprocidade sistemática)... Daí a imagem kantiana retirada da astronomia: a lei moral dentro das convicções como a harmonia dos céus estrelados...

A escola neokantista de Baden-Heidelberg, através de Windelband e Rickert, preferia partir do implícito dualismo de Kant, desenvolvendo-o na direção da axiologia e do culturalismo, enquanto a de Marburgo – por Natorp, Cohen e Cassirer – optaria pelo seu explícito monismo nas suas consequências matematizantes e de lógica das formas simbólicas.

O NEOKANTISMO DE WINDELBAND

Kant, pessoalmente, decidira-se pela *ontofobia*, como ironicamente a classificou Ortega y Gasset, ao deter-se diante do nómeno, a substância em si, limitando-se aos fenômenos. Na crítica de Windelband, um dos primeiros neokantistas e mestre de Rickert, o racionalismo confina-se à forma e, ainda assim, ao preço da subjetividade dela.

Windelband foi ainda mais longe, reconheceu a implicação absoluta do imperativo categórico ao mostrar que, para Kant, a moral, enquanto teorema de natureza, explica e justifica a religião, em vez do contrário: *A religião racional de Kant não é, pois, religião natural e sim teologia moral.*⁷ Era o dilema da absolutização da teologia enquanto expressão também matemática.

O dualismo de Kant desabrocha na metodologia das ciências sociais pelas mãos de Wilhelm Windelband, passando às de Max Weber pelas de Heinrich Rickert, em meio ao debate do qual também participaram Wilhelm Dilthey, Georg Simmel e Rudolf Stammler, entre outros neokantistas pré-culturalistas. Windelband já falava, em 1891, na sua *História da filosofia*, da especial tensão gerada kantianamente entre ciências da natureza e ciências do espírito, na terminologia de Dilthey. Mas no seu discurso reitoral no jubileu da Universidade de Estrasburgo, em 1894, então alemã, *História e ciência da natureza*, cria as expressões *ciências nomotéticas* e *ciências idiográficas*, algo diversas das anteriores, como se verá adiante.

O pressuposto de Windelband era de que o método lógico não seria fecundo partindo da pura abstração, reconhecendo assim o avanço das ciências naturais diante da metafísica, desafio maior à filosofia desde os tempos de Newton/Kant. Não esqueçamos que Windelband viveu a época da descoberta naturalista da psicologia experimental por Wundt e muitos outros então num auge de prestígio com um sabor newtoniano nas ciências humanas.

Isto deve tê-lo influenciado para que, no prazo de três anos, Windelband abandonasse a terminologia diltheyana, *ciências da natureza* e *ciências do espírito*, alegando sua simplista implicação de separação entre corpo e alma vindo dos medievais e Descartes, Spinoza e dos próprios idealistas alemães. Daí Windelband admitir que se dissesse até *ciência natural do espírito* (*tic!*). Recusa ao termo e ao sentido de *espírito*, converte-se em opção por *cultura* em Rickert.

Windelband prefere propor o que chama de *ciências nomotéticas* e *ciências idiográficas*. As nomotéticas expressando juízos formais apodícticos e as idiográficas os juízos empíricos assertivos, pois,

as ciências empíricas buscam no conhecimento do real uma das duas coisas: ou o geral sob a forma de lei natural, ou o especial sob a forma de determiná-la pela história. Contemplam, por um lado, a forma permanente e imutável, por outro o conteúdo transitório, determinado por si mesmo, do acontecer real. Uma são ciências das leis, outras as ciências dos acontecimentos: as primeiras ensinam o que sucede sempre, as segundas o que aconteceu alguma vez. Daí, nomotéticas e idiográficas.

Enfatizando tratarem-se de formas do conhecimento, nunca o conteúdo dos seus objetos, na continuidade da distinção de Kant entre a percepção dos fenômenos e a imperceptibilidade dos nómenos ou essências, Windelband insistia no empirismo tanto das ciências nomotéticas quanto das idiográficas, empirismo desde o alvorecer da filosofia na Grécia pré-socrática, que começara, pelas ciências naturais, o estudo da *physis*:

A pesquisa da natureza e da história têm em comum... o sentido de ciências empíricas, que quer dizer que partem... de experiências, de fatos captados pela percepção.

Aponta o microscópio de umas e o manuscrito de outros, seus instrumentos de trabalho...

Mas o esforço de Windelband não se limitava a distinguir as ciências e sim dirigia-se à expansão do estudo das que depois se chamariam culturais para Rickert o *sociaty* e *humanas* em geral: *até agora, o interesse da lógica se orientou muito mais para o nomotético que o idiográfico*. Parecia-lhe necessário,

mesmo urgente, contra-atacar com maior veemência que Kant nos tempos de Newton invadindo a filosofia pelas mãos de Hume.

Windelband viu no valor, subjacente à cultura, o início da distinção fundamental entre aqueles dois ramos da árvore do conhecimento, o que torna sua visão antecipada da subsequente axiologia de Rickert e de outras correntes. O homem teria *vida cultural* porque dispõe de elos históricos valorados. Rompidos, teria de recomeçar sempre. O valor é a graduação do conhecimento. Mas o valor não termina sendo metafísico?...

A SEQUÊNCIA DE RICKERT

Windelband detém-se kantianamente na porta da contradição: *Ele aqui porque toda experiência histórica e individual nos reserva um resíduo de coisas incompreensíveis, algo inexprimível, indefinível.*⁸

O tema foi retomado por Heinrich Rickert em 1896, a partir das suas preocupações sobre *Os limites da conceitualização na ciência natural* refundidas em 1902. Em 1910 surgiu, a pedido de Windelband, sua ampliação em *Ciência cultural e ciência natural*, todas antes da morte de Max Weber em 1920, e que sobre ele iriam exercer grande influência no seu convívio com Rickert no professorado de ambos em Heidelberg.

Também Rickert partia de Dilthey, porém tendendo para Windelband.

Começa discordando, como este, do termo *ciência do espírito* daquele, ao negar que haja diferença material de objeto nas ciências. A realidade seria uma só.⁹ Difeririam apenas os métodos de enfocá-la.

Fiel neokantiano, Heinrich Rickert até no valor se detinha diante do patamar essencial do nômeno, concluindo: *Dos valores não se pode dizer que são nem que não são reais, e sim apenas que valem.* Do mesmo modo que não há valores materiais, também não existem os espirituais, os valores simplesmente vlgem. Em *Os problemas da filosofia da história* define cultura como *um acontecer referido a valores*.¹⁰

É também sintomático o reaparecimento, em Rickert, da crítica a Wundt: o experimentalismo da psicologia seria extensivo às ciências sociais em geral, mas acrescentando *não há ciência da história sem filosofia da história*.¹¹ Tudo termina, formalmente pelo menos, em filosofia como o demonstrara Kant. Ao contrário de Croce, na rota de Hegel, para quem a filosofia se dissolve na história.

Não existe espaço, portanto, para determinismos nesta visão. Inclusive no materialismo histórico de Marx, que parece a Rickert uma projeção conteudista quebrando a formalidade categórica, uma hipótese com pretensões absolutas tomando a parte pelo todo.¹²

Mereceria análise à parte, por si só, o caminho apontado por Rickert para o trânsito da historiografia

à historiologia e à historicossafia. Basta percorrer algumas das suas mediações analíticas para constatar-mos a segurança da sua bússola metodológica, que encontrou em Max Weber o seu maior eco.

Rickert parte do conceito de conexão histórica.

Para ele, o método causal, opondo-se ao teleológico, nada diz; é tautológico, *porque toda ciência empírica tem a ver com nexos causais*. A banalidade daria margem até a ambigüidade.

A conexão histórica, propriamente dita, procederia em duas dimensões: a latitude como a *relação que une o objeto ao mundo circundante* e a longitude enquanto *as interconexões das várias fases pelas quais a relação atravessa*. Portanto, os nexos causais são realidades empíricas e as generalizações históricas apenas conceitos. Por mais que se procure abranger o todo, não se esgotam suas partes (o nômene acena de novo no horizonte que se distancia sempre...).

O historiador, em sentido lato o cientista social, pois Rickert não perde oportunidade de discordar tanto da sociologia filosofante de Comte quanto no extremo oposto a filosofia historicizante de Croce; tanto o historiador quanto o cientista social não valoram seus objetos, já os encontrando valorados pela cultura a qual estudam, devendo limitar-se a ser fiéis à sua descrição quase fenomenológica, noutra antecipação de Rickert que aproxima implicitamente Max Weber e Edmund Husserl, segundo Alfred Schuetz depois observaria tão bem. Noutras palavras, textualmente, *uma ciência generalizadora livre de valores*, em lugar de uma uniformização valorativa para todas direções culturais, ou para as culturas em geral.

Não há, enfim, lei na história, lei histórica seria *contradictio in adjecto* (sic): *Dever-ser cultural* (sollen) e *dever-ser natural* (müssen) *excluem-se na perspectiva conceitual, e unicamente por conta da mencionada multivocidade da palavra lei é possível falar de uma lei do progresso*. Mesmo assim,

*A idéia de progresso... suspenderia, em sua peculiaridade, a apreciação imparcial de todos os fatos históricos e mediarla o passado em favor de um tempo futuro...*¹³

Tudo isto repercutiria profundamente em Max Weber. Estas considerações servem muito para aclará-lo.

Dentre os vários ensaios, escritos por Max Weber sobre metodologia, destaca-se um, no que diz respeito às suas relações com Rickert: *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais e políticas*, no qual começa logo agradecendo as contribuições de Windelband, Simmel e, especialmente, *no que se refere ao nosso objetivo, as de Heinrich Rickert*.

Em seguida, desdobra sua representação de uma ciência social como *ciência da realidade*, distinção depois retomada por Hans Freyer ao defini-la como *uma ciência do ethos e não do logos*.

Daqui resulta, explica-o antes Weber, que todo

conhecimento é sempre um conhecimento subordinado a pontos de vista especificamente singulares. No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio.¹⁴

Para não cair num nominalismo idiográfico além de Windelband, Max Weber reconhece o valor já contido no fato social anteriormente à consideração do analista científico e recorre ao *tipo-ideal* também proposto por Rickert em obra precedendo as suas, *Os limites da construção do conceito nas ciências naturais*, primeiro surgida em 1902, com as edições seguintes à morte de Weber, de 1921 em diante, a ele dedicadas.¹⁵

O TIPO-IDEAL WEBERIANO

Max Weber amplia o ponto de partida rickertiano, numa elaboração conceitual que vai muito além e com maior influência nas gerações seguintes:

Obtém-se um tipo-ideal mediante a ênfase unilateral de um ou vários pontos de vista e, mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que podem ocorrer em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente enfatizados, a fim de se formar um quadro homogêneo do pensamento.

Itinerário puramente lógico-abstrato, embora fundamentado na realidade, porém visando também evitar as generalizações: seria, nas suas próprias palavras, *taquígrafia dos conceitos*.

A este sentido se limitariam as leis históricas, inclusive as de Marx, na medida da sua aproximação diante da realidade.¹⁶ Tipo-ideal significando uma hipótese ou recurso heurístico a fim de encontrar a hipótese correta.¹⁷

É bem verdade que Jung antecipara a tipologia, pelo menos psicologicamente, muito antes, concluindo, em 1920, ano da morte de Max Weber, ser o tipo (ideal) *o exemplo ou modelo que reflete, de modo característico, o caráter de uma espécie*. Corresponderia, neste sentido, a uma disposição próxima do conceito de percepção segundo Wundt,

*com a diferença de que o segundo destes dois conceitos inclui o processo de relacionamento do conteúdo que será percebido, ao passo que o conceito de disposição só se refere ao conteúdo subjetivamente exposto. A disposição significa uma expectativa e uma expectativa opera sempre selecionando e imprimindo uma direção.*¹⁸

Neste caso, seria Max Weber quem influenciou Karl



Jaspers no relacionamento estreito do qual recebeu, por sua vez, também influências, ficando muito claro este seu débito intelectual para com Rickert no que se refere aos tipos-ideais e aos valores, conforme seu próprio irmão, Alfred Weber, reconheceu.¹⁹ Pois o tipo-ideal liga-se intrinsecamente à questão da liberdade frente aos valores ou neutralidade axiológica, *wertfreiheit*, na separação entre juízos de valor e juízos de realidade que também preocuparia Durkheim embora numa direção mais positivista.

Alfred Weber, irmão de Max e também sociólogo, testemunha a origem desse debate. Max Weber dirigiu-o inicialmente contra os chamados *socialistas de cátedra*²⁰, aqueles em torno de Gustav Schmoller nas universidades alemãs, que pretendiam reformas de cima para baixo (com o tempo apareceriam até marxistas de cátedra, sem contatos com o povo...).

Realmente, Max Weber começa o seu ensaio *O sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e econômicas*, atacando Schmoller embora defendendo a liberdade de cátedra para este e outros tipos propriamente radicais de socialismo, apesar de concluir a respeito deles que, *De todos os tipos de profecias, a profecia professoral, caracterizada pessoalmente neste sentido, é a única totalmente insuperável*.

Ele não queria uma universidade deformada por *serviçais funcionários fiéis ao Estado*, mas também repelia os teóricos carismáticos pensando fazer da universidade partido político...

Tanto quanto concordava com Windelband, Simmel e especialmente Rickert em *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais e políticas*, no outro ensaio ele se remete sobretudo a Gustav Radbruch *na que se refere à impossibilidade de dar uma solução definitiva a certas avaliações últimas*.

O neokantiano Rudolf Stammler dele recebeu uma crítica, mesmo complicada, *Crítica a Stammler*, de início a propósito das opiniões dele sobre o materialismo histórico de Marx, em seguida, e muito mais um debate acerca do conceito de compreensão abrangente, nele ausente na opinião de Weber.

Observe-se bem: de Windelband a Simmel, Radbruch e Stammler, concentrando-se em Rickert, todos neokantistas. Para eles, na herança implicitamente dualista de Kant, a ciência social, idiográfica ou da cultura ou do espírito, relativiza e nunca propõe juízos apodícticos, absolutos, nem mesmo a partir da experiência. No máximo, axiologicamente, ligados a valores, na *Wertbeziehung* como dizia Max Weber, ou *Wertbezogenheit* segundo preferia seu irmão Alfred: *os interesses culturais, isto é, os interesses axiológicos, indicam a direção do trabalho puramente empírico-científico*.²¹

Alexander von Schelling, um dos primeiros grandes críticos de Max Weber, senão o primeiro, quase imediatamente após sua morte, explicava que, para ele,

a ciência é uma parte da vida cultural e, enquanto

tal, ela própria é uma parte vital em movimento no todo. A racionalização não se dirige mais aqui aos conteúdos materiais da experiência e sim à forma, na qual se desenvolve o conhecimento racional do mundo da experiência.²²

Este ensaio foi ampliado em livro, no qual Schelling mostra como, por aquele caminho, Max Weber projetara sua sociologia da religião numa sociologia da cultura e esta numa sociologia do conhecimento. Ou, refazendo o itinerário, partira das categorias neokantianas de Rickert em termos de conhecimento socializado, no sentido epistemológico e não no político de estatização, rumo a uma análise não-valorativa da cultura já valorada por definição, desentranhamento viabilizado pelo método do *tipo-ideal*.²³

Ainda Schelling mostrou, a propósito do *tipo-ideal*, como a racionalização weberiana refere-se à forma, não aos conteúdos de experiência material. Tanto mais Weber teria enfatizado a relatividade e a subjetividade, tanto mais se teriam separado a *valoração* (*Wertung* em geral) e a *relação a valores* (*Wertbeziehung* específica): O objeto histórico mostra de novo sua condição subjetiva. Onde terminou duvidoso se o significado (*Deutung*) weberiano seja realmente causal ou apenas orientado pela categoria da causalidade. O que induziria Max Weber a recorrer também ao argumento do acaso, e com ele à intuição, uma dimensão psicológica, donde também sua proposta de fusão entre história, sociologia e psicologia.²⁴

CASSIRER E AS CIÊNCIAS CULTURAIS

Ernst Cassirer, oriundo da mesma faixa neokantiana de Max Weber, iria depois optar pela explicação formal analítica, em vez do conteúdo, levando sua crítica das ciências da cultura a uma filosofia das formas simbólicas, segundo o apontou muito bem Jürgen Habermas.²⁵

Cassirer também reconhecia seu débito para com Windelband e Rickert, embora lembrasse Platão para discordar da dicotomia fragmentadora das ciências em nomotéticas e idiográficas, o mesmo equívoco da divisão entre ciências naturais e culturais, embora menor. No seu lugar propunha a unidade das formas simbólicas — o mito, a linguagem verbal ou numérica, *a arte: meios característicos que o homem cria para separar-se do mundo com ajuda deles, unindo-se mais firmemente ao mundo por meio desta separação*. Desentranhamento e reconciliação mais kantianos que hegelianos, pois, epistemologicamente, permanecendo a unidade ontológica e a inacessibilidade última da sua essência: *Cada forma pode trocar-se em outra, tudo pode nascer de tudo, porém as qualidades e as propriedades são dados que só a observação empírica nos ensina a conhecer...* Das extrair das formas simbólicas, representações ativas mais que

meras imagens passivas, embora não autônomas, podendo os tipos-ideais serem considerados formas simbólicas, apesar destas irrem muito além deles em mitos, linguagens, ritos, valores e inclusive dimensões lógicas. A cultura tem um substrato material, mas é também um mundo intersubjetivo: *(O homem vive nas palavras da linguagem, nas imagens da poesia e das artes plásticas, nas formas da música, nos quadros forjados pela imaginação e fé religiosas. Assim, e só assim, conhecemo-nos mutuamente.*

Por isto as ciências em geral e as culturais em especial não se podem desembaraçar do antropomorfismo e do antropocentrismo. Cassirer vai além de Windelband e Rickert na sua diferenciação perante as ciências da natureza. E, para eliminar uma possível inferioridade epistemológica daquelas diante destas, mostra como as da cultura se, por um lado, não universalizam leis, têm condições, por outro, de ultrapassar a individualidade dos fatos e dos fenômenos: *Aspirar(m) a conhecer a totalidade das formas em que se realiza a vida humana.* Afinal de contas, os números são também fórmulas simbólicas, as da captação quantitativa da realidade.

Mesmo no nível categorico formal kantiano, Cassirer, em obra publicada em 1942, aproxima-se de Max Weber ao ver na interpretação e na compreensão o caminho para captar o fenômeno cultural, acrescentando a lingüística e a hermenêutica de Buehler e Dilthey como ponte para superar a antítese husserliana entre logicismo e psicologismo. Pois também o nómeno ou essência da cultura permanece inacessível, apenas refletido no espelho da sua cultura, mas sem poder dar a volta para ver o que está por trás do espelho. O próprio problema da origem da função simbólica não se pode resolver por meios científicos, retorno à *docta ignorantia* de Nicolau de Cusa...

Neokantianamente como o direito natural de conteúdo variável segundo Stammler, estrela polar guiando, porém inacessível, a cassiriana filosofia das formas simbólicas sequer se pretende *um pouco infinitamente distante*, o que nos limita à hermenêutica e análise lingüística das categorias deduzidas dos meios humanos de expressão...²⁶

Nada disso diminuiu o entusiasmo dos discípulos de Ernst Cassirer.

Para eles, o mestre teria estendido à cultura a revolução copernicana de Kant através não só da conversão das suas categorias em formas simbólicas explicativas da cultura, quanto também mediante seu novo tipo de síntese: do mesmo modo que os sons se transfundem em melodia e os vocábulos em sentenças,

cada área de integração se caracteriza pelo seu próprio enfoque e procedimento; cada qual envolve seu próprio princípio integrativo específico. Mas todos continuam, todavia, apenas funções da mesma mente integradora e, nela e através dos seus diversificados produtos, esta mente se revela

e revela o mundo da experiência como uma expressão ou manifestação da mente. É a maior diversidade de formas sem ser forçado a desistir da pretensão de última unidade na função criativa da mente.

Por estes caminhos, Cassirer teria ido muito adiante dos seus companheiros neokantianos da Escola de Marburgo, concentrados na lógica das ciências exatas como Hermann Cohen e Paul Natorp e, indiretamente, além dos outros neokantistas, os de Baden-Heidelberg como Windelband e Rickert, mais desintegradores que reunificando o conhecimento das ciências da cultura. As formas simbólicas cassirianas seriam aplicáveis tanto a estas quanto àquelas, com procedimentos diversos, mas reverendo à unidade inicial reexplorada, em vez de apenas subentendida.²⁷

Mesmo sem aderir ao entusiasmo dos discípulos, temos de reconhecer que o recurso à hermenêutica e à lingüística por Cassirer e à fenomenologia por Schuetz reforçam a compreensão weberiana, que não pode limitar-se a uma atitude impressionista. Max Weber, a seu tempo, usou basicamente os dados históricos, sobre os quais monta a sua monumental embora incompleta *Economia e sociedade*. Estas e outras fontes empíricas podem continuar, mas a sua interpretação só tem a enriquecer-se com aqueles novos enfoques e outros que se acrescentem.

SCHUETZ ENTRE HUSSERL E MAX WEBER

Esta vertente complementadora à de Cassirer, Alfred Schuetz procurou combinar a sociologia compreensiva de Max Weber e a fenomenologia de Edmund Husserl, ao enfatizar aquela subjetividade do tipo-ideal considerada perigosa para sua cientificidade segundo Schelling. Ou melhor, sua intersubjetividade consciente²⁸, remontando a Husserl em sua *redução intersubjetiva de uma consciência comum, aquilo que une as consciências individuais na unidade fenomenológica da vida social*.²⁹ Mas Schuetz apelaria demasiado ao sentimento, *angústia existencial* segundo Crausa Capalbo³⁰, enquanto também Max Scheler procuraria encarnar as abstrações lógicas husserlianas através da simpatia ou empatia; buscas de conciliação do humanismo com o logicismo.

Max Scheler deteve-se de passagem numa sociologia do conhecimento, pioneira ao lado da empreendida por Karl Mannheim noutro enfoque; porém Alfred Schuetz se concentrará no problema. Em livro de 1932, fins da República de Weimar, próximos da anexação hitlerista da Áustria, Schuetz apresentava, em Viena, uma introdução fenomenológica à sociologia compreensiva.

Ali ele intenta captar a temática básica da ação (*Handeln*) weberiana, impregnada de sentido, partindo da própria definição de Max Weber: *A sociologia*



é uma ciência, que quer compreender significativamente a ação social. O tipo-ideal seria o caminho para um sentido compreensivo que superasse o caráter idiográfico da história sem cair na tentação normatística da sociologia naturalista.

Mas para Schuetz os conceitos de adequação ao sentido e à causalidade não se combinariam, *vida e pensamento são realmente diversos*. A construção causal é ideal-típica e compreensivo o seu sentido. Sua descrição pode ser individual-empírica ou tipicizante.

Schuetz apresenta, então, uma dialética da anterioridade, circunstância e sociabilidade (*Vorwelt, Umwelt, Mitwelt*) para resolver o dilema. Só que cedendo muito mais que Max Weber à imprecisão da subjetividade, enquanto este procurava articulá-la com a objetividade no difícil equilíbrio da vida social.³¹ A proposta weberiana de síntese epistemológica é a compreensão.

A PRIMEIRA CRÍTICA WEBERIANA

Já os primeiros críticos a Max Weber, logo após sua morte no início da trágica República de Weimar, começaram a perceber que estavam diante de uma tentativa de sociologia como ciência cultural, porém valorativa. Era uma outra sociologia diante daquela proposta positivisticamente por Comte, prosseguida por naturalistas disfarçados indiretos. Uma nova sociologia compreensiva fronteira ou mesmo imersa na sociologia da cultura, um dos primeiros momentos em que esta se apresenta conceituada explicitamente como *Kultursociologie*.

Hans Oppenheimer entendeu tudo isto desde 1925, retomando a crítica recente de Alexander von Schelling no quadro da crítica weimariana.

Rickert é por ele destacado dentre as influências e o tipo-ideal focalizado como seu eixo. Dilthey vê-se inferiorizado neste sentido; seu vitalismo teria sido evitado por Weber em proveito de axiologia mais definida. Oppenheimer também articula Max Weber com outros contemporâneos neokantistas como Emil Lask e Gustav Radhruch mais ligados ao direito donde o próprio Weber provinha. Também não é esquecido o débito weberiano para com Simmel.

Em conclusão, Oppenheimer apresenta a sociologia como a *forma lógica do entendimento global da cultura*, o que inclui o próprio Oppenheimer entre os neokantistas.³²

Outro analista da primeira geração, Bernhard Pfister, distinguiu a sociologia compreensiva weberiana do historicismo de Schmoller respondendo a Menger num nível em breve ultrapassado pela maior exatidão conceitual de Max Weber ao recorrer ao tipo-ideal, de novo apresentado como influenciado principalmente por Rickert, indiretamente por Windelband, permanecendo contudo o dualismo natureza/cultura. O termo tipo-ideal Weber retirara de Jelli-



nek, porém recheando-o com Rickert. E, recorrendo ao testemunho da viúva, Marianne Weber, Pfister conclui mostrando que o inferno do lio da megalomania foi a polémica Menger/Schmoller, apesar de acabar ultrapassando-o.³³

Na segunda geração de críticos de Max Weber, na década seguinte, Raymond Aron retoma essa linha crítica em *La sociologie allemande contemporaine*, 1935, e no *Essai sur la théorie de l'histoire dans l'Allemagne contemporaine*, 1938, quando se diluiu a pressão de Rickert em favor da ênfase da sua influência.

A COMPREENSÃO WEBERIANA

Bernhard Pfister, na crítica weimariana a Weber, parla do real pressuposto que Max Weber, no seu ensaio sobre a polémica de Menger e Schmoller em torno do historicismo, enunciava, desde 1903, sua distinção entre *compreensão* (*Verstehen*) e *explicação* (*Erklären*), reconhecendo nisto o seu débito para com Dilthey, Windelband e principalmente Rickert, a fim de melhor iluminar o tipo ideal. Define então a compreensão como uma *revivescência* (*Nacherleben*) ou *vivência simultânea* (*Miterleben*), percepção por dentro e não só descrição por fora. Noutro artigo, chega a falar em *introyecção* (*Introjektion*), completando a *experiência* (*Erfahrung*).³⁴

Trata-se de antiga pretensão esta, a de levar a experiência além da reminiscência. F. H. Bradley foi talvez dos primeiros a abordar a questão, ainda na época de Max Weber.

Idealista hegeliano, caso raro no mundo do idioma inglês, Bradley tinha uma visão totalizante da história abrangente do passado, futuro e presente, quase à maneira delfica de Rainer Maria Rilke, quando este dizia:

De certo modo, o futuro já está contido no presente, pois aquilo a que chamamos de futuro age do mesmo modo como aquilo a que chamamos de passado. Ambos as noções, reunidas em nós, formam todo o presente.

Cada um de nós pode não ser Cajo Júlio César, mas pode se sentir como se o fosse.

Esta visão psicológica se completa epistemologicamente em Bradley, diante da objeção neopositivista de Bertrand Russell que César não mais nos diz respeito, levando-o a responder que se trata de uma *construção ideal* a separação entre presente, passado e futuro:

No final das contas, um centro fixo não tem identidade com qualquer passado ou futuro em si mesmo. A diferença, aqui, não é uma parede separando e isolando dois mundos. A experiência

imediate e sua idéia são, pelo contrário, uma em substância e realidade.

O todo hegeliano inspira, evidentemente, a busca de unidade por Bradley.

O passado morreu, o que dele ficou é a história, diria depois o historiador britânico Plump, elucidando indiretamente o que Bradley pretendia dizer quando escreveu que:

*Sua específica realidade (a de Cajo Júlio César) não se limitava ao seu próprio mundo ou tempo. Ele estava e continua presente onde qualquer coisa, que o universo contenha, estivesse presente na sua mente.*³⁵

Dá um crítico de Bradley concluir que, para esse, o passado é perceptível apenas porque já está inserido no presente.³⁶

Max Weber queria ir muito adiante: não só explicar o que resta de Cajo Júlio César quanto principalmente sentir-se como se fosse ele, compreendendo-o por dentro pela *revivescência*, ou pela *vivência simultânea* no caso de um contemporâneo. Pretensão bem mais ampla que a de Bradley e até que a de Karl Jaspers, de cuja psiquiatria Weber retirou a inspiração inicial do conceito de *compreensão*.

A RECÍPROCA INFLUÊNCIA MAX WEBER-KARL JASPERS

A *Psicopatologia geral* de Jaspers (*Allgemeine Psychopathologie*) surge em 1913, com sucessivas reedições atestando sua repercussão. Apesar de Max Weber já se preocupar, desde pelo menos 1903, com a *compreensão*, como acabamos de mostrar, este conceito se sofisticava em suas mãos por influência de Jaspers, conforme este depois relataria.

Para Karl Jaspers, quase à maneira de Kant, na linha da filosofia clássica alemã influente no seu tempo, *a toda do homem é uma espécie de inesgotável nómeno, necessitando de abordagem pela ciência do espírito* (termo de Dilthey por ele preferido ao de ciência da cultura segundo Rickert e Cassirer). Não bastam a biologia e a morfologia, inclusive com estatísticas e medições, à psiquiatria, diante da *infinitude do indivíduo*. A *alma* abrange tanto o consciente quanto o inconsciente nos seus múltiplos afluentes e conseqüências. Muitos mundos coexistem no mundo de cada um. Quanto mais complexa se torna a cultura e transmuta-se a natureza, mais difícil se torna entendê-las. A *explicação* tem de completar-se em *compreensão*, como em Max Weber.

Jaspers reconhece ter recebido de Max Weber a perspectiva da *compreensão*, que lhe devolve enriquecida, embora admita o mérito de Freud que também fizera psicologia compreensiva, apesar de imaginá-la naturalisticamente determinista...

Já para Karl Jaspers a *compreensão* qualitativa

intuitiva se articula com a explicação quantitativa descritiva. Não são métodos que se contrapõem e sim convergem quase à maneira de dedução e indução muito mais sofisticadas por que de novo explicadas nas suas implicações e desdobramentos.³⁷

Final de contas, o médico parece muito com o cientista social...

Jaspers reconhece na sua autobiografia o clima criativo irradiante do círculo de Heidelberg em torno de Max Weber, dissolvido com sua morte, quando Heinrich Rickert, por ciúme, rompeu com Karl Jaspers alegando que este apresentava indevidamente Weber como filósofo.³⁸ Rickert voltaria ao assunto publicamente, ao escrever um ensaio tentando demonstrá-lo como um historiador depois sociólogo, nunca porém um filósofo, por falta de especialização e ausência de sistema próprio. Até sua sociologia teria permanecido fragmentária... Rickert quase insinua que o homem, Max Weber, fora maior que a obra...³⁹

Um discípulo de Jaspers, Ernst Moritz Manasse, daria resposta indireta a Rickert, ao apontar, no estilo weberiano, *um sentido direto e falta de pretensão como os de Sócrates*... Tanto quanto este, quase lembrando Cassirer, caberia sempre a dúvida da *docta ignorantia*, ambos sempre permaneceram anti-dogmáticos inclusive a respeito de si mesmos e exigindo o mesmo dos seus prosseguidores criativos, mais que seguidores de um apóstolo...

Ao ver de Manasse, o que unia basicamente Weber e Jaspers era a conclusão da intimidade fundamental entre sociologia e psicologia. Vai até o ponto de afirmar um parentesco da filosofia da existência de Jaspers com a revivescência weberiana, por menos que Max Weber fosse filósofo. Também Kant aproximava os dois. Levanta mesmo a hipótese de Max Weber ter lido o próprio Kierkegaard, apesar de não se entusiasmar com Nietzsche já demasiado anti-sistemático para o seu gosto metodológico.⁴⁰

A ORIGEM DO CONCEITO DE COMPREENSÃO EM DILTHEY

Se quiséssemos continuar recorrendo à genealogia das idéias, poderíamos remontar às fontes bíblicas da hermenêutica em Schleiermacher⁴¹, dali rumando para toda uma sequência a desembocar em Wilhelm Dilthey, nisto influenciado pela tipologia do neokantista Trendelenburg.⁴² Seria demasiado esta digressão. Limitemo-nos à outra grande influência em Max Weber, Dilthey, ao lado de Rickert e Jaspers já analisados.

A principal contribuição diltheyana consiste na apresentação do tempo como vivência inter-humana, em lugar de mera duração das coisas. A duração das transformações físicas e químicas, em distantes planetas, só tem sentido na medida em que afetem o homem. Quantos milênios, não conscientizados e por consequência desconhecidos, não nos precederam na Terra?

O tempo não está apenas prontamente dentro de nós. Caso o fosse, Berkeley e os idealistas radicais teriam razão, o mundo seria uma mera projeção de nós mesmos. O tempo situa-se também entre nós todos. É, de algum modo, o ar histórico que nos alimenta, de início com a dimensão da memória, acervo das conquistas humanas. Legado donde sacamos experiências acumuladas, sem as quais não haveria ciência nem arte, que pressupõem continuidade geracional embora dialética.

Poder-se-á levantar, logo de início, contra Dilthey a acusação de um erro ainda maior em Bergson: a falsa oposição entre matéria e vida, partindo de um fator ignorado – o segredo biológico último, um dia a ser desvendado e seguido por outras incógnitas no quadro do inesgotável momento – antítese convertida por ambos em contemplação quase mística.

Mas Dilthey encontrou em Goethe a *unidade da vida e do ideal, a eterna identidade, a concretização da razão universal na vida da história*. E foi de Schleiermacher, como já o apontava Wach⁴³, donde Wilhelm Dilthey recebeu a hermenêutica por ele liberada da origem teológica e jurídica na direção filosófica.⁴⁴ Emancipação conseguida pela *autoconsciência metódica* das ciências do espírito, como diz Gadamer, através da importância concedida à psicologia em vez da mera abstrata metodologia análoga a muitas outras contemporâneas.⁴⁵

Dali partira Max Weber para chegar à conclusão que a sociologia, enquanto *logos* da sociedade, só pode ter uma percepção que seja histórica, embora não necessariamente historicizante. Isto é, seus recursos estatísticos e mesmo sociométricos em geral precisam levar em conta a identificação do sujeito-cientista com o objeto-sociedade, ao qual aquele pertence e do qual nunca pode separar-se para olhá-lo por fora.

Também a filosofia se imerge na história enquanto historiografia ou historiognose, autopercepção do espírito que se conhece e se enriquece.

Desde a adolescência que Dilthey o percebe, registrando no seu diário: *Falta a idéia que haja um ponto na história a partir do qual nada há mais de histórico*.⁴⁶ Foi condutor que o acompanhará até o fim, quando conclui décadas após:

*A derradeira palavra do espírito não é a relatividade de cada cosmovisão e sim a soberania do espírito diante de todas elas, bem como, ao mesmo tempo, a consciência positiva sobre como há para nós uma realidade de mundo nas várias formas de comportamento.*⁴⁷

A história só podia, então, ser para Max Weber a autognose da sociologia, precedendo e influenciando decisivamente o pressuposto de C. Wright Mills (*Toda sociologia é histórica ou não é sociologia*): historicismo que não procede exclusivamente de Marx. Max Weber indo tentar uma visão mais abrangente, que não ficasse naquele género inter-relaciona-

mento (*Wechselwirkung*), no qual às vezes até as chamadas superestruturas ideológicas determinam as infra-estruturas econômicas segundo Friedrich Engels admitiu em cartas famosas⁴²: Visão empática weberiana por dentro da história, com Dilthey e Rickert sem pretensões de descobrir por fora as suas leis, o que equivaleria ao supremo idealismo, pelo avesso, de querer aprisioná-la. Repercutindo no sectarismo de adeptos excomungando-se e destruindo-se por só aceitar, cada um, sua própria lei que cerca as dos outros. Também por isto a concepção weberiana é aceita, impossível o *weberianismo*... O que não impede, antes ajuda a confirmar, a possibilidade de marxistas críticos contra marxistas escolásticos...

É a autognose histórica do homem efetua-se, em última instância, pela compreensão, produto de *experiência vivida*, portanto *vivida*, a *Erlebnis* de Dilthey entendida também como introyecção (*Einverleibung*). Psicologismo historicista herdado de Droysen e despersonalizado, na última fase de Dilthey, pela sua imersão no *espírito objetivo* (*objektiver Geist*) de inspiração hegeliana.⁴³

Mas apresenta-se difícil esta síntese de subjetividade e objetividade, procurada por Max Weber entre Dilthey e Rickert. Já em 1913, quando Weber ainda vivia, Arthur Stein apontava o antagonismo entre ambos: para Rickert, só é possível a própria revivência, não a alheia. A esta se aplica, no máximo, uma axiologia geral. O que reduziria a história à filosofia da história, exatamente o que Dilthey queria evitar... Pois, como o historiador pode entender, enquanto historiador, senão tentando vivenciar o seu objeto por dentro? Apesar do historiador Dilthey ter dado mais que recebido do psicólogo Dilthey...⁴⁴

Dilema superado pelo maior trabalho prático do pesquisador histórico e sociológico Max Weber diante do Max Weber filósofo do conhecimento se limitando à metodologia... Porque se trata de dilema talvez insolúvel logicamente, desembocando na polémica dualismo *versus* monismo, irresolvido inclusive pela imprecisão do *salto dialético* de Engels quanto ao ponto de mudança da quantidade em qualidade.

Desde fins do século XIX que o tema reingressou nas cabeceiras da ciência social dividida entre naturalismo positivista e culturalismo historicista, preocupando tanto Émile Durkheim quanto Georg Simmel nas matrizes metodológicas de uma escola francesa e uma alemã. Simmel trazendo a compreensão ainda mais para perto de Max Weber, com *Os problemas da filosofia da história*, em 1892, quando ainda crepitava o debate em torno da *Introdução às ciências do espírito* de Dilthey, aparecida em 1883.

Simmel ali se refere explicitamente à *compreensão* (*Verstehen*), mas procurando objetivá-la metodologicamente por um laborioso caminho, enquanto tentava de ocupar ou habitar a mente de outrem, numa *recriação empática*. É recriação não só do que se fez, também do que se pensou e desejou, difícil tarefa

de *reconstrução de processos mentais*. Mas com categorias kantianas, além da intuição délfica de Dilthey, a fim de definir as estruturas psicológicas da *transubjetividade*.

Para isto Simmel recorre não a leis, dado o caráter único da construção mental individual, e sim à distinção entre forma e conteúdo, deixando de lado a imprecisão deste e fixando-se nas regularidades daquela. As biografias completam as autobiografias.⁴⁵ Há um *permanente fluxo vital*, detectável em pulsações temporais.⁴⁶

Durkheim, pouco depois, ao distinguir juízos de realidade e juízos de valor, mostrava como também estes são reais por sua vigência social e não só validade axiológica. Com *propriedades intrínsecas* gerando efeitos constatáveis. Só é objetiva a avaliação coletiva, se ideal e fato se interpenetram.⁴⁷

A dicotomia explícita e o dualismo implícito de Kant percorrem, assim, todos os neokantianos inclusive Max Weber, que conseguiu ultrapassá-los na medida do seu êxito em pesquisas empíricas. Nem por isso deixou de atormentar-se com os dilemas perpassando todo o pensamento ocidental desde o cruzamento da racionalidade física helênica (*physis* na base de toda sua metafísica) e o rígido sobrenaturalismo messiânico judaico segundo Cassirer. Envolvendo o problema do progresso, por exemplo, enquanto perfectibilidade infinita ou finita do gênero humano, Max Weber admitindo *progressos fáticos de diferenciação*. Mas como registrar o *enriquecimento interior* ou *progresso artístico*? No último caso, trata-se apenas da crescente incorporação de novos meios técnicos à pintura e à música entre outras artes? Algo idêntico ao que ocorre na economia, dependendo tudo, no fim, de valorações mais quanto aos meios que aos objetivos... Portanto, o *progresso* é da ciência, não da arte; significa racionalização, porém não racionalismo.⁴⁸

Nos limites máximos do seu raciocínio, Max Weber beira Hegel além do seu Kant inicial, quando conclui:

A cultura é um segmento finito, com sentido e significado, no ponto de vista humano, obtido da indefinida infinidade da história mundial. O fluxo do incommensurável vir-a-ser flui incessantemente ao encontro da eternidade.

Aqui, a racionalidade detém-se diante do racionalismo: o tipo-ideal não pode pretender-se uma pura imagem conceitual, que seria uma utopia, a forma simbólica do tipo-ideal, no sentido de Cassirer, não aceita se reduzir a mito, linguagem ou rito; quer ser conceito depurado de preconceitos, só um pouco menos que lei sociológica, pois Max Weber se inclina ao nominalismo kantiano, não à onisciência e onipotência hegeliana das idéias... Como se vê no caso mais típico, até arquetípico weberianamente, o de aplicação dos tipos-ideais às religiões, nomeadamente ao

calvinismo nas suas relações com o capitalismo, subliminar preocupação psicológica de Weber diante dos conflitos, desde sua infância, entre a mãe pietista e o pai liberal, se quisessemos aplicar-lhe uma interpretação freudiana... A ponto de Max Weber conter-se, para se deter, diante do nómeno dos nómenos mais que kantianos, o nómeno religioso, não só teológico também mítico, ancestral, confundindo-se com a aurora dos tempos.

Em sua *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o livro mais conhecido de Weber, os dois tipos-ideais são descritos fenomenologicamente de modo e numa intensidade a chamarem a atenção de discípulos de Husserl do nível de Alfred Schuetz, daí partindo para uma visão pré e parahusserliana até da sua obra conjunta. Não propriamente numa relação de causalidade (calvinismo = capitalismo) e sim num fio condutor, embora decisivo. Preocupação que levaria Weber a interessar-se amplamente por sociologias de religiões, das ocidentais às orientais, na sua complexa interinfluência com as burocracias ascendentes e delas se emancipando.

Ao conter-se e deter-se, Max Weber termina evocando um delfino dos delficos, Goethe, ao deixar-se tentar pelo infinito:

*... desperta agora em mim um ímpeto de ação,
apressa-me a surver a refulgente luz,
ante mim vejo o dia, atrás de mim a noite,
sobre mim vejo o céu, embaixo o mar se acalma.⁵⁵*

Poderia ter continuado o *Fausto* no verso seguinte:

*Ah! Como é tão difícil às asas da nossa alma
aliarem-se às asas duras da matéria...*

Max Weber só podia ser asperamente contra os próprios companheiros neokantianos como Stummmer, quando quisessem apresentar esquemas lineares.⁵⁶ Goethe não concluiu que cinzenta é toda teoria e verde à fervor dourada da vida?...

Max Weber supera ao neokantismo e a si mesmo, pelo caminho da pesquisa histórica e sociológica. Aqui é que aparece a grandeza de *Economia e sociedade*, culturação de minuciosos levantamentos que ele fazia desde a juventude.

A SÍNTESE INCONCLUSA

Realista, Max Weber faz girar sua visão histórica da cultura em torno do poder, ao contrário do humanista culturalista Jakob Burckhardt que pretendia isolar, senão contrapor ambos. Poder weberiano enquanto dominação (*Herrschaft*), capacidade de mandar e ser obedecido nas formas típicas de autoridade que nada têm de evolucionistas, ao partirem da tradicional-patriarcal à carismática e à racional-legal-burocrática, antes se reve-

zando em vez de se sucederem irreversivelmente na linearidade teológico-metafísico-positiva de Augusto Comte.

É em *Economia e sociedade* que Max Weber tenta aplicar, em escala sistemática, sua metodologia do tipo-ideal num painel lamentavelmente deixado incompleto pela morte, como também Marx em *O capital*.

Ali Weber pretendia pintar o mural da *estrutura institucional dos sistemas da atividade econômica* e, acima de tudo, *as margens de variação às quais está sujeita esta estrutura*. Não se trata de substituir a economia: Max Weber continuava nisto muito influenciado por Karl Marx para tentá-lo, e sim de *suplementá-la* institucionalmente como Talcott Parsons muito bem apontou. Instituições em suas variedades, não só permanências.

Tanto assim que Weber reconhece a especial, mais que específica, importância da propriedade enquanto apropriação, fundamental para classes, Parsons também o explica. O próprio Max Weber escreveu: *A propriedade e a ausência de propriedade são as bases de todas as situações de classe*. Isto é, apropriação de bens, serviços e até de categorias intangíveis como o prestígio, a boa vontade, etc., indo assim, em termos de relações de propriedade, além mesmo de Marx. Dimensões de qualquer modo instáveis, sujeitas aos conflitos, suas mediações e rupturas exigindo formas de autoridade em grandes organizações.

Mas Weber acreditava na capacidade da racionalidade, adequando meios e fins, acabar conciliando interesses fundamentados tanto na legitimidade das suas reivindicações quanto na sua rentabilidade. Também ciência e tecnologia são meios de produção.

Isto não significa que haja preponderância de convergências em Max Weber e Karl Marx e sim que suas perspectivas se cruzam em mais de um ponto.⁵⁷ Tanto assim que Marx o precede e também nisto deve ter inspirado Weber, quando reconhece desde 1859 em *A crítica da economia política* o papel da religião na economia:

O entesouramento desdenha os gozos terrestres, temporais e transitórios, para correr atrás do tesouro eterno, que não pode ser corroído pelas fôrmidas, nem pela ferrugem, e que é, ao mesmo tempo e completamente, celeste e terrestre. Além disto, o entesourador, na medida em que acumular dinheiro, combina ascetismo com assídua diligência, ele é de religião intrinsecamente protestante e, ainda mais, um puritano.⁵⁸

Éis o retrato do calvinista capitalista weberiano *avant la lettre*...

Não fica af a convergência entre Marx e Weber: em *O 18 de Brumário*, Karl Marx previa, já em 1852, a autonomização da força executiva, por Max Weber consumada em 1920, pelo menos nos centros do capitalismo mundial, quando a União Soviética dava os primeiros passos e não se falava ainda em nova clas-

se dominante dos meios de administração controlando os de produção. Apesar de Rosa Luxemburgo denunciar seu perigo, na revolução bolchevique, desde 1918, o que também deve ter chamado a atenção de Weber. Pois como observou o weberiano brasileiro Juarez Brandão Lopes, em Weber

A afirmação dos trabalhadores e dos meios de produção é generalizada para incluir também a alienação dos guerreiros e das armas de guerra dos administradores e dos meios de produção. Burocratização absorve e generaliza o processo de capitalização e concentração dos meios de produção...⁵⁹

Quem controla os meios não termina controlando os fins?

O Poder Executivo não vem predominando sobre os demais?...

E nos pulsos do socialismo real a luta sindical não vem reivindicando a autogestão, tanto quanto nos do capitalismo real de início a co-gestão?...

Mas reconheçamos, Max Weber morreu dilacerado na dúvida quanto à racionalidade dos meios crescentemente vir a coexistir com a irracionalidade dos fins, como se vê quando confessa:

O incremento da racionalidade subjetiva e da justiça técnica e objetiva da atividade, enquanto tais, a ultrapassarem um certo limite, podem significar para o homem o perigo de perder bens importantes (por exemplo: de ordem ética ou religiosa), perigo que, sob determinados aspectos, já existe.

A racionalidade dos fins (*Zweckrationalität*) nem sempre coincide com a dos valores (*Werturationalität*).

Imitavam-no o moralismo e o messianismo socialistas, a ele que tão bem conseguira percebê-los no papel renovador do protestantismo no capitalismo... Só à luz do seu anti-sectarismo se entende esta sua repulsa:

O socialismo do futuro não passa de uma expressão retórica para designar a racionalização da economia em favor de uma combinação de uma burocratização ampliada com uma gestão utilitária dos assuntos por parte dos interessados. E quando, em lugar de discutir objetivamente a oportunidade puramente técnica de medidas econômicas em grande parte condicionadas pelas possibilidades financeiras, o fanatismo dos prosélitos da economia implora a bênção não só da filosofia alemã como também da religião, coisa freqüente hoje em dia, encontramos-nos pura e simplesmente diante de uma aherção do gosto de certos literatos que se intitulam de importantes (sic)...⁶⁰

Palavras amargas, muito diversas das de Thomas Mann sabendo melhor convergir a organização e o

humanismo do futuro, quando escrevia que

Este novo mundo unificado da organização e do planejamento, no qual a humanidade se sentirá liberta de todos os sofrimentos desumanos e desnecessários que ofendem à própria razão, esse mundo virá e será obra dessa grande sobriedade, para a qual se inclinam todos os espíritos dignos de consideração que hoje se alçam contra o estado de ânimo pequeno-burguês, corrompido e vão. Virá, porque uma ordem externa e racional, conforme o estágio conseguido pelo espírito da humanidade, terá de ser criada ou, no pior dos casos, procurada através de uma mudança à força, de modo que o autenticamente espiritual possa viver de novo, e possa fazê-lo de boa consciência.

O humanista Thomas Mann se inscreveria entre os militantes antifascistas desde a primeira hora.

À medida que a Primeira Guerra Mundial se aproximava do fim, com todo seu cortejo de rupturas violentas, os nervos de Max Weber chegam a predominar sobre sua cabeça, como se vê na conferência por ele pronunciada para oficiais do exército austro-húngaro em pleno ano de 1918, quando desdenha a democracia por conta da multiplicidade às vezes contraditória das suas definições, chegando a prever uma irreversível liquidação da democracia dos Estados Unidos sob pressão da necessidade de dispor de um grande exército e de uma grande burocracia para vencer aquele conflito...⁶¹

O pessimismo avassalou o seu temperamento enfermo nos últimos anos da sua breve vida. Mas nem por isto suas intuições deixaram de continuar percorrendo as gerações em toda sorte de recapções.

WEBERIANOS CONSERVADORES, LIBERAIS E ATÉ ANÁRQUICOS

Os críticos weimarianos de Max Weber, dentre os primeiros, embora estrangeiros, Talcott Parsons e Raymond Aron, permaneceriam fiéis a ele, ao longo da vida. Parsons, um estadunidense intelectualmente atípico, não-sociógrafo e sociólogo mais que apenas sociólogo, pois sistemático numa cultura rica de análises e de sínteses escassas, até sistemático no seu modelismo de busca de equilíbrio entre a mudança e controle sociais, os dois pólos obsessivos da sociologia norte-americana, *social change* e *social control*. Agora, um judeu terminando por preferir cosmopolitaneamente a tradição alemã de Kant e Weber à francesa de Descartes. Como e Durkheim, idealismo germânico em vez de positivismo francês, como se vê no seu livro *As etapas do pensamento sociológico*, uma espécie de história da sociologia à qual comparece Max Weber, *nosso contemporâneo e Durkheim é aquele cujas sugestões foram menos apoiadas pelos acontecimentos...*⁶²

E quanto ao organizacionismo parsoniano, um



marxista do porte do britânico E. J. Hobsbawm não reconhece que *o futuro reside na organização política?* Na linha do Marx de (1) 18 de Brumário e algumas cartas a Kugelmann quando pressentia que a organização tentava se transformar de meio em fim, ao falar das suas forças autonomizadoras? A sociologia das organizações, de Amitai Etzioni e William H. White, muito ficaria a dever a Weber. Também os antiorganizacionismos...

Dal a existência ou mesmo coexistência nem sempre pacífica entre weberianos conservadores, liberais e até anárquicos... Pois, inclusive no Brasil, Juarez Brundão Lopes não observou que, na sequência da definição weberiana

*(A propriedade e a não-propriedade são, pois, categorias fundamentais de todas situações de classe). As semelhanças vão além mesmo da análise em função de fatores materiais. No lugar de luta de classes encontramos a luta pelos meios de administração?*⁶³...

Raciocínio concluído com contundência por Múrcio Trugtenberg, para quem

*A teoria da administração, até hoje, reproduz as condições de opressão do homem pelo homem: seu discurso muda em função das determinações sociais.*⁶⁴

Estatização, sem controle pela sociedade civil, nada tem de socialista.

Já Engels o previra e dizia num longo sarcasmo em *Do socialismo utópico ao científico*, digno de reprodução na íntegra:

*Desde que Bismarck empreendeu o caminho da estatização, surgiu uma espécie de falso socialismo, que degenera, vez por outra, num tipo especial de socialismo, submisso e servil, que em tudo não de estatização, até nos ditados por Bismarck, vê uma metáfora socialista. Se a estatização da indústria do tabaco fosse socialismo, ter-se-ia que incluir, entre os fundadores do socialismo, a Napoleão e Metternich. Por outro lado, ter-se-ia que classificar, também entre as instituições socialistas, a Real Companhia de Comércio Marítimo, a Real Manufatura de Porcelanas e até os alfaiates do Exército, sem esquecer a estatização dos prostíbulos, proposta feita muito a sério lá pelos anos trinta e tantos, no tempo de Frederico Guilherme III, por um homem muito despachado (sic).*⁶⁵

A ponto de Engels lembrar Marx a Lafargue, seu genro, quando o mestre de sinhos dizia que *Tudo o que sei é que não sou marxista*, em carta de 27 de agosto de 1890, na qual concluiu: *Semei dragões e colhi pulgas!*⁶⁶

Dal não haver motivo para surpresa, quando se



Humanidade,

reuniram, no 15º Congresso Alemão de Sociologia na Universidade de Heidelberg em homenagem ao centenário do nascimento de Max Weber, personalidades tão díspares, não só diversas, como Talcott Parsons, Raymond Aron, Hans Albert, Karl Deutsch, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas e outros conservadores, liberais e libertários de tonalidades várias.

Horkheimer evocou uma conferência de Weber para os estudantes da Universidade de Munique, na qual ele conseguiu evitar pronunciamentos passionais, para decepção dos exaltados, preferindo fazer uma tipologia da Revolução Russa então no auge.⁶⁷ Era um exercício prático da separação weberiana entre paixão intelectual pela verdade e paixão política pelo poder, ao aplicá-lo às universidades como o fizera até polemicamente em princípios do século XX.⁶⁸

E Marcuse demonstrou como a neutralidade axiológica de Max Weber, aplicada à análise da racionalidade capitalista, culmina numa perspectiva crítica, a partir da contraposição da sua formalidade de métodos diante do seu resultado material, na tensão entre empreendimento privatista e trabalho de livre absorção a critério dos interesses do capital. A inovação burocrática, sofisticada ao auge no desenvolvimento industrial, termina em mais uma forma de dominação.⁶⁹ A racionalidade do capitalismo é autofágica. Toda época tem sua questão social, a da nossa época acabará sendo a burocrática. Aqui se chega a ouvir ecos de Trotsky e Rosa Luxemburgo, talvez não de todo surpreendentes para Max Weber... Apesar de Habermas também lhe creditar negativamente, embora à revelia de Weber morto em 1920, o uso da sua concepção carismática de democracia cesarista por seu filho pelo menos *na prática*, senão legítimo intelectualmente, Carl Schmitt, jurista de Adolf Hitler⁷⁰, para quem preparou, entre outras leis, a do *chefe*, *Fuehrer*, unindo totalmente, portanto totalitariamente, os poderes de presidente da República e de primeiro-ministro (chanceler)... Daí o repúdio a Weber pela primeira geração alemã após a Segunda Guerra Mundial, trauma poupado aos norte-americanos e outros estrangeiros, mesmo que um judeu francês, Raymond Aron, tomasse a defesa de Weber.

A melhor síntese do pensador, sociólogo, e não só do sociólogo Max Weber, foi então a de Leopold von Wiese, um ancião, último representante vivo da geração weberiana, ao lembrar que para o grande companheiro a sociologia e a psicologia interligadas, compreensivas de tipos-ideais, neutras axiologicamente, por isto mesmo lhe serviam de bases para a ética, ao homem de profundas convicções morais e religiosas que foi Max Weber⁷¹, daí ele ter entendido tão bem a política enquanto paixão e a história enquanto relatividade. A inteligência apenas lhe servia de luz para o coração, dos lados ele olhava para frente e para cima. Se no plano temporal o ser humano não é mau como o pretendia Hobbes, nem bom segundo Rousseau, e

sim funciona ou não funciona, é contudo o senso do eterno que o guia, construindo, ou destruindo ao negá-lo.

O ônus kantiano — substância derradeira das coisas, resto que a mecânica não explica e que termina sendo quase tudo como Tobias Barreto o explicou muito bem no Brasil de 1888 em seu ensaio *Recordação de Kant* — deixa ampla margem para toda sorte de meditações e especulações.

VAMREH CHACON é professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Notas e Referências Bibliográficas

1. Max Weber (*Ein Lebensbild*), Heidelberg, Verlag Lambert Schneider, 1950 (1. ed. em 1826), p. 51, 56, 58-62, 74-76, 80, 61 e 132.
2. *Ob. cit.*, p. 133, 135 e 136.
3. "Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland. Zur politischen Kritik des Beamtentums und Parteinwesens", ensaio surgido na série *Die innere Politik*, org. por Siegmund Hellmann em 1918, reproduzido nas *Gesammelte politische Schriften*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), aqui cit. na 2. ed., 1958, p. 304-306, 307, 318, 319, 327, 328 e 312.
4. Max Weber (*Ein Lebensbild*), *ob. cit.*, p. 135, 141, 180, 353, 354, 356 e 368.
5. *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wir auftreten koennen*, herausg. von Karl Vorländer, Verlag von Felix Meiner, Hamburg, 1869, p. 14-22.
6. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*, herausg. von Karl Vorländer, Verlag von Felix Meiner, 1985, p. 3-5 e 33.
7. *Lehrbuch der Geschichte der Philosophie*, na tradução Hadrta General de la Filosofía, Barcelona-Buenos Aires-Caracas-Lima-México-Rio de Janeiro, Editorial "El Ateneo", 1970, p. 489.
8. "Geschichte und Naturwissenschaft", *Praktischen*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 2. v. 1924, p. 136-160.
9. *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*, na tradução Ciência Cultural y Ciencia Natural, Madrid, Espasa-Calpe, 1965, p. 39 e 42.
10. *Die Probleme der Geschichtsphilosophie (Eine Einführung)*, Heidelberg, Carl Winteruniversitätsbuchhandlung, 1924, p. 93.
11. *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft*, *ob. cit.*, p. 206.
12. *Ibid.*, p. 168-170.
13. *Die Probleme der Geschichtsphilosophie (Eine Einführung)*, *ob. cit.*, p. 44, 46-48, 51, 90, 105 e 106.
14. "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis", *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 2. ed., 1951 (1. ed. em 1922), p. 146, 170, 175, 180 e 181.
15. Vld. William Outhwaite, *Understanding Social Life (The Method called Verstehen)*, London, George Allen & Unwin, 1975, p. 38 e 39.
16. "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis", *ob. cit.*, passim.
17. Thomas Burger, *Max Weber's Theory of Concept Formation (History, Laws, and Ideal Types)*, Durham/N. C., Duke University Press, 1978, p. 140.
18. *Psychologische Typen*, 1920, em português *Tipos Psicológicos*, Rio de Janeiro, Zahar, 2. ed., 1974, p. 493 e 494.
19. *Einführung in die Soziologie*, München, R. Piper & Verlag, 1965, p. 166.
20. *Ob. cit.*, p. 165.

21. "Der Sinn der 'Wertfreiheit' der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften", *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaft*, ob. cit., p. 477, 478, 481, 482, 485, 492 e 498.
22. "Die logische Theorie der historischen Kulturwissenschaft von Max Weber und im besonderen sein Begriff des Ideal-Typus", *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (49), 1922, p. 624 e 627.
23. *Max Webers Wissenschaftstheorie (Das logische Problem der historischen Kulturwissenschaft, Die Grenzen der Soziologie des Wissens)*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1934, p. 415, 417 e passim.
24. "Die logische Theorie der historischen Kulturwissenschaft von Max Weber und im besonderen sein Begriff des Ideal-Typus", ob. cit., p. 624, 631, 632, 674, 674, 683, 689 e 692.
25. "Zur logik der Sozialwissenschaften", *Philosophische Rundschau*, fevereiro, 1967, p. 11.
26. *Zur Logik der Kulturwissenschaften*, 1942, na tradução *Los Círculos de la Cultura*, México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1951, p. 42, 59, 61, 85, 102, 115-119, 145, 147, 151 e 154.
27. William H. Werkmeister, "Cassirer's Advance beyond Neo-Kantianism", in *The Philosophy of Ernst Cassirer*, Paul Arthur Schilp (org.), La Salle (Illinois), Open Court Publ. Co., 1973, p. 780, 781, 790, 795 e 798.
28. Vide Crisida Capelbo, *A Metodologia das Ciências Sociais (A Fenomenologia de Alfred Schutz)*, Rio de Janeiro, Antares, 1979, p. 90 e 91.
29. Mais ampla, ainda em português, é a análise de Helmut R. Wagner, na introdução à trad. de *Fenomenologia e Relações Sociais*. Tradução de Alfred Schutz (da antologia Alfred Schutz on Phenomenology and Social Relations, Chicago, 1970), Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 9-12.
30. Ob. cit., p. 81.
31. *Der sinnvolle Aufbau der sozialen Welt (Eine Einführung in die verstehende Soziologie)*, Vienna, Springer Verlag, 2. ed., 1960 (1. ed. 1932), p. 246, 254, 257, 261, 264, 269, 275 e 283. Vide seu desenvolvimento no capítulo "Subjective and Objective Interpretation" do ensaio "Equality and the Meaning Structure of the Social World", nos *Selected Collected Papers II (Studies in Social Theory)*, Hale, Martinus Nijhoff, 1964, p. 250-273.
32. *Die Logik der soziologischen Begriffsbildung*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1925, p. 1, 5, 13, 18, 37, 49, 63, 66, 68, 72, 73, 88 e 109.
33. *Die Entwicklung zum Idealtypus (Eine methodologische Untersuchung über das Verhältnis von Theorie und Geschichte bei Meiner, Schömann und Max Weber)*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1928, p. 5-13, 119, 132, 137-139, 143 e 176.
34. "Röcher und Kries e die logischen Probleme der historischen Nationalökonomie" (primeiro publicado nos *Schömann's Jahrbuchern über Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft*, em três partes, de 1903 a 1905 e 1906), *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftstheorie*, ob. cit., p. 12, 74, 89 e 429.
35. "What is the real Julius Caesar?" *Essays on Truth and Reality*, Oxford at the Clarendon Press, 1968 (1. ed. em 1914), p. 411, 424, 425 e 426.
36. Lionel Rubinoff, "Introduction" a *The Presuppositions of Critical History*, Chicago, J. M. Dent & Sons (Quadrangle Books), 1968, p. 51.
37. *Allgemeine Psychopathologie*, Berlin-Heidelberg, Springer Verlag, aqui ref. na ed. de 1949 (1. ed. em 1913), p. 1, 9, 11, 26, 27, 31, 32, 250, 251, 256, 258, 296-298, 451 e 452.
38. *Philosophische Autobiographie* (1957), na tradução "Philosophical Autobiography" in *The Philosophy of Karl Jaspers*, Paul Arthur Schilp (org.), La Salle (Illinois), Open Court Publ. Co., 2. ed., 1961 (1. ed. em 1957), p. 31-33.
39. "Max Weber und seine Stellung zur Wissenschaft", *Logos* (15), 1926, p. 226, 228, 229, 230 e 237.
40. "Jaspers relation to Max Weber", in *The Philosophy of Karl Jaspers*, ob. cit., p. 371, 373, 375, 379, 380 e 387.
41. Joachim Wach analisa criticamente a ideia em *Das Verstehen (Grundzüge einer Geschichte der hermeneutischen Theorie im 19. Jahrhundert)*, dois volumes, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1926.
42. Vide ainda Wach em *Die Typentheorie Trendelenburgs und ihr Einfluss auf Dilthey (Eine philosophische und geistesgeschichtliche Studie)*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1926.
43. Vide nota 41.
44. É a opinião de Hans-Georg Gadamer, *Wahrheit und Methode (Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik)*, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1960, p. 166, 186, 211-213 e 223.
45. *Kleine Schriften I (Philosophie, Hermeneutik)*, mesma editora, p. 19-67.
46. *Der junge Dilthey (Eine Lebensstudie in Briefen und Tagebüchern 1824-1870)*, Stuttgart/Göttingen, B. G. Teubner/Vandenhoeck & Rupprecht, 1960, p. 190.
47. *Die geistige Welt (Einführung in die Philosophie des Lebens & Abhängigkeiten zur Grundlegung der Geisteswissenschaften)*, S. v. das obras completas, *Gesammelte Schriften*, Stuttgart / Göttingen, B. G. Teubner / Vandenhoeck & Rupprecht, 1968, p. 406.
48. Carta a W. Bergius em 25 de janeiro de 1894. Também a Franz Mehring em 14 de julho de 1893 no 39º volume das *Werke*, Berlin oriental, Institut fuer Marxismus-Leninismus beim ZK der SED, Dietz Verlag, 1960, p. 96, 205 e 206. E o Joseph Bloch e Conrad Schnitzi em 21 de setembro de 1894, 37º volume das *Werke*, p. 463 e 469-493.
49. Outinella, ob. cit., faz uma boa síntese a respeito, p. 24-37.
50. *Der Begriff des Verstehens bei Dilthey*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1926 (com postácio), 1. ed. em 1912, p. 55, 66, 62, 67, 68, 71 e 78.
51. *Die Probleme der Geschichtsphilosophie* (Richard Lenz e mesmo título, vide nota 10), 1892, na tradução *The Problems of the Philosophy of History*, Nova York, The Free Press (Macmillan), 1977, p. 84, 85, 86, 68, 71, 72, 79, 80 e 99.
52. "Von Wesen des historischen Verstehens" 1918, depois em *Drucke und Tuer (Essays des Philosophen zur Geschichte, Religion, Kunst und Gesellschaft)*, org. por Michael Landmann e Margarete Susman, Stuttgart, K. F. Koehler Verlag, 1957, p. 70.
53. "Jugements de valeur et jugements de réalité", comunicação ao Congresso Internacional de Filosofia em Bolonha, publicado pela *Revue de Métaphysique et de Morale*, 3 de julho de 1911, reunida em *Sociologie et Philosophie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1951, p. 119, 120, 122 e 140.
54. "Der Sinn der 'Wertfreiheit' der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften", *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftstheorie*, ob. cit., p. 504-516 e 578-579.
55. "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis", in *idem*, p. 180, 182, 191 e 214. Os verbos do primeiro parágrafo, aqui reproduzidos, são da tradução brasileira de Silvio Marins.
56. Guy Oakley mostra como Max Weber chegou a ser grosseiro, altu-de para nele, para com Stämmel numa crítica superficial, indicadora da sua repulsa excessiva ("Introductory Essay" na tradução *Critique of Stämmel*, Nova York, The Free Press/Macmillan, 1977, p. 23, 36 e 37, do original "9. Stämmels Überwindung der materialistischen Geschichtsauffassung" in *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftstheorie*).
57. Seguirnos aqui a síntese de Talcott Parsons nos *Essays in Sociological Theory Pure and Applied*, Glencoe (Illinois), The Free Press, 1949, p. 83-95, 100, 104, 106, 109-111 e 116.
58. *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*, v. 13 das *Werke*, Berlin oriental, Dietz Verlag, 1964 (1. ed. em 1859), também acessível na tradução *A Contribution*.
59. "Max Weber", *Sociologia. Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, v. XVII, n. 1, março, 1956, p. 67 e 68.
60. "Der Sinn der 'Wertfreiheit' der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften", ob. cit., p. 516 e 526.
61. "Der Sozialismus", *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1924, p. 492, 494, 495 e 497.
62. Vide *Les étapes de la pensée sociologique*, Paris, 1967, na tradução da Editora da Universidade de Brasília, 1982, p. 367 e 322.
63. "Max Weber", ob. cit., vide nota 59.
64. *Bureaucracy e ideologia*, São Paulo, Ática, 1974, v. 2 e 3.
65. Vide a tradução "Do Socialismo Utopico al Socialismo Cientifico"

- abreviada tradução soviética das Obras Escogidas de Maria Engels, Moscou, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1952, p. 137.
66. Contudo, ainda mais nesse caso, consultar o original alemão no 37º volume das Werke, Berlin Oriental, Institut fuer Marxismus-Leninismus beim ZK der SED, Dietz Verlag, 1968, p. 450.
67. "Diskussion zum Thema: Wertfreiheit und Objektivität, Einleitung zur Diskussion", *Max Weber und die Soziologie heute*, atas do 15º Congresso Alemão de Sociologia, Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1965, p. 65-67.
68. O debate sobre a liberdade de cátedra está em Max Weber on Universities, artigos sob o significativo subtítulo "O Poder do Estado e a dignidade da vocação acadêmica na Alemanha Imperial", The University of Chicago Press, 1973, passim.
69. "Industrialekonomie und Kapitalismus", *Max Weber und die Soziologie heute*, ob. cit., p. 166, 168, 172, 173 e 177.
70. Ainda o debate com Horkheimer, *Max Weber und die Soziologie heute*, ob. cit., p. 77, 79 e 81.
71. Idem, p. 83.



Karl Marx: the Beihmann Archive

Abstract

Economics and Society and Max Weber

At the end of the 1940s the Mexican edition of *Economics and society* reached Brazil. This gap on Brazilian readers' shelves had persisted to the present day and is now finally being filled by University of Brasilia Press publication in Portuguese of Max Weber's masterpiece. The following two texts have been written to help readers situate Max Weber in his time and surroundings. They are two personal views that will provide a better understanding of Weber's thinking.

Resumen

Economía y sociedad en Max Weber

A finales de la década del cuarenta, se divulgó en el Brasil la edición mexicana de *Economía y sociedad*. Hasta el presente había una laguna, finalmente solucionada por la editorial de la Universidad de Brasilia que ahora publica dicha obra en portugués. Los dos textos que siguen se escribieron para auxiliar a los lectores a situar a Max Weber en su tiempo y espacio. Son dos visiones personales que ayudarán a comprender mejor el pensamiento weberiano.



Wilhelm Dilthey: Press- und Informationsamt der Bundesregierung



Immanuel Kant: press- und Informationsamt der Bundesregierung

O Microcomputador sem Mistérios



A UnB oferece a você, através do CEAD, a oportunidade de aprender a usar o microcomputador através de um curso à distância, interativo e auto-instrucional. O curso **O MICROCOMPUTADOR SEM MISTÉRIOS** é oferecido num kit contendo manual de instruções e o disquete com as unidades que constituem o programa.

Você aprenderá operando o próprio microcomputador e ao final estará capacitado a utilizar os diversos programas existentes no mercado, principalmente os de edição de texto, banco de dados e planilhas eletrônicas.

Adquirindo o curso você contará com o acompanhamento, por carta ou telefone, de monitores especializados. Ao concluir o curso você deverá remeter o trabalho final, para fazer jus ao certificado de curso de extensão a distância, expedido pela Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília – UnB
Centro de Educação Aberta Continuada à Distância
– CEAD
Prédio 2 Candangos, salas 12 e 13
Tel.: (061)273-4299 – 348-2281

O Centro de Educação Aberta, Continuada, à Distância – CEAD – resulta de uma experiência acumulada de 10 anos na realização de cursos de extensão à distância, modalidade na qual a UnB é pioneira em nível universitário no Brasil. Com o objetivo primordial de democratizar e ampliar o acesso à educação através da utilização de metodologias tradicionais e modernas, o CEAD abre novas oportunidades de aprimoramento e atualização cultural ou profissional a clientela que, por variadas razões, não tem possibilidade de se beneficiar do sistema convencional de ensino superior do país.

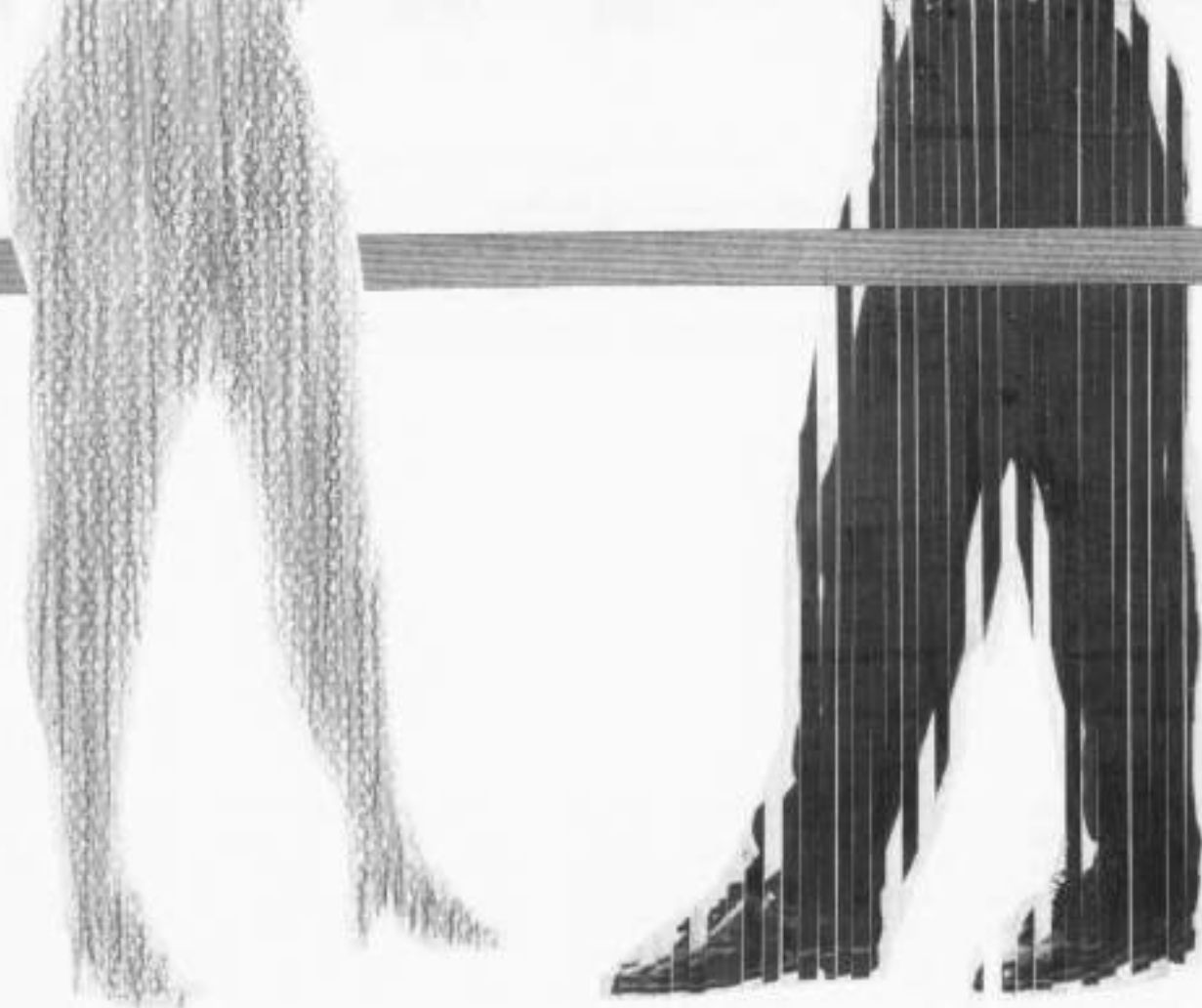
Os cursos de extensão oferecidos pelo CEAD não exigem pré-requisitos escolares. Alguns, no entanto, dirigem-se a clientela específica, o que não impede o interesse e aproveitamento por um público mais amplo. Todos os cursos incluem orientações de estudo, de auto-avaliação e sobre a realização do trabalho final para obtenção do certificado de extensão universitária.

A inscrição deve ser solicitada por carta ou através das 'fichas de inscrição' veiculadas em nossas publicações, juntamente com o pagamento do valor correspondente ao material didático e à taxa destinada a cobrir despesas com postagem, acompanhamento e avaliação do aluno.

Durante o período estabelecido para o curso, o aluno terá à sua disposição um serviço de orientação pedagógica ao qual poderá se dirigir por carta ou telefone.

CURSOS EM OFERTA

- **A REDAÇÃO COMO LIBERTAÇÃO** – Desmistifica as dificuldades em torno da redação, apresentando o trabalho como um processo de libertação.
- **POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A DÉCADA DE 90** – Promove a apropriação consciente do conhecimento científico e tecnológico.
- **O DIREITO ACHADO NA RUA** – Promove uma reflexão crítica do Direito, subsidiando assessores jurídicos e populares de direitos humanos.
- **EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO E CIDADANIA** – Ressalta a importância da pessoa humana, da vida comunitária e de uma boa administração.
- **PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS** – Analisa o fenômeno das drogas em todas as suas perspectivas e oferece opções para o enfrentamento da questão.
- **FREUD, PENSAMENTO E AÇÃO** – Estuda o inconsciente, a repressão e a resistência, a sexualidade e o complexo de Édipo.
- **JEAN-JACQUES ROUSSEAU** – A importância do grande humanista através de os *devaneios do caminhar solitário*.



Cristine F. de Mattos

HISTÓRIA OU FICÇÃO:
O PÓS-MODERNO EM
PÚBIS ANGELICAL

DE MANUEL PUIG

**História e ficção se entrecruzam
e se auto-relativizam no texto PÚBIS ANGELICAL
do autor argentino Manuel Puig,
conformando uma ambigüidade e uma vacilação
que o pintam de cores pós-modernas.**

O presente artigo teve como origem uma comunicação apresentada no V Encontro da AN-POLL (Associação Nacional de Pós-graduação em Literatura e Linguística) de 1990, integrando o grupo de trabalho intitulado *A pós-modernidade e o terceiro mundo*. Tendo em vista tal tema, dispus-me a rastrear a presença de um dos conceitos desenvolvidos por Linda Hutcheon em seu livro *A poetics of postmodernism*¹, na obra do escritor argentino Manuel Puig, *Púbis angelical*². Antes de passar à análise propriamente dita, gostaria de considerar o contraste implícito no título dado ao grupo de trabalho.

A teorização do pós-moderno feita por Hutcheon, como a maioria das considerações do fenômeno da pós-modernidade, desenvolveu-se no primeiro mundo, e a ele pertence a quase totalidade das obras analisadas e exemplificadas como representantes do pós-moderno³. Uma parente oposição de mundos se descobre então no título-tema. Digo isso não porque queira advogar um pós-moderno terceiro mundista — tudo indica que o pós-moderno extrapola conceitos restritivos como os de subdesenvolvimento e nação —, mas porque existem sem dúvida mais autores pós-modernos no terceiro mundo do que os escassos exemplos dados pelos teóricos do primeiro. Além disso, ainda que o mundo atual pareça tender cada vez mais à *aldeia global* de MacLuhan, os autores pós-modernos do terceiro mundo possuem certamente especificidades contextuais não abordadas por aqueles teóricos. Oscilar entre o local e o universal é uma das muitas contradições do pós-moderno. Vejamos em que medida um conceito *universalizante* como o de Hutcheon pode ser aplicado a contextos particulares à América Latina ou, mais localizadamente, à Argentina.

No já citado livro, a autora se propõe a apreciar

em especial *uma* expressão estética da pós-modernidade: a literatura⁴. Hutcheon afirma que nas obras literárias pós-modernas por excelência poder-se-ia reconhecer a *metaficção historiográfica*. Não pretendo discutir aqui a validade e as implicações do conceito de *metaficção historiográfica* em si. Mesmo porque a autora canadense não condiciona a pós-modernidade a este conceito, ou seja, não afirma que toda *metaficção historiográfica* produz um texto pós-moderno, mas apenas que sua presença é um traço freqüente que, em conjunto com outros mais, tornaria pós-moderna uma obra literária⁵. A despeito da impressão enigmática do termo, tal obra se caracterizaria basicamente por uma aproximação entre o discurso histórico e o ficcional. Separadamente, os recursos, questionamentos e experimentações formais de cada um deles não representariam nada de especialmente pós-moderno. É da intersecção dos dois que surgiria uma consciência do fazer artístico potencialmente pós-moderna. Passemos à análise de *Púbis angelical* e vejamos mais concretamente como isso se dá.

O livro em questão é um dos mais amadurecidos de Puig. Possui uma complexidade formal e um aprofundamento psicológico de seus personagens que já constituíram motivo de análise para vários autores e para o mais acurado deles, García Ramos. Em sua tese de doutoramento sobre a narrativa de Puig, este autor demonstra que as três histórias em que se acha dividido, intercaladamente, o texto — a de Ana, uma atriz austríaca dos anos 30; a de Ana, uma argentina dos anos 70; a de W218, uma habitante de um mundo futuro — são na verdade uma só história, ou melhor, são, a primeira e a última, projeções psíquicas da personagem central e real, Ana, que se encontra num hospital mexicano, vítima de um tumor⁶. Pois é na

história de Ana que vamos descobrir as chaves para muitas das questões suscitadas pelo texto. As partes referentes a essa história constituem-se de diálogos (com a amiga Beatriz e com o ex-amante Pozzi) e de escritos de um diário íntimo.

Durante as conversas com Pozzi, introduz-se pouco a pouco o elemento histórico. No decorrer do texto, tomamos conhecimento de que este é um peronista de esquerda, membro do grupo terrorista *Montoneros*. Estamos em 1975, em pleno governo também peronista de Isabelita Perón. Pozzi propõe a Ana uma participação no seqüestro do ex-namorado dessa, Alejandro, detentor de um importante cargo governamental. A proposta desperta em Ana questões a respeito do fenômeno peronismo: como pode ele, Pozzi, dizer-se peronista e atacar o peronismo? Se todos reclamam a mesma doutrina justicialista, como saber quem está com a razão? Além disso, Pozzi, na juventude, combaterá o peronismo como um todo por considerá-lo uma ramificação do fascismo europeu. Como pudera mudar tão radicalmente? Pressionado pelos pedidos de coerência de Ana, Pozzi, no entanto, não consegue chegar mais que a um emaranhado de contradições. Ana quer acreditar na idoneidade de seu ex-amante e nos bons propósitos da ação dos *Montoneros*, mas sua consciência dos fatos não o permite. Ela pede a opinião imparcial da amiga mexicana, mas a visão desta se revela simplista. Para Beatriz, o governo de Perón foi fascista e, portanto, seu legado não pode ser bom, assim como não podem ser confiáveis as pessoas envolvidas com o peronismo. Ana, entretanto, lhe contrapõe o paradoxo de que *muchísima gente buena se hizo peronista* (p. 57), gente bem-intencionada e, logo, confiável.

Através desses diálogos, Puig procede a uma revisão histórica do peronismo. O que parecia ser um tema marginal revela-se elemento essencial. Ao peronismo condiciona-se o relacionamento do protagonista com os homens, e a esse relacionamento condiciona-se seu destino final no fecho do livro. Para Pamela Barcarisse, em seu trabalho *The projection of peronism in the novels of Manuel Puig, Práxis angelical* chega a ser um romance político e histórico, basicamente sobre o peronismo e a Argentina³.

Da constatação de que existe um peronismo diferente para uma variedade tão pequena de pessoas, nasce em Ana a consciência da arbitrariedade dos discursos históricos. Cada corrente peronista analisa o passado diversamente, para trazer coerência a seu discurso. Internamente aos discursos, tudo se justifica e conforma dentro das premissas ideológicas que os embasam. O olhar externo a eles – o da mexicana Beatriz – ou a confrontação dos mesmos por parte de quem penetra mais de um discurso como é o caso de Ana, namorada de Alejandro e amante de Pozzi, acaba por descobri-lhes as fissuras e revelar-lhes as contradições. Pozzi mesmo termina por admiti-las ao definir o peronismo como *una gran engañada ideológica que no se terminaba de entender* (p. 119). A

ideologia resultante depende de quem maneja a idéia do peronismo. Tal como uma ficção, cada autor colhe um apanhado de elementos específicos da realidade, para com eles formar um universo. O mesmo processo constituinte da ficção é identificado na história.

E eis aqui um dos traços inerentes ao conceito pós-moderno de *metaficção historiográfica*. Há nas obras assim denominadas um marcado sentido da ambigüidade do real, seja ele passado ou presente. Uma ambigüidade que só pode reduzir-se à definição às custas de fixação de referenciais, exclusões e manipulações, sem as quais, pondera Pozzi, árabes e judeus, irlandeses e britânicos, todos têm razão (p. 123).

Ao lado da consciência da manipulação do discurso no seu processo de produção, justapõe-se a relativização da recepção desse mesmo discurso. A *Estética da recepção* nos ensinou o quanto o significado do texto depende do trabalho de costura e decodificação de significantes por parte do leitor, e também do contexto em que ele se acha inserido. Aquela que recebe uma mensagem produz para si um certo sentido da mesma, que depende das condições históricas que a circundam. Produção e recepção se implicam mutuamente. Só se constrói um peronismo de esquerda ou de direita depois de interpretada a doutrina de Perón. Em seguida, num segundo momento de interpretação, esses peronismos serão também recebidos diversamente por diferentes segmentos da sociedade.

Práxis angelical, através de suas três personagens femininas, não cansa de enfatizar a ótica particular com que elas olham o mundo. Ao sexo, à nacionalidade e à classe social delas condicionam-se suas concepções e aspirações. Restrinjamos nossa análise à personagem central – Ana. Pois bem, é a protagonista mesma quem nos demarca sua origem de classe média, ressaltando, por exemplo, as diferenças lexicais entre esta e a classe alta (p. 52-53). No que diz respeito à nacionalidade, em mais de uma ocasião Ana se refere a traços característicos do povo argentino. Acusa Pozzi, por exemplo, de conceber uma discussão como uma luta, porque essa é a maneira de ser dos argentinos; *Les gusta derrotar a alguien*, diz ela (p. 173). Mas sem sombra de dúvida, é no âmbito da especialidade sexual daquela que recebe e produz um discurso que reside a maior ênfase do livro. A forma de entender o mundo, seus discursos, e a maneira de nele agir, de criar discussões, são confrontadas sempre nas suas versões feminina e masculina. Em seu diário, Ana coloca lado a lado o mundo dos homens – *tan deshumanizado, tan feo, tan áspero* (p. 229) – e o das mulheres – *sensível, lujoso e suave* (p. 231). Mas um mundo das mulheres é apenas conjectura, nos ensina ela, pois o mundo é dos homens. *Hasta el Papa es hombre, los políticos, los científicos* (p. 229) ... *son ellos que construyen el mundo: a su imagen y semejanza* (p. 230), escreve ela no diário.

A realidade do mundo é plural; contém o feminino e o masculino, mas num contexto de dominação masculina só o que há de masculino nela é colhido. Num

segundo momento, eletiva-se a recepção desse mundo masculino já construído, também ela condicionada ao sexual: para Ana ela é abominável e para os homens, não.

Verificamos até aqui a presença de uma parte do conceito de Hutcheon: aquela que diz respeito ao caráter ficcional dos discursos em geral e, conseqüentemente, do discurso histórico. As personagens procedem a uma análise retrospectiva da história argentina, a uma *grafía da história*, com vistas a compreender sua realidade. Elas constatarem contudo que qualquer análise deve considerar, além do referente, também o referencial em que se encontram seu produtor e seu receptor.

A outra parte do conceito de Hutcheon – a meta-ficção – reporta-se à consciência demonstrada pelo texto de seus próprios recursos ficcionais. Uma obra metaficcional inscreveria reflexões e teorizações usualmente próprias da crítica literária.

Já nos referimos à fragmentação do texto em três histórias diferentes. O leitor e, obviamente, o crítico se vêem impelidos, diante dessa estrutura da obra, a proceder a um escrutínio de indícios que lhes sugiram o porquê de uma tal fragmentação, sinais que lhes forneçam uma lógica interna para a obra. As pistas mais importantes estão dadas no primeiro quarto do livro, quando se toma conhecimento da semelhança física de Ana com uma atriz famosa do cinema da década de 30 ou 40 – abre-se, então, uma possibilidade explicativa: a da identificação das personagens – e mais adiante, na segunda parte da obra, reforçando essa possibilidade: a mesma atriz está presente nos sonhos de W218. E com o elemento sonho, mais uma hipótese se forma: talvez estejamos diante de alegorias oníricas. Ana, sob o efeito constante de sedativos, sonha freqüentemente.

A confirmação de todas as suspeitas, no entanto, encontra-se numa conversa entre Ana e Pozzi sobre as teorias de Lacan. Segundo estas, explica Pozzi, assim como um bebê só conhece a totalidade do seu corpo ao vê-lo como unidade no espelho, um indivíduo só toma consciência da totalidade do seu ser por um processo de espelhamento de seus fragmentos nos outros seres e no universo que o circunda. Desta forma, o universo inteiro faz-se projeção. É o alheio o que une os fragmentos do ser. E como o homem não é só consciência, mas também inconsciência, haverá sempre o que buscar ainda no alheio, no Outro – haverá sempre fragmentos por juntar. Assim sendo, prossegue Pozzi, o Outro se identifica com uma parte do ser que lhe é alheio – o inconsciente – e portanto *nunca se está solo, porque dentro de uno mismo hay siempre un diálogo, una tensión. Entre el yo y lo Otro, que es [...] el universo* (p. 172).

As considerações psicanalíticas de Pozzi revelam uma estrutura arquitetônica virtual na obra. A ficção reflete suas próprias técnicas e constrói um texto metaficcional. Durante a explicação de Pozzi, Ana observa que o olhar alheio, formecedor da consciên-

cia do ser, nunca é objetivo: ele é deformante, enfiando. A realidade do ser depende do que o circunda e, ao mesmo tempo, a realidade circundante depende igualmente do ser, pois é projeção sua. Tudo é projeção daquela que olha, daquele que enfoca como um autor que fociona e um leitor que interpreta, e tudo à volta são ficções atreladas a seus autores e leitores.

Os processos de produção e recepção dos discursos tornam a ser relativizados pelas condições históricas, sejam elas sexuais, classistas ou de nacionalidade.

Puig demonstra com isso que a verdade do mundo, melhor seria dizer, que as verdades do mundo não podem ser delimitadas de forma totalmente externa e objetiva. Elas dependem de quem as olha e de como as olha. Elas são por demais ambíguas, pois bastam mover o olhar, mudar de perspectiva para que se transformem até mesmo no seu oposto, como no caso do peronismo. A verdade depende de fatores como o sexo, a classe social e a nacionalidade daquele que enfoca, e esses, por sua vez, dependem do momento histórico em que se vive. Pozzi não julga mais o peronismo como o julgava na juventude, e Ana não consegue ser mulher à maneira de sua mãe, pois os tempos são outros.

História e ficção se encontram, se confundem e se relativizam reciprocamente. A consciência das técnicas ficcionais do discurso e de suas implicações para com a verdade subverte a concepção iluminista de história (ciência objetiva veiculadora de verdade unívoca); a consciência do contexto histórico e de suas especificidades (no caso, sexuais, classistas e de nacionalidade) subverte a idéia de autonomia da arte literária.

Juntamos ao acima argumentado uma característica comum a quase todas as obras de Puig: sua total rejeição a maniqueísmos. Estes relegam os homens à prisão de modelos e transformam-nos em autômatos que agem mecanicamente, parece dizer-nos o autor. Um dos pesadelos freqüentes de uma das três personagens de *Pábis angelical* é ver-se como uma boneca em cujo peito há um mecanismo no lugar do coração. O mundo que nos quer comunicar Puig tem mais cores do que o branco e o preto, mais respostas do que o sim e o não e mais gêneros do que o feminino e o masculino. Quando considerados os muitos fatores que a determinam, a verdade só pode ser ambígua. É exatamente de ambigüidade metafórica que se compõe um *pábis angelical*: *sin vello, sin sexo, liso* (p. 266); nem masculino, nem feminino.

A relativização da verdade é uma conseqüência da *metaficção historiográfica*. A justaposição de dois discursos – o histórico e o ficcional – cria um texto híbrido que acaba se autoquestionando sobre os seus critérios de produção e recepção. De onde vem o peronismo, quem o produz, quem o incorpora e o que dele se incorpora são questões equivalentes às que indagam pela paternidade, autenticidade, leitura e interpretação de obras literárias. E às ambigüidades polé-

nuas relativas a cada uma dessas questões somam-se as vacilações e indefinições das teorias construídas para responder às suas equivalentes. Trata-se um terreno de alta entropia, não com opções hipolares – a paternidade do historiador e do gênio, a leitura da verdade e a leitura da imaginação –, mas com múltiplas opções pouco polarizáveis. Aquele que lê também produz: Pozzi tem seu próprio peronismo para apresentar a Ana, resultado da sua leitura de um outro peronismo (da sua juventude), que percebeu ele ir contra a vontade do povo que dizia defender. Copiosas leituras e produções instabilizam a autoridade e a interpretação, e tudo o que resta é a *gran ensalada ideológica*.

Mas, em meio à pluralidade de opções, Pozzi faz a sua escolha, mesmo consciente de ser esta uma verdade entre outras, pois a verdade é ambígua, tão imparcial como um *púbis angelical*, e, por isso mesmo, tão improvável e fictícia quanto um mundo não mais dividido entre leninismo e masculino. O episódio de aprisionamento do *púbis angelical* surge inserido no relato futurista correspondente à personagem W118. A incerteza então atinge seu ápice no livro: não se pode identificar quem narra o episódio nem o que seja realmente, se um sonho ou um conto (quem o produz?, como recebê-lo?). Puig nos comunica esse mundo de ambigüidade máxima, mas com a consciência de que pertence ao reino do onírico ou fictício. A verdade é, sim, possível quando reconhecida a sua ficcionalidade, a sua teatralidade. Pozzi se decide por uma verdade e por ela morre, ou como diz Ana: está encantado com sua personagem de mártir⁸. Ana, angustiada frente à pluralidade (da política e dos *púbis feministas*), não consegue optar senão depois de compreender o grande vazio fictício onde mora a verdade. Na sequência do episódio referido, Ana se recupera do efeito de uma anestesia e se decide por um contato com seu país e pelo *papel de mãe*, duas coisas antes negadas por culpa de uma perseguidora vacilação.

Para concluir, retomemos o conceito de Linda Hutcheon e a distância contextual que o separa da obra de Puig – os mundos diferentes a que nos referimos no início. Os textos apresentados pela autora canadense como exemplos de *narração historiográfica*, e logo, como pós-modernos, costumam, no que diz respeito à historiografia, ficcionar figuras e fatos históricos (cuja presença é dada como marca de metaficção historiográfica), e, no que concerne à metaficção, expressar pela boca de seus próprios narradores e personagens as conclusões mais importantes aqui extraídas de *Púbis angelical*, mas proferidas pelo crítico. Contudo, as inferências realizadas aqui não divergem em quase nada das feitas a partir de tais textos. A diferença convive com a unidade, o local se manifesta mesmo dentro de uma análise universalizante. Multipolarizada e ambígua, a pós-modernidade de *Púbis angelical* é internacional e argentina e, ainda, puigiana.

Cristine Fickelscherer de Mattos é pós-graduanda em Letras pela Universidade de São Paulo e prepara tese de mestrado sobre a obra de Manuel Puig.

Notas

1. London: Routledge, 1984.
2. Barcelona: Siné Bara, 1979. Todas as referências à obra citam respeito a esta edição, cujas partes citadas terão as páginas indicadas entre parênteses.
3. Entre os exemplos de penetrações sobre a pós-modernidade de obras latino-americanas em textos produzidos no primeiro mundo. Cabe destacar, nesse sentido, o trabalho de Brian MacFabe, *Postmodernist Action* (Melbourn, 1987), que inclui alguns autores hispano-americanos e também o excelente artigo de George Yúdice e Orla Sommer – Latin American Literature from the 'Bourin' On, in: McCAFFERY, Larry (ed.), *Postmodern Action* (Mountains in the Air, n.2). New York: Greenwood Press, 1996.
4. No que se destaca da grande maioria dos pensadores do leninismo a pós-modernidade que, por conta de uma abordagem mais filosófica, não costuma especificar o objeto de suas caracterizações, deixando seus leitores, muitas vezes, carentes de exemplos de manifestações da pós-modernidade (recreação feita à arquitetura). Graças à particularização teórica de Hutcheon pode-se focar sobre a pós-modernidade de *Púbis angelical* de Manuel Puig.
5. Hutcheon não afirma que toda metaficção historiográfica constitua pura e simplesmente um texto pós-moderno. Vê-la-se para isso seu primeiro livro *Marxist narrative, the metafictional paradox* (1980), um estudo sobre as metaficções em geral, no qual ela evita, inclusive, usar o termo pós-moderno, e também a obra de Patricia Waugh, *Metafiction: the theory and practice of self-conscious fiction* (1984), sobre o mesmo assunto, citada diversas vezes por Hutcheon em *4 poetics of postmodernism*.
6. Gerda Reinos, Juan Manuel, *La narrativa de Manuel Puig: por una utopia en libertad*. La Laguna, Secretariado de Publicaciones, Colección Monografías, n. 6, 1961.
7. Barcenas, Pamela. The projection of peronism in the novels of Manuel Puig. In: DALCOSTO, Cl. (ed.), *The historical novel in Latin America*. Gáltherburg: Ediciones Hispamérica, 1966, p. 185-199.
8. A definição como uma escolha de papéis, ainda que seja um tema recorrente no livro, parece estar sintetizada nas palavras de Ana: ... soy yo la tonta que no encuentra su personaje. Porque todos lo encontrarán menos yo. ... Pozzi es el izquierdista, el sacrificado, y está encantado con su personaje. Beatric es feminista, y encantada. Maná es la señora dedicada a sus amidades... (p. 195-196).

Abstract

History or fiction? the post-modern in Manuel Puig's *Púbis angelical*

History and fiction intertwine and relativize each other in *Púbis angelical*, a text by the Argentine writer Manuel Puig. This produces a vacillating ambiguity that imbues the text with a post-modern hue.

Resumen

Historia o ficción: lo pos-moderno en *Púbis angelical* de Manuel Puig

Historia y ficción se entrelazan y se auto-relativizan en la novela *Púbis angelical* del argentino Manuel Puig, formando una ambigüedad y una vacilación que la quitan de colores pos-modernos.



Nielsen de Paula Pires
e Gustavo Castro

Está ocorrendo uma mudança na concepção de hegemonia, na razão direta em que o sistema internacional apresenta profundas transformações?

Para responder a esta pergunta, faz-se necessário analisar o conceito de interdependência, para podermos aprofundar a noção de hegemonia.

As mudanças sofridas pelo mundo contemporâneo incluem a economia, que internacionaliza-se, e a formação de polos e blocos econômico-comerciais.

A QUESTÃO DA HEGEMONIA MUNDIAL NO CENÁRIO INTERNACIONAL NA DÉCADA DE 90



Em relação ao conceito de interdependência, vários estudiosos sugerem que as relações internacionais e, em consequência, os estudos sobre elas evoluíram antevavelmente nas últimas décadas, de tal maneira que os postulados básicos da *visão realista* das relações internacionais ficaram questionados.

O sistema internacional chegou a ser caracterizado por alguns teóricos das relações internacionais como um sistema interdependente, isto desde a década de 70. Como consequência, afirmam que, em primeiro lugar, as sociedades passam a conectar-se entre si por meio de canais múltiplos, entre os quais: a) contatos entre elites governamentais, quer dizer, contatos formais de política exterior; b) contatos entre elites não-governamentais; e c) entre organismos transnacionais (como bancos e corporações). Assim, se vem afirmando que as sociedades se conectariam mediante três tipos de canais: a) relações interestatais; b) relações transgovernamentais; e c) relações transnacionais.

Para a *visão interdependentista*, o sistema internacional também se caracteriza pelo fato de que a agenda das relações interestatais estaria composta por uma multiplicidade de interesses, o que levaria a não estarem ordenados em uma hierarquia clara e consistente.

Esta observação contrasta com a distinção entre *alta política* (*realpolitik*) — relacionada a problemas de segurança internacional, desde o ponto de vista militar-político-estratégico e *baixa política* (questões econômicas e sociais) nas relações internacionais, que organizam hierarquicamente os temas, desde uma visão realista.

Para a visão interdependentista, os assuntos ligados à segurança militar, desarmamento atômico, etc., não são, necessariamente, os mais importantes da agenda internacional.

As agendas de assuntos exteriores — que são um conjunto de

questões relevantes para a política exterior, com as quais os governos estão preocupados vêm sendo mais amplas e diversas. Não mais podem, todas estas questões, estar subordinadas à segurança militar¹.

Em consequência do anterior, se considera que alguns interesses de política interna, como a democracia, a violência, a fome, a dívida externa, entre outros, passam a ter um lugar dentro da política exterior, de tal sorte que a diferença entre problemas nacionais e internacionais torna-se borrosa (menos nítida)². Uma das razões do anteriormente dito é que os interesses em jogo já não são só considerações ou preocupação dos Ministérios de Relações Exteriores dos Estados, mas também de outras numerosas dependências governamentais e não-governamentais, dentro de um espectro mais amplo de níveis.

Em um sistema internacional interdependente também se nota um crescimento do rol das organizações internacionais. Neste âmbito, os países mais fracos, ao atuarem em bloco, têm maiores oportunidades de alcançar os seus objetivos.

Estas organizações atuam como âmbito para a conformação de coalizões, para a mediação de interesses divergentes e para a obtenção de transações relativamente consensuais entre as partes³.

Em síntese, a interdependência pode ser definida da seguinte maneira:

Em linguagem comum, dependência significa um estado de ser determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência no mundo político se refere a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países⁴.

Quer dizer, existe interdependência quando existem custos recíprocos como resultado das transa-

ções; custos que não são necessariamente simétricos. Quando estes não existem, então não nos encontramos frente a uma situação de interdependência, mas somente frente a interconexões. A interdependência sempre traz consigo custos, ao mesmo tempo que esta restringe a autonomia. Sobre os benefícios desta relação nada se pode dizer *a priori*:

Isto dependerá dos valores dos atores, bem como da natureza da relação. Nada garante que a relação que nós designamos como interdependente será caracterizada por benefícios mútuos⁵.

É necessário destacar que para realizar completas e corretas predições no âmbito da política internacional é preciso entender que, se bem a política mundial evoluiu no sentido de um sistema internacional interdependente — o que significa que a análise deve enfrentar a explicação de novas realidades emergentes —, também é certo que na realidade política internacional ainda estão presentes elementos enunciados pelo enfoque realista, o que significa que ainda o aspecto da segurança militar ocupa um importante lugar na agenda internacional. É necessário, então, pôr atenção tanto às novas realidades como nos elementos de continuidade observáveis no sistema internacional. Nas palavras de Keohane y Nye:

Políticas adequadas devem levar em conta continuidade e mudança; elas necessitam combinar elementos do conhecimento tradicional com novos discernimentos em políticas de interdependência⁶.

Antes de passar a outro ponto, é necessário assinalar que o conceito de interdependência também é usado com outra conotação teórica.

Por exemplo, para Joan Edelman Spero, o sistema econômico internacional pode ser subdividido em três subsistemas⁷. O primeiro seria o sistema ocidental de interdependen-

dência, composto pelas economias de mercado desenvolvidas da América do Norte, Europa ocidental e Japão, onde se pode observar que estes Estados são poderosos, altamente desenvolvidos e capitalistas.

O segundo subsistema seria o *sistema norte-sul de dependência*, quer dizer, o sistema de relações entre as economias de mercado desenvolvidas e o terceiro mundo — as economias menos desenvolvidas da África, Ásia e América Latina. Segundo Spero, há diferença entre o *subsistema ocidental*, o qual está composto por atores similares, e o *subsistema norte-sul*, que se caracteriza pela disparidade e a desigualdade entre o norte e o sul.

Por último, o terceiro subsistema (já extinto) é o *sistema leste-oeste de independência*. Um definitivo, somente no subsistema ocidental se pode perceber uma situação de interdependência.

E agora perguntamos: em um sistema internacional caracterizado como *interdependente*, o que acontece com a *hegemonia internacional*?

Antes de responder a esta pergunta, detenhamo-nos brevemente na análise do conceito de *hegemonia*.

Segundo o *Dicionário de política* de Robbio, o conceito hegemonia em relações internacionais significa a supremacia de domínio de um Estado-nação ou de uma comunidade política territorial dentro de um sistema. Esta supremacia é militar, econômica e cultural, infringindo e condicionando opções, tanto pelo alto grau de potencial de intimidação e coerção quanto pelo prestígio, passando a constituir-se em modelo para as outras comunidades, através de sua liderança⁸.

O verbete ainda nota que não se trata de um conceito jurídico-formal, uma vez que implica relações sociais concretas entre Estados, relações interestatais de potência. A hegemonia é uma forma de poder, de fato, que oscila entre influência e domínio. No seu sentido original, hegemonia é entendida como supremacia político-militar,

como domínio pelas armas e pela força. O conceito evolui para um sentido onde estão presentes elementos éticos e culturais fundamentados na história e na tradição.

O conceito moderno de hegemonia, no qual são elementos-chaves termos como persuasão, direção, condução, legitimação e consenso, fundamentalmente cultural, intelectual e moral, tem suas raízes no conceito de hegemonia de Gramsci, entendido como a direção intelectual e moral da classe dirigente que consegue ser aceita como guia legítimo, como líder, por consenso, frente a metas impostas à vida social e política.

Gramsci se refere fundamentalmente à hegemonia dentro de uma sociedade determinada, que pode ser extrapolada para a análise da hegemonia na sociedade internacional.

É assim que os países dominantes tentam ser dirigentes, líderes, com legitimidade, e preparam a transição para uma nova forma de organização, uma nova ordem, mediante a criação de organismos multilaterais, a formação e orientação da opinião pública, a internacionalização do mercado e da produção, e a busca de uma teoria (neste caso, a modernização) e uma estratégia (a criação de blocos econômicos).

Retomando a pergunta sobre a hegemonia em um sistema interdependente, os teóricos desta visão do sistema internacional chamam a atenção sobre o paulatino declínio da hegemonia norte-americana.

Entretanto, também advertem que a perda da hierarquia não deve ser entendida como a perda de recursos de poder de um Estado, em comparação a outros (neste sentido, os Estados Unidos continuam sendo a primeira potência mundial), mas com a limitação da margem de manobra de um Estado no sistema global.

O declínio da hierarquia não é tanto uma erosão dos recursos do poder do Estado dominante para controlar resultados no sistema internacional. A princi-

pal razão é que o sistema em si tem se tornado mais complexo. Há uma variedade maior de questões e mais atores, e uma maior dificuldade para se impor. O Estado dominante ainda tem ascendência sobre outros, mas tem menos ascendência sobre todo o sistema⁹.

Esta perda da hegemonia no mundo cada vez mais interdependente não significa a possibilidade de que o mundo evolua para uma situação em que os Estados-nações desapareçam e os atores passem a ser não-territoriais. Mas bem, o incremento na complexidade de declínio da hierarquia pode simplesmente resultar na ausência de alguma liderança efetiva na organização do sistema internacional.

Assim, é possível distinguir três significados do conceito de liderança: a) como dirigir ou mandar; b) como ser o primeiro; e c) como ser capaz de induzir. Destes três significados, se depreendem três tipos de liderança internacional: a) hegemônica, b) unilateral, e c) multilateral.

A liderança hegemônica pode ser definida como:

Uma situação na qual um Estado é suficientemente poderoso para manter as regras essenciais regendo as relações entre Estados, e está disposto a fazê-lo¹⁰.

A liderança unilateral se produz em uma situação em que:

Um grande Estado pode não ser capaz ou não estar disposto a controlar o comportamento de outros Estados, mas, por causa do seu tamanho e importância, suas ações podem determinar os regimes que governam situações de interdependência, por causa dos efeitos diretos e por imitação¹¹.

Por último, o terceiro tipo de liderança está baseado na ação para induzir outros Estados a ajudarem a estabilizar um regime internacional¹².



A URSS emerge como superpotência militar e com sérios problemas econômicos. A China, debilitada pela guerra civil e com atraso econômico-social, conta, entretanto, com imensos recursos de território e população.

A Grã-Bretanha e França, ex-impérios coloniais, ficam mais dependentes. Como síntese, a Europa deixa de ser o centro do poder mundial, lugar que havia ocupado por séculos.

A consequência imediata do conflito é a redução do número de grandes potências e o surgimento de duas superpotências: EUA e URSS. Inicia-se a bipolaridade econômica e militar onde a relação leste-oeste apresenta possibilidades de conflito generalizado. Este bipolarismo se caracteriza no campo de armamentos nucleares (anos 1950), onde surgiu a capacidade de liquidação dos adversários (*neverkill capability*), no equilíbrio de terror (através de uma concepção diplomática e estratégica de mútua dissuasão pelo acúmulo de armas atômicas) e na formação de blocos e de alianças, na proliferação de bases militares próximas aos territórios dos adversários, na intervenção constante nos assuntos internos dos países vizinhos ou países-chave das regiões em questão e na difusão mundial dos sistemas de propaganda e contrapropaganda.

Na década de 50, a URSS apóia os partidos comunistas que buscam realizar a revolução socialista e desenvolve uma política de força militar mundial. Cria o Pacto de Varsóvia. Intervém na Hungria e Checoslováquia, bem como define uma política para os países do terceiro mundo. Os EUA apóiam os governos chamados democráticos partindo de um movimento interno anticomunista conhecido como maccarthismo e elabora uma estratégia internacional: o plano Marshall, para reconstruir a Europa economicamente, com injeção de capitais e tecnologia dentro de uma filosofia de livre-mercado. Os EUA trataram de fortalecer uma aliança militar convencional e um sistema de relações internacionais fundamentado

na cooperação mútua e hierarquizado, enquanto a URSS teve uma política exterior fundamentada na expansão mundial, com métodos militares diretos (dissuasão nuclear), indiretos (ação política e econômica no terceiro mundo) vinculados a uma estratégia internacional não-convencional.

A década de 60 apresenta novidades no esquema bipolar em que se organiza o sistema internacional do pós-guerra. Este período foi conhecido como o da coexistência pacífica onde se verifica um relaxamento das tensões internacionais e as superpotências buscam fórmulas de entendimento para evitar a guerra atômica. Surge a pressão da opinião pública internacional, os movimentos pacifistas, emergem potências intermediárias com mais presença na vida internacional atuando mais nas relações internacionais. Acelera-se o processo de descolonização na África e na Ásia com o aparecimento de novos Estados-nacionais, que passam a ser membros das Nações Unidas. Há uma recuperação econômica e fortalecimento global da Europa ocidental e cria-se a Comunidade Econômica Europeia. O Japão recupera seu desenvolvimento industrial e comercial. As alianças bipolares se distendem. Inicia-se o processo de *des-stalinização* no bloco soviético, rompendo-se assim o seu monolitismo.

A França, com De Gaulle, opta por uma linha nacionalista, equidistante dos centros de poder e, ao propor abertura com a China e com o bloco socialista, diminui a sua presença na Otan (aliança de defesa militar do bloco ocidental) manifestando, então, divergências com os EUA.

É nesta época que surge o *terceiro mundo*, o movimento dos países não-alinhados, o Grupo dos 77 (países da África, Ásia e América Latina) que participam da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e que buscam incrementar a sua capacidade negociadora em concordância com ações pragmáticas¹⁵.

A década de 70 apresenta uma situação de colaboração internacional entre a URSS e os EUA, abrimdo canais de comunicação, intercâmbio e negociações. Estrutura-se um esquema de cooperação conhecido como *detente* (distensão). Definem-se regras do jogo para evitar confrontamentos permanentes baseados no *equilíbrio de poder*. Acontece uma maior e mais ativa participação de outros atores internacionais (República Popular da China, Europa ocidental, Japão, não alinhados, OPEP), opta-se pela *distensão* como estratégia militar e nuclear e a *diplomacia* para entendimento global. As empresas multinacionais surgem como atores econômicos e políticos no sistema internacional. Como ponta avançada do sistema capitalista contemporâneo, usam alta tecnologia para a sua produção de bens sofisticados em escala mundial, e obedecem à lógica do capital transnacional, que é a maximização dos lucros. Sua vocação é mundial e assim conflitam com os interesses dos Estados-nacionais que as acolhem.

A década de 80 apresenta grandes e rápidas transformações nos países centrais do sistema internacional e isto altera a política mundial.

A NOVA ORDEM

Observa-se que o sistema interestatal está em processo de mutação.

Entre suas características encontra-se a alteração da *ordem hegemônica* estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial.

O sistema mantém um caráter hierárquico, mas apresenta uma maior dispersão do poder. A hegemonia vai se desestruturando e com ela produzem-se mudanças no poder relativo dos Estados principais. Existe uma erosão da ordem normativa do período pós-guerra, uma crise de valores, uma crise de compreensão, tanto pela perda de paradigmas, de modelos de explicação dos fenômenos, como pela mudança e criação em certos valores que, colocados em competição, alteram

a uniformidade hegemônica.

Os Estados-nacionais entram em crise, tanto os industrializados como os socialistas, como os países recém-industrializados e os do *quarto mundo* menos desenvolvido. Estas diferentes manifestações da crise estão, na prática, inter-relacionadas e influem na configuração de uma nova ordem mundial¹⁶.

O mundo emergente contará com vários níveis. Altera-se a concepção das relações internacionais, como uma relação entre vários Estados, de maneira diferente. Surge assim uma multiplicidade de questões: como os Estados vão administrar os problemas relacionados com o meio ambiente? Como os Estados administrarão a existência de regiões plurinacionais com conflito e cooperação? Como adequar as crises de formas de Estado e das novas formas que apresenta o sistema de relações interestatais? Como administrar a autoproclamação e autogoverno de identidades nacionais que previamente não tinham seus próprios Estados? Como os Estados vão administrar as forças sociais e movimentos sociais gerados ou acentuados pela corrente globalizadora?

A nova ordem também apresenta as seguintes tendências.

Primeiro, uma tendência ao multilateralismo, entendido como o conjunto de instâncias oficiais e extra-oficiais ativas, em relação com problemas globais. Isto implica também uma tendência a um mundo mais pluralista, com uma maior dispersão do poder, onde se buscam acordos comuns entre todos os atores sobre os princípios da inter-relação entre povos e grupos. Tenta-se reconstruir a *ordem hegemônica* do pós-guerra, sobre a base de uma liderança coletiva dos Estados principais. Isto leva a um ajuste contínuo, negociado, das políticas entre os líderes hegemônicos e a associação de diferentes grupos para tratar diversos problemas. Neste âmbito, os Organismos não-governamentais começam a ter importante papel.

A formação de blocos é outra tendência que se nota na nova or-

dem. Não existem mais potências que não sejam contra-arrestáveis. Apesar do poderio militar dos Estados Unidos e em menor grau da União Soviética (?), ambos buscam ajuda (econômica) em outros países para levar a cabo suas políticas e resolver seus problemas internos. Os Estados Unidos apresentam hoje sérios problemas internos, tais como: drogas, crime, deficiências no sistema educacional, perda de vigor das indústrias, decadência das cidades, agravamento da distribuição de rendas, um sério problema com os desabrigados, déficits fiscais, necessidade de rejuvenescimento econômico, entre outros. Não menores são os problemas da União Soviética, que estão esvaindo as bases institucionais deste Superestado: excessivo controle burocrático, liberalização de preços, escassez de mercadorias, eleições representativas competitivas, liberdade de expressão, movimentos étnicos e nacionalista-separatistas, demanda por maior quantidade de bens de consumo e maior participação política, entre outros.

O mundo caminha para a difusão do poder em direção à Europa e ao Leste Asiático, cujas economias são dinâmicas e cuja influência política está aumentando.

A Europa ocidental vence com a integração econômica.

A Comunidade Europeia será, em 1992, a unidade econômica mais produtiva e o maior mercado mundial efetivo. Sua presença nos assuntos mundiais é mais forte e atrai os países da Europa central e do Leste. Destaca-se aqui o poderio alemão.

O Japão é uma potência econômica: é o principal credor mundial, é o país que mais subsidia o desenvolvimento, ao mesmo tempo que se multiplicam os seus investimentos em todo o mundo e o seu superávit comercial e em conta-corrente chega não só a surpreender, mas a assustar os seus sócios comerciais. Mesmo assim, os países recém-industrializados asiáticos são as economias de crescimento mais rápido do mundo, e isto levará a Ásia a uma situação de poder mundial.

Ademais, se a China mobilizar seus vastos recursos, aumentará a presença asiática nos destinos do mundo.

O fim do bipolarismo está destruindo a matriz política global do pós-guerra, e voltando a ser o que era antes, durante as décadas de 20/30, quando os EUA eram apenas uma das várias potências com relativa presença política, econômica e cultural. Os alinhamentos internacionais tendem a ser mais flexíveis e haverá mais espaço para novos movimentos políticos.

Chegado a este ponto, convém deter-se especificamente nas considerações e aspectos econômicos que conformam a transição para uma nova ordem mundial.

CONSIDERAÇÕES ECONÔMICAS

No aspecto econômico, a tendência dominante é a globalização (abertura de mercados, internacionalização da produção, uma divisão internacional do trabalho em contínua mudança e a globalização dos intercâmbios financeiros e de valores de renda fixa).

Estes desdobramentos escapam cada vez mais ao controle direto dos Estados, o qual beneficiará a alguns e prejudicará a outros, no que se refere à riqueza e segurança. Isso debilita o Estado de bem-estar e coloca o peso dos ajustes sobre aqueles que menos podem suportá-lo, como exemplifica a crise da dívida externa dos países do terceiro mundo.

A tendência globalizada dominante está polarizando ricos e pobres, tanto no interior dos países como entre os países. A modernização leva à negação cultural e o crescimento econômico afeta o meio ambiente, destruindo-o.

Depois da Segunda Guerra Mundial observam-se inarrestáveis avanços tecnológicos, que afetam as comunicações, o transporte, a administração e o marketing. Entre estes avanços destacam-se os produzidos pela microeletrônica, telemática, biotecnologia, exploração espacial, robótica, ótica de fibras,



materiais sintéticos, transistores para comunicações, etc.

Tudo isto provoca inovações organizacionais. Por exemplo, o uso de computadores para elaborar projetos e sua produção, linhas de produção automatizadas, controle de qualidade integrado, redução do ciclo de vida dos produtos, suprimento global de insumos, gestão eficiente do fluxo de estoques, enquanto que as comunicações instantâneas integram os mercados financeiros mundiais.

Nota-se uma integração mundial dos mercados (de capitais, de bens e de mão-de-obra), conduzida pelas estratégias complexas das corporações internacionais. Expandem-se as redes de produção internacionais, e as multinacionais fundem seus capitais e tecnologia com mão-de-obra barata à escala mundial. Também existe um controle dos mercados mediante a formação de alianças estratégicas entre empresas rivais de diferentes países. Esta nova estrutura leva a pensar as economias não só no nível nacional como também e principalmente global.

Para enfrentar as transformações mundiais, os Estados-nacionais necessitam: a) pôr em ordem a sua situação econômica (políticas me-

nos autárquicas, mais disciplina fiscal para gerar investimentos e promover maior competitividade); b) avaliar as implicações das mudanças mundiais, enquanto estas afetam de diferentes formas os Estados; c) tomar decisões coletivas de cooperação; d) considerar as novas relações norte-sul; e) considerar que a economia é global e quais são os acordos regionais e sub-regionais que têm mais sentido e benefícios; f) fortalecer os organismos multilaterais regionais para melhor enfrentar os problemas que se apresentam, tais como o comércio, a energia, o meio ambiente, as drogas, as imigrações, a pobreza, a saúde pública, etc.

ALGUMAS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA INTERNACIONAL

A ordem política e econômica que se estabeleceu ao terminar a Segunda Guerra Mundial vem apresentando transformações significativas. A Europa, que perdeu a preeminência no mundo para as duas novas potências, Estados Unidos e União Soviética, parece hoje ensaiar a sua volta triunfal¹⁷.

Embora a criação do Mercado Comum Europeu em 1957, com o Tratado de Roma, já apontasse para a visão estratégica da integração regional, era ainda impensável, até alguns anos atrás, a possibilidade da unificação da Europa ocidental com a Europa do leste para tão cedo. Entretanto, hoje, a unificação das Alemanhas é uma realidade que avança neste sentido.

O projeto de unificação das economias da Europa ocidental através de planejamento único, a mesma moeda, a mesma política econômica e cambial, contribui para reorganizar as condições de acumulação da economia mundial sem alterar os interesses e posições de hegemonia das principais economias mundiais. As duas outras economias importantes são os Estados Unidos da América e o Japão. Estas transformações que ocorrem no sistema mundial obedecem a um plano es-

estratégico que vem sendo elaborado no período pós-guerra. Kissinger, nos anos 1970, já propalava a substituição do bipolarismo por um esquema multipolar, o que hoje vem se verificando. Kissinger tenta, nesse período, articular uma política pentagonal de controle do sistema internacional, privilegiando as relações com a União Soviética, Europa ocidental, Japão e China.

A União Soviética da era Gorbachev ao pôr em prática a perestroika e a glasnost altera a forma de organização política e econômica interna e também o seu relacionamento tanto com os países de sua esfera de influência como com os outros países do mundo. Sem dúvida, depois dos últimos acontecimentos do mês de agosto de 1991 na União Soviética, os laços com o Ocidente se estreitarão ainda mais, do mesmo modo como as transformações internas poderão ser realizadas com maior rapidez e profundidade, uma vez que, seguramente, contarão com os recursos externos necessários para tal; recursos que foram negados anteriormente quando da realização da reunião de cúpula do Grupo dos Sete (G-7) em Londres em julho desse ano.

Os Estados Unidos alteram sua política de reafirmação do seu poderio, desenvolvido no período Reagan. Hoje buscam controlar os seus desequilíbrios econômicos internos com uma postura de maior moderação na sua projeção externa.

A Guerra do Golfo mostra como os Estados Unidos realizaram enormes esforços diplomáticos para lograr não só a ajuda dos seus aliados (G-7) e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas também de toda a comunidade internacional, pelo menos de sua imensa maioria.

O Japão e a Europa ocidental aumentam a sua influência no sistema internacional. O Japão consolida sua ascendência econômica e a Europa ocidental retoma a dinâmica integracionista, priorizando as relações com os países do leste. A ativa participação da Comunidade Europeia na crise da Iugoslávia é uma afirmação disto. Assim, no dia 4 de

julho de 1991, os Ministros de Relações Exteriores da CEE reuniram-se para tentar mediar a crise; a Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), também em julho, pede cessar fogo, como um modo de pressão, a CEE suspende a ajuda de US\$ 1 bilhão e a venda de armas à Iugoslávia, a CEE patrocina um acordo de paz, etc.

O sistema capitalista sofre um processo de crescente transnacionalização e isto vai alterando a estrutura econômica internacional, afetando os programas de militarização dos EUA e URSS. Começam a predominar as tendências de cooperação internacional, que alteram o funcionamento do sistema internacional e suas visões estratégicas que estavam baseadas em questões militares, o que impingia sacrifícios econômicos e sociais às duas superpotências.

As relações econômicas internacionais adquirem um lugar central na preocupação das grandes potências, especialmente as relações EUA-Europa ocidental-Japão. Isto porque o comércio entre os três grandes centros concentra mais de 50% do comércio mundial.

A coordenação de políticas entre estes países substitui o unilateralismo estadunidense. Competição e coordenação caracterizam o tratamento de questões econômicas internacionais. A competição se verifica na Europa ocidental no setor agrícola, e nos EUA, no setor industrial. Lança-se mão do protecionismo. A coordenação se verifica entre EUA, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Canadá e Itália, o conjunto de sete países mais ricos, reunidos no Grupo dos Sete, os quais representam 12% da população mundial, 40% das reservas monetárias, 71% da ajuda ao desenvolvimento, 52% das exportações mundiais e 55% da capacidade econômica do mundo. O perfil de cada país do G-7 e seu respectivo PIB se encontram nos quadros I e II.

Entre os problemas globais, que devem ser resolvidos conjuntamente, estão o desarmamento nu-



clear, a proteção do meio ambiente e a questão das drogas que afeta a segurança de todos.

Também foram destacados na Cúpula de Londres o apoio às reformas econômicas na Europa oriental e na URSS, o compromisso para a liberalização do comércio mundial e a preocupação do inchaço na rodada do Urugual (que começou em 1986) e, também, a idéia de fortalecer e fazer mais efetiva a ONU, por exemplo, mediante a criação de mecanismos mais eficazes contra a proliferação e a venda de armas no mundo.

Os principais atores do sistema internacional vêm mantendo um

padrão de desenvolvimento que deve ser alterado. Os EUA priorizam o consumo, depois a defesa e por último a inversão. A URSS prioriza a defesa e a inversão e negligenciou o consumo. O Japão privilegiou a inversão com modestos níveis de consumo e defesa, e a Europa ocidental apresentou um equilíbrio maior entre inversão, consumo e defesa¹⁸.

Assim, o sistema mundial em transição apresenta mudanças políticas e estratégicas, reordenação do sistema econômico internacional e novos problemas globais.

Nota-se um aumento de confiança mútua uma vez que a URSS dei-



QUADRO I - Perfil dos países do G - 7

	População (em milhões de habitantes)	Renda per capita (em US\$)	PIB (em US\$)	Taxa de crescimento %	Taxa de desemprego %	Inflação %	Divida externa (em US\$ bilhões)
Alemanha	78,9	18.500	1.272,9	1,8	2,5	3,5	127
Frância	68,1	16.000	1.000,8	0,7	10,2	2,5	63
Grã-Bretanha	57	13.200	804,1	3,0	10,6	5,7	102
Itália	57,8	14.600	871,9	3,4	11,5	5,7	74
ÉUA	248,2	19.700	5.207,7	3,8	5,4	4,6	581
Canadá	29,5	15.200	500,3	1,8	7,7	5,4	245
Japão	122	21.000	2.920,3	6,1	2,2	2,3	Não declarado

Fonte: Banco de dados Folha de S. Paulo, 14.7.91.

QUADRO II - Crescimento do PIB real dos sete principais países com economia de mercado, 1961 - 1989 (Variação percentual média anual)

	1961 = 1973	1974 = 1979	1980 = 1982	1983 = 1985	1986 = 1989
Alemanha, República Federal da	4,4	2,3	0,3	2,1	3,0
Canadá	5,4	4,2	0,6	4,8	3,8
Estados Unidos	4,0	2,4	-0,1	4,9	3,5
Frância	5,4	2,8	1,8	1,3	2,8
Itália	5,3	3,7	1,8	2,3	3,2
Japão	9,5	3,6	3,7	4,3	4,3
Reino Unido	3,2	1,5	-0,6	3,1	3,7
Grupo dos sete	5,5	2,8	1,1	3,9	3,6

Fonte: Dados da OCDE (inclui as estatísticas das Nações Unidas para 1983), Naciones Unidas, Estudio Económico Mundial 1990, Tendencias y Políticas Actuales en la Economía Mundial. Depto. de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales, Nueva York, 1990, p. 291.

xou de aparecer como uma ameaça que terá repercussões nos sentidos político, militar e econômico.

CARACTERIZANDO OS ATORES

A unificação da Alemanha, ocorrida recentemente, solidifica a posição desta como líder no bloco dos Estados europeus, tanto pela união econômica como pela proximidade da formação de uma federação política¹⁹. Com isto, EUA, Japão e Europa tornam-se mais ricos e poderosos. Entretanto, este fato pode aguzar contradições à medida que devam integrar a Europa do leste e URSS no sistema econômico global. Como remover suas barreiras protecionistas do comércio internacional? Como comprometê-las na resolução dos

problemas globais? Como estimular a poupança e atender à explosão de demanda por capital para todo o mundo?

Esta política de cooperação vem ajudar os EUA que apresentaram em 1989 um déficit de US\$ 106 bilhões na sua balança comercial e de pagamentos uma vez que diminuíram seus gastos militares; enquanto o Japão apresentou um superávit de 57,2 bilhões de dólares e a RFA 52,8 bilhões de dólares.

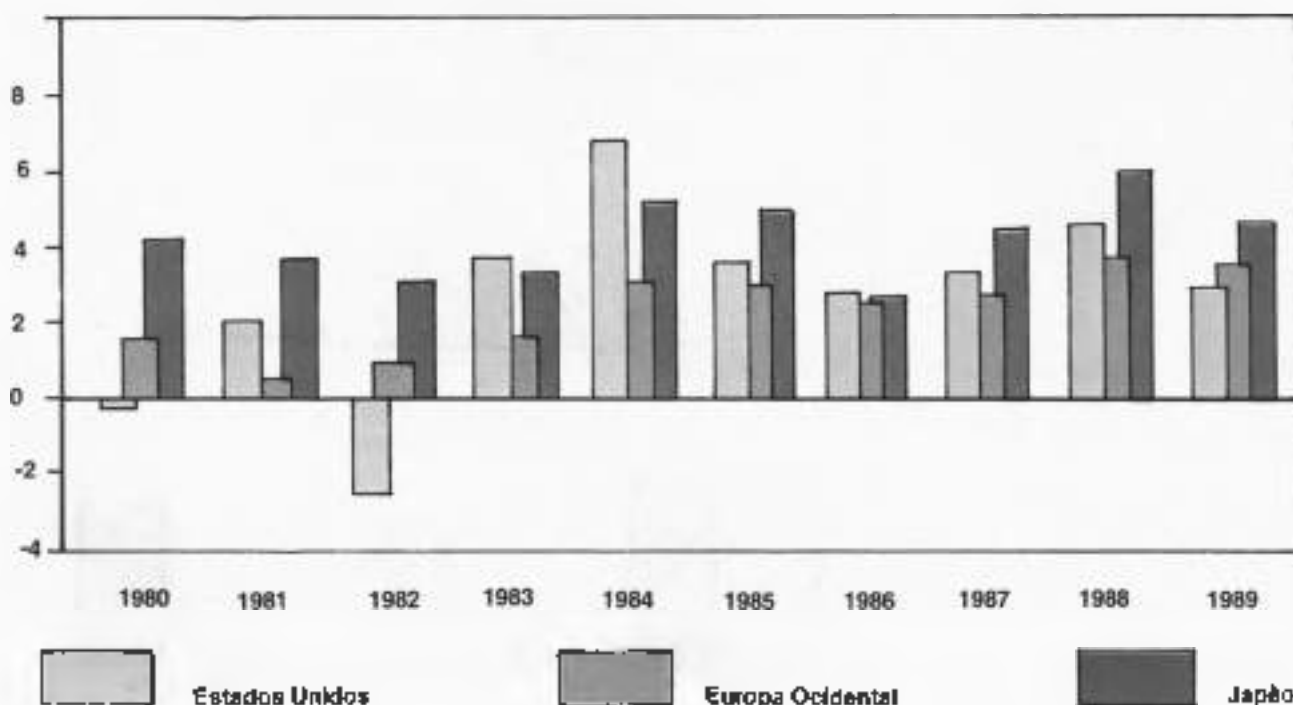
Devemos considerar que esta diferença entre os números da balança de pagamento, no que diz respeito aos EUA, se deve ao fato de que a população norte-americana é de 249 milhões comparada com o Japão que tem 123 milhões e Alemanha Ocidental 78 milhões de habitantes sem contar os 16 milhões da Alemanha Oriental que se somam hoje à economia ocidental, e o resto da população da Europa do leste que breve estará sendo com-

putada também.

Entretanto, os EUA têm ainda a maior economia do mundo, apresentando um PNB de mais de 5 trilhões de dólares comparados aos 2,8 trilhões do Japão e 1,5 trilhão da Alemanha unificada.

Na maior parte do decênio de 1980, o Japão e os Estados Unidos tiveram uma taxa de crescimento mais alta que a Europa ocidental; em geral, tinha-se a impressão de que esta última região servia de freio ao comércio mundial. Nos últimos anos deste decênio, a situação se inverteu parcialmente: a Europa ocidental acelerou seu crescimento e provavelmente poderá manter esta taxa mais alta, enquanto o Japão e os Estados Unidos vêm diminuindo seu crescimento (ver quadro III). O Japão, todavia, é o país industrializado cuja economia cresce mais rapidamente, como nos últimos anos do decênio de 1980.

QUADRO III: Crescimento do produto na Europa Ocidental, no Japão e nos Estados Unidos, 1980 - 1989.
(Variação percentual anual)



Fonte: Departamento de Assuntos Econômicos y Sociales Internacionales de la Secretaría de las Naciones Unidas. Naciones Unidas. *Estudio Económico Mundial 1990. Tendencias y Políticas Actuales en la Economía Mundial*, p. 22.



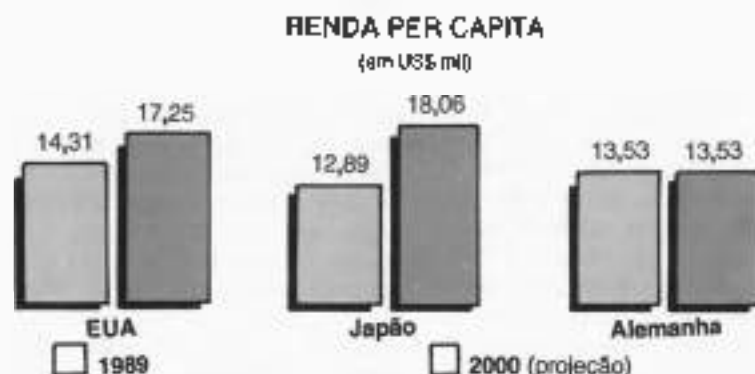
Portanto, a perspectiva é de uma competição cada vez maior entre Estados Unidos, Japão e Alemanha.

O quadro IV mostra alguns dados sobre renda *per capita* (com projeção para o ano 2000), poder financeiro, balança comercial e

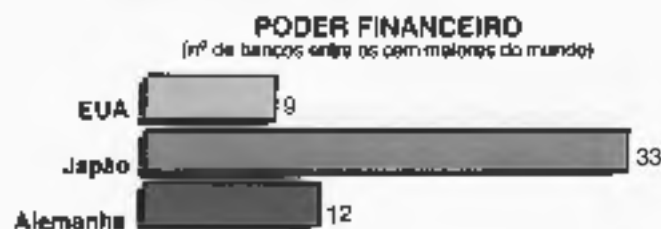
produtividade das três potências econômicas.

Conforme o quadro IV, no ano 2000, Japão superará os Estados Unidos em renda *per capita*. Também se pode notar como os Estados Unidos participam com nove ban-

QUADRO IV: Alguns indicadores econômicos dos EUA, Japão e Alemanha



Em 1989, os números referem-se à Alemanha Ocidental; no ano 2000, à Alemanha Unificada



Fonte: Dados da OCDE, Nações Unidas, op. cit., p. 296.

cos entre os 100 maiores do mundo, enquanto 33 são japoneses e doze são alemães. No que se refere à balança comercial entre os três países, os Estados Unidos apresentam déficit de US\$ 49 bilhões com relação ao Japão e de US\$ 8 bilhões com relação à Alemanha, do mesmo modo como o Japão tem um superávit de US\$ 8 bilhões sobre a Alemanha.

Finalmente, a produtividade dos Estados Unidos, em números relativos, é idêntica em 1950 e 1980, enquanto que o Japão, cuja produtividade em 1950 era 15,2, em 1988 apresenta uma produtividade de 71,5. Por outro lado, sua produtividade foi de 81,0 (tudo isto em números relativos).

Quer dizer, os Estados Unidos mantêm estancado, por quase quarenta anos, o crescimento de sua produtividade, enquanto Japão e Alemanha mostram um crescimento acelerado da mesma.

A estes dados pode-se acrescentar que a taxa de investimento em 1989 dos Estados Unidos foi de 15%, enquanto que a da Alemanha foi 20% e a do Japão, 32%.

Os níveis e qualidade de educação e qualificação do trabalho, bem como a intensidade dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, representarão um importante papel no futuro, no crescimento da rivalidade entre os maiores países industrializados.

Já nos anos 1980, o Japão ultrapassou os EUA em porcentagem do PIB dedicado à pesquisa e desenvolvimento (RED, das iniciais em inglês), chave em economias que cada vez mais serão dominadas pela alta tecnologia.

Em 1990, o Japão investiu 2,9% de seu PIB em RED, contra 2,5% dos Estados Unidos.

O quadro V mostra os gastos em pesquisa e desenvolvimento das sete principais economias de mercado em 1965, 1975 e 1985. Como se pode apreciar, os Estados Unidos mantêm seu nível de investimentos em RED à porcentagem de 1965, enquanto no Japão e na Alemanha nota-se um constante crescimento destes investimentos.

Os Estados Unidos enfrentam um enorme déficit de orçamento e deve resolvê-lo em nível interno, cedendo parte da liderança do sistema internacional.

Estados Unidos, Japão e Alemanha podem ampliar suas influências atraindo outras economias para suas órbitas: América, Europa, Pacífico²⁰.

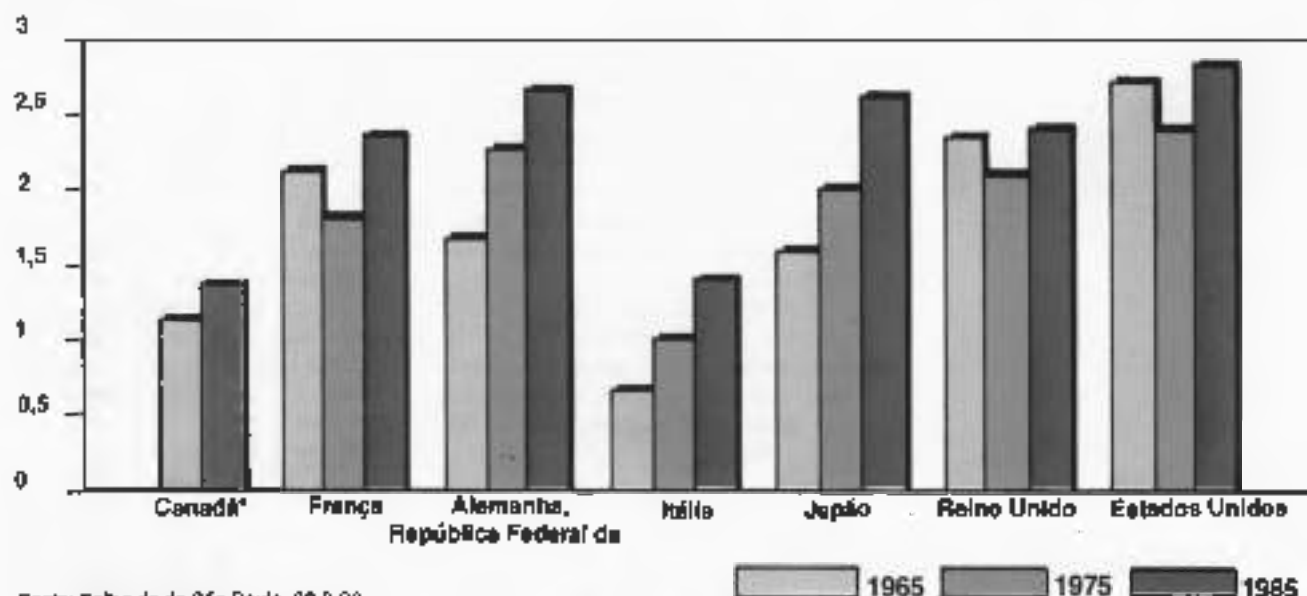
Tudo indica que os Estados Unidos, Japão e Alemanha canalizarão seu comércio e seus investimentos para países de suas áreas geográficas vizinhas, lutando entre si por vantagens no terceiro mundo, no Oriente Médio e nos países do ex-sistema socialista.

Assim, a Alemanha não só está centrada no esforço de integração com os países da CEE (doze países e 325 milhões de habitantes), mas também, por intermédio desta, se vincula com os países da EFTA (European Free Trade Association: Noruega, Suécia, Finlândia, Islândia, Áustria e Suíça, com 32 milhões de habitantes). A Alemanha também é o país que maior vulto de capitais tem aplicado na Europa do leste. Assim, o capital alemão corresponde a 30% do capital estrangeiro da Hungria e a 35% da Polónia.

Do seu lado, os Estados Unidos avançam em acordos de zonas de livre comércio. O primeiro deles é o que reúne os Estados Unidos,

QUADRO V: Gastos de investigação e desenvolvimento do G-7, 1965 - 1985.

Porcentagem do PIB





Canadá e México. Também os Estados Unidos assinaram um acordo de livre comércio com os países do Caribe de fala inglesa, com os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e avançam as negociações sobre um acordo de livre comércio com o Chile. Toda a América representa um mercado possível de cerca de 700 milhões de habitantes.

No que se refere ao Japão, este país havia feito pouco para fortalecer um bloco asiático, com receio de incomodar os Estados Unidos, talvez. Frente ao fracasso da rodada do Uruguai, é muito provável que o Japão estreite estes laços, o que se caracterizaria no EAEG (o Grupo Econômico do Leste Asiático), no qual se reuniriam os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático: Brunei, Malásia, Indonésia, Cingapura, Filipinas e Tailândia) e o Japão.

A questão do apoio econômico à URSS, que é defendido pela CEE, mas não pelos Estados Unidos e Japão (o qual condiciona sua ajuda à recuperação das ilhas Kurilas), poderia ameaçar as relações entre os três grandes. Entretanto, a maior seria discrepância é sobre o comércio e as barreiras existentes para o comércio internacional no que se refere a produtos agrícolas, patentes, finanças e outros serviços, como bem o demonstra o impasse da rodada do Uruguai.

Na questão de produtos agrícolas, os europeus defendem os interesses de seus produtores e produtos, e os EUA advogam para que sejam deixadas estas barreiras sobre o risco de alienar os países do terceiro mundo e depois não contar com o apoio deles para outros assuntos.

Este é o momento em que os três grandes podem estabelecer as linhas gerais sobre questões militares, futuro econômico da Europa e que podem ser padrões para as décadas futuras.

CONCLUSÕES

O mundo hoje apresenta mudanças concretas na política e na eco-

nomia internacionais. O futuro é imprevisível, mas é também mais aberto, competitivo, interligado, abrindo-se oportunidades de cooperação para resolver problemas comuns.

No aspecto político, nota-se a transição de um sistema bipolar para outro multipolar, com uma maior participação das organizações internacionais, as quais ajudarão na administração das crises, através de negociações da promoção do comércio, da melhora de condições da saúde pública, na proteção do meio ambiente, etc.

Os problemas da política internacional estão se afastando dos clássicos problemas de segurança e estratégia militar, dirigindo-se para problemas econômicos, sociais, ambientais e outros, do mesmo modo como se vai desenhando a divisão entre política interna e política externa.

As relações internacionais orientam-se para a multilateralidade, onde se busca a negociação e a concertação política fundamentada em convicções comuns, dialogando e negociando, para chegar a políticas consensuais e assim enfrentar coletivamente os problemas globais.

Esta dispersão do poder que se observa no sistema internacional produz-se em desmedro da hegemonia norte-americana e a favor de uma maior participação na sociedade internacional da Europa e da Ásia.

Sob outro aspecto, pode-se notar que os conflitos regionais de confrontação entre Estados Unidos e União Soviética diminuem de intensidade (Afeganistão, Angola, América Central); entretanto, a diminuição de influência das superpotências e a proliferação de armas podem levar a um maior número de conflitos armados, em nações pequenas e de tamanho médio, ou entre elas.

No que se refere à questão econômica, pode-se notar uma globalização da mesma, fato notavelmente influido pelos prodigiosos avanços tecnológicos em comunicações e transporte. Observa-se uma inter-

nacionalização dos mercados, das finanças, da produção e da mão-de-obra.

O intercâmbio e a competição econômica, está substituindo a rivalidade militar como principal área de conflito internacional. Também se faz notar uma crescente tensão entre a progressiva interdependência da economia mundial e as políticas nacionais.

A configuração de três blocos de dinamismo econômico também parece ser uma tendência da nova ordem em formação: Estados Unidos, Europa (especialmente Alemanha) e Japão seriam os centros destes blocos.

Assim mesmo, a globalização da economia vai levando à polarização entre ricos e pobres, tanto nas relações entre países como no interior destes. A dívida externa do terceiro mundo continua sendo um bom exemplo a respeito disto.

Frete a este cenário, pode-se perceber um declínio da ordem hegemônica estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a erosão da ordem hegemônica na escala mundial dá lugar à implantação de hegemonias e a uma organização hierárquica no interior dos blocos formados e das regiões integradas.

Em definitivo, tal como está acontecendo na reestruturação do sistema internacional nos últimos anos, é possível afirmar que a liderança hegemônica no mundo está cedendo espaço para uma liderança de tipo multilateral. Isto observamos em dois fatos fundamentais: primeiro, como já foi assinalado nas considerações teóricas introdutórias deste trabalho, a perda da hegemonia de um Estado não deve ser entendida somente como a perda de recursos de poder de um Estado em comparação com outros, mas também em referência a suas limitações para influir no sistema global. É precisamente a caracterização do sistema internacional como cada vez mais interdependente o que principalmente dificultaria qualquer tentativa de um Estado determinado para exercer uma liderança hegemônica. As conexões no

sistema já não são somente interestatais, mas também transnacionais e transgovernamentais, somando isto a uma cada vez mais variada e complexa agenda internacional.

Em segundo lugar, se bem é certo que os Estados Unidos são o país com maior capacidade militar e ainda continuam sendo a principal economia do mundo, a perspectiva é que Europa e Japão estreitem esta diferença, pelo menos no econômico e, conseqüentemente, também exerçam uma crescente influência na ordem política.

Os Estados Unidos, exercendo uma liderança multilateral, terão de buscar apoio tanto de Estados como de organizações multilaterais, com o objetivo de manter a estabilidade do sistema, o qual, dentro do marco estabelecido, pode levar as relações internacionais a um nível mais significativo de confiança e cooperação.

Os Estados, em geral, deverão trabalhar para fortalecer os organismos multilaterais, para enfrentar melhor os problemas globais que se apresentam; tomar decisões coletivas de cooperação tanto econômicas como políticas; considerar as novas relações norte-sul; privilegiar aqueles acordos regionais e subregionais que estejam mais sintonizados com a globalização da economia e que produzam mais benefícios que custos; e, também, tentar ordenar sua situação econômica, questão básica para serem bem-sucedidos num sistema que vai apresentando maiores níveis de competitividade.

Nelson de Paula Pires é professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Gustavo Castro é mestrando em Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Humanidades



Notas

1. Robert Keohane e Joseph Nye, *Power and interdependence. World politics in transition*. Boston: Little Brown and Company, 1977, p. 26.
Sobre a Teoria da Interdependência, e destes mesmos autores, ver *Transnational relations and world politics*, Princeton University Press, 1984, também de Keohane, *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.
Na América Latina um dos autores que mais vem desativando o conceito de interdependência é Ludário Tomassini. Deste autor, ver: *Teoría y práctica de la política internacional*, Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1989; *El proceso de transnacionalización y las relaciones externas de los países latinoamericanos*, em *Transnacionalización y desarrollo nacional en América Latina*. Buenos Aires: Gel, 1984; *América Latina y el nuevo orden económico internacional*. Buenos Aires: Belgrano, 1982; *El diálogo norte-sur: una perspectiva latinoamericana*. Buenos Aires: Belgrano, 1982; além de vários artigos escritos na *Revista Estudios Internacionales*, do Centro de Estudios Internacionales da Universidad de Chile.
2. *Ibid.*, p. 25.
3. J. G. Tokatlian e R. Pardo, *La teoría de la interdependencia: un paradigma alternativo al realismo?* *Estudios Internacionales*, v. XXIII, n. 91, 1990, p. 351-352.
4. Keohane e Nye, op. cit., p. 8.
5. *Ibid.*, p. 9-10.
6. *Ibid.*, p. 224.
7. Jean Eisenstein Speier, *The political economy of international relations*. New York: St. Martin's Press, 1985.
8. N. Gobbo, N. Mallett e G. Pasquino, *Diccionario de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 579-581.
9. Keohane e Nye, op. cit., p. 228.
10. *Ibid.*, p. 230.
11. *Ibid.*, p. 230.
12. *Ibid.*, p. 231.
13. *Ibid.*, p. 16.
14. Ver Gelson Fonseca Jr., *Aspectos de multipolaridade contemporânea* [notas preliminares], *Revista Contexto Internacional*, jan./jun.-90, n. 11, IUPERJ-RJ, Rio de Janeiro, p. 7-32.
15. Sugerimos a leitura dos livros de Tullio Vigevani, *Terceiro mundo, conceito e história*, S. Paulo: Ática, 1990; e Edward Kandel, *Raízes históricas do não-alinhamento*. Belgrado: OJAS, 1980.
16. Ver Fernando Henrique Cardoso, *Três discursos sobre a nova ordem mundial*. Senado Federal, Brasília, 1990, 46 p.
17. Nielsen de Paula Pires, *O Brasil na economia mundial: desafios e oportunidades*. Anais do 28º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sobor), Florianópolis, 1990, v. II, p. 119-130.
18. Carlos Portales (org.), *El mundo en transición y América Latina*. Buenos Aires: Ariel-Gel, 1989.
19. Leonardo Sili, *The rich nations get richer and then?* *The New York Times*, July 1, 1990.
20. Sugerimos a leitura do trabalho de Vera Thorstensen, *A formação internacional do Brasil, em 4. reunião internacional do Brasil nos anos 90*. Conselho Nacional de Economia de São Paulo, 2ª Região, v. I, São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.

Abstract

The Question of Global Hegemony in the International Arena in the Nineties

Is the notion of hegemony undergoing change directly linked to the pace of the far-reaching transformations now under way in the international system?

In order to address this question, one must examine the concept of interdependence in order to obtain a deeper understanding of the notion of hegemony.

The changes that have occurred in the contemporary world include the internationalizing of the economy and the formation of economic and trading zones and blocks.

Resumen

La hegemonía mundial en el actual escenario internacional

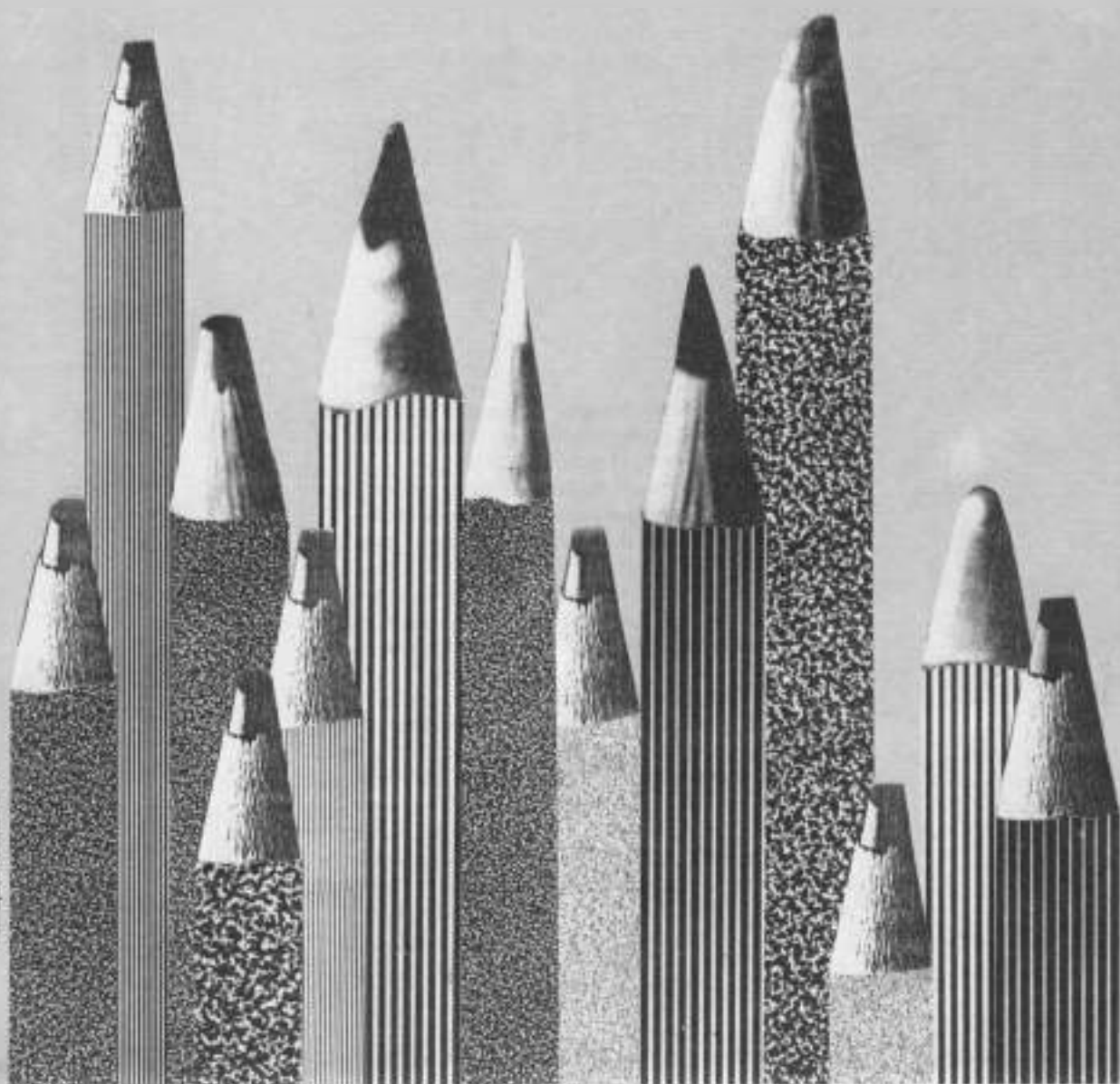
¿La concepción de hegemonía está cambiando al unísono con las profundas transformaciones en el sistema internacional? Para responder, es necesario analizar el concepto de interdependencia, y así profundizar en la noción de hegemonía. Los cambios ocurridos en el mundo contemporáneo incluyen una economía internacional y la formación de zonas y bloques económico-comerciales.



DA ESCOLA EM PRETO E BRANCO A ESCOLA COLORIDA

O lugar da educação no Brasil

José Gonçalves Gandra



A História da Educação em nosso País sempre seguiu os passos dos modelos econômicos em vigor. Esta associação constitui-se num 'drama' que pode estar sendo atualizado nestes tempos doloridos. Des-vendar e desfazer a 'trama' é uma tarefa 'do nós'

A escola exerceu diferentes funções ao longo da História do Brasil, tendo, porém, sempre funcionado articuladamente com o modelo econômico em vigor e sua respectiva estrutura social. Freitag (1986) distingue três modelos específicos da economia brasileira: a) agroexportador (1500-1930), que abrange a Colônia, o Império e a Primeira República; b) substituição das importações (1930-1960); e c) internacionalização do Mercado Interno (a partir de 1964).

No período agroexportador, a economia se baseava na produção de produtos primários, predominantemente agrários, destinados à exportação para as metrópoles. Este modelo perdurou até a crise econômica mundial de 1929, que gerou a crise interna do café.

Em relação à política educacional neste período, esta é quase inexistente, bastando ressaltar que o primeiro Ministério de Educação é criado pelo

Governo de Getúlio Vargas em 1930. Até então, funcionou um sistema educacional montado pelos jesuítas que cumpria uma série de funções, também importantes para a coroa portuguesa.

Cabe destacar a estrutura social pouco diferenciada deste período: sociedade escravocrata, cuja reprodução era garantida pela própria organização da produção. Segundo Freitag, restavam à escola duas funções: reprodução das relações de dominação e reprodução da ideologia dominante. Estas funções eram desempenhadas pela Igreja Católica que assumia, assim, a hegemonia da sociedade civil penetrando na sociedade política.

O Império e a Primeira República marcam o início, ainda que embrionário, de uma política de Estado para a educação, visto que é neste período que surgem as primeiras escolas não-confessionais — escolas técnicas e colégios militares — que passam a disputar a hegemonia com a Igreja Católica.

O segundo período pode ser dividido em duas fases: de 1930 a 1945 e de 1945 a 1964. A primeira fase se caracteriza pelo modelo de substituição de importações, decorrente da crise do café, provocada pela crise mundial de 1929.

A década de 30 marca, além da criação do Ministério da Educação e Saúde, o surgimento das primeiras universidades, resultado da fusão de várias faculdades isoladas.

As Constituições de 1934 e a de 1937 estabelecem importantes regras para a Educação: a de 1934 institui a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e a de 1937 acrescenta o ensino profissionalizante para as *classes menos privilegiadas* com a intenção de formar um *exército de trabalho* para o *bem da nação*, segundo palavras do então Ministro Capanema (Freitag, 1986 — p. 31). Nesse período, dá-se uma tonada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais ocorridas tanto na infra como na superestrutura.

A escola técnica, financiada pelo Estado, cumpre o papel de fornecedora da mão-de-obra necessária à indústria em implantação no País. O sistema educacional produz e reproduz a força de trabalho para o processo produtivo, ao mesmo tempo em que mantém as universidades para preparar as classes dirigentes. Evidencia-se, assim, a dualidade do sistema educacional: uma escola para os pobres e outra para os ricos, sendo que a primeira é apresentada para o povo como *uma chance* que o Estado oferece no sentido de ascensão social. Foram criadas, nesse período, as condições para uma maior exploração da força de trabalho, sendo as mesmas criadas e financiadas pelo Estado.

A segunda fase desse período caracteriza-se como uma fase contraditória onde há, por um lado, o desenvolvimento da indústria nacional acelerando e diversificando o processo de substituição das

importações e, por outro lado, a injeção de capital estrangeiro, o que reestabelece os laços de dependência, embora naquela época isto não fosse visto como um risco ao projeto de desenvolvimento nacional.

A política educacional reflete essa contradição, que se reduz à luta em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à Campanha da Escola Pública.

A nova LDB, prevista na Constituição de 1946 e só sancionada 15 anos depois, reflete, de acordo com Freitag, *as contradições e os conflitos que caracterizam as próprias frações de classe da burguesia brasileira*.

Ela, ao mesmo tempo que dissolve a dualidade do ensino anterior pela equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria neste mesmo nível uma barreira quase que intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do mesmo. Assim, a criança pobre, incapaz de pagar as taxas de escolarização cobradas pela rede particular, não pode seguir estudando.

A nova LDB de 1961 revela, assim, a luta existente no interior da sociedade política, pois, ao mesmo tempo em que busca acabar com a dualidade existente no ensino médio, bandeira da burguesia nacional representada pela classe média e intelectuais mais progressistas, imprime e reforça uma outra dualidade: ensino médio e superior para as classes dominantes e ensino elementar para as classes dominadas, em consequência da *privatização* do ensino médio. Esta nova dualidade, que seria defendida pelas oligarquias e pela burguesia vinculada ao capital internacional, vai acentuar a seletividade dentro do sistema na década seguinte, período da vigência da Lei.

O terceiro período, de 1964 até os nossos dias, marca a ruptura da burguesia nacional com seus aliados internos e sua aliança ao capital monopolista internacional, o que faz com que se torne necessária uma reorganização geral da sociedade, tanto nos aspectos administrativos e tecnológicos como nos financeiros. Em função disto é programada uma reordenação das formas de controle político e social.

Nos últimos vinte e sete anos não observamos uma alteração deste modelo econômico em vigor. O mesmo vigora, em suas linhas mais fundamentais, até hoje. Segundo Mello (1988), o modelo econômico adotado nas duas últimas décadas é concentrador de renda, altamente explorador da força de trabalho, mantido à custa de mecanismos de força e responsável pelo empobrecimento crescente das camadas majoritárias da população. Podemos perceber que a internacionalização da economia pressupõe uma sociedade com esta estrutura e perfil, a qual tem mantido sua essência inalterada. A política educacional adotada nesse período se insere dentro da reordenação proposta e pode ser considerada uma de suas expressões. O sistema educacional será

reestruturado para assegurar o controle social e político, atendendo mais uma vez aos interesses econômicos prevalentes. Tal fato está evidenciado na Constituição de 1967 e nas reformulações feitas tanto no ensino superior (Lei 5540 de 1968), como no ensino de primeiro e segundo graus (Lei 5692 de 1971).

A Lei 5692/71, que reestrutura o ensino de primeiro e segundo graus, prescreve entre suas principais medidas: a extensão do ensino básico, gratuito e obrigatório de quatro para oito anos, com redução do ensino médio de sete para três a quatro anos. O 1º ciclo ginásial fica absorvido pelo ensino básico, tornando-se obrigatório para todos. Estas medidas provocaram uma expansão quantitativa na rede pública, a qual não foi acompanhada de investimento material e humano proporcional ao crescimento observado no sistema. É nesse momento que se revela a face perversa dessa política: ela é apresentada para a sociedade como uma oferta de benefício social, supostamente redistribuidor de riqueza, porém não se esclarecem as condições reais em que esta política vai ser implantada, especialmente o descompasso entre o aumento de matrículas e o aumento de recursos.

As reformulações no ensino de primeiro, segundo e terceiro graus se deram, de forma articulada, dentro de uma reorganização político-social maior. Com a profissionalização obrigatória no segundo grau, os alunos, ao concluírem esse grau, poderiam e deveriam ingressar no mercado de trabalho, assumindo funções técnicas e diminuindo sensivelmente a pressão sobre as universidades. Desta forma, as vagas na universidade ficariam disponíveis para uma pequena minoria, correspondente aos estudantes das classes alta e média da sociedade.

Segundo Freitag, observam-se na profissionalização do ensino médio dois mecanismos: um de reprodução das relações de classe, na medida em que só continuariam os estudos aqueles com melhores condições, sendo os demais colocados no mercado de trabalho; e um outro, cuja função seria promover a reprodução da força de trabalho, na medida em que a escola passa a ser responsável por produzir os técnicos de que o mercado necessita.

Podemos reafirmar que a escola permanece intimamente vinculada ao modelo econômico em vigor, ao qual o sistema educacional é adaptado de modo a melhor lhe servir. Ao partirmos desta verdade observada ao longo da História da Educação Brasileira, podemos compreender um pouco mais e melhor os significados da política *collorista*.

O Governo Collor tem como tarefa mais geral a reordenação do modelo capitalista brasileiro de forma a manter a exploração do trabalho e concentrar renda, colocando em situação de penúria a maioria da população brasileira (os descamisados). No que diz respeito à política educacional, tem como

tarefa-projeto a desqualificação da escola pública, atuando em duas frentes: a diminuição de recursos para essa área, criando formas para subsidiar a iniciativa privada, diminuindo, dessa forma, as possibilidades de ensino gratuito, e a pauperização dos docentes, obrigando-os a se sujeitar a uma jornada tripla de trabalho para garantir sua sobrevivência, prejudicando, assim, o seu trabalho.

Nestes tempos *colloristas*, como nos tempos da ditadura e da velha Nova República, só resta, aos educadores verdadeiramente comprometidos com um ensino público democrático e de qualidade, resistir. Resistir em defesa dos princípios básicos de uma sociedade que se quer dizer moderna. Resistir em nome do respeito. Indignar-se em nome das condições de vida. Fazer-se ouvir no tempo do *cole-se*. Produzir Lei em épocas de Medidas Provisórias. Negociar, quando a regra é impor. Gritar se for preciso. Ir à luta, mais uma vez, enfim.

José Gonçalves Gondra é professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Colégio Pedro II e é diretor regional do Sindicato Nacional dos Docentes das Escolas Federais.

Referências Bibliográficas

- FREITAS, Barbara. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.
MELLO, Gilmar Nery, Magalhães de 1º Grau. *Da complicitade técnica ao compromisso político*. São Paulo: Cortez, 1988.

Abstract

From Black & White School to "Collorist" School:
the Place of Education in Brazil

This article reviews the history of education in Brazil from colonial days to the period of economic internationalization. The author endeavours to demonstrate that the education system has always been geared to the prevailing economic model. The article ends with a warning about the current remodelling of Brazil's brand of capitalism and the consequences it entails for education, particularly public education.

* a play on the name of Brazil's President, Fernando Collor.

Resumen

De la escuela en blanco y negro a la escuela "collorista":
el lugar de la educación en el Brasil

Este artículo revisa la historia de la educación en el Brasil, desde el período colonial hasta el momento de la internacionalización de la economía. Se muestra que el sistema educacional siempre estuvo articulado al modelo económico en vigor. Finalmente, se advierte sobre el nuevo orden del modelo capitalista brasileño y las consecuencias para la educación, especialmente para la enseñanza pública.

Nahman Armony

VAN GOGH: cem anos de presença



Reprodução: Fundação de Arte de São Paulo

Palácio

*Van Gogh, artista
extraordinário e polêmico, foi
capaz de antecipar caminhos e
conflitos do homem atual.*

*Enfrentou a família e os marchands
e não se curvou diante de nenhum
modelo social. Talvez por não ter
sido aceito e compreendido pela
sociedade, tenha sido levado ao
suicídio, mantendo intacta a união
de corpo e alma.*

Passado um século da morte de Van Gogh podemos hoje reconhecer nele um homem e artista extraordinário e profético, cuja vida e obra foi uma antecipação das questões, caminhos e conflitos do homem atual. Durante sua atormentada existência optou por manter a sua singularidade contra tudo e contra todos. Enfrentou pai, família, *marchands* e absolutamente não se dobrou a nenhum modelo social. Foi sempre fiel a si mesmo fosse como pintor, como estudante, como missionário, como amante. E mais do que isto, teve a coragem de assumir uma posição ideológica que podemos chamar de panteísta, numa época em que reinavam ou o Deus externalizado e pessoalizado, ou o racionalismo científico triunfante na sua certeza de possuir e vir a possuir, através de seus métodos, a verdade do universo e com isto o bem-estar da humanidade. Seus quadros eram uma negação desta *Weltanschauung* dominante, com sua ênfase nas cores, na expressividade, na fusão homem/natureza. Talvez por não ter sido compreendido e aceito pela sociedade, por ter sido espiritualmente excluído dela, tenha se suicidado, excluindo-se em corpo também, quem sabe, coerente com sua forma de sentir unitária, onde alma e corpo não podiam ser separados.

Não foi sem conflitos internos que Van Gogh construiu sua fortaleza espiritual. Suas primeiras car-

tas ao irmão Théo revelam um jovem confuso, desejoso de seguir os caminhos convencionais de inserção na sociedade, aceitando a sua ideologia, mas já deixando transparecer dúvidas. Em janeiro de 1873, aos 19 anos, já empregado há mais de três anos numa filial da Casa Goupil, uma galeria de arte, escreve para seu irmão Théo:

Meu ano-novo começou bem. Recebi um aumento de dez florins ... e me concederam um prêmio de 50 florins acima do mercado. Não é magnífico? Eu espero poder, desta maneira, prover as minhas próprias necessidades. Estou muito contente que você esteja trabalhando na mesma firma. É uma bela firma onde, quanto mais se trabalha, mais se sente a ambição.

A carta tem alguma ambigüidade. Van Gogh não fala de sua ambição diretamente, mas de uma ambição que parece vir da firma. Como se a ambição não fosse própria, mas um modelo imposto. Seria esta ambigüidade um prenúncio do conflito entre afirmar a singularidade e dobrar-se às convenções? Extraio da carta de 3 de abril de 1878 (ocasião em que Vincent está estudando para pastor):

Quanto mais nos ativermos a regras fixas, mais firme se tornará o caráter, sem que para isto tenhamos de nos tornar limitados... E mesmo nos ambientes cultos e nas melhores sociedades e circunstâncias mais favoráveis, é preciso conservar algo do caráter original de um Robinson Crusoe ou de um homem da natureza, jamais deixar extinguir-se a chama interior, e sim cultivá-la.

Nesta carta em tom de prédica (portanto com um acento superegórico), Vincent procura compatibilizar o homem das regras fixas com o homem da natureza, uma vida calcada no modelo social vigente com uma vida livre e criativa. Está com 25 anos e pensa em ser pastor como o pai. Já em julho de 1880 (Van Gogh, portanto, tem 27 anos e decide ser pintor após um período de errância física e mental) a separação entre regras de sociedade e homem natural está mais definida:

Há uma velha escola acadêmica muitas vezes execrável, tirânica, a abominação da desolação, enfim, homens que têm uma espécie de coragem, uma armadura de aço de preconceitos e convenções: estes, quando estão à testa dos negócios, dispõem dos cargos e, por meios indiretos, buscam manter seus protegidos e excluir os homens naturais.

É evidente que Van Gogh se incluiu entre os homens naturais. Nesta ocasião ele havia sido destituído de sua condição de missionário por não agir de acordo com os preceitos da Igreja. Com perspicácia Van Gogh prossegue nesta carta:

Agora, uma das causas pelas quais eu estou agora deslocado – e por que durante tantos anos estive deslocado – é simplesmente porque tenho idéias diferentes das desses senhores que dão cargos àqueles que pensam como eles. Não se trata de uma simples questão de afeito, como hipocritamente me censuraram, é uma questão mais séria que isto, posso lhe garantir.

Van Gogh toma consciência dos distúrbios e reações que sua singularidade provocou no mundo. Sua valorização e expressão de sentimentos, sua desconfiança na razão pura, seu panteísmo, sua crença no amor, na intuição, na humildade, na sinceridade, sua afirmação de singularidade nem competitiva nem rebelde, sua ausência de preconceitos, seu desprezo pelas convenções e pelos valores sociais em vigor ameaçavam os *homens de preconceitos* da sociedade da época que então o ataca ou o ignora. Daí Antonin Artaud dizer que Van Gogh foi um *suicidado da sociedade*.

Van Gogh afirma e realinha uma singularidade que se apóia e está em continuidade com seus mais antigos sentimentos, valores e pensamentos. Ainda na carta anterior respondendo ao irmão que lhe escrevera:

Desde então você mudou muito, você já não é mais o mesmo, esclarece: ... o que mudou é que minha vida era então menos difícil, e meu futuro aparentemente menos sombrio; mas quanto ao meu íntimo, quanto à minha maneira de ver e de pensar, nada disto mudou, e se de fato houvesse alguma mudança,

é que agora eu penso e acredito e amo mais seriamente aquilo que na época eu também já pensava, acreditava e amava.

Esta fidelidade aos valores mais antigos remete-nos à Personificação da Mãe, enquanto que seu desejo de se inserir no mundo adulto refere-o à Personificação do Pai. Porém, Van Gogh só admiu entra no social conservando suas crenças, sentimentos e pensamentos mais antigos, sua singularidade, sua vinculação à Personificação da Mãe. Temos disto uma confirmação em várias outras de suas manifestações. Carta de novembro de 1881:

Você, você é capaz de me compreender quando afirmo que é preciso amor para trabalhar e para se tornar um artista, um artista que procura colocar sentimento na sua obra: é preciso primeiro sentir-se a si próprio e viver com seu coração.

A vinculação à Personificação da Mãe, ou, o que é o mesmo, a manutenção da função-Mãe faz-se presente nesta carta na continuidade amor-trabalho, na procedência que tem o *sentir-se a si próprio* em relação a sentir o mundo e, finalmente, no viver o mundo com seu coração, com sua singularidade, seus sentimentos mais verdadeiros e não seguindo modelos prévios. Na carta de 23 de novembro de 1881 (contava então 28 anos, morava com os pais, já escolhera ser um pintor, e estava em conflito com eles a este respeito) ele reitera mais enfaticamente estas idéias:

Algumas vezes eu estou convencido que você deve dirigir ao presente sua atenção, a melhor parte de sua atenção, a mais condensada, sobre esta força vital que ainda não está desperdiçada em você: o Amor. Ela é em verdade a mais poderosa de todas as forças, visto que ela te torna apenas aparentemente dependente; a verdade é que a franqueza verdadeira, a liberdade verdadeira, a independên-

cia verdadeira existem somente através desta força. É o amor que precisa nosso sentimento de dever e define claramente nosso papel.

A menção de Van Gogh ao dever e ao amor permite-nos buscar um contraponto destes sentimentos no complexo de Édipo da teoria freudiana. Porém, antes de fazê-lo, torna-se necessário um esclarecimento: as obras dos grandes criadores podem ser lidas em várias perspectivas: uma delas representa, ao mesmo tempo, uma denúncia (ou um retrato) das ideologias vigentes, e um apontamento, a partir destas revelações, de linhas de ultrapassagem desta ideologia. É por este lin-
guagem, como testemunha genial de uma época, que citaremos Freud. Sua escolha da tragédia de Sófocles para a apresentação do complexo de Édipo, sua concepção da origem da sociedade organizada exposta em *Totem e Tabu*, a forma de insulação do superego no menino são reveladoras da violência de uma sociedade patriarcal no apogeu de sua ideologia fáustica. É justamente esta teoria reveladora que, adequadamente usada, permite um trabalho clínico de liberação individual e propicia desdobramentos teóricos como os de Balint, Winnicott, Searles e outros. Freud foi um transformador e, portanto, um homem de transição; como tal tinha seus pés enraizados numa *episteme* ocidental platônico-cartesiana, mas empurrava com as mãos as relações homem/mundo em direções que, retomadas por psicanalistas modernos, levavam da *episteme* da representação para a *episteme* da força pulsional e, mais ainda, para uma *episteme* onde a identificação-em-patia-intuição tem um papel preponderante, produzindo transformações teóricas que recusam a violência da sociedade tecnocrata e passam a refletir um crescente desejo de equilíbrio ecológico. Feitas estas ressalvas podemos retomar o fio no ponto em que o abandonamos. Na carta de Van Gogh o dever aparece como tributário do amor. Freud em *A dissolu-*

ção do complexo de Édipo (v. 19, p. 221) escreve:

A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego que assume a severidade do pai (dever) e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal (amor).

De um lado a autoridade/dever na identificação com o Pai e de outro o abandonado amor pela Mãe. Em *O problema econômico do masoquismo* (v. 19, p. 173), Freud escreve:

Agora o superego, a consciência moral eficaz dentro dele, pode tornar-se duro, cruel, inexorável para com o ego a quem tutela. Desse modo, o Imperativo Categórico de Kant é a herança direta do Complexo de Édipo.

O Imperativo Categórico implica uma obrigação, um Dever imediato, incondicionado e absoluto, excluindo qualquer outro sentimento ou inclinação. Exclui, portanto, o amor. Este é o Dever do Imperativo Categórico, herdeiro do Complexo de Édipo. Van Gogh propõe um revolvimento. O Dever já não seria em si mesmo, o dever estaria no âmbito do amor. Não mais se sustentaria a dicotomia amor/dever, o dever referido à Personificação do Pai, e o amor à Personificação da Mãe. Seria através do amor, da Personificação da Mãe que se acederia ao dever e ao trabalho, ao social. Não havetis, assim, uma quebra de continuidade entre a dinâmica da relação dual primeira e a dinâmica triádica posterior que, ao invés de sepultar a primeira, a ela suavemente se integraria. (As aproximações que estabelecem entre as idéias de Freud e Sullivan têm a ver com uma certa concepção da epistemologia da psicanálise que exponho especialmente em meu artigo *Ser ou não Ser?*) Deixarei, provisoriamente, esta questão por aqui para retomá-la mais adiante. Continuemos nossa exegese das

Personificações nas cartas de Van Gogh a Théo. Entre abril e maio de 1872, em carta não datada, escreve (p. 50 da edição brasileira):

Não é tanto a língua dos pintores, mas a língua da natureza a qual é preciso dar ouvidos... Sentir as coisas em si mesmas, a realidade, é mais importante que sentir os quadros; em todo caso é mais fecundo e mais vivificante. Porque tenho da arte e da própria vida, de quem a arte é essência, um sentimento tão vasto e tão amplo, acho irritante e falso quando vejo pessoas pensando de acadêmicos.

De um lado os acadêmicos, pintores e quadros e do outro a natureza, o sentir, a vida. Personificação de Mãe e Personificação de Pai. Esta Personificação de Pai que exige um radical afastamento da Personificação Materna deverá morrer; mas morrer apenas para renascer sob uma outra forma. Um Pai não mais destacado da natureza, dominando-a e impondo-lhe leis, mas um Pai integrado à própria natureza, respeitando-a, compreendendo-a participativamente. Carta de dezembro de 1881 (Van Gogh com 28 anos):

Eu creio que ele não lhe vem mesmo ao espírito senão quando começamos a nos fazer uma idéia de Deus repetindo a conclusão que Multatuli tirou em sua Prece do ignorante: "Oh! meu Deus, não há Deus!" Tome o Deus dos pastores; eu o acho morto. Sou um ateu por isto? Os pastores me consideram como tal - que seja - mas eu amo, veja você, e como eu poderia conhecer o amor se eu não visse e os outros não vissem? Já que nós vivemos, tudo isto é maravilhoso. Chame isto de Deus ou de natureza humana, ou o que quer que você queira, porque em cada sistema filosófico existe alguma coisa para a qual me será impossível de dar uma definição, ainda que este núcleo seja muito vivo e muito

Humanidades



real; isto é que é Deus ou seu equivalente, você compreende? (p. 158).

Van Gogh remodela o Deus autoritário legislador dos pastores transformando-o em um Deus-Natureza, um Deus imanente, um Deus que supera as dicotomias, e que contém em si a Mãe e o Pai; Van Gogh desejaria que Théo fosse este Pai/Mãe. Van Gogh necessita e necessitará através de toda sua vida de alguém que represente personificações que atendam a suas necessidades no sentido mais amplo do termo. Essas personificações ele primeiro as buscou nos próprios pais. Não se sentindo nem compreendido, nem atendido em suas necessidades, transferiu para o irmão Théo estas personificações. Podemos acompanhar este processo de transferência através de uma carta escrita entre setembro e novembro de 1881:

A casa paterna, no entanto, deve ser e se manter, custe o que custar, nosso refúgio; nosso dever é de apreciá-la tanto quanto honrá-la... Acontece que existe um refúgio melhor, necessário, indispensável, tão bom, tão necessário e tão indispensável quanto é a casa paterna; é a nossa casa e o nosso refúgio de nós... (p. 124, ed. francesa).

Vincent prossegue mais adiante nesta mesma carta:

...uma só palavra de mãe me teria decidido lhe confiar tudo o que não se pode revelar num primeiro momento. Ela se obstinou em não pronunciar esta palavra; ao contrário, ela me recusou a ocasião de me abrir com ela... Você compreenderá, sem dúvida que um homem decidido a agir só pode aprovar parcialmente sua mãe que reza para obter que ele se resigne. É que ele então acha em outras suas palavras de consolação, um pouco fora de época, e que ele repita do fundo de seu coração: eu não aceito de forma al-

guna o jugo do desespero... Porque eu não me engano, não é, meu irmão?; nós não somos apenas irmãos, mas também amigos e semelhantes, não é? (p. 127).

Pascal Bonafoux em sua introdução ao livro *Lettres à Théo* de Vincent Van Gogh, observa que *Vincent e Théo são os mesmos. Eles são o mesmo*. Sem dúvida esta é uma referência a uma relação simbiótica que se estabeleceu entre os dois irmãos. Para Vincent, em Théo reúnem-se as Personificações de Pai e de Mãe. Théo deverá ser uma Mãe incansavelmente nutridora, inspiração de singularidade; e ao mesmo tempo um Pai compreensivo, capaz de acolher e preservar a singularidade do filho, encontrando caminhos de absorção desta singularidade pelo tecido social, possibilitando-lhe ocupar um lugar na cultura. Théo falhará nessa missão. Seu fracasso ficará registrado em uma última carta escrita por Vincent encontrada em seu bolso de suicida:

Meu caro irmão: Obrigado por sua gentil carta e pela nota de cinquenta francos que ela continha. Já que as coisas vão bem, o que é o principal, por que insistiria eu em coisas de menor importância? Por Deus! Provavelmente se passará muito tempo antes que se possa conversar de negócios com a cabeça mais descansada. Os outros pintores, independente do que pensam, instintivamente mantêm-se à distância das discussões sobre o comércio atual. Pois é, realmente só podemos falar através de nossos quadros. Contudo, meu caro irmão, existe isto que eu sempre lhe disse e novamente voltarei a dizer com toda a gravidade resultante dos esforços de pensamento assiduamente orientado a tentar fazer o bem tanto quanto possível - volto a dizer-lhe novamente que sempre o considerarei como alguém que é mais que um simples mercador de Corot, que por meu intermê-

dio participa da própria produção de certas telas, que mesmo na derrocada conservam sua calma. Pois assim é, e isto é tudo, ou pelo menos o principal, que eu tenho a lhe dizer num momento de crise relativa. Num momento em que as coisas estão muito tensas entre marchands de quadros de artistas mortos e de artistas vivos. Pois bem, em meu próprio trabalho, arrisco a vida e nele minha razão arruinou-se em parte — bom —, mas pelo quanto eu saiba você não está entre os mercadores de homens, e você pode tomar partido, eu acho, agindo realmente com humanidade, mas, o que é que você quer?

Esta pergunta é crucial. O que mais deseja Théo, Personificação Materna, além de tudo que já lhe foi dado — dedicação, trabalho, esforço, sanidade, saúde —, para finalmente, como Personificação Paterna, introduzi-lo no social? O binômio cobrança/culpa instaurado pela relação simbiótica entre os dois irmãos, levado às últimas consequências, provoca a morte de ambos. Seis meses após o suicídio de Vincent, morre Théo. É preciso porém que não nos enganemos. As circunstâncias trágicas da vida de Vincent, substancializadas em eventos amplamente conhecidos (automutilação auricular, crises psicóticas, suicídio, etc.), não desmerecem a originalidade e grandeza de sua proposta de vida. Em sua ânsia de manter preservada sua autenticidade, é Van Gogh um anunciador de questões atuais. Ele indica um Estado que já não exigiria que todos se conformassem a modelos, mas uma Sociedade que pudesse acolher a singularidade de seus membros, não lhes impondo valores prévios. Talvez pareça estranho este aparentemente des preocupado trânsito de mão dupla entre o inconsciente e o pré-consciente-consciente, o social e o familiar. É Freud quem nos fornece elos entre a onto e a filogênese, entre o consciente e o inconsciente. Vejamos o que ele diz em *O ego e o id*:

O que a biologia e os destinos da espécie humana operaram no id e lá deixaram como seqüela: aí está o que o ego toma para si mediante a formação do ideal, e o que é revivenciado por ele como indivíduo. O ideal do ego tem, em consequência de sua história de formação, os vínculos mais abundantes com a aquisição filogenética de cada indivíduo — a sua herança arcaica (p. 38 (c) e 51 (p)). E mais adiante: As vivências do ego parecem, a princípio, estar perdidas para a herança; porém, se se repetem, com suficiente frequência e intensidade em muitos indivíduos, em gerações sucessivas, transpõem-se para o id como vivências, cujas impressões são conservadas por herança. Desse modo, o id hereditário alberga em seu interior os restos de inúmeras existências-ego, e quando o ego extrai seu superego a partir do id, talvez não faça mais que trazer de novo à luz figuras, moldagens egóticas mais antigas, proporcionando-lhes uma ressurreição (p. 39/40 (c) e 53 (p)).

Van Gogh pertence a uma linhagem de existências-ego introdutoras de transmutações na herança cultural da humanidade. A memória cultural que hoje prevalece tem um forte acento edípico autoritário, garantido por um superego paterno, delegado severo dos valores sociais em vigor conectados com traços de ancestrais valores depositados no id por séculos de prática comunitária. É com esta herança filogenética que a criança em seu desenvolvimento ontogenético entrará em contato quando da resolução de seu Complexo de Édipo. Para o pleno sucesso desta transmissão cultural, a superação do Complexo de Édipo deverá ser súbita, brutal, intensa. Esta brutalidade da entrada no mundo da cultura nós a encontramos desde a escolha da tragédia de Sófocles como paradigma de interdição, reencontramo-la no assassinato do pai em *Totem e Tabu* com

suas consequências de medo e culpa que criam uma lei autoritária modelar, até a idealidade da resolução maciça do Complexo de Édipo no âmbito familiar. Freud:

O superego conservará o caráter do pai, e quanto mais intenso foi o Complexo de Édipo e mais rapidamente se produziu a sua repressão (pela influência da autoridade, a doutrina religiosa, a educação, a leitura), tanto mais rigoroso será depois o império do superego como consciência moral, talvez também como sentimento inconsciente de culpa, sobre o ego (O ego e o id, v. 19, p. 36).

Ao desintegrar o Complexo de Édipo o menino identifica-se com o superego do pai e rompe sua relação simbiótica com a mãe, aceitando os valores modelares do pai e da sociedade e afastando-se das crenças criadas na singularidade da relação com a mãe. Em termos mais amplos: a resolução súbita e autoritária do Complexo de Édipo resulta em uma identificação com a função superegógica despótica de preservação dos valores da cultura — a função-Pai; e reprime, dissocia ou dissolve a função-Mãe: intuição, empatia, capacidade de identificação. A função-Pai, em seu exercício da autoridade e do uso dos modelos, apela para uma *episteme* dicotômica que se opõe à função unificadora da Personificação da Mãe. O menino para tornar-se um Homem deverá abandonar, esquecer, fazer sumir sua ligação à Mãe. Deverá abandonar os seus valores prévios desprezando-os como *coisas femininas*. O dever obscurece o amor, a razão livra-se da intuição, as dicotomias se instalam separando sujeito/objeto, a empatia e a identificação são repudiadas como meros enganos da sensibilidade, a natureza torna-se um objeto de manipulação não mais respeitada em seu movimento e equilíbrio. Não devemos, porém, nos esquecer de que Freud, ao descrever o Complexo de Édipo completo, referiu-se tanto a uma identificação do varão

com o objeto-Mãe abandonado quanto fala de uma remanescente corrente tema em relação a este objeto. Trata-se, porém, de um acréscimo secundário a uma estrutura patriarcal básica, a essência do Complexo de Édipo, sua sustentação básica é fundamentalmente a identificação com o superego do pai (ou dos pais) e a retirada do investimento libidinal da mãe. Mesmo ao falar da identificação do varão com o objeto-Mãe abandonado e da corrente afetiva residual, ele o faz minimizando ambos os processos:

Com a demolição do Complexo de Édipo, a catexia objetal da mãe tem de ser abandonada. O seu lugar pode ser preenchido ou por uma identificação com a mãe, ou um reforço da identificação-pai. Continuamos considerar este último desentlace como o mais normal; permite reter, em certa medida, o vínculo terno com a mãe. Dessa maneira, a dissolução do Complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter de um menino (O ego e o id, v. 19, p. 34 na edição argentina e p. 46/7 na edição brasileira).

O Complexo de Édipo, tal como a psicanálise no-lo apresenta, tem um caráter dicotômico e machista, compatível com a época em que foi conceituado, podendo levar-nos ao engano de que a interdição necessária à formação do campo social teria de ter obrigatoriamente este caráter.

O projeto e a mensagem de Van Gogh corrigem esta concepção, tocando fundo na alma do homem atual. Ele propõe uma entrada no mundo adulto, a ocupação de um espaço social sem perda da singularidade, sem quebra de uma continuidade com crenças, sentimentos e valores anteriores, mantendo viva e presente a Personificação da Mãe e portanto a função-Mãe. É na preservação da função-Mãe que se mantém a singularidade. A relação Mãe-Filho é sempre única, não tem

similar, nasce da própria relação, está fora das regras e das leis. Winnicott diz-nos que a mãe tem de *enlouquecer* para poder cuidar do seu bebê, é um *enlouquecimento* que aguça a sensibilidade da mãe para as necessidades de seu filho e que faz com que as fronteiras da individualidade se permeabilizem. É evidente que esta *loucura* terá de ser provisória e necessitará de um continente social para existir. Porém as vivências deste período deverão permanecer disponíveis para serem usadas e não desaparecer sob o peso de um recalque-inibição. De acordo com Winnicott será no espaço transicional, espaço do jogo e do brincar, que será possível conservar viva a função-Mãe. Foi esta função, com sua forma de sensibilidade e com sua ética própria, que Van Gogh fez questão de preservar. Freud:

...pode-se conceber a catástrofe do Complexo de Édipo – o exílio (desterro) do incesto, a instituição da consciência moral e da moral mesma – como um triunfo da espécie sobre o indivíduo (em Algumas consequências psíquicas da diferença unânime entre os sexos, v. 19, p. 275).

Para Van Gogh a questão se inverte: a epseidade do indivíduo deverá prevalecer sobre o modelo da espécie. A singularidade, as potencialidades simbólicas serão mantidas para o encontro com o outro, para o equilíbrio com o cosmo, para a íntima ligação ao mundo, ao social, à natureza, às coisas, ao real.

Van Gogh é uma destas existências-ego singulares que pipocam ao longo da história da humanidade e que hoje engrossam o caldo de transformações que se fazem necessárias para evitar catástrofes ecológicas (estou pensando nas três ecologias de Félix Guattari). Da vida e obra de Van Gogh, de seu martírio e imolação, podemos tirar um apontamento e uma mensagem. A sociedade deveria se organizar no sentido de poder conter a singularidade de cada ser humano.

A interdição não mais teria o caráter violento do mito edípico tal como foi desvelada por Freud ao resgatar a tragédia de Sófocles. O Édipo, se assim ainda se puder chamá-lo, teria uma dinâmica que permitiria a conservação da função-Mãe. A sociedade não imporá modelos a seus membros, mas sim se organizaria de uma outra maneira. Esta outra dinâmica que está surgindo e se desenvolvendo ainda é uma questão para nós: talvez as noções de identificação egóica (e não apenas superegóica) de exemplaridade, de repetição diferencial, de eterno retorno sejam idéias que permitam pensar esta incipiente dinâmica.

Nahman Armony é médico, membro psicanalista da Sociedade de Psicanálise Iacy Doyle, professor do Curso de Pós-Graduação em Psicanálise (CEPCOP) da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, com dois livros e vários artigos publicados.

Abstract

One Hundred Years of Van Gogh

Van Gogh, an extraordinary and polemical painter, proved capable of anticipating the foot-steps and conflicts of modern man. He farced up to family and wheedling art dealers alike and refused to bow down to any model of social behavior. Perhaps society's rejection and failure to understand him drove him to suicide, preserving the bond of body and soul unblemished.

Resumen

Van Gogh: cien años de presencia

Van Gogh, artista extraordinario y polémico, fue capaz de anticipar los caminos y conflictos del hombre actual. Entró a los comerciantes en arte y no se curvó a ningún modelo social. Quizá por no haber sido aceptado por la sociedad, se suicidó manteniendo intacta la unión de cuerpo y alma.

FILMM

International Federation for Modern
Languages and Literatures
Fédération Internationale des Langues
et Littératures modernes

Bureau of the FILMM
1990 - 1993

President

Paul Zumthor (Canada)

Vice-Presidents

Pierre Danchev (France)

Peter Horvath (USA)

Eva Kushner (Canada)

Yasmine Ghorraieb (Austria)

Albert Neubert (Germany)

Emmanuel Ngara (Zimbabwe)

Secretary-General

David A. Wells (England)

Assistant Secretaries

Nelide de Faria (Brazil)

G. Douglas Kilian (Canada)

Motoi Oda (Japan)

José Lambert (Belgium)

Miodrag Radović (Yugoslavia)

Roger D. Sell (Finland)

For further information and a copy of the First
Circular, write to:



Universidade de Brasília

XIX Congresso Internacional da FILMM
Caixa Postal 15-2852
CEP 70910 - Brasília - Brasil

XIXFILMM BRUNO, BITNET
Tel.: (061) 348-2357
FAX: 55(061) 272-1487
Coordenação Geral: Nelide de Faria
Secretário: Danilo Pinho Lôco
Tesoureiro: Gilberto Antunes Chauvet

BRASÍLIA
22-30 AUGUST 1993

LANGUAGE AND LITERATURE TODAY LANGUE ET LITTÉRATURE AUJOURD'HUI

The International Federation for Modern Languages and Literatures (FILMM) comprises 20 international associations in the field, representing them at the International Council for Philosophy and Humanistic Studies (CIPSH), the non-governmental umbrella organization for the humanities sponsored by UNESCO. The triennial International Congress of the FILMM seeks to confront the problem of conflict between, on the one hand, the internationalization of our discipline, and, on the other, its increasing fragmentation and specialization in the practice of many universities and individual scholars. The Congress aims to focus upon large general themes or problems of equal interest to all the member-associations, and in a manner which encourages participants to place their specialist knowledge and its cultural legitimization in a wider international context. Wide-ranging general discussion will be an important feature of each of the sub-themes.

At the Brasilia congress one day will be devoted to each of five sub-themes outlined below. Each day will comprise a plenary lecture by a scholar of international distinction and a series of shorter contributions, workshops, or round-table discussions organized by the Chairman.

1. MODERNITY AND POSTMODERNISM / MODERNITÉ ET POST-MODERNITÉ

(Chairman: EVA KUSHNER) The meaning and relationship of Modernity and Postmodernism; their aesthetic and social consequences; the future of Postmodernism.

2. LANGUAGES AND LITERATURES IN THE "GLOBAL VILLAGE" / LANGUES ET LITTÉRATURES DANS LE "VILLAGE GLOBAL"

(Chairman: PETER HORWATH) Intertextuality; the internationalization of some languages and the disappearance of others, and the aesthetic and social consequences; universalism and regionalism in literature, language and identity.

3. THE "GLOBAL VILLAGE": COMMUNICATION, TECHNOLOGY, AND TRANSLATION / LE "VILLAGE GLOBAL": COMMUNICATION, TECHNOLOGIES ET TRADUCTION

(Chairman: JOSÉ LAMBERT) The impact of new technologies on artistic and other forms of communication; the language of literature, politics, and the media, and the consequences of internationalization, television languages and the new standard language; shifts in national and international genres.

4. INTERDISCIPLINARY APPROACHES TO LANGUAGES AND LITERATURE / L'ÉTUDE INTERDISCIPLINAIRE DE LANGUES ET LITTÉRATURES

(Chairman: ROGER SELL) Interdisciplinary studies and over-specialization; the role of literary theory; sociological epistemologies, contextualization, pragmatics and literary pragmatics; "new" new philology; cultural studies.

5. THE LITERATURES OF LATIN-AMERICA / LITTÉRATURES DE L'AMÉRIQUE LATINE

(Chairman: NELIDE DE FARIA) The reception of the literatures of Latin America in the world; popular literatures and tradition; Latin-American literatures today: texts and contexts; linguistic and cultural interrelationships.

A FILMM agrupa vinte relevantes associações internacionais dedicadas ao estudo das línguas e das literaturas modernas, sendo uma das treze federações que compõem o Conselho Internacional de la Philosophie et des Sciences Humaines (CIPSH), órgão não-governamental da UNESCO. É a primeira vez, desde sua criação em 1928, que a FILMM terá um de seus encontros na América Latina.



Fernando Lazetta

para pensar uma nova música



A música feita no século XX traz em si a marca da diversidade. Em nenhuma outra época da história da música pôde-se observar tamanha diversidade de estilos e técnicas. O advento de novas tecnologias transformou totalmente a maneira de se produzir e de se ouvir música. Parece que, mais do que meros experimentalismos, estamos diante de uma nova lógica musical.

A produção cultural, em particular no campo estético, surge, no século XX, marcada pela implosão dos valores que nos mediavam com o mundo, por um lado, e a explosão de possibilidades tecnológicas e socioculturais de produção, por outro.

Opera-se em todos os campos da criação uma mudança profunda no modo de relacionar os elementos constituintes de cada obra. Daí a proliferação dos *tonos* nas artes a partir do final do século XIX; daí a multiplicidade de direções dos movimentos artísticos nas últimas décadas.

À medida que um novo pensamento vai adentrando nos interstícios do mundo signico que nos rodeia, também as artes vão deixando de lado o uso da referencialidade àquela imagem imediata de mundo para, cada vez mais, se aproximar da trama de signos que subjaz a essa imagem. Assim, o figurativismo deixa de ser obrigatório na pintura, já que o sentido já não está apenas no objeto, mas na relação de objetos. Na literatura, o enredo, narrado através de uma lógica linear, dá lugar a novos modos de se armar a trama do texto, num jogo em que a leitura se torna multidirecional (no sentido de que já não há mais direções absolutas dentro deste novo espaço-tempo) e os conceitos de forma e conteúdo se confundem e se iluminam.

No caso da música, uma linguagem quase sem poder de referencialidade externa (principalmente na

nossa concepção ocidental da música), acabou-se por diluir a referência interna ao próprio discurso e à linguagem musical, à medida que a música feita nas últimas décadas traz um total desprendimento em relação a modelos e regras preestabelecidos de criação, execução e apreciação que foram prioritariamente se estabelecendo nos últimos séculos.

Essa mudança vem acentuar ainda mais a discussão relacionada à significação musical, já que ao homem ocidental, guiado pelo racionalismo e dominado pela linguagem verbal, é penoso admitir um significado para algo que não se refira objetivamente a outra coisa e que não se possa traduzir na forma de palavras.

No período do romantismo tentou-se levar a cabo algo que já se manifestava desde a Antiguidade, com Platão e Aristóteles: dotar a música de significados externos ao seu discurso, fazendo com que esta assumisse um caráter simbólico, semelhante ao discurso verbal. Seguindo o caminho aberto por Descartes, onde a música aparece como uma linguagem capaz de traduzir *estados de alma*, os românticos levaram a cabo não só uma *teoria dos afetos*, em que cada elemento do discurso musical assumiria, *a priori*, um significado fechado (triste, vigoroso, infantil...), como também chegaram a vincular esse discurso a uma narrativa verbal externa (é o caso do *leitmotiv* wagneriano e do poema sinfônico).

Essa tentativa de vinculação do discurso musical a imagens ou idéias objetivas recebeu, já no século passado, a oposição rígida de formalistas, como o crítico Eduard Hanslick, que, já por volta de 1850, reivindicava à música um significado interno, distinto de qualquer verbalização possível e no qual justamente residiria o seu valor estético:

Se nos perguntam o que deve ser expresso com esse material sonoro, respondemos: idéias musicais. Mas uma idéia musical perfeitamente expressa já é um belo independente, uma finalidade em si mesma e não só um meio ou material para a representação de sentimentos e idéias... O conteúdo da música são as formas sonoras em movimento (1989: 62).

A música opera seu discurso de maneira totalmente diversa do discurso verbal, que se utiliza de elementos simbólicos que apontam para significados externos à estrutura do discurso em si. Na música, ao contrário, o valor estético diz respeito apenas ao signo sonoro, numa relação intrínseca ao discurso. É quase desnecessário apontar, por outro lado, que essa relação interna com os signos musicais não implica que sua compreensão se dê num vazio histórico mas sim como resultado de transformações de nossa capacidade cognitiva em função de experiências passadas (Souza, 1983: 13).

Isso significa que, sendo um produto cultural, a música não pode deixar de ser também analisada dentro do contexto em que se realiza. Como diz Bakhtin: *Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. E mais adiante, completa que o domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se, também, o ideológico (1988: 32).*

Mas, de volta ao problema do significado, a narrativa verbal po-

de, em último caso, funcionar como metalinguagem da música, mas a tradução do signo musical enquanto signo estético é parte de um processo tão ambíguo quanto a própria música. O signo estético, enquanto mera possibilidade, enquanto elemento virtual, é dominado pela ambigüidade da função poética, no sentido que nos aponta Jakobson em sua classificação das seis funções da linguagem (sem dual: 118-162), só podendo ser traduzido por outro signo estético, tão ambíguo quanto o primeiro. Ainda assim, como analisa Julio Plaza (1987: 27), na função poética um signo traduz o outro não para completá-lo, mas para reverberá-lo, para criar com ele uma ressonância...

Numa reflexão sobre a linguagem literária, Sartre (1989: 10) alerta que:

Aqueles que querem provar o absurdo de uma teoria literária mostrando que ela é inaplicável à música devem antes provar que as artes são paralelas. Ora, esse paralelismo não existe. Aqui, como em tudo o mais, não é apenas a forma que diferencia, mas também a matéria; uma coisa é trabalhar com sons e cores, outra é expressar-se com palavras.

Aqui, a teoria semiótica de Charles Sanders Peirce pode nos ajudar a tornar um pouco mais claro este assunto. Peirce desenvolveu uma teoria do signo suficientemente abrangente para dar conta dos mais diversos campos do conhecimento. O signo para Peirce é aquilo que, de alguma maneira, representa algo (o seu objeto) para alguém. Os signos estão divididos em três categorias, a dos ícones, índices e símbolos, mas em geral um signo nunca apresenta apenas uma delas. Os signos têm funções diferentes e atuam de modo diverso na representação de seus objetos. Assim, um ícone é um signo que opera por semelhanças com seu objeto.

Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei será um ícone de algo, à medida que é semelhante a esse algo e usado como signo dele (Peirce, 1977: 52).

Já um índice opera sobretudo por contigüidade com o seu objeto, denotando este objeto em virtude de ser realmente afetado por ele (idem: 52). Finalmente, um símbolo se refere a seu objeto em virtude de uma lei, normalmente uma associação de idéias gerais que opera no sentido de fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo daquele objeto (idem: 52).

Pois bem, o que ocorre nos sistemas que operam com elementos simbólicos, como no caso do discurso verbal, é que as categorias de índice e ícone, no sentido peirceanos destes termos, apesar de presentes, têm, em geral, sua atuação diminuída na construção da mensagem. Mas, são justamente os signos indiciais e principalmente os icônicos que, dentro das categorias de Jakobson, podem erigir a mensagem poética. E são esses signos, também presentes na literatura verbal ou escrita, que promovem nas suas possibilidades gráficas, sonoras e inter-relacionais a consciência da forma, que vem se somar e adensar no conteúdo trazido pelos signos simbólicos.

Na música, como numa pintura abstrata, esse quadro surge de maneira reversa. A significação em nível estético provém de fatores icônicos, ou seja, sua estrutura interna que possibilita, ao fruidor, um acúmulo de qualidades de sentimento. Essas qualidades de sentimento são inexprimíveis e intraduzíveis a não ser por meio de outro ícone (daí a impossibilidade de se explicar uma música através de palavras). Isso, porém, não impede que se manifestem as outras categorias signais. Por exemplo, toda obra é um índice, já que, como existente singular, reflete o contexto em que foi produzida e o modo como é exposta. Podemos também apontar aspectos simbólicos na música, que se reportam a conven-

ções externas (um hino nacional, por exemplo) e que podem suscitar *sentimentos* como: alegria, tristeza, vivacidade, tranquilidade, que se instituem arbitrariamente através de convenções culturais.

Chegamos, então, a um ponto de importância: estas significações sentimentais são totalmente externas ao discurso musical e não se confundem com as *qualidades de sentimento* a que nos referimos e que dão a qualificação estética da obra e conferem à música um caráter de linguagem autônoma.

Parece mesmo ter sido Eduard Hanslick (op. cit.) o primeiro a tecer um comentário mais consistente a respeito da música enquanto linguagem, apontando para a importância da forma como geradora de significados.

Sendo que é sobre sua própria estrutura que vai se desenvolver o discurso musical, a análise estética de cada obra passa a ocorrer, principalmente, dentro da própria obra, enquanto geradora de possibilidades signícas. É claro que a decodificação ocorre vinculada ao contexto e ao repertório do espectador, mas ao contrário da obra literária (em especial a prosa narrativa) ou da pintura figurativa, as referências a elementos externos e codificados são muito mais tênues. É através do engendramento de seus signos constitutivos que a música (e a bem da verdade, qualquer outra produção estética) cria sua significação particular, que nada mais é que *possibilidades de interpretações*, as quais vêm a constituir o próprio valor estético do discurso.

O significado estético de uma obra decorre, então, das articulações intrínsecas e extrínsecas que o fruidor pode armar: as intrínsecas, emanadas da própria estrutura, são iluminadas pelo jogo elástico das expectativas, surpresas e estranhamento suscitados, no espectador, pelas articulações extrínsecas. Inexistente anteriormente à existência da própria obra – a não ser enquanto possibilidade, antes e durante a elaboração desta –, o significado musical aponta para a própria música como objeto que cria suas próprias possibilidades de significação.

Essa consciência da trama sonora, como elemento formador da linguagem, é privilégio do século XX, quando uma conjuntura instaurada pela sociedade moderna trouxe para a superfície as discussões em torno da comunicação num sentido mais amplo.

Em contraponto com o mundo clássico, linear, infinito, regido por leis absolutas e inutáveis, o mundo moderno apresenta uma nova realidade descontínua, dispersa e fragmentária, cuja sociedade já não se move apenas com as ruidosas máquinas e engenhosos motores, mas principalmente através de fios e ondas eletromagnéticas. A memória, outrora elo de ligação cultural entre gerações, sujeita aos ruídos trazidos pelo tempo e posteriormente aprisionada na folha de papel impresso, pode agora descansar tranqüila num *chip* de computador ou numa fita magnética para ser reproduzida indefinidamente.

Nu música, como no mais de

nossa cultura, o surgimento dos meios de reprodução a partir do final do século passado trouxe uma mudança sem precedentes no que se refere tanto a seus aspectos de produção como de consumo.

O surgimento dos primeiros meios mecânicos de reprodução sonora confere, um pouco tardiamente, a possibilidade de se transformar a música em produto durável, assim como ocorria com o quadro e com o livro. É claro que a música já podia ser reproduzida em épocas e lugares diferentes através das codificações trazidas pela partitura, mas esta sempre necessita da mediação de um músico para interpretá-la.

Como diz Walter Benjamin (op. cit.), a reprodução da obra de arte acaba por trazer a *perda da aura*. No caso da obra musical, isso se verifica de maneira um pouco diversa. Se a reprodução aproxima o objeto do fruidor, acaba, também, por lhe oferecer um caráter de *atualidade permanente*, o que, em música, trouxe consequências particulares, principalmente no que se refere à música contemporânea.

Uma sinfonia de Mozart tornava-se antiga após uma primeira audição, e um mestre-de-capela nos séculos XVII e XVIII compunha uma nova obra para cada novo acontecimento litúrgico. A partir da era das técnicas de gravação e reprodução, principalmente após o surgimento da fita magnética, conquanto se desvaneca a *aura* da música atual, torna-se possível a sacralização do passado: Bach e

Beethoven passam de grandes compositores a gênios quase divinos, que habitam um passado mitológico. Não é demais ressaltar que as possibilidades de reprodução não funcionaram, de fato, como agentes dessa mudança, mas, antes, como seu suporte. E, se nos aproximarmos da produção clássica, pouco fizeram para disseminar a produção atual.

A música feita até o século passado era baseada em padrões rígidos e voltados para atuar sincronicamente com o seu presente: uma música do agora e que rapidamente envelhecia. Hoje, os limites desses padrões se pulverizaram e a obra é feita para o futuro, mas se antecipa antes da chegada do mesmo.

Enfim, as técnicas de reprodução acabaram por modificar a própria linguagem da música atual, à medida que possibilitaram a ampliação significativa da materialidade sonora empregada no discurso. Estas mudanças se traduzem em duas revoluções no uso das potencialidades sonoras: a primeira ocorre ao permitir a produção artificial de espectros sonoros através dos instrumentos de síntese sonora; a segunda, ao possibilitar a estocagem, seja através da fita magnética ou de processos digitais, de qualquer frequência sonora, e manipular este material das maneiras mais variadas.

Essas duas novas possibilidades desenvolvidas inicialmente pelas correntes da música concreta de Pierre Schaeffer e da música eletrônica de Stockhausen e Henri Pousseur, apresentam-se hoje totalmente incorporadas à produção musical, inclusive no que se refere à chamada música de massa. Elas são reflexo direto da incorporação do ruído como fonte sonora musical ocorrida na primeira metade do século.

Esta ampliação do material sonoro disponível foi acompanhada por uma revolução no próprio conceito de música, indo além das transformações levadas a cabo por Schönberg ainda no início deste século: na verdade, o serialismo schönberguiano não representou senão o

cume da dissolução do sistema tonal como foi consolidado a partir do barroco e que, ao contrário do que ainda insistem certos historiadores, não significa uma brusca ruptura, mas o linhar de uma complexa transformação.

De fato, o serialismo provém do nível de complexidade alcançado pelo sistema tonal durante o longo caminho percorrido entre os séculos XV e XX. Aliás, o próprio germe da dissolução do tonalismo já se encontra em Bach, que, ao mesmo tempo em que promoveu a solidificação das bases da harmonia, lançou as possibilidades antagônicas ao sistema tonal com o uso regular, dissonâncias e cromatismos. O colorido da gama de doze notas da escala cromática e as tensões das dissonâncias foram se infiltrando no sistema tonal e, sob o alibi de enriquecê-lo, findaram por diluí-lo. Realmente:

A partir de Wagner, tornam-se cada vez mais próximos os golpes conscientes e inconscientes no arcabouço desgastado da tonalidade. O cromatismo instalado no sistema diatônico, primeiro como elemento expressivo e tonificador da própria tonalidade, chegaria, pelo acúmulo quantitativo, a interferir inicialmente na órbita de gravitação tonal para, depois, neutralizá-la (Krieger, 1971: 112).

A seguir, com a introdução do ruído no leque de possibilidades musicais, instaura-se, de certa forma, um choque em relação ao próprio modo ocidental de se pensar a realização musical, ao menos no que se refere ao seu principal parâmetro gerador: o das alturas sonoras. Este parâmetro era regido por uma política sonora baseada em dois princípios coordenativos: a hierarquização das frequências (notas) e a transponibilidade pelos diferentes graus da escala. Sendo o ruído um som complexo e não diretamente redutível a outro ruído, as estáveis relações possíveis de serem estabelecidas dentro da gama cromática se desvanecem.

Esta nova tendência entrópica instaurada pelo aumento do universo sonoro musical não é, de fato, um acontecimento isolado ao campo das alturas, mas se estende às diversas possibilidades de composição, desde os padrões rítmicos, com a diluição da métrica, até a instauração de modos de percepção a partir do momento em que o espaço e a situação de escuta adquirem, também, força de expressão (é o caso da música eletroacústica, da música ambiental e do *happening*, por exemplo). Não se encontra, também, isolado do próprio pensamento contemporâneo, onde a linearidade teleológica e a contigüidade da causa/efeito dão lugar a uma universalidade descentralizadora, cujas leis estão sujeitas ao acaso, à indeterminação, à descontinuidade. As idéias de centro e unidade que dominaram o Ocidente por séculos e se refletiam nas diversas situações culturais do homem vão pouco a pouco se transformando. O centro tonal na música, assim como o ponto de fuga na perspectiva, se fragmentam. Há, agora, uma música atonal, uma música de ruídos, uma música aleatória, e as artes plásticas transcendem a ilusão da perspectiva, criando o olhar esfaelado em cubismos e pontilhismos. Ao invés de um mundo visto pelas lentes claras e harmônicas da ciência de Newton, surge a visão caleidoscópica da física moderna.

É justamente nesse sistema em contínua expansão que vão se situar as linguagens artísticas atuais, em especial, a musical. Na música tradicional, um elemento levava o outro. A estrutura se formava através da ordenação relacional de sons que percorrem um caminho objetivo e com a finalidade de criar zonas de *tensão e repouso* em que a unidade estaria garantida por dois elementos: convergência a um centro e repetição.

Assim, as idéias musicais partem e aflutam para um ponto (centro tonal), numa constante busca teleológica, e legavam ao ouvinte uma referência (assegurada pelos mecanismos de repetição/memória) ou uma localização clara em rela-

ção ao que ele já tivesse ouvido, deixando-o seguro de tudo que se passa no decorrer da obra.

Ora, a música feita a partir do início deste século vai de encontro exatamente a esses princípios. O dodecafonismo já romperá com as possibilidades de referencialização ao eliminar os centros tonais e as polarizações das notas. A liberdade rítmica introduzida já no final do século XIX elimina os acentos métricos e as repetições cíclicas. A simultaneidade de eventos (ao contrário que a audição não esteja mais centrada numa melodia que se desenvolve horizontalmente no tempo, sustentada por uma cadeia de secessões verticais (acordes). A percepção passa a percorrer um caminho complexo dentro da complexidade do discurso, instituindo uma nova dimensão na atividade de escuta.

Nós aprendemos a ver o mundo de modo linear: uma sucessão de fenômenos que vão se adicionando uns aos outros numa (dial)ógica de oposições: ou isto ou aquilo. Esta lógica, herdada da tradição aristotélica, é posta em questão com o advento das conquistas dos setores mais avançados de nossa sociedade. Parafraseando o poeta, não só os artistas, mas os cientistas, os pensadores, enfim, aqueles que *criam* acabam por assumir o papel de *antena da raça* e por isto só podem estar a um passo (ou muitos) adiante do seu tempo.

O homem atual está fadado a conviver com um avanço técnico e cultural tão rápido que só chega a incorporá-lo tardiamente ao seu cotidiano quando novas mudanças já se processaram. Acontece que os âmbitos mais conservadores (instituições sociais, morais, religiosas) estão sempre prontos a jogar com a dialética da transformação. A cada passo para o novo, que implica sempre um esforço de movimentação, promovem uma reação de acomodação ou consolação com o antigo.

A defasagem criada pela aceleração do processo de transformação de certas áreas de conhecimento se reflete, então, nas artes atuais, em

forma de crise. O artista é capaz de amarrar esta profusão signica que o cerca, em geral, antes de seu próprio público. A música contemporânea ao se estruturar, segundo um novo tipo de lógica, destrói, de certa forma, as linhas de referência tecidas no longo pano da história musical entre o renascimento e o atonalismo. Esta trama, cujas amarras se fixaram no campo tonal, funcionou sempre como mapa seguro que o ouvinte poderia usar de modo tranqüilo do início ao fim de cada obra. Nesta perspectiva, o único modo de se penetrar na música contemporânea é percorrer sua linguagem, é se abandonar às incertezas de seu labirinto.

Fernando Iazzetta tem atuado como músico junto a diversos grupos de câmara e orquestras. É pesquisador e atualmente prepara sua dissertação de mestrado sobre as novas propostas da música atual, pelo programa de pós-graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (1986). *Manifesto e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yana F. Velho. São Paulo, Hucitec.
- BENJAMIN, Walter (1980). *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. Tradução de José Linz Grunewald. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural.
- HANSLICK, Eduard (1989). *Do belo musical*. Tradução de Nicolino S. Neto. São Paulo, Editora UNICAMP.
- JAKOBSON, Roman (sem data). *Linguística e poética*. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, p. 118 a 162.
- KHIEGER, Edwin (1971). *Dodecafonismo*. In: *Revista Cultura*, n. 1, janeiro/março, p. 110 a 116.
- PERCE, Charles Sanders (1977). *Semiótica*. Tradução de José Teófilo Coelho Neto. São Paulo, Perspectiva.
- PLAZA, João (1987). *Tradução interssemiótica*. São Paulo, Perspectiva.
- SARTRE, Jean-Paul (1989). *Que é a literatura?* Tradução de Carlos F. Moisés. São Paulo, Ática.
- SOUZA, Renato Coelho de (1983). *Música*. São Paulo, Monas Meias.

Abstract

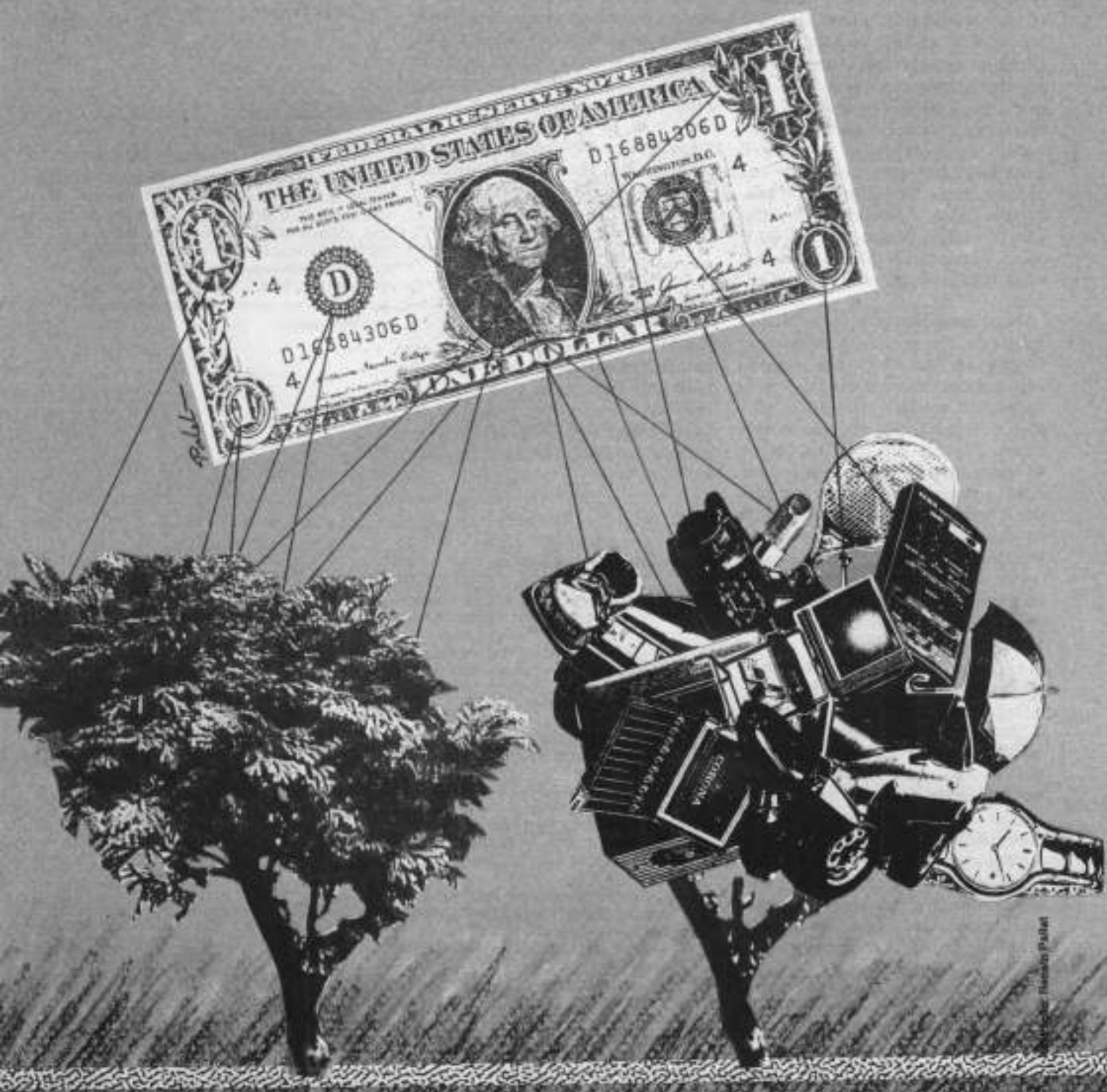
Towards a New Concept of Music

The hallmark of music composed and performed in the XXth century is its diversity. In no other period in the history of music has there been such a variety of styles and techniques. The advent of new technologies has completely transformed the way in which we produce and listen to music. What we are faced with, it would seem, is not mere experimentalism, but rather the emergence of a new musical logic.

Resumen

Para pensar una música

La música que surge en el siglo XX trae en sí misma la marca de la diversidad. En ninguna otra época de la historia de la música se pueden observar tantas diferencias de estilos y técnicas. La llegada de las nuevas tecnologías transformó totalmente la manera de producir y de oír música. Parece que, más que meros experimentallismos, estamos delante de una nueva lógica musical.



ECONOMIA, VALORES HUMANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Maurício Fleury Curado

As teorias econômicas têm influenciado não só os modelos de desenvolvimento, mas também os projetos de vida das pessoas, bem como seus valores e crenças mais profundos. Com o colapso de tais modelos sendo evidenciado pela deterioração da qualidade de vida, aumento das diferenças sociais e esgotamento dos recursos naturais, afetando inclusive o equilíbrio do planeta, faz-se necessária uma reformulação no papel da economia na sociedade.

Atualmente, a economia exerce influência fundamental na vida das pessoas, direcionando, definindo e dando valores aos projetos de vida da civilização. A razão de existir dos governos restringe-se cada vez mais às discussões econômicas. As pessoas têm como preocupação principal de suas vidas a estabilidade ou *progresso* financeiro; e a realização de seus objetivos passa necessariamente pelo aumento do nível de renda.

Obviamente, tais aspectos se encontram em maior evidência nos países de economia capitalista, onde o consumo *per se* tem sido colocado como fim e não como meio de se alcançar os anseios do homem. De qualquer forma, a vida das sociedades, hoje em dia, tem sido caracterizada por questões econômicas.

Todavia, a economia não é nada mais que apenas um dos lados do prisma multifacetado das relações sociais entre os seres humanos, e entre esses e o meio ambiente de que eles fazem parte. Assim sendo, como qualquer julgamento específico, a análise econômica é também fragmentária, já que não leva em consideração outros aspectos. A partir do momento em que temos nossas vidas ditadas por esses critérios (econômicos), a participação dos economistas na vida das pessoas é latente, já que serão suas teorias que direcionarão as metas a serem alcançadas pelas sociedades.

Desta forma, os economistas assumem um papel de primeira grandeza, quase divino, de analisar e explicar o desenvolvimento do processo social, sem, no entanto, terem a responsabilidade sobre as consequências da utilização de suas teorias. Em verdade, o que se buscava com esta neutralidade era a inserção de tal estudo — o das relações econômicas — no que se caracterizava como *científico*.

Essa neutralidade do pensamento econômico apresentar-se-ia de duas formas: primeiro, assumindo a linguagem matemática como a mais própria para interpretar os fenômenos econômicos, entendendo dessa forma que se estariam despojando de juízos de valor e, portanto, aproximando-se da natureza explicativa – e científica – de outras ciências como, por exemplo, as naturais. Em segundo lugar, era necessário que a matemática como eram usados tais conhecimentos, bem como suas consequências, não fossem de responsabilidade dos economistas que, enquanto cientistas (ou pesquisadores), tinham por finalidade apenas tentar entender o raciocínio de uma das relações sociais – a que envolve o processamento e a troca dos bens da natureza.

Sobre o primeiro aspecto, ao se utilizarem de uma lógica matemática – e por consequência sua linguagem – estariam os economistas pretendendo ser mais científicos, já que esta ferramenta (a matemática) seria desprovida de sentimentos humanos, valores e interpretações – aspectos considerados por muitos ainda hoje como não-científicos, e que, portanto, devem ser descartados, a fim de que não descaracterizem o discurso científico.

O problema começa a surgir quando os economistas tentam abstrair a economia da sociedade e da cultura, como se aquela fosse uma coisa com vida própria, e cuja sobrevivência não dependesse das relações humanas. Estando a economia nesta posição, poderiam os economistas então tratar de *fortalecê-la*, através de critérios *científicos* que não seriam influenciados por juízos de valor inerentes às sociedades. Desta forma, catariam estes cientistas em melhores condições de criar modelos capazes de analisar e quantificar o que trata a economia. Para tal, estes modelos deveriam se utilizar de premissas que pretendam matematizar o comportamento humano e desconsiderar aspectos subjetivos (como, por exemplo, a ética e a estética), que possam inviabilizar ou desfigurar a análise científica.

É como se para o progresso da ciência econômica tivéssemos de desconsiderar o ser humano.

Assim sendo, o que se tem é a criação de modelos e teorias que, para que tenham sustentação, não podem levar em consideração questões que dizem respeito ao sentimento humano. Tais princípios teóricos seriam providos de coerência em suas existências se não se reportassem diretamente ao homem, como, por exemplo, a física e a astronomia; isto, porém, não pode ser aplicado à economia, uma vez que esta trata de questões essencialmente humanas.

Pode-se então presenciar a existência de um reinado de doutrinas baseadas em postulações não raro muito heróicas e nem sempre reais; acreditamos existir o *Homo sapiens* como um ser racional, quando este aumenta sua satisfação a cada vez que aumenta seu consumo.

A questão mais séria, contudo, é quando estas hipóteses transformam-se em dogmas e se incorporam



ao inconsciente coletivo das sociedades como diretrizes de vida a serem seguidas. Pode-se verificar, hoje em dia, a existência de uma crença no sistema econômico como motor de toda a história universal – inclusive a natural – onde a ciência econômica teria criado:

Um mundo de conceitos imaginários que se baseiam e se justificam através de uma checagem lógica, intrínseca aos próprios modelos, criados para explicar o comportamento humano e suas relações sociais independentemente da realidade. Ao aceitar suas bases lógicas como verdades irrefutáveis, a ciência econômica criou variáveis, coeficientes, indicadores, e uma linguagem capaz de encobrir o real. Assumindo-se como ciência, formulou um marco teórico que se encontra mais perto de uma teologia do processo produtivo. Como toda teologia, a econômica foi construída sob dogmas que formam suas premissas básicas¹.

A segunda linha da neutralidade econômica é corolário da primeira, e está baseada na separação entre a produção do arcabouço teórico econômico e os resultados advindos da realização destes modelos. Ao colocarem-se uma vez mais no papel de cientistas, os economistas entendiam que não deveriam sair da postura técnica para assumir a posição de interventores políticos. Todavia, o que se tem presenciado é uma participação sistemática destes nos projetos das



nações, a partir de que a teoria geral de Lord Keynes percebeu como necessário o Estado ingerir-se nas relações econômicas da sociedade, a fim de atingir o que poderia ser chamado de progresso econômico ou estágio econômico desenvolvido.

Desde então, os economistas têm freqüentemente (para não dizer constantemente) participado nas decisões que dizem respeito ao futuro dos países. Sentem-se melhor, porém, enquanto *conselheiros técnicos* do que como responsáveis pelas consequências da execução de seus modelos. Isto, contudo, de forma alguma muda sua consolidação como participantes na construção da realidade que se nos apresenta através de suas *estratégias de desenvolvimento econômico*. Buarque, ao identificar tamanha intervenção, mostra a face real que é da dominação do econômico sobre as outras políticas, afirmando que a ciência econômica:

*Assume um papel interventor, abandona a neutralidade diante da natureza e dos valores culturais locais, mantendo a postura de neutralidade diante dos resultados. Passa-se a conduzir e construir sociedades inteiras, visando apenas o crescimento do produto econômico, sem uma reflexão sobre seus destinos e os custos não-econômicos para realizá-los; sem uma razão ética con-
dizente com propósitos maiores de um projeto humanista de civilização².*

As consequências, estas sim, podem ser vistas e sentidas por nós, mesmo que uns sintam bem mais que outros. Vivemos a busca de otimização econômica, mesmo significando a perpetuação das condições de miséria da grande parte da população. Festejamos os resultados da *última supersefira* ao lado da morte por inanição e da criação, em certas regiões do país, de uma geração de imbecis decorrente da subnutrição. As desigualdades sociais também continuaram crescendo, e problemas graves como a ausência de política educacional, falta de saúde e de vida cultural aparecem como decorrentes do não-crescimento econômico. Logo, as estratégias de desenvolvimento econômico formam um paradoxo, já que suas execuções não raro se traduzem em aprofundamento de problemas sociais.

Os países já desenvolvidos também sentem as consequências do império dos economistas, se não pelo lado material, mas pelo lado existencial, do corpo e da alma: a meta do consumo ilimitado, como o maior valor a ser buscado, cria um vazio existencial nas pessoas e carco de sentido para seus projetos de vida. Dessa forma, o suicídio, a criminalidade sem razão aparente e o elevado consumo de drogas pesadas, sem contar as inúmeras doenças chamadas da *civilização* (câncer, hipertensão, depressão, etc.), já se apresentam como patologias sociais desses povos mais ricos – economicamente. Por fim, a depreciação causada pelo sistema econômico a nosso meio natural é de tal maneira violenta e não-harmônica que se chegou ao absurdo de colocar a própria existência humana em perigo, seja pelo esgotamento dos bens naturais, seja pela poluição proveniente da atividade econômica.

Os aspectos levantados sobre a atual visão econômica não dizem respeito apenas a sua metodologia. São questões que pretendem mudar sua lógica de interpretação dos fatos que aí estão, bem como uma radical alteração nos valores que hoje dogmatizam as relações sociais. Essa revisão nos conceitos e nos valores, tal como modificações nos modelos e teorias, deverão abalar tão gravemente o modelo científico-econômico de hoje em dia que a economia, para sobreviver como ciência, precisará ser totalmente reestruturada.

Esta nova ciência econômica – se ainda puder manter esse nome – terá como objeto de estudo de maior interesse a harmonia das relações sociais e entre os homens e o meio ambiente. A inserção de novos aspectos e valores inevitavelmente fará a visão econômica mergulhar numa teia de conjuntos de teorias e modelos que completarão sua maneira de perceber o mundo. Não deverá haver a fragmentação do conhecimento consequente do reducionismo cartesiano³, e sim uma abordagem que veja os sistemas como inter-relacionados e interconectados de tal forma que o ser humano sentir-se-á profundamente ligado a seu meio. Esta concepção sistêmica proporciona uma visão ecológica ou holística, já que leva em considera-

ção vários outros aspectos considerados como *não-científicos*, mas que são essenciais para se alcançar uma visão *orgânica* — ou seja, com vida — do processo econômico.

No entanto, uma reformulação na ciência econômica deverá passar por algumas premissas que possibilitem de maneira eletiva a colocação de uma economia que não apresente como resultado de sua política a degradação da condição humana, mas sim a harmonização das relações sociais e ambientais. Fazem-se necessárias quatro mudanças fundamentais: i) a introdução de uma ética reguladora que imponha limites e valores a serem preservados; ii) uma reestruturação metodológica que interprete a riqueza não como um montante monetário quantitativo, e sim como relacionada à qualidade da vida humana; iii) a incorporação do valor intrínseco à natureza, bem como a percepção da dependência de sua existência, e iv) uma mudança de cosmovisão que reavalie conceitos como tempo e espaço.

A necessidade de uma ética reguladora se apresenta quando o nível de conhecimento de uma determinada ciência (no caso, a econômica) tem a capacidade de transformar de maneira contundente a realidade em que se insere, desestruturando o ser humano, o meio que necessita para sua sobrevivência, seus valores, suas crenças mais profundas. Sem uma ética reguladora, a ciência pode construir coisas monstruosas. Deve-se ter noção de seu potencial transformador, que pode produzir seqüelas graves no equilíbrio da natureza e do homem.

Mas, de onde viriam os conceitos éticos? É óbvio que quando se fala de interpretações humanas estas estão inexoravelmente ligadas a conceitos ideológicos, culturais ou até pessoais, frutos do contexto (social, físico, espacial, técnico, etc.) em que estaria inscrito o fenômeno interpretado. Todavia, quando se trata de uma ética reguladora, a questão deve englobar de maneira generalizada o ser humano, e, por conseguinte, deve estar relacionada a questões inerentes à natureza humana, independente de sua origem geográfica, histórica, etnológica ou cultural. Logo, estaria a ética ligada a valores (absolutos?) que não deveriam ser mudados de acordo com o contexto. Tais valores seriam oriundos, segundo Einstein, das:

Tendências inatas do ser humano de evitar a dor e a aniquilação, e da acumulação de reações emocionais dos indivíduos de acordo com o comportamento dos outros. É o privilégio do gênio moral humano que permite axiomas éticos tão abrangentes e bem fundamentados, e que o Homem os aceita como enraizados (genética e psicologicamente) na grande massa de suas próprias experiências emocionais⁴.

Por conseguinte, devemos admitir e incorporar a existência de certos parâmetros que delimitem ou até restrinjam a atividade humana (e, por extensão, a

econômica). Caso contrário, não seria tudo cientificamente válido?

Assim sendo, a ética, enquanto sinalizadora de *onde podemos ir*, deve acompanhar todos os passos do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como seus resultados, e não poderá variar conforme as instâncias em que esteja sendo utilizada, porque ela deve estar ligada não aos produtos do homem, mas ao homem propriamente dito.

No que tange aos métodos utilizados pela economia, além de uma reestruturação da linguagem e da lógica empregadas e já discutida neste estudo, faz-se necessária uma nova maneira de avaliar o crescimento econômico. A quantificação do montante produzido não pode ser entendida como um indicador de prosperidade, e nem como o fim do desenvolvimento econômico. A riqueza deve ser revalorizada de forma que um crescimento desta não signifique necessariamente um aumento do produto, mas sim uma elevação do *patrimônio global da humanidade*.

Uma maior participação da sociedade em atividades tais como esportes, teatro, música, literatura, visitas a outros lugares para apreensão de novas realidades pode ser computada nesta nova visão como um aumento de sua riqueza. Uma legislação que obrigue as empresas a serem responsáveis pela conservação do meio natural de que se utilizam não pode mais ser vista como antieconômica, ou prejudicial ao bom desempenho econômico destas firmas. A produção de



mercadorias (e seu conseqüente consumo) deverá então ser observada como apenas mais um dos aspectos a serem levados em consideração na formação da riqueza, já que proporciona materialmente instrumentos de desenvolvimento da natureza humana e produtos necessários a seu bem-estar. Nesta nova mensuração, a produção de refrigerantes para cachorro talvez não conte para o aumento da riqueza, mesmo aumentando o produto interno bruto e sendo lucrativo nos padrões convencionais, já que os custos pelo uso de energia e matérias-primas, aliados ao processo de banalização pelo excesso do consumo das pessoas, podem significar uma real deterioração na qualidade de vida. Assim, na nova interpretação do patrimônio de uma sociedade, os bens materiais serão componentes não-únicos que, adicionados à vivência dos valores culturais e humanos, comporão o grau de desenvolvimento desta sociedade.

A terceira mudança está intimamente relacionada à visão sistêmica da vida, e trata de perceber o valor da natureza, tanto no sentido material quanto no existencial. Os recursos naturais e a substância humana, chamados por Schumacher como o *capital natural*, devem ser valorados não apenas de acordo com o montante de suas reservas e utilidade para o processo produtivo, mas também devem apresentar o valor *sentimental* de serem parte integrante da vida no planeta. Desta forma, a preservação de paisagens idílicas, por exemplo, pode ser computada como um

dado positivo (mesmo indo contra um projeto de loteamento imobiliário que fizesse aumentar bastante o excedente econômico monetário), ao mesmo tempo em que a extinção de alguma espécie, a devastação florestal e a poluição do ar e da água decorrentes da industrialização devem ser computadas como prejuízo no processo econômico.

Por fim, cabe redimensionar os conceitos de espaço e tempo, a fim de que estejam de acordo com os novos tipos de relação estabelecidos entre os homens e a natureza. Para essa nova visão, a concepção espacial deve ser definida para que se perceba de maneira mais clara os resultados e conseqüências da atitude humana, onde quer que ela esteja. A decisão de uma indústria que usa métodos produtivos altamente poluidores em não ir contra a vontade da já consciente e organizada sociedade de seu país, e por isso instalar suas plantas em nações subdesenvolvidas — cuja preocupação sobre os resultados de tal modo de produção ainda seja incipiente —, está baseada numa visão limitada de espaço, onde o longe significa que não está ao alcance dos olhos. Porém, hoje em dia, os efeitos dos modelos utilizados em muitos países atravessam as fronteiras políticas e geográficas e fazem-se sentir de maneira global. O grande número de indianos e árabes que circula nas ruas de Londres aborrece e incomoda de maneira inquietante os ingleses, que, por sua vez, estão recolhendo os resultados de sua política externa intervencionista. Seguindo o mesmo raciocínio, qualquer ser vivo do planeta, da Antártida à Lapônia, de São Paulo a Tóquio, apresenta uma certa dosagem de DDT em seu organismo, independente deste estar *perto* ou em contato com o produto; além do tão conhecido problema da camada de ozônio, que tem um efeito planetário. O que se deve ter em mente é que, num ecossistema finito, qualquer lugar é um espaço que não existe, e o longe pode estar ao nosso lado.

O tempo, por sua vez, deve ser considerado na instância da permanência; ou seja, o tempo deve ser levado em consideração no que tange às conseqüências futuras, quando da decisão do direcionamento que se dará ao meio e estilo de vida presentes. A produção alucinada e o consumo pantagruélico de produtos, aliado à extração voraz de recursos naturais, evidenciam a inviabilidade do atual modelo de civilização, tanto pela perspectiva de escassez dos recursos necessários à existência condigna quanto pela poluição ambiental que impossibilite o equilíbrio biológico das espécies componentes do sistema vivo Terra. Para que no longo prazo não estejamos realmente todos mortos, faz-se necessário abandonar a ênfase à análise de curto prazo e, novamente, assumir a responsabilidade, desta vez perante nossos filhos e netos, de proporcionar-lhes um mundo que seja, no mínimo, habitável.



Será assim que poderá a economia incumbir-se de seu limitado, porém relevante, papel de apreender o conhecimento acerca das relações de troca, identificando e fazendo a análise do funcionamento de certos mecanismos, para então passar este novo conhecimento às pessoas. Entretanto, faz-se necessário que haja a percepção de que a economia não funciona por si própria — muito menos de maneira heurística — e, portanto, não pode desconsiderar quem lhe dá existência e finalidade: o ser humano. Ainda assim, a síntese só será obtida através da inter-relação destes novos saberes a todos os fenômenos que fazem parte da realidade, a saber: físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

Só então a economia terá condições de voltar ao seu papel de explicar e até nutrir ou *lubrificar* as relações de troca, fazendo, por fim, aumentar o patrimônio global da humanidade. A diferença estará na intervenção que, ao invés de implicar mudanças nos valores humanos, deverá sim proporcionar uma maior harmonia entre as pessoas e as sociedades, bem como garantir a continuidade da jornada de um planeta que apresenta uma característica bastante peculiar em relação a outros conhecidos — a vida.

Maurício Freyre Curado é economista e membro participante do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo — NEBC/CEAM/UnB.

Notas

1. BUARQUE, Cristovam (1990). *A desordem do progresso*.
2. BUARQUE, C. — Op. cit.
3. A visão mecanicista do mundo que Descartes concebeu em seu Discurso sobre o método para bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências pode ser identificada como uma limitação à evolução da própria ciência já que se entendia a verdade científica como sendo encontrada apenas na decomposição dos pensamentos e problemas nas suas partes componentes e à disposição destas na sua ordem lógica. Desta forma, seria o universo uma grande máquina perfeita funcionando através de leis matemáticas, e a natureza também funcionaria de acordo com leis puramente mecânicas.
4. EINSTEIN, Albert (1953). *The law of science and the law of ethics* — Tradução do autor.

Referências Bibliográficas

- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- CAPRA, Fritz. *O ponto da mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo, Cultrix, 3. ed., 1987.
- DEUS, Jorge D. (org.). *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro, Zahar, 8. ed., 1979.
- FEIGL, Herbert e BRÜCKNER, Max (org.). *Readings in the philosophy of science*. New York, Appleton-Century-Crafts Inc., 2. ed., 1953.
- HARVEY, Brian e HULLET, J. D. *Environment and society*. Cambridge (MA), The MIT Press, 3. ed., 1979.
- LOVELOCK, James E. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na terra*. Lisboa, Ed. 70 — Univerão da Ciência, 2. ed., 1987.

Abstract

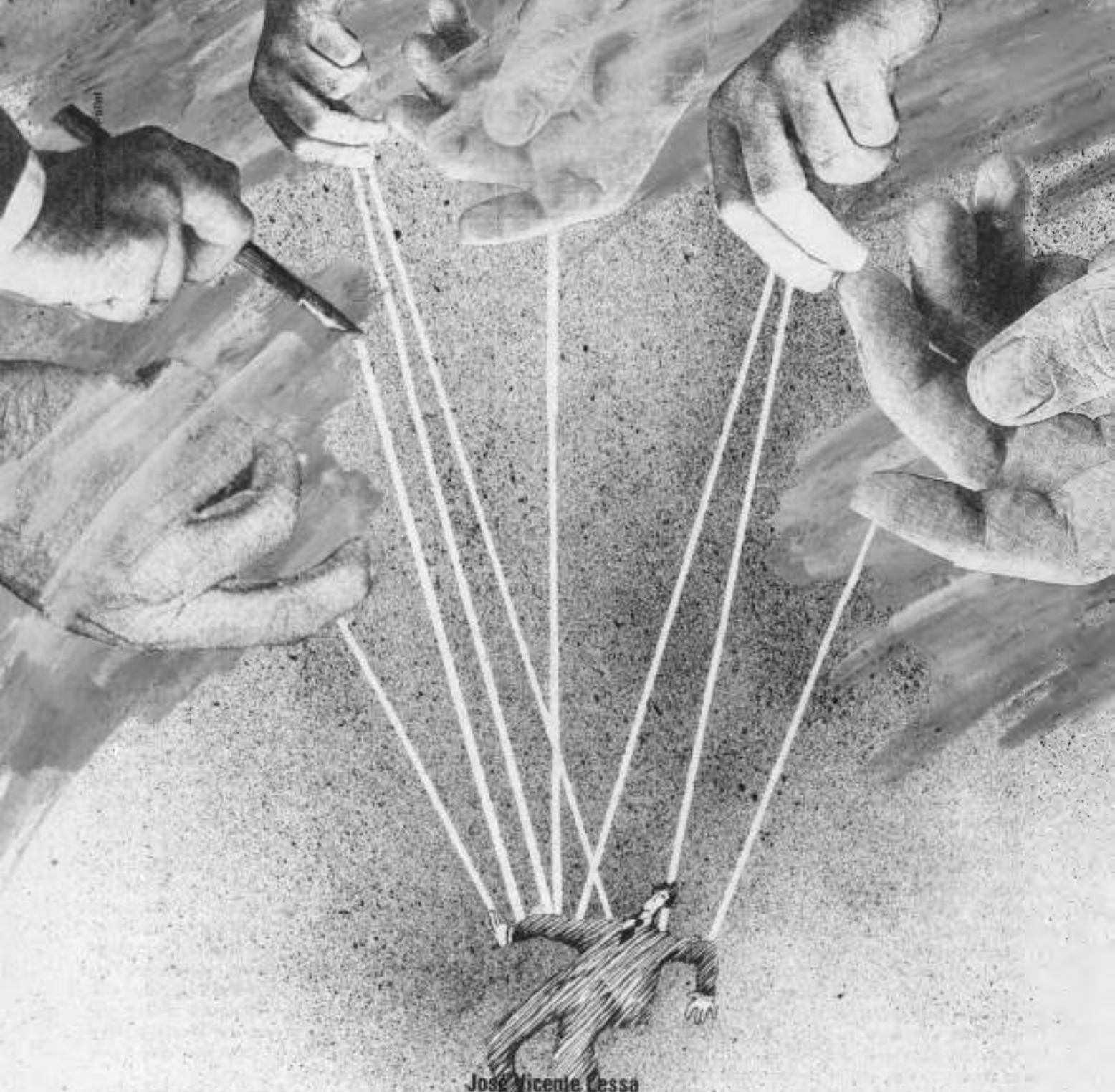
Economics, Human Values and Development Policies

Economic theories have influenced not only development models but also the way people plan their lives, as well as their most deep-seated values and beliefs. In view of the collapse of these models — clearly apparent in the deteriorating quality of life, in the increasing social divide and the exhaustion of natural resources, the effects of which threaten the very balance of nature on Earth — there is a need to rethink the role of economics in society.

Resumen

Economía, valores humanos y políticas de desarrollo

Las teorías económicas han influido no sólo en los modelos de desarrollo, sino también en los proyectos personales de vida, al igual que en sus valores y creencias más profundas. Con el colapso de tales modelos, evidenciados por la deterioración de la calidad de vida, por el aumento de las diferencias sociales y por el agotamiento de los recursos naturales, que afecta incluso al equilibrio del planeta, es necesaria una reevaluación del papel de la economía en la sociedad.



José Vicente Cessa

O MITO DO PODER E O PODER DO MITO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A busca comumente empreendida pelo politólogo acerca do poder é inevitabilizada pelos pressupostos do power politics, embutidos no conceito. Enquanto relação assimétrica coativa, o poder tende a identificar-se com liberdade, individualmente, e a categoria mítica, coletivamente. Na perspectiva das relações internacionais, o mito do poder erige-se, ele próprio, como base de legitimação a práticas manipulatórias que se afirmam para além do compromisso e do controle comunitário.

O politólogo inicia sua busca indagando o que é o poder. O semiólogo, esse filósofo da significação, encara uma tal questão em sentido reverso. Indaga-se: o que é isso que se quer denominar *poder*? O politólogo não desconfia que o objeto de sua busca, dado na própria estrutura da linguagem, é idêntico ao conceito e já está, portanto, postulado na questão. No momento em que esta foi formulada, o significante, embora presente apenas como forma, está dado, pré-empiricamente delimitado não como poder, mas como *o poder*. A questão exclui toda possibilidade de que a resposta seja diferente de seu pressuposto, operando assim o politólogo um paradoxo: a definição que se busca como ponto de chegada é inviabilizada pela definição postulada desde o ponto de partida.

Essa ambigüidade entre o significante e o significado se deve a que, por ser uma categoria formulada psicologicamente, a expressão esvai-se do conteúdo haucido da representação externa do mundo (que Roland Barthes chama de *significante da língua*) para recolher em si jô o conceito prejugado, intencional e acabado. Transformada

em pura forma do signo, esvaziada de sua história, a expressão estará pronta para receber um conteúdo arbitrário, implicado na preconcepção linguística. Em outras palavras, o que persegue o politólogo é uma sombra amorfa idêntica a esse conceito indefinido, incrustado na linguagem.

A questão *o que é o poder*? encontra-se em verdade invertida. Equivale a indagar: que determinabilidades particulares do real devo selecionar para compor meu conceito de poder? É evidente que esse *meu conceito* não é tão *meu* quanto se possa pensar. Inscrito na cultura ideológica como fato da linguagem, a expressão presta-se antes ao uso social que ao domínio da ciência ou da filosofia. Pertence a uma cosmogonia mediatizada por uma leitura particular da realidade, anterior a essa mesma realidade. Pertence à esfera do mito.

O PODER É UM PRINCÍPIO DE COMPROMISSO

O conceito de poder estará perdido para a ciência social enquanto categoria mítica, a-histórica, pretensamente completa em significado. Seu resgate é, não obstante,

possível imbricando-o a um segundo conceito fundamental à análise política: o interesse. Enquanto categoria objetiva, poder é uma dimensão das relações sociais: está presente nas relações de trabalho, na família e em todos os segmentos institucionais das sociedades humanas. A dificuldade inicial está em que esta não é uma categoria teleológica, como o é o interesse. Não se trata de um conceito vinculado a um fim: a única *finalidade* inerente ao poder é a da própria permanência. Assim definido, poder é apenas *potestas*, a possibilidade latente de algo cujos contornos ganham forma apenas em função de um interesse concreto. Enquanto este último se define por seus fins, o primeiro não se resolve no ato de seu exercício nem é por este definido.

Um ato de poder satisfaz sempre a um interesse, mas não *satisfaz* ao poder enquanto tal. Daí porque, apesar de a consciência mítica parecer o contrário, é bem mais fácil inferir objetivamente um interesse que um foco de poder. Exemplifiquemos esta afirmação imaginando uma típica relação de poder entre Estados. Ao aceitar o governo de um país A condicionar suas ações a diretrizes emanadas do governo de

um país *B*, parecerá evidente que este exerce pressão ou coação sobre o primeiro. Mas esta dedução nada mais é que uma extrapolação pré-empírica das relações transitivas da física. Numa inferência verdadeiramente empírica — destituída de preconceções —, verifica-se que a atuação de *A* deve-se, antes de tudo, ao julgamento de que tal linha de ação constitui a escolha que melhor promove interesses que se reputam legitimamente nacionais. Neste caso, não há como se falar do exercício de um poder, da imposição de uma vontade, mas, sim, de uma composição de interesses. Há porque nenhum poder político se exerce se não houver, do lado daquele que o *sufre*, um interesse a preservar.

Todo governo ou grupo político tem sempre, pelo menos, duas opções: aceitar as diretrizes de outro grupo ou governo ou contrariá-las. Na história não há escassez de exemplos do segundo tipo: a resistência pacífica de Gandhi na Índia, o movimento do sindicato Solidariedade na Polónia e a vitória do Vietnã sobre os Estados Unidos são apenas alguns dos mais eloquentes. Essa possibilidade de escolha é essencial. Sem isto, o qualificativo *político* deixa de existir e o poder assume a conotação *simplex* do terror. O carrasco tem, sem dúvida, poder absoluto sobre o condenado. Mas esse poder não pode ser qualificado de político. (Nenhum carrasco deriva força política de sua profissão.) Posto de forma tão crua, dir-se-á que esta forma de dominação não está contida no conceito de o poder, adotado pelo politólogo. Não obstante, o princípio subjacente das relações assimétricas criativas é exatamente o mesmo.

A carga semântica implicada em o poder pertence à esfera pré-empírica do senso-comum — a determinação corrente dessa região transparente e mítica do significado social das coisas. Nela o conceito incorpora seu significado mais claro e direto, a saber, o da faculdade física de mover, subjugar e coagir. O filósofo polonês Henrik Skolimowski² põe em evidência a super-

ficialidade dessa idêia na analogia com o conceito de gravidade. Definir poder como a capacidade de influenciar a conduta de outras pessoas seria algo semelhante a explicar a gravidade como a força capaz de puxar maçãs para o solo. Ainda assim, a comparação é pobre visto que a gravidade sempre atrairá as maçãs; mas o poder terá, ao contrário, seu alcance sempre localizado. Excetuadas as relações entre homem e natureza, não se pode nas ciências sociais falar em poder como relação transitiva, causal-linear; não se encontra aí a simplicidade das relações externas dos fenômenos físicos.

Em sociedade, cada ato de autoridade e cada decisão de *obedecer* supõe uma internalização prévia de valores e de objetivos institucionais que indica serem as relações de *poder* amplamente despersonalizadas. O poder não pertence aos indivíduos, mas à sociedade. Se o poder que se quer definir é aquele comumente qualificado como *político*, sua essência será captada apenas no contexto das relações sociais. Política é a denominação de toda atividade humana susceptível de afetar interesses socialmente partilhados. Por conseguinte, o *poder político* é um princípio de conduta socialmente reconhecido como operacional na composição de interesses. Trata-se, portanto, de um princípio de compromisso, um princípio fundado na espontaneidade das relações sociais e dos arranjos estruturais decorrentes.

DA LIBERDADE AO COMPROMISSO

Todo poder político é relativo e limitado por interesses socialmente partilhados. Podemos, é claro, imaginar um poder absoluto ou ilimitado. Neste caso, o conceito tenderá a confundir-se e a identificar-se com o de liberdade, entendida como a capacidade de agir segundo a vontade. O poder absoluto é, portanto, igual à liberdade absoluta. Essa insuspeitada identidade entre poder e liberdade remete a

busca do politólogo ao campo de uma metafísica individualista onde, em tese, os conceitos de liberdade e vontade podem ser *absolutizados*. O grande paradoxo dessa vertente é que a liberdade absoluta coincide, necessariamente, com a opressão absoluta; o voluntarismo individualista é a negação das liberdades sociais fundadas, do outro lado do *continuum*, no compromisso.

O poder que tende à liberdade absolutizada emana irracionalidade e produz o autoritarismo. Neste ponto extremo, situa-se o poder do verdugo sobre o condenado e do leão sobre sua presa. Parece mais que evidente, portanto, que, por esta via, o conteúdo sociológico do conceito estará completamente perdido. É claro que, de certa forma, só se tem poder na medida em que se é livre para exercê-lo ou dele abrir mão: mas isto pouco esclarece, já que toda ação humana consciente implica uma opção. Por outro lado, o fato de um indivíduo possuir maior margem de opção que um outro não estabelece uma relação de poder entre os dois. Coletivamente, no entanto, essa realidade se inverte: a leição dos indivíduos, situados em classes e em desfrute de maiores margens de opções sociais, restringe, necessariamente, a possibilidade de que outros indivíduos desfrutem de vantagens já conquistadas como patrimônio comum das sociedades humanas.

Tocamos aqui no conceito sartreano das *possíveis sociais* — ou, ainda, na idêia weberiana de *situação de classe* —, isto é, a condição social humana pela qual se impõem esforços de *possíveis* para cada indivíduo em particular. Neste contexto o poder se difui em elemento de barganha, uma espécie de reserva legal (institucional) de valor a lastrear a *mudança* das relações sociais. Em outras palavras, transforma-se em um princípio de compromisso capaz de garantir ou operacionalizar cada composição de interesses que informam a vida humana em sociedade. O conceito de poder oscila, portanto, entre esses dois pólos — liberdade e compromisso —,

segundo se tente absolutizá-lo ou relativizá-lo; segundo se tente limitá-lo às faculdades individuais do espírito ou promovê-lo à categoria sociológica.

Neste *continuum* não existe ponto neutro; não existe a chance de que o poder seja apenas *poder em si*, tal como implicitamente postulado na questão inicial. Como tal o conceito é insubstancial; um fetiche acadêmico, um signo sem força associativa objetiva — vale dizer, um insignificante. Nela não apenas estarão necessariamente contidos elementos de uma ou de outra dimensão, como essas dimensões acabam por compor o próprio conteúdo, substituindo-se ao receptáculo lingüístico original. Assim, a reconstituição do significante do conceito é também sua destruição: para fazer sentido, o poder terá de dissolver-se em outra coisa, seja num *etéreo absoluto* — a liberdade — seja no compromisso social — o conteúdo histórico concreto que exerceza, em particular, o mito do poder.

SUPERAÇÃO E PERMANÊNCIA DO POWER POLITICS

Ao longo da história, o exercício do poder linearmente concebido como meio de dominação se põe na razão direta da superioridade tecnológica de uma sociedade sobre outra. Em tais embates, a superioridade dos meios de guerra é apenas um aspecto a mais da ascendência tecnológica, que abarca processos econômicos, organização política e hegemonia cultural. Por tratar-se de relações entre nações individualmente consideradas, estas capacitações provêm o exercício transitivo do poder típico das relações individualizadas (sem o componente socioinstitucional). Com efeito, na ausência de uma sociedade internacional de nações, considera-se que o poder dos Estados encontre seu *rationale* no recurso último à força; e assim, em verdade, tem sido ao longo das diversas formações históricas intercomunitárias e interestatais até o presente século.

Esta comunidade anárquica de nações fornece a base para a concepção linear do poder e das atuais dimensões supra-social e supra-histórica do mito. Não menos importante, as modalidades históricas do capitalismo, formação social básica das nações que lideraram a formação da atual comunidade política internacional, supunham, até a metade deste século — e, em vários contextos, até a atualidade —, que o bem-estar material de um povo se põe, necessariamente, em conflito com interesses idênticos de parte de outros povos.

Não é meu propósito discutir aqui se o capitalismo fora ou não a causa do imperialismo político ou das guerras na história moderna. Será suficiente, para os nossos propósitos presentes, a admissão de que os embates imperialistas dos séculos XIX e XX se inscrevem em um *sistema* internacional historicamente situado. Para fundamentar essa premissa, tenhamos em conta, por exemplo, que enquanto a França e os ingleses foram passíveis submeter expressiva parcela dos povos africanos e asiáticos; enquanto os italianos consideravam *vital* na primeira metade do século a ocupação da Dalmácia, Albânia e Abissínia; os japoneses disputavam a Manchúria e o domínio político-militar de todo o sudeste asiático e Pacífico, e os alemães se lançavam à conquista de seu *espacio vital*, parece amplamente fora de dúvida hoje em dia que os governos da Inglaterra, França, Itália, Alemanha e Japão tenham renunciado a perseguir o imperialismo militar como instrumento de política externa. A execução de uma tal política é descartada como impossível, indesejável e, mesmo, contraproducente. Se assim é, temos motivos para crer que o *sistema* internacional deste final de século é fundamentalmente diferente do *sistema* internacional existente até a Segunda Guerra.

As agressões armadas e as manifestações de força não foram, é verdade, banidas da cena internacional. Pertencem contudo à periferia do *sistema* — algumas nações do



terceiro mundo e do bloco socialista — e, por motivos que examinaremos adiante, ao país líder do processo industrial no pós-guerra: os Estados Unidos.

Que acontece, porém, com o conceito de poder nessa transição macro-histórica? Um exemplo típico do século XIX referia-se ao *poder do Estado* com o pensamento posto em seus efeitos institucionais, o tamanho e o grau de mobilidade da população e seus equipamentos de guerra. Na atualidade, contudo, o *poder do Estado* parece evocar, antes, uma aptidão jurídica para ordenar as relações internas entre os cidadãos e executar as leis. O conceito parece haver efetuado uma espécie de migração entre dois pólos possíveis: da liberdade ao compromisso; do exercício unilateral da força para a compreensão social de interesses.

Poderia parecer que a dicotomia tenha uma correspondência automática entre as relações internacionais — onde as nações atuam na condição de indivíduos — e as relações internas, onde os indivíduos atuam na condição de entes sociais. Mas essa correspondência se desfaz ao considerarmos que, mesmo distantes de um hipotético governo mundial, as relações internacionais nesta segunda metade de século se fazem, em sua esmagadora maioria, em conformidade com um princípio qualquer de compromisso, através de fóruns internacionais, acordos, alianças e concertações diversas.

Tacitamente aceita outrora como fato *natural*, as manifestações unilaterais de força são hoje a exceção, fato aberrante e censurável (apesar de existirem grandes alianças militares, da corrida armamentista e do militarismo norte-americano). Num balanço geral, percebe-se que o princípio de compromisso se afirma cada vez mais sobre a liberdade individualista de ação também na comunidade internacional, que se afasta, por conseguinte, do sistema conflitivo dos embates imperialistas do passado.

É óbvio que esta mudança não se fez em razão de alguma grande torção de consciência ou de um

acordo geral entre os homens para reprimir seus *instintos guerreiros*. Ela é, sim, o efeito de uma ampla transformação da base material das sociedades burguesas centrais, mediante a superação da identidade entre fronteiras econômicas e políticas. Mas este assunto não é relevante ao presente tema, a que retomamos: a dimensão mítica da noção de poder. Ora, se o poder a que se refere a questão inicial do politólogo se define como a capacidade de se modificar unilateralmente o comportamento alheio, temos que tal conceito se resolve na vertente da liberdade, própria do universo mental do *power politics*.

Com efeito, a literatura acadêmica corrente não parece preparada para reconhecer no princípio do compromisso a pedra angular do processo político. Disso resulta um pronunciado divórcio entre o conceito e seu atual significado histórico. Enquanto as relações objetivas de poder deslocavam-se, com a marcha da história, da vertente da liberdade para a do compromisso, o conceito de poder permaneceu preso à primeira: ao universo mental dos embates imperialistas e manifestações de força. Aqui se encontra o significado inicial do conceito, empregado transitivamente nos contextos imperialistas do passado e, hoje, esvaziado para compor o *material* pré-empírico subjacente ao conceito mítico de o poder.

O MITO DO PODER E A SUPRESSÃO DA HISTÓRIA

Um aspecto central no estudo dos mitos diz respeito aos modos pelos quais estão eles objetivamente implicados com os processos histórico-sociais. Como *princípio de compreensão das coisas em sua ordem pré-empírica*, o mito prescinde dos conteúdos históricos objetivos, já que são antes *terramentos para a manipulação efetiva das coisas*¹, e não uma forma de compreensão. Trata-se, portanto, de um saber manipulatório, ditado pela exigência prática de se codificarem informações que emprestem sentido

ao empreendimento social.

Ora, para cumprir tais objetivos, a linguagem mítica deve incorporar ao sentido das coisas uma mensagem moral que parecerá pertencer, dada a *naturalidade* da relação, à ordem natural (supra-histórica) do mundo. É verdade que essa linguagem não surge do nada. Origina-se da linguagem transitiva como uma *leitura* imediata de uma realidade passada para, depois, adaptar-se a novas *leituras* da realidade. Nessas releituras, incorpora-se ao sentido dos conceitos uma *norma moral positiva*, ou seja, uma mensagem moral-normativa que oculta seu caráter impositivo na pretensão à naturalidade. A ambigüidade do mito encontra-se precisamente nessa característica do significante que, sendo preceito moral — logo, valor —, impõe-se como norma positiva, supostamente derivado de uma ordem estritamente objetiva. O mito deve, portanto, ser um discurso despersonalizado, pertencente a uma cosmogonia anterior a toda consciência individual para servir, precisamente, como receptáculo dessa consciência. Deve abolir a relatividade histórica dos conceitos e idéias abolindo a própria história.

Assim acontece com o discurso do poder. Na medida em que os preceitos do *power politics* se afirmam como o significante *natural* do conceito, encontra-se previamente *explicitada*, sob a autoridade técnica da *ciência política*, toda e qualquer expressão assimétrica do poder. A norma moral tem por efeito esvaziar o conteúdo fundamentalmente irracional dessa vertente para forjar o significado do poder como sendo o de uma força agregadora, capaz de manter o *equilíbrio* ou a *paz*, a consistência e a operacionalidade do *sistema* internacional. Por ser a-histórico e positivo, esse sentido não se pode conspurcar com interesses concretos de grupos sociais, pois já era supostamente anterior a estes. Por outro lado, embora ninguém espere venha o governo da Suíça ou do Vaticano algum dia encaminhar seus negócios externos pela força, não lhes faltara *legitimação* teórica

se assim o fizessem, já que se trataria de desempenhos conformes com essa ordem *natural* do mundo, perfeitamente refletida na forma mítica de o poder. Não é por acaso, portanto, que o mito do poder tenha prosperado em ambientes políticos permanentemente voltados à legitimação de práticas intervencionistas e antiinsurgenciais como política externa. Isto posto, retomemos a questão de identidade poder-liberdade e sua expressão internacional: o *power politics* como reflexo da superioridade tecnológica das nações.

O PODER DO MITO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Não é obviamente minha intenção esgotar o tema enunciado no subtítulo acima. É possível que as idéias até aqui expostas sirvam, com algum posterior aprofundamento, ao exame de uma série de temas internacionais relevantes. Busquemos tão-somente situar e exemplificar o poder que o próprio mito-do-poder exerce sobre as coletividades humanas na conjuntura mundial hodierna. Tomemos como exemplo a política externa norte-americana em face de um poder mitificado do paroxismo nuclear.

Aqui se encontra também um outro mito bem conceituado: o da *insegurança coletiva*, mito que em verdade resulta daquela do poder nuclearizado, como contrapartida do *equilíbrio* instável dos sistemas mundiais. Ora, se todo equilíbrio de poder é instável, um *equilíbrio* nuclear internacional deve engendrar, logicamente, uma instabilidade com as mesmas proporções e, logo, a insegurança planetária. Mas se o conceito de poder subjacente é mítico, fácil será demonstrar que a insegurança coletiva pertence à mesma ordem de idéias, trata-se, bem entendido, de um conceito igualmente refratário a conteúdos objetivos. Enquanto categoria psicologicamente estruturada, a insegurança coletiva esvai-se por completo no plano lógico, já que sua eliminação implica também a elimi-

nação de qualquer critério possível de *segurança*. Assim como a paz, definida como a ausência da guerra, a *segurança* definida como a ausência da insegurança é um conceito negativo, definido pelo seu oposto. É verdade que *guerra* e *insegurança* serão categorias objetivas sempre quando expressem conteúdos históricos concretos (vale dizer, fundados em interesses — e não nos preceitos míticos de o poder).

As noções opostas — paz e segurança — não são contudo suas antíteses, mas simples *resíduos* conceituais negativos. Não existe aí qualquer relação dialética entre tese e antítese, mas uma simples contradição lógica; e quando dois conceitos contrários se definem mutuamente eles também se excluem mutuamente. Incorre-se deste modo no vício lógico da tautologia. Para fins da análise política, resulta impossível identificar objetivamente qualquer critério de verificação da insegurança. (As armas nucleares devem, conforme se quer, produzir tanto a *segurança* quanto a *insegurança*. Um verdade, elas são eleito e reforço do mito da insegurança coletiva, e não sua imagem.) Assim sendo, a insegurança reduz-se a mera categoria psicológica, porquanto constituída como representação pré-empírica do mundo.

Quais seriam então as funções sociais do mito da insegurança coletiva associado ao poder atômico? Na perspectiva da norma moral positiva, parece útil considerar este mito num quadro tipológico. Tomemos três categorias básicas do mito, tal como apresenta Kees W. Bolle¹, a saber: 1) os mitos escatológicos ou de destruição, 2) os mitos heróicos ou soteriológicos, e 3) os mitos da providência ou destino. Nos mitos escatológicos ou de destruição se afirma a inevitabilidade do fim do mundo. Pertencem em geral a contextos religiosos, associados a uma doutrina salvacionista que propõe o caminho da redenção moral e das virtudes beatíficas.

O fim do mundo previsto na narrativa mítica aparece como revelação e veicula a promessa dupla de

castigo e redenção. Desprovido de conteúdo sobrenatural, o mito da insegurança coletiva adota igualmente com uma visão escatológica — a guerra nuclear —, mas atribui aos homens a faculdade de decidir sobre seu próprio castigo ou redenção. Esta promessa liga-se à segunda categoria mítica, os mitos heróicos ou soteriológicos, ou seja, os mitos salvacionistas. Nesta perspectiva, algumas sociedades evocam a posse originária de um valor divino ou de uma revelação para afirmar sua superioridade e assegurar-se da justiça de suas causas contra influências, sempre externas e nefastas, do mal. Nessas coletividades, um herói mítico foi encarregado de transmitir a *verdade* a seu povo. Receberam por revelação conhecimentos especializados de medicina, técnicas agrícolas, o domínio do fogo, faculdades mágicas, o dom de criadores e protetores da cultura.

A mensagem moral-normativa que esses mitos veiculam tem sua moderna correspondência na defesa das democracias (qualquer que seja a definição destas), e da civilização. O mito da insegurança coletiva requer dos modernos estadistas a atitude iluminada dos heróis populares. Incumbe-os a defesa da paz, da liberdade e da vida, contra o contato nefasto de culturas supostamente não contempladas com as mesmas luzes. Finalmente, os mitos da providência e destino encarnam aos deuses ou a semideuses de decidir sobre a sorte dos homens consoante os critérios de uma justiça supracomunitária — vale dizer, divina. Aos homens não é dado se não reconhecer sua fraqueza ante a providência, e no entanto, reconforta-lhes saber que a providência é sábia e justa. Similantemente, pelo mito da insegurança coletiva os governos se investem, na era nuclear, do poder providencial de decidir sobre a salvação ou destruição da humanidade. Esse poder extrapola obviamente o controle do cidadão: uma tal responsabilidade não pode submeter-se ao controle comunitário ou à lei; as impermissíveis territorialidades de temas como controle

de aumentos e avaliações dos *recursos de guerra* são o saber esotérico que apenas esse novo estamento tecnoburocrático pode dominar. Mas a souna fabulosa de poderes reunidos nas mãos do estadista (ou, mais exatamente, das tecnoburocratas estatais) estará compensada no asseguramento de que esses homens, agindo sob a égide de sentimentos nobres, manterão, como opção permanentemente renovada, sua mão protetora e providencial estendida sobre o cidadão indefeso.

Em qualquer das três perspectivas, o mito da insegurança coletiva perfaz os mesmos acentos moralizantes conducentes, de um lado, ao conformismo social na aceitação dessas cosmogonias e, de outro, à legitimação do poder de uma casta ou grupo para além de qualquer intento real de controle comunitário. Os mitos da providência atribuem poder absoluto aos deuses; mas o exercício líquido desse poder compete a uma classe sacerdotal ou militar que detém o segredo da relação com o divino e executa os ditames do *destino coletivo*. Nas sociedades líderes da era nuclear, o conhecimento técnico associado à formulação da política externa erige-se também como credencial para o exercício líquido de um poder providencial. Trata-se aqui sobretudo das elites militares e empresariais norte-americanas e norte-atlânticas, secundadas por um círculo de *scholars* dedicados a dar formulação teórica ao mito. Bem entendido, não se trata de afirmar aqui uma recorrência histórica de mitologias como um padrão ou uma lei comportamental objetiva: trata-se, sim, da constatação de certas estruturas mentais que, por funcionarem como receptáculo da consciência social em proveito de uma ideologia de poder, são passíveis de reproduzir-se em contextos históricos diversos.

A analogia que trocamos entre os estadistas das *superpotências* e as divindades deve, por exemplo, ser vista sob o prisma de uma necessidade universal de legitimação do poder. Assim como os deuses,

têm os chefes de estado existência puramente institucional: pensam e agem como devem pensar e agir as coletividades. Na ausência (ou supressão) de uma base social de compromisso, devem traduzir esse pensar e agir numa promessa redentora que lhes legitime o papel mítico providencial. No entanto, seu poder estará sempre socialmente localizado, limitado pelos demais reais de um poder manipulatório que se exerce acima de qualquer suspeita, acima do controle comunitário.

O mito se exprime, finalmente, como um instrumento de manipulação social — logo, como um autêntico instrumento de poder. As sociedades que, no passado, gozaram de superioridade tecnológica sobre as demais tenderam a encarar essa visão irracional do poder como sua expressão natural. Na atualidade, a enorme superioridade tecnológica dos Estados Unidos, associada a uma *releitura* da situação internacional empreendida por uma elite tecnoburocrática, empresarial e militar, concorre certamente para forjar uma consciência da assimetria, que se traduz no discurso do *power politics*. O mito do poder opera, em tais contextos, para moldar a consciência coletiva aos preceitos da força custiva em detrimento da racionalidade democrática e dos métodos sociais de compromisso. Na medida em que aqueles preceitos se afirmam como parte da *ordem natural* do mundo, afirma-se um poder verdadeiramente supremo — o poder do mito —, que domina pela distorção subreptícia mas eficaz da faculdade que têm os diversos segmentos da cidadania de identificar interesses legitimamente seus.

José Vicente Lessa é diplomata do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Referências Bibliográficas

1. BANTHES, R., *Mythologies*, 1957.
2. SKOLIMOWSKI, H., *Power, myth e realidade*, Humanidades, Brasília, Editora Universidade de Brasília, n. 16.
3. KOLAKOWSKI, L., *Obecnosie Mitu* (A presença do mito), 1972 (trac. cast, Amomoku ed., 1975).
4. ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, *Myth and mythology*.

Abstract

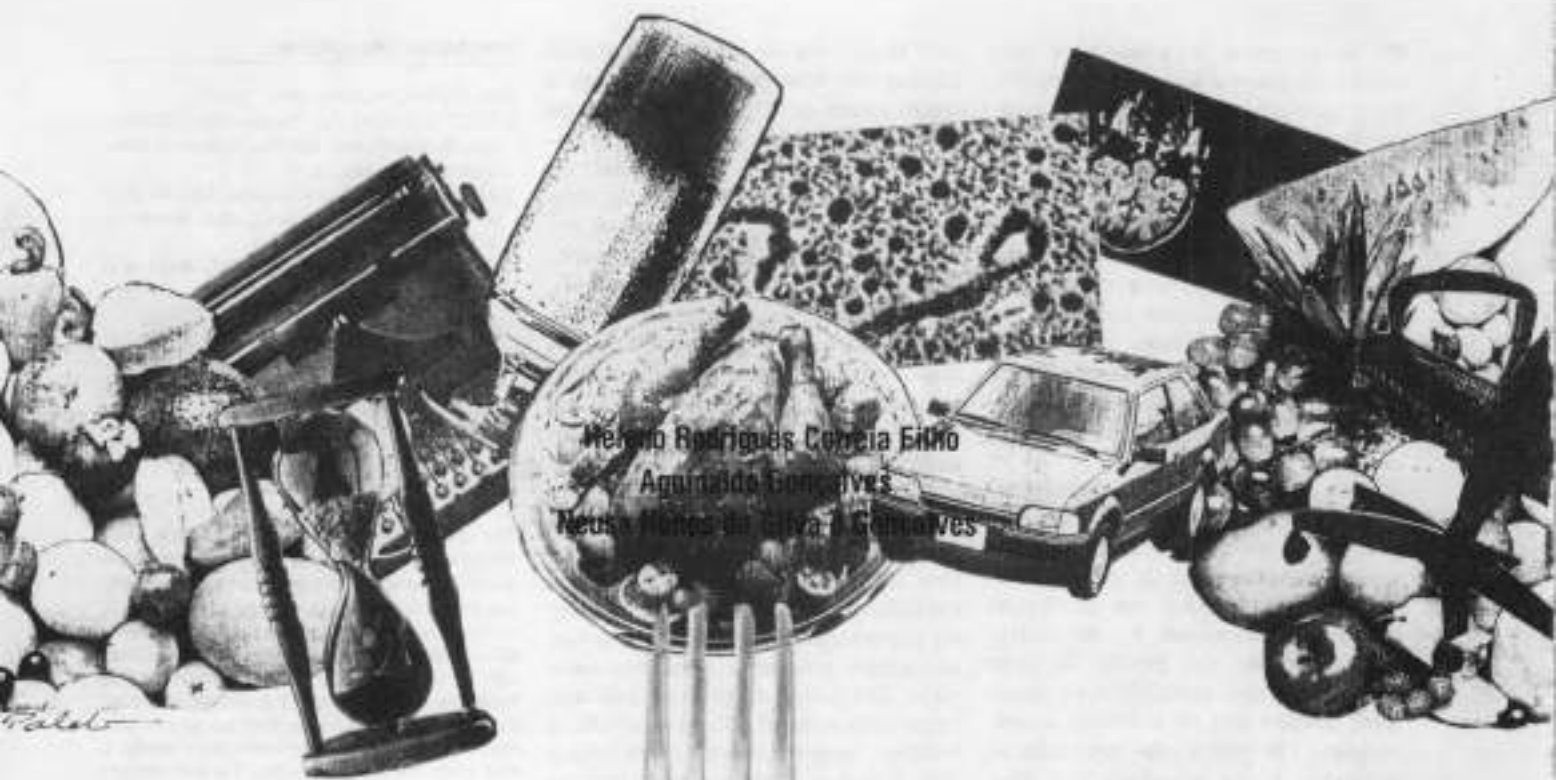
The Myth of Power and the Power of Myth in International Relations

The quest students of political sciences often embark on with regard to power is made inevitable by the underlying premises of power politics contained in the concept. As an asymmetrical coercive relation, power tends to be associated with freedom on an individual level, and with a mythical category in a collective sphere. From the standpoint of international relations, the myth of power raises itself up as the cornerstone for legitimating manipulatory practices that affirm themselves beyond the commitment and control of the community.

Resumen

El mito del poder y el poder del mito en las relaciones internacionales

La búsqueda emprendida comúnmente por el politólogo en relación al poder, está vinculada a los presupuestos de power politics embucados en el concepto. En cuanto a la relación asimétrica, el poder tiende a identificarse con libertad, a un nivel individual, y con una categoría mítica, a nivel colectivo. En la perspectiva de las relaciones internacionales, el mito del poder se erige, al mismo, como legitimación de prácticas manipuladoras que se afirman más allá del compromiso y del control comunitario.



Helio Rodrigues Correa Filho
Agostinho Gonçalves
Neusa Nunes da Silva e Gonçalves

AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM AGRAVOS ENDÊMICOS NO BRASIL

A finalidade do presente texto consiste em proceder a uma explicitação em relação aos agravos endêmicos. Para cada grupo nosográfico, procede-se à avaliação e conciliação ampla de seu quadro epidemiológico em nosso meio, para, a seguir, apresentar-se identificação das principais lacunas a serem superadas.

Em publicação recente (Gonçalves *et al.*, 1991), teve-se oportunidade de explorar prioridades setoriais de ciência e tecnologia em saúde no Brasil. O modelo então gerado para tal finalidade identifica a área em nosso meio como sendo constituída por cinco segmentos distintos, complementares, e com fortes intersecções explicitadas, quais sejam: i) pesquisa biomédica básica; ii) geração de informação para problemas endêmicos de saúde coletiva; iii) geração de informação para problemas médicos; iv) avaliação crítica de procedimentos técnicos; v) geração de informação para operacionalização de atuação médico-sanitária. A seguir, o referido texto procedeu à conceituação e apreciação ampla das conquistas e limitações mais expressivas do desenvolvimento científico e tecnológico de cada um dos correspondentes componentes, remetendo a produções específicas o aprofundamento de cada uma das temáticas consideradas.

A finalidade deste projeto consiste em proceder a tal explicitação em relação aos agravos endêmicos, nominadamente a segunda das áreas mencionadas. De fato, há muito a ser considerado.

O estudo de soluções científicas e tecnológicas para o controle das doenças transmissíveis de massa esbarra atualmente no grande paradoxo de continuarem prevalentes, coexistindo com os agravos hipocinéticos característicos do desenvolvimento econômico.

Esta preocupação em entender os mecanismos que mantêm a saúde ou provocam a doença numa determinada sociedade em um momento específico desemboca na constatação que tais fenômenos não se restringem apenas às leis naturais, mas se dão a partir de uma dupla realidade, a um tempo biológica e histórico-social (Pereira, 1983).

A disponibilidade de políticas de pleno emprego, de habitação, de água potável, alimentos, vestuário e disposição adequada de dejetos constitui medida geral com que o progresso social eliminou doenças endêmicas em muitos países na Europa, Ásia e América do Norte.

No entanto, o Brasil ainda enfrenta por bom tempo

a convivência com inadequadas condições de vida e trabalho, determinando a situação de saúde da sua população, o que obrigou a tentativas na área científica e tecnológica para superar, em poucos anos, aquilo que o progresso social trouxe em décadas ou mesmo séculos para os países desenvolvidos.

Assim como a vacina contra a varíola tomou possível a erradicação mundial desta doença, podem e devem ser realizados esforços que ofereçam subsídios técnico-científicos na busca de soluções para os obstáculos que hoje dificultam o controle de certas doenças transmissíveis.

Atualmente no Brasil, pelos critérios correntes de identificação de problemas de saúde pública, revelam-se como áreas prioritárias de desenvolvimento científico e tecnológico as listadas abaixo, sem pressuposição prévia de hierarquia na enumeração: as endemias urbanas e rurais (incluindo as zoonoses), doenças nutricionais, doenças ocupacionais, patologias da reprodução, doenças diarreicas, doenças crônico-degenerativas, malformações e doenças constitucionais, agravos mentais e causas externas.

Em cada um destes grupos nosográficos, os gargalos tecnológicos específicos são pontuados a seguir. Este proceder, como qualquer outro que se componha em proposta abrangente, certamente corre o risco de promover omissões consideráveis, algumas até presentes quando da formulação.

Sob a denominação ampla de endemias urbanas e rurais entende-se extenso conjunto de agravos à saúde da população brasileira que não se identificam claramente em nenhuma das demais categorias, mas que, pela sua magnitude, transcendência e/ou vulnerabilidade, constituem relevantes problemas de saúde pública a demandar superações científicas e tecnológicas explícitas. Incluindo destacadamente o grupo das chamadas zoonoses (as situações expressamente as doenças sexualmente transmissíveis, a síndrome de imunodeficiência adquirida, a hanseníase e as ectoparasitoses) que constituíram o objeto de recente revisão de nosso grupo (Gonçalves *et al.*, 1990), de sorte que, para as referenciadas, aqui não são detalhadas no presente texto.

DOENÇAS NUTRICIONAIS

a desnutrição, sob a forma principal de Desnutrição Protéico-Energética (DPE), é a endemia que mais agride a população brasileira, com incidência praticamente sobre todas as faixas de idade, mas com significado especial para a população de zero a cinco anos de idade. A desnutrição infantil é certamente um obstáculo de natureza social, mais do que científica, e, no entanto, cabe à ciência e à tecnologia buscar meios de abreviar o período em que a sociedade ainda viverá em presença da fome, bem como recuperar de modo mais eficiente aqueles que, já estando desnutridos, tenham acesso aos serviços de saúde e possam ter seu estado carencial detectado (Katz, 1983).

Do ponto de vista de políticas de serviços de saúde, a grande questão que se coloca no momento é a pronta necessidade de recuperação e vigilância do estado nutricional com as demais ações de prestação de cuidados de saúde. Isto representa um desafio para a estrutura dos serviços de saúde existentes no Brasil, que somente com o auxílio de soluções econômicas de apoio à produção de alimentos básicos regionais, com a reestruturação das possibilidades de acesso a estes alimentos e com a conjugação de ações de programas nutricionais e de saúde será possível enfrentar (Brasil, 1982).

A abordagem da pesquisa em nutrição humana e alimentos é de ordem muito complexa para pretender-se que seja esgotada em um texto indicativo como o presente, e as características da nutrição, enquanto interface entre os setores de produção agrícola, de tecnologia de alimentos e de saúde propriamente dita, tomam muito vasto o universo de providências de ciência e tecnologia para o enfoque de soluções da questão da desnutrição (Gonçalves & Vanuochi, 1988).

Após muito ser produzido para o setor, ainda restam bloqueios tecnológicos importantes para a orientação de ações de vigilância e

intervenção em programas de recuperação nutricional, os quais são apenas indicados para um exame aprofundado posterior.

Assim, poderiam ser enumerados:

1. Desenvolvimento de indicadores do estado nutricional para uso prático em serviços de saúde, de acordo com as necessidades e especificidades regionais.
2. Estudos sobre a fisiologia da nutrição e da desnutrição objetivando a formulação de dietas de recuperação nutricional para uso em serviços de saúde.
3. Estudos sobre o estado nutricional, abordando as carenças específicas como a hipovitaminose A, a anemia ferropriva, o bócio e a cárie dental, visando elaborar indicadores e medidas de intervenção.
4. Estudos sobre a correlação entre desnutrição, morbidade (infecções e parasitoses) e mortalidade, com vistas a devidas comparações entre estudos de acompanhamento e avaliação de intervenções.
5. Estudos sobre a composição específica de alimentos regionais, permitindo a constituição dos conjuntos alimentares denominados *cestas básicas*, sobre os quais são, em geral, propostos os programas de intervenção nutricional.
6. Estudos sobre a composição de alimentos básicos e de uso específico regional para a detecção de princípios alimentares, fatores de composição bioquímica para cálculos de composição dietética e fatores antinutricionais (antimetabólicos) e/ou tóxicos.
7. Estudos de acompanhamento e modelos alternativos de

projetos de intervenção nutricional que incluam avaliações de eficácia e eficiência.

8. Estudos de modelos alternativos para produção, comercialização e abastecimento de alimentos básicos a populações de baixa renda.
9. Estudos sobre as políticas de produção de alimentos e as tendências de produção, disponibilidade e consumo de alimentos básicos e as possibilidades de compatibilização entre as políticas de exportação e produção para o mercado interno (Cebes, 1987).

Em um subcomponente especial do capítulo relativo à questão nutricional, julga-se ainda importante mencionar os agravos constitucionais do metabolismo dos alimentos, que poderiam gerar, em populações resritas, deficiências mentais e físicas que a sociedade poderia evitar através de tecnologias específicas de detecção e tratamento. Embora a grande causa de morbimortalidade em nosso meio ainda seja a desnutrição, este quadro ainda faz-se acompanhar do surgimento contínuo de crianças cuja deficiência poderia ser prevenida. Citam-se, então, como respectivos objetivos de pesquisas:

1. Elaboração de *kits* diagnósticos simplificados para a detecção de doenças metabólicas constitucionais, tais como a fenilcetonúria, hipotireoidismo, galactosemia e outros.
2. Elaboração de técnicas de intervenção terapêutica de baixo custo visando ao controle destes desvios metabólicos, tanto do ponto de vista nutricional quanto do desenvolvimento físico e mental dos pacientes.

DOENÇAS OCUPACIONAIS

A saúde ocupacional é de abordagem difícil em nosso meio, em

virtude da dispersão institucional das responsabilidades de cuidado à área. Isto cria tanto uma situação de desconhecimento da realidade epidemiológica prevalente quanto dos meios de abordagem técnica disponíveis para o controle das doenças de origem ocupacional (OMS, 1987).

O desenvolvimento recente das ações de saúde, em direção de um sistema nacional único de serviços, aponta para a utilização concreta de dados sobre a ocorrência de agravos à saúde da população engajada na força de trabalho para a prestação de cuidados preventivos e terapêuticos através de serviços de saúde (Berlinguer & Diocora, 1987).

O Brasil tornou-se um país recrudescido em acidentes de trabalho, e este fato trouxe para a discussão o longo prejuízo econômico que representa a utilização contínua dos recursos da previdência social apenas com a finalidade de repor danos já ocorridos, seja sob a forma de auxílios-doença, seja sob a forma de prestação de assistência médica de alta complexidade (Mendes, 1986).

Os problemas de saúde ocupacional comprometem ainda a produtividade de todos os setores econômicos, com as faltas ao trabalho e com a perda de pessoal treinado quando ocorrem lesões incapacitantes permanentes (Mendes, 1982).

Numericamente, as doenças ocupacionais típicas, no Brasil, vêm apresentando um comportamento coletivo bastante coerente com subestimação.

Quando é sabido que em países mais desenvolvidos tributa a quarenta trabalhadores em cada mil são acometidos por doença profissional, no decorrer de um ano, entre nós esta incidência é vinte vezes menor [...] (Mendes, 1986).

Os principais problemas de saúde ocupacional reconhecidos como prevalentes entre nós poderiam ser assim discriminados:

1. Os acidentes de trabalho – in-

cluindo os de trajeto, que são causa de grande perda de produção e de lesões incapacitantes em trabalhadores, com danos sociais extensivos à família e dependentes.

2. Pneumoconioses – assim chamadas as doenças de vias aéreas conseqüentes à inalação de partículas de materiais como a sílicose e a biscose.

3. Dermatopatias ocupacionais – conseqüentes ao contato do trabalhador com materiais alergênicos, irritantes e causadores de lesões, inclusive o câncer ocupacional.

4. Intoxicações crônicas e agudas – desencadeadas pela aspiração, penetração pela pele e mesmo ingestão de substâncias químicas, como fumos, aerossóis, vapores, líquidos voláteis, gases e líquidos inerentes ao processo de trabalho, em particular na indústria e na agricultura.

5. Agravos físicos – incluindo os fatores de stress e de lesões orgânicas, em decorrência da exposição ocupacional a traumas de ordem física que reduzem os limites de conforto ambiental no trabalho, tais como: ruídos (surdez ocupacional), barotraumas, insolação e intimação e a sobrecarga corporal na manipulação de objetos pesados, em particular sobre a coluna vertebral.

6. Radiopatias – devidas à exposição não controlada e excessiva no manuseio de aparelhos emissores de raios X, com danos em geral permanentes, pela lesão de epitélios, endotélis e órgãos internos, particularmente os gonadais, com sérias repercussões no legado às próximas gerações.

7. Distúrbios endócrinos – decorrentes das jornadas de tra-

balho excessivas, alternância de turnos de trabalho em escalas diurnas e noturnas, com repercussão fundamental sobre os ciclos menstruais e reprodutivos femininos e sobre a distribuição dos períodos de repouso e atividade (ritmo circadiano) em homens e mulheres.

8. Embriopatias e teratogênias ocupacionais – conseqüentes à exposição de pais (homens e mulheres) a substâncias e agentes físicos capazes de modificar a expressão dos genes e com repercussão especial no período gestacional, gerando malformações e ameaças ao processo da gravidez com abortamento e perinatalidade.

9. Outras doenças agregadas aos agravos ocupacionais – surge neste tópico uma grande discussão em virtude de os conceitos legais restringirem de modo artificial e incorreto as relações entre doenças e trabalho.

A tendência atual entre os trabalhadores de saúde e os movimentos sindicais é a correlação entre todos os problemas de saúde e as condições de trabalho, principalmente em virtude dos conhecimentos sobre a importância do stress e do desconforto sobre a etiologia das doenças crônicas e degenerativas.

Seriam consideradas muito importantes neste momento aquelas doenças mais comumente associadas à procura de assistência médica e dos benefícios da Previdência Social, tais como: a hipertensão arterial, as osteoartroses, o alcoolismo, as neuroses e as doenças infectocontagiosas adquiridas no trabalho.

Em relação, portanto, a esta lista de problemas mais relevantes para a geração das doenças que acometem os trabalhadores, seria impor-

tanto a pesquisa em torno dos seguintes obstáculos de natureza técnico-científica:

1. Desenvolvimento de indicadores epidemiológicos para a prevalência e incidência dos agravos ocupacionais.
2. Tecnologias de controle de exposição a riscos de contaminação ambiental, tais como dosificações de partículas, raios X, poeiras e materiais químicos presentes em ambientes de trabalho.
3. Desenvolvimento de métodos preventivos de controle de exposição a agravos ocupacionais específicos.
4. Desenvolvimento de padrões de correlação epidemiológica entre doenças e graus de contaminação ambiental no trabalho.
5. Desenvolvimento de métodos diagnósticos e terapêuticos para controle de agravos ocupacionais.

PATOLOGIAS DA REPRODUÇÃO HUMANA

Os estudos da reprodução humana adquirem especial relevo na medida em que as políticas oficiais brasileiras evoluíram para o reconhecimento formal de que o controle da fertilidade não pode ser utilizado como instrumento de reorganização econômica ou de tentativa de redistribuição social da renda (Women's Health, 1985).

Colocada a reprodução dentro de um contexto legítimo dos direitos de atenção à saúde de que deve gozar a população, a saúde da mulher assume um significado abrangente, desde o crescimento e desenvolvimento na infância até a adolescência e entrada no período considerado além da gestação propriamente dita (Brasil, 1984, b).

Seriam prioridades para a pesquisa em reprodução humana:

1. Estudo das técnicas de controle e promoção da fertilidade, com ênfase nos métodos naturais de detecção da ovulação e fases do ciclo menstrual.
2. Estudos epidemiológicos e sociais sobre os métodos de controle da fertilidade atualmente disponíveis, com ênfase em efetividade, efeitos colaterais, métodos de educação popular e difusão e adequação cultural.
3. Prevenção e controle de agravos à saúde feminina na gravidez, através da realização de estudos multicêntricos para padronização de condutas diagnósticas e terapêuticas, com ênfase em ameaças de abortamentos e sangramentos, hipotensão arterial, puerpério e lactação e intercorrências infecciosas da gravidez (sífilis, rubéola, infecção herpética, toxoplasmose e doença de inclusão citomegálica).
4. Prevenção e controle das carências nutricionais específicas da gravidez com ênfase em anemias e deficiências calóricas e protéicas.

DOENÇAS DIARRÉICAS

As doenças diarréicas são responsáveis pelo maior número de episódios de doença infantil, com grande mortalidade na faixa etária de zero a um ano, e com grande importância como fator agravante das condições nutricionais na infância. Representam também uma causa de demanda por serviços de saúde, que vem sendo eficientemente enfrentada com a introdução da nova terapia de reidratação oral com a utilização de sal reidratante padronizado pela Organização Mundial da Saúde.

No âmbito das determinações, as propostas de abordagem das doen-



ças diarreicas colocam em prioridade a extensão de saneamento básico pelo fornecimento de água potável e esgotos para toda a população. Permanecem, entretanto, alguns obstáculos científicos cuja solução pode contribuir para medidas epidemiológicas de controle, tais como:

1. Elaboração de métodos diagnósticos para diarreias de etiologias específicas, visando ao diagnóstico simplificado e de baixo custo para vigilância epidemiológica.
2. Estudos sobre a incidência e etiologia de doenças diarreicas onde a terapêutica de reidratação oral venha a mostrar-se de baixa ou menor eficácia.

DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS

A magnitude da mortalidade por doenças cardiovasculares e câncer nos últimos trinta anos no Brasil tem aumentado bastante, evoluindo de 15 para 40%, de todas as causas de óbitos, tendo ultrapassado as doenças infecciosas e parasitárias a partir das últimas décadas (Brasil, 1984).

Essa mudança está associada, em parte, às transformações ocorridas na estrutura econômico-social do país, caracterizadas pelo aumento da expectativa de vida, pelo processo de industrialização e pela urbanização acentuada (Costa & Klein, 1985).

As doenças cardíacas, o câncer e o diabetes foram responsáveis por 261 mil óbitos, em 1980. Com o crescimento populacional previsto para o ano 2000, mantidas tais tendências, poderão ser registrados sete milhões de óbitos, causados por essas doenças, durante o período considerado. Caso fossem aplicadas medidas preventivas atualmente disponíveis, esse número poderia ser diminuído em 25%, o que representaria uma redução de 1,8 milhão de óbitos precoces e evitáveis.

DIABETES MELLITUS

Ao falar-se nos danos do *diabetes mellitus* na população, deve ser considerado não apenas seu papel na mortalidade, mas, também, seu papel na morbidade. As chamadas manifestações crônicas, principalmente as doenças ocular, renal e vascular, são causas frequentes de invalidez precoce. As manifestações agudas e crônicas são causas comuns de hospitalização e/ou absenteísmo ao trabalho, causando, muitas vezes, também dificuldades na obtenção de emprego. Apesar da extrema importância destes fatos, estimativas numéricas dos mesmos praticamente inexistem no Brasil (Brasil, 1988).

Até o presente, não dispomos de informação, no nível populacional, sobre a prevalência do *diabetes mellitus* no Brasil, nem mesmo sobre possíveis diferenças regionais em sua ocorrência. Isto dificulta qualquer planejamento e previsão de recursos de serviços de saúde para a população de diabéticos, até mesmo o seu reconhecimento como um problema de saúde pública em nosso meio.

CÂNCER

Segundo os dados existentes, em 1980 o câncer foi responsável por 10% dos óbitos registrados no país, situando-se em terceiro lugar, de acordo com grandes grupos de causas, após as doenças cardiovasculares e infectoparasitárias.

Do ponto de vista regional, as neoplasias situam-se numa faixa entre 8 e 15%, quando consideradas as taxas de mortalidade nas capitais brasileiras.

É esperada, no período vindouro, grande aceleração da tendência apontada, tendo em vista a triplicação da população urbana na América Latina até o ano 2000 e o decréscimo das taxas de mortalidade e natalidade, condicionando importante aumento na proporção de pessoas adultas e de idade avançada. No que tange especificamente às

neoplasias malignas, estima-se o aumento mundial dos óbitos por este grupo de causas em mais de 50% até o final do século (Brasil, 1986, b).

HIPERTENSÃO ARTERIAL

A hipertensão arterial constitui um dos principais problemas de saúde pública. No Brasil, aproximadamente 15% da população adulta é hipertensa, estando esta condição envolvida na gênese das complicações vasculares, cardíacas, renais e cerebrais, as quais representam as principais causas de morbidade e mortalidade humanas (Brasil, 1985).

Aproximadamente 40% dos óbitos por complicações vasculares estariam relacionados com a hipertensão arterial, admitindo-se que o controle adequado desta reduziria entre 12 e 14% a frequência dos mesmos.

A hipertensão arterial afeta a qualidade de vida, onera significativamente a Previdência Social e interfere na produtividade do trabalho. Calcula-se em 370 dias o período médio de afastamento do emprego decorrente de hipertensão arterial e suas complicações, comparativamente à média de 178 dias de afastamento decorrente de outras causas.

Tendo-se tomado 1978 como base para cálculo, avaliou-se em 326 milhões de dólares o gasto com hipertensores licenciados ou aposentados anualmente, isto sem levar em consideração os custos sociais, os de atendimento médico, nem aqueles relacionados à diminuição de produção e da produtividade.

Em pacientes que desenvolveram acidente vascular encefálico (AVE), a frequência associada de hipertensão arterial foi de 66 a 85% e nos que apresentaram infarto do miocárdio a frequência de hipertensão variou entre 59 e 72%. Em relação à doença isquêmica do coração, a associação com hipertensão arterial foi de 29,3%. Portanto, os hipertensos apresentam risco de desenvolver AVE sete vezes maior

e infarto do miocárdio três vezes maior, comparativamente aos indivíduos com pressão arterial normal.

MALFORMAÇÕES E DOENÇAS CONSTITUCIONAIS

As malformações congênitas humanas no início deste século foram geralmente consideradas como de origem genética. Tal distorção conceptual provavelmente originou-se das idéias biológicas, após a redescoberta dos princípios mendelianos e da crença, amplamente aceita, de que o meio intra-uterino fosse inviolável... As teorias sobre a ação teratogênica de variáveis ambientais eram entendidas como anedóticas e ignoradas até que uma quantidade considerável de informação foi acumulada.

Hoje, sabe-se que os agravos constitucionais são um *dramatipo*, isto é, um fenótipo sob ampla peristase: o carácter determinado pelo genótipo está sujeito a variações ambientais que agem teratogenicamente desde a fase de pré-implantação (levando a disfunções maternas), implantação (ou seja, na unidade placentária funcional) e no feto. Em outros termos, fatores hereditários e ambientais são agentes etiológicos que geram mecanismos de malformações semelhantemente por meios bioquímicos no nível subcelular, celular e tecidual.

Apesar da dificuldade na discriminação desta dualidade ambiental-hereditária nos dias atuais, os riscos iatrogênicos são tão consistentes que a tendência que se vem notando é o realce para com os teratógenos ambientais.

Em termos numéricos, esta realidade é alarmante. Em estudo realizado em hospital pediátrico da Cidade do México, analisando-se todos os diagnósticos histopatológicos dos óbitos ocorridos na instituição durante nove anos consecutivos, observou-se que apenas 56% dos mesmos poderiam ser considerados como causados por fatores indiscutivelmente ambientais perinatais (Armendaris, 1974).

Informações interessantes tam-

bém estão sendo obtidas sobre as dimensões populacionais da realidade das malformações e doenças constitucionais. Investigando, em 2 549 pré-escolares da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, a ocorrência de 114 lesões somatoscópicas, através do exame clínico diferenciado, surpreendentes o valor médio de 2,16 malformações por criança. Em síntese, estimativas absolutamente conservadoras indicam a existência de um número superior a três mil entidades geneticamente condicionadas, além das geneticamente predispostas e das geneticamente influenciadas (Cionçalves, 1980).

As necessidades sistêmicas de pesquisa na área já são bastante conhecidas. Já Rhodes (1965) enfatiza que deveria haver uma participação mais ativa dos profissionais em saúde pública em pesquisas sobre a etiologia e prevenção de afecções hereditárias, além de doenças transmissíveis e câncer; Barrai (1970) adverte que, antes de se atuar no controle de saúde pública de uma doença genética, é essencial estimar sua prevalência, severidade e período durante o qual é ativa. Peritos da OMS (Who, 1964) citam os vários campos possíveis da genética e saúde pública, destacando-se a necessidade de educação sanitária que visa esclarecer sobre as limitações geneticamente condicionadas e determinadas. Nesta linha, também se orienta a estratégia preconizada por Childs (1974) que destaca como primeira prioridade para o desenvolvimento da genética e saúde pública uma atitude renovadora em educação sanitária em termos preventivos amplos, desde o ensino rudimentar às crianças, do público em geral e, sobretudo, com médicos e autoridades sanitárias.

AGRAVOS MENTAIS

Os valores disponíveis sobre prevalência dos agravos mentais em nosso meio são extremamente variáveis, dadas as dificuldades enfrentadas pelas diferentes iniciativas encetadas visando seu conhe-

cimento. De modo geral, são elas pertencentes a diferentes ordens de fatos:

1. Variações conceituais — diferentes escolas e pesquisadores adotam diferentes concepções para o mesmo vocábulo ou diferentes vocábulos para a mesma concepção, a começar pelo próprio entendimento do que seja *normal*: se o comportamento normatizado, ou se o mais freqüente.
2. Peculiaridades metodológicas — alterações somáticas são mais fácil e claramente detectáveis do que variações comportamentais.
3. Limitações operacionais — prioridade setorial, acesso das pessoas aos serviços de saúde e qualidade e consistência técnicas de processamento de informações são alguns fatos que atuam decisivamente no sub-registro das informações existentes sobre morbidade e mortalidade (Gonçalves & Gonçalves, 1983).

Um que pese tais realidades, Morgado & Coutinho (1985) referem uma prevalência total de 20% de transtornos em nosso meio, com 14,6% para as neuroses, 3% para o alcoolismo, 1,1% para as oligofrenias e 0,5% para as síndromes orgânicas cerebrais. Tanta adicional igualmente difícil consiste em dimensionar a realidade por trás desses números. A esquizofrenia, por exemplo, aí não é mencionada explicitamente, mas apresenta uma prevalência que varia de 1,5 a 4,3 por mil habitantes, sendo responsável, segundo Hofling (1965), pela ocupação, em qualquer momento, de um em cada quatro leitos hospitalares.

Ponto, do ponto de vista de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, percebe-se como primeira necessidade a respeito, antes de qualquer outra elaboração, obterem-se estatísticas confiáveis sobre saúde e doença mental em nosso meio (Escudero, 1982).

CAUSAS EXTERNAS

Os agravos por causas externas, também conhecidos por infortúnios e cuja manifestação mais dramática constitui as chamadas mortes violentas, compõem grupo importante da morbidade e mortalidade em nosso meio, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, não merecem atenção, sequer conhecimento, de autoridades e técnicos setoriais.

Assim é que correspondem ao segundo grupo mais freqüente de agravos em nosso meio (Brasil, 1984), perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório e estando à frente, inclusive, das infecciosas e parasitárias. Especificamente em relação a um de seus componentes mais relevantes, os acidentes de trânsito, o Brasil figura com dados existentes, em conhecido levantamento da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS, 1984), em relação aos indicadores af empregados: número anual de veículos matriculados no país, variação percentual decenal de motorização e taxa de mortalidade por habitantes e veículos. Considerando, no entanto, as características recentes do desenvolvimento brasileiro, é de se pressupor que nosso país não se afaste significativamente para menos do ocorrido com a região das Américas e Caribe, onde mais da metade dos países estudados, na década de 70, apresentou incrementos superiores a 200% no número de veículos registrados e mais de dois terços superiores a 100% na relação veículo/habitantes durante igual período.

Um síntese, com exceção das doenças associadas à má nutrição, o acidente de trânsito possivelmente constitui o pior problema de saúde pública no Brasil. As estatísticas oficiais atribuem a esta causa cerca de 25 mil mortes por ano desde 1980, classificando-a como a primeira entre jovens do sexo masculino. No entanto, há indícios de que o número real é muito superior, possivelmente na faixa de 40 a 50 mil. A subestimação dos prejuízos humanos é um dos motivos por que privo e autoridades tenham de

prestar a devida atenção no problema. Porém, há outros fatores que vêm agindo no mesmo sentido, como a falta de uma apreciação mais adequada das consequências dos acidentes fatais e a tendência de ignorar quase que completamente os prejuízos dos acidentes não-fatais (Geipot, 1986).

No evento dedicado à área realizado na Cidade do México, em 1981, promovido pela Organização Mundial da Saúde, com a participação aproximada de 130 delegados de cinquenta países, concentraram-se as recomendações em sete áreas básicas: informação, organização, legislação, álcool e drogas, treinamento e educação, a via e o veículo e cooperação internacional.

Helena Rodrigues Correia Filho e Aguiinaldo Gonçalves são médicos sanitaristas, docentes universitários, anteriormente integrantes da equipe técnica da área de Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Neusa Nunes da Silva e Gonçalves é bolsista de aperfeiçoamento do CNPq junto ao Laboratório de Mutagenidade da Universidade de Brasília.

Referências Bibliográficas

- ARMENDÁREZ, S. Contribución de los factores hereditarios en la patologia humana. *Gas Med. Mex.* 107: 326-364, 1974.
- BARRAI, I. Human genetics and public health. *Wig chrom.* 24(6): 241-258, 1970.
- BERLINGUER, G. & BIDCUA, M. Recent developments in Occupational Health Policy in Italy. *Int. J. Ind. Hyg.* 17(3): 455-474, 1987.
- BRASIL. Ação programada em ciência e tecnologia 6. Saúde e Nutrição. SE-PLAN/CNPq, 1982.
- BRASIL. Estatísticas de mortalidade no Brasil, 1981. Brasília, Ministério da Saúde, Divisão Nacional de Epidemiologia, 1984.
- BRASIL. Assistência integral à saúde da mulher: bases de ação programática. Brasília, Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1984, b.

BRASIL. Programa Nacional de Educação e Controle da Hipertensão Arterial. Brasília, Ministério da Saúde/Divisão Nacional de Doenças Crônicas-degenerativas, 1985.

BRASIL. Plano Nacional de Prevenção e Controle do Diabetes mellitus. Brasília, Soc. Bras. Endocrinol., 1986.

BRASIL. Controle das doenças não-transmissíveis no Brasil. Brasília, Ministério da Saúde/Divisão Nacional de Doenças Crônicas-degenerativas, 1986, b.

CEDES (Centro Brasileiro de Estudos da Saúde). O complexo sistema de análise de alimentos. *Saúde em Debate* 17: 129-132, 1987.

CHURCH, B. A place for genetics in health education and vice-versa. *Am. J. Hum. Genet.* 26: 120-126, 1974.

COSTA, A. E. & KLEIN, C. H. Mito urbano e doenças cardiovasculares. *Cad. Saúde Públ.* 1(3): 305-312, 1985.

ESCUDEDO, J. C. Indicadores de salud mental en América Latina. X Congreso. Mund. Sociol. México, agosto de 1982.

GEFOT, O. acidente de trabalho: flagelo nacional avaliado. Brasília, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, a. n. L, 1986.

GONÇALVES, A. Variabilidade dos egresos constitucionais em pré-escolares da cidade de São Paulo. Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 1981. Tese de doutorado.

GONÇALVES, A. & VANUCCI, H. Aspectos da produção genética na área de nutrição no Brasil: análise do século 1984-1985 fundamentada pela CNPq. *Ciência e Cultura* 40(10): 1015-1018, 1988.

GONÇALVES, A.; CORREIA FILHO, H. R. & GONÇALVES, N. N. S. Avaliação e perspectivas de ciência e tecnologia nas endemias retransmissíveis brasileiras. *Encarn. Pública*, 1991.

GONÇALVES, N. N. S.; CORREIA FILHO, H. R. & GONÇALVES, A. Ciência e tecnologia em saúde no Brasil: modelo de identificação de prioridades salomais. *Encarn. Pública*, 1991.

HOFMANN, C. K. Tratado de psiquiatria. México, Editorial Interamericana, 1985.

KATZ, S. P. Efectos de la malnutrición y las parasitosis en la respuesta inmunológica. Evaluación de los riesgos de la vacuna en niños malnutridos. *Publ. Cient. org. Panam. Salud* 451: 85-92, 1982.

MENDES, R. Salud ocupacional: un área prioritaria en la salud de los trabajadores. *Doc. OC. Sanit. Panam.* 23(60): 506-521, 1982.

MENDES, R. Saúde ocupacional. In Rouquayrol, M. L. Z. *Epidemiologia e saúde*. Rio de Janeiro, Medsi, 1986.

MENDES, R. O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde dos trabalhadores: morbidade. *Rev. Saúde Públ. São Paulo* 22(40): 311-325, 1988.

MORGADO, A. F. & COUTINHO, E. G. F. Dados de epidemiologia descritiva de transtornos mentais em grupos populacionais do Brasil. *Cad. Saúde Públ.* 1(3): 327-347, 1985.

OMS (ORGANIZATION MONDIALE DE LA SANTÉ). La Médecine du Travail dans la Région des Amériques. *Rel. Epidemiol.* 62(29): 288-293, 1987.

OPS. Los accidentes de tránsito en las Américas. *Bolet. Epidemiol.* 5(20): 1-4, 1984.

RHODES, A. J. Recent advances in biological science and public health. *Canada J. Publ. Health* 56(9): 372-380, 1965.

WHO. Expert committee on human genetics. I Report on Human Genetics and Public Health. *Wkly. Hlth. Techn. Rep. Ser* 282: 6-38, 1964.

WOMEN'S HEALTH. Report of the Public Health Service Task Force on Women's Health Issues. *Publ. Hlth. Rep.* 103(1): 73-106, 1985.

Abstract

Assessment of and Prospects for Science & Technology in Dealing with the Worsening of Endemic Diseases in Brazil

This article aims to provide an explanation for the worsening of endemic diseases in Brazil. Each nosographic group is assessed with a wide-ranging description of its epidemiological condition in the context of our environment. The article proceeds to identify the main shortcomings to be overcome.

Resumen

Evaluación y perspectivas de la ciencia y la tecnología en males endémicos del Brasil

La finalidad de este trabajo consiste en explicar el avance de los males endémicos. Para cada grupo nosográfico, se hará una amplia evaluación y conceptualización epidemiológica en nuestro medio para identificar, a continuación, las principales lagunas a ser superadas.



RESTOS DO BANQUETE

Joaquim Brasil Fontes

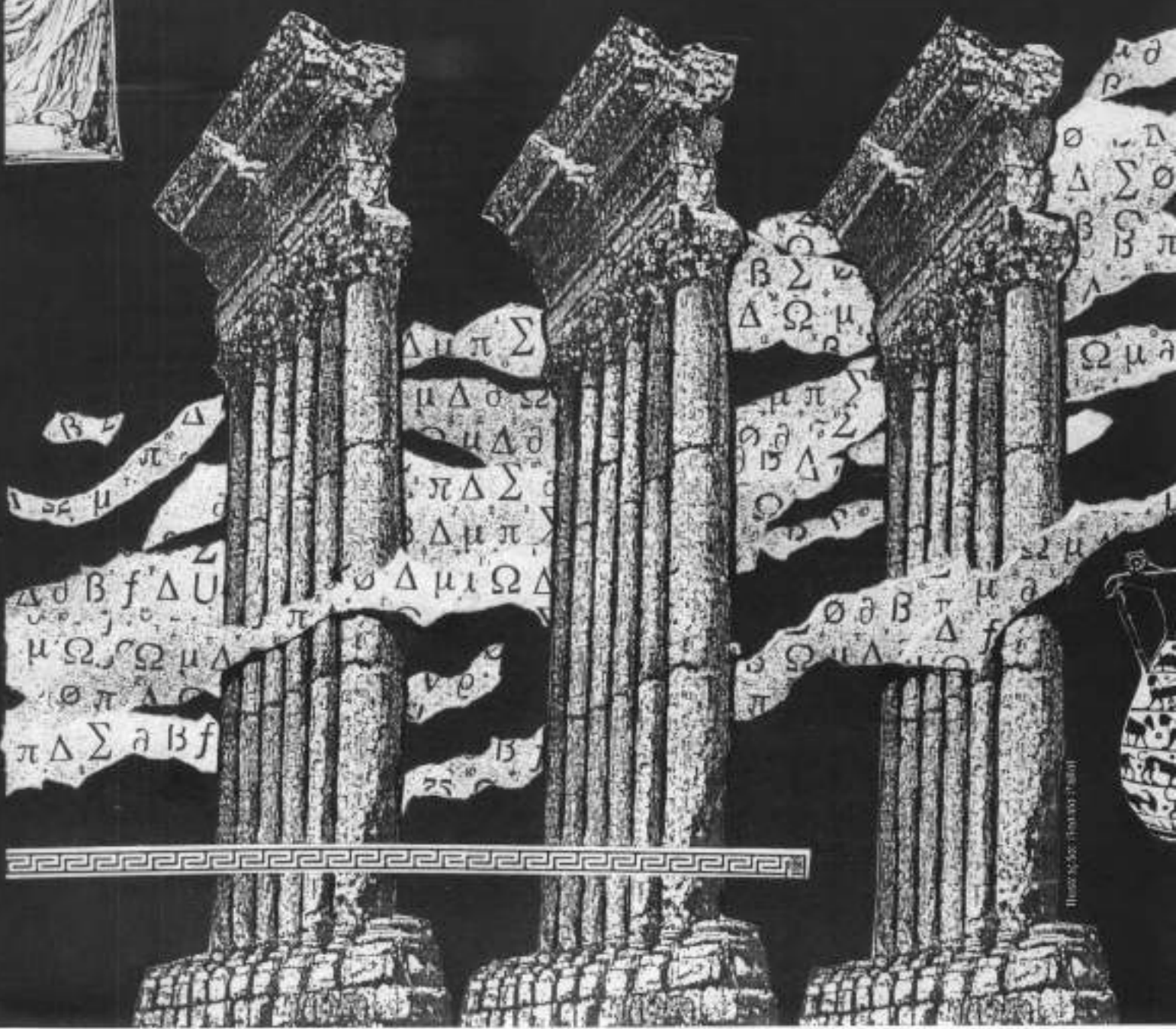


Ilustração: João Paulo de Almeida

Um grupo de pessoas reúne-se em torno de uma mesa bem-posta, na casa de Larensis, ilustre personagem romana. Em dado momento, um dos convivas declama (sorrindo, talvez) dois ou três versos de um poeta de Mileto. Ateneu de Náucratis, presente, ouve as palavras e as transcreve em *O banquete dos sofistas*. E assim, graças a um desconhecido e a um obscuro professor de retórica, podemos ainda apreciar e discutir um dos poucos remanescentes da lírica – hoje quase inteiramente perdida – de Safo de Lesbos.

Como ninguém ignora, o narrador do *Symposium* explica, em 180 c, que, depois de Fedro ter pronunciado seu discurso, houve outros, dos quais ele não se lembrava mais, e que deixou de lado, passando a contar o de Pausânias.¹

As anedotas e os risos, as informações eruditas, os cantos e as danças, as falas ocorridas entre dois momentos fortes do banquete platônico não dizem respeito ao percurso dialético: essas pequenas coisas sem importância merecem ficar na sombra, isto é, no esquecimento. De onde as retira, felizmente para nós, um homem nascido em Náucratis, no Egito, e que viveu por volta do ano 200 de nossa era.

Ateneu – ou Athênaios, de acordo com uma grafia helenizante – é um gramático, representante da sofística erudita. Escreveu, além de um tratado sobre uma espécie de peixe e uma história dos reis da Síria (textos hoje perdidos), um livro chamado *Dipsosofistas*, que é geralmente traduzido sob o título *O banquete dos sofistas*.

Essa obra reúne 23 eruditas personagens na casa do ilustre Larensis, em Roma; em várias ocasiões, elas falam de alimentos sob todos os seus aspectos e acabam discutindo os mais diferentes assuntos, e citando, aqui e ali, pelos mais fúteis motivos, os poetas, os filósofos, os mestres do mundo antigo. Podemos pescar, ao longo desse discurso – indigesto e maçante, dizem os críticos modernos –, fragmentos de cerca de oitocentos autores, além de informações preciosas sobre a Antiguidade: costumes, gestos, tradições, hábitos, pequenas manias, gostos alimentares, superstições dos velhos gregos.

O texto, que data (quase certamente) do século III d. C., compunha-se, na origem, de trinta livros, hoje perdidos: eram trechos de poetas e prosadores, interligados pelo recurso de pequenos diálogos e episódios em torno de uma mesa de banquete, expediente clássico para justificar discussões filosóficas e/ou eruditas e para semear, ao longo das conversas, um versinho famoso, uma *chanson d'hoire* ou uma ane-

dota divertida. Muito cedo, essa obra imensa começou a ser resumida. A primeira compilação não foi conservada; apresentava, ao que parece, 15 livros. Um segundo encurtamento chegou até nós, datando, pode-se conjecturar, da primeira metade do século X. É o *Marcianus A*, um códex de 370 fólios de pergamínio de grande formato. Ele perdeu,

não sabemos quando nem onde, os fólios do começo [...] ao ficar esquecido num lugar úmido (sem dúvida, um subterrâneo), onde suas páginas finais apodreceram ou se tornaram, aqui e ali, ilegíveis.²

Alguma coisa desse resumo (noio rufido, não podemos afirmar nem quando nem onde, pela unidade) pôde ser recuperada, graças a uma terceira abreviação, conhecida como *Eptome*. Ela constitui o ponto de partida para as cópias que possuímos hoje e data, quase certamente, do século XII (pois é nela que vai beber Eustácio, arcebispo de Tessalônica e comentarista de Homero).

O DRAPEADO DOS VESTIDOS

Como acontece com os outros mestres antigos, as modernas edições de Ateneu – impecáveis em seus elegantes caracteres gregos de imprensa e suas rigorosas traduções – derivam do trabalho paciente dos sábios, do estudo comparativo dos manuscritos e de muita conjectura astuciosa – único meio, às vezes, de preencher espaços vazios ou de explicar passagens complicadas. No livro que tenho sob os olhos³, posso ler em I, 21, § 38 b-c:

Outra de suas preocupações (dos antigos): vestir as roupas segundo as regras. Zombavam dos que não o faziam. Platão, no Teeteto (falando dos sofistas, em 175 e): “pessoas capazes de realizar todos os serviços com prontidão e vivacidade, mas que não sabem lançar a dobra do manto sobre o ombro esquerdo como homens livres, nem

usar o tom de voz conveniente para celebrar a vida dos deuses e dos homens felizes”.

Safo zomba de Andrômeda:

Quem, mulher grosseira, te prendeu no teu feitiço? Ela, que nem sabe ajustar o drapeado do vestido acima dos tornozelos!

Essa é, segundo o editor francês de Ateneu, já citado, a lição correta; e não o contrário, como frequentemente se traduz. Com efeito, outros editores preferem apresentar um texto diferente, no qual a camponesa, a grosseira, é, não a mulher apostrofada, mas a outra. Assim, por exemplo, na versão *Belles Lettres* de Safo:

Quem é a camponesa que enfeitiçou teu pensamento

incapaz de prender o drapeado do vestido acima dos tornozelos?

A lição de Reinach, na *Belles Lettres*, baseia-se na mesma passagem de Ateneu que citei acima; ela é referendada por Maximus Tirus, nas *Dissertationes* (24, 9): (Sócrates) zomba (dos sofistas), como numa comédia; de sua maneira de ser e do modo como se reclinam nos banquetes; e ela (Safo) zomba de uma certa mulher que usa roupa de camponesa.

Campbell⁴, por sua vez, colheu honestamente essas palavras não metrificadas (vestida com roupa de camponesa) ao texto, muito corrompido no estado atual, de *O banquete dos sofistas*, deixando claro, para o leitor de sua edição de Safo, que ele contempla uma restauração absolutamente precária.

Quem é a camponesa que te enfeitiça a cabeça vestida com roupa de camponesa [...] não sabendo nem ajustar o vestido acima dos tornozelos?

O FEITIÇO

Enfeitiça, enfeitiça tua mente: transcrevi assim, de maneira um pouco fantasiosa, alguns signos gregos. Campbell registra: *and what country girl beguiles your mind?* E Théodore Reinach: *quelle est la rustaude qui t'a ensorcelé...*? Traduções confiáveis, se acentuarmos que o manuscrito do *Építome* de Ateneu apresenta, nesta passagem, a forma verbal *thélgei* e não como preferem ler alguns sábios, *tháset*. No primeiro caso, estaríamos diante de uma concepção de Eros ligado à magia, ao enfeitiçamento: o que é muito grego, e muito frequente na poética sáfica. Além do mais, a presença do verbo *thélgei* em Homero referenda sua utilização no fragmento: na *Íliada* (XXIV, 343), ele aparece num contexto em que há referência a Hermes, divindade encantadora, que engana e seduz os mortais.

A FLOR DE CINZAS

Lemos as palavras que Safo teria pronunciado certa vez, zombando de uma amiga, de uma rival ou, quem sabe, das duas; seguimos as frases numa sequência de textos muito precários, cujos originais se perderam para sempre, e parece que as frases se esvaem em nossas mãos, junto aos suportes que as contêm. Imagino que os primeiros exploradores de Herculano e Pompéia devem ter sentido algo semelhante, ao tentarem abrir os rolos de papíros desenterrados das bibliotecas antigas: os manuscritos carbonizados desmanchavam-se ao menor contato, deixando, entre os dedos dos sábios, um punhado de cinzas em lugar dos versos de Horácio ou de Catulo.

No fundo, pouco importa: podemos imaginar um movimento, um gesto de alívio e de zombaria, e ler uma palavra enlaçando amor e feitiço: signos, através dos quais se entrevê o retrato imaginário do poeta. Soprando sobre as cinzas dos velhos manuscritos, o vento desenha uma flor, que logo se desmancha, para formar outra figura.

Joaquim Brasil Fontes é mestre e doutor em Letras, Defendeu tese de livre-docência sobre a poesia de Safo (*Eros, Jecação de mãos*, Unicamp, 1989). É tradutor de Safo para o português. Atualmente leciona na Unicamp.

Notas

1. PLATÃO, *Le banquet*, texto estabelecido e traduzido por Léon Robin, Paris, Les Belles Lettres, 1970.
2. ATENEU DE NAUGRATIS, *Les dionysophrastes (O banquete dos sofistas)*, texto estabelecido e traduzido por A. M. Drousselleur, Paris, Les Belles Lettres, s. d. Introdução, p. XXXV.
3. Op. cit.
4. D. A. CAMPBELL, *Greek Lyric*, London, Loeb Classical Library, 1982.

Abstract

Left-overs from the Banquet

This article studies the course traced by a fragment of Sappho's lyric which has been handed down to us in quotations made by grammarians and teachers of rhetoric in Antiquity. It raises problems regarding its translations (demanding thorough knowledge of the context from which the passage was originally extracted), and, to round off, proposes a re-reading of Sappho's text.

Resumen

Resos de banquetes

Este artículo estudia el trayecto histórico de un fragmento de la lírica de Safo, que llegó hasta nosotros a través de citas hechas por gramáticos y profesores de Retórica de la antigüedad. Levanta varios problemas de traducción, que exigen un conocimiento del contexto del fragmento, y propone una relectura del texto de Safo.

BRANDÃO, Junilo da Souza. **HELENA, o eterno feminino**. Ed. Vozes, 136 p.

O mito é esse material vivo de intensa propriedade plástica onde o olhar do poeta assume a consciência da mão que esculpe, imprimindo-lhe sinuosas curvas nem sempre ignoráveis. Esse livro, poeta grego do séc. VI a. C., conforme a lenda reproduzida por Plínio no *Flego* (243 d.b.), tem sido punido com a perda da visão pelo fato de haver escrito um poema pouco favorável à honra de Helena, controversa figura de deusa-heróica-mulher. Mas, se Estácio de Teo escreveu uma *Hybris* e se afastou da real dimensão do equilíbrio peculiar ao sábio, o ponto de sair como pena da punição da infâmia da Ave, daquela de raça, simbolizada ali pela deficiência visual, foi por não fazer em si a estética determinação daqueles livros privilegiados das Musas, que fazem da imortalidade a lente através da qual focalizam o objeto sobre o qual incide seu olhar personificador. Junilo da Souza Brandão é um deles. Sob o rígido crivo de uma abordagem poética de tradição indoeuropeia, mas sem perder a leveza e a força clássica mitológica, desnuda Helena, mito e personagem literária, trazendo-a ao domínio ali não em *HELENA, o eterno feminino*. Esse poema é versátil mente-ado, encarnando o mito enquanto resultado direto do complexo e existencial cultural levado pela sequência de fenômenos e milênios, encerrando magistralmente em um faciente poema de tradição racional, remetendo-o a um e enigmático conceito epilográfico que abrange o universo feminino da Hélade.

Envolto em surrealidade e luto histórico, vamos nos aprofundar no semelhante com o longo período da fragmentação política (séc. IX a. C. - séc. IV a. C.) vindo pela Grécia para então, conduzidos pela perseguição da soberania, porém videntes, Atenas, algumas

vezes em direção ao centro mitológico dessa cultura e ali encontramos a mulher encerrada nas ressonâncias mágicas da desconstrução. Mas, se a dimensão sociológica assimila e fundamenta a narrativa, é surpreendente percebermos que o autor sublimemente nos induz à consideração de que aquela mulher grega, tipicamente ontologicamente, tem como símbolo maior Helena. Que se submetendo às múltiplas expressões de um continuum de sentimentos desastrosos em Homero, passando pelo mito realismo de Hesíodo (essa mal tão belo), ou pelas sagazes sátiras de Aristófanes, aquela mulher fica socialmente forçada pelas mesmas ferramentas incisivas que esculpem a deusa. E, se existe uma correspondência especular entre ambas, conhecer os diferentes momentos da existência da mulher grega é percorrer a trajetória mítica de Helena, tal como de modo inverso podemos afirmar a pertinência sociocognitiva do mito.

E se os mitos exprimem uma preciosa dimensão psicoprogrediente baseada na representação, em alguns momentos recorda da narrativa, Junilo Brandão novamente se faz Hermes, agora em sua caracterização de deus psicoprogrediente. Como se os vocábulos ocultos da consciência de seu sentido subdessem o que regeriam, mas também a sentir o livro em sua autoridade dialética, onde se entrelaçam e se confundem a clareza formal aliada à espontaneidade intuitiva, partilhando o trajeto consciente/inconsciente. Helena é esposa (Menelaus), amante (Páris), companheira (Agamemnon) e mãe (Pélops), entre outros, elemento feminino indispensável à plenitude huncamentar da unidade psíquica, onde a configuração de opostos revela a eternidade primordial. Andrógina-inicial, figuração antropomórfica do ovo cósmico, gêmeo-símbolo da criação pendente da natureza, que contém a múltipla potencialidade da vida, temo-

do de Helena e Pélops.

Por que não dizer que *HELENA, o eterno feminino*, participa da mesma oposição compensatória que permeia o real? Pois, se por um lado está calcado sob o preme da estabilidade, visto tratar-se de incursões em textos clássicos que o ser do tempo tornou imensuráveis em seus contornos, por outro, a diagramação e a diversificada abordagem levada a efeito pelo autor deixam entrever um campo dinâmico e aberto que o próprio deve se encarregar de refazer a cada leitura. Em parte as respostas pela riqueza do procedimento adotado são o colorido e a variedade de expressões que esse emissor de palavras assume em suas incursões-solo. Tanto as peculiaridades socioculturais que envolviam uma cerimônia de casamento em Atenas, quanto o decorado abordado em análises etimológicas e simbólicas que o caracterizam como elemento ocupante do espaço intersticial entre o sagrado e o profano ou mesmo a prática do rapto da noiva, um arcaico ato insuando no interior da sociedade espartana, são traços de sensível erudição, modeladores da clareza e substantiva alma-forma que emoldura o texto. Ultrapassando o redimensionamento de instâncias formais do livro, a palavra livre portadora de mana é também alma incursiva, de série desconstrução. Assim, a tela simples e precisa a respeito do travestimento como rito de passagem harmonizador de energias entre os sexos, ou a elucidação dos elementos que culturalmente diferenciaram e identificaram o homossexualismo em Esparta e Atenas em suas nuances próprias da poderada física e ocular da psicologia, respectivamente, imprimem um ritmo de leveza à narrativa, contrastando muitas vezes com a rigidez acadêmica com que são abordados temas como por exemplo a diversidade lexical e morfológica encontradas nas línguas indoeuropeias mais antigas com as pertinentes modificações estabelecidas

das pelo grego e latim, tudo relacionado à definição e compreensão do vocábulo *casar*.

Uma abordagem onde o elemento trágico de Síntese se faz revelador para quem persegue pelo raciocínio místico-análise o entendimento do livro em sua totalidade. Tão inesquecivelmente grandioso é pensar historicamente a esposa-mulher alienante na passividade atumada no redondo de seu tar-concha; as jovens espartanas modeladas pelas elites e pelas esposas; e Sísifo, a mulher-sanduíche, consciente de sua erótica feminilidade devida à morte através da criatividade intelectual, e entrelaçadas em seus papéis de filhas-mãe da grande tela reveladora da significação objetiva da mulher grega, como também, em um procedimento análogo, reunir no mesmo plano a Helena detida em sua imagem de Grande Mãe e Helena heroína dos poemas homéricos e a Helena dos trágicos; a mulher que gosta de brincar de marido, para então concluímos que temos diante de nós duas manifestações arcaicas de Hera, Ártemis e Afrodite. Fragmentação própria das forças elementares que configuram a variedade da linha e de intensidade do elemento feminino em suas específicas funções, mas que surgem singelamente harmonizadas na Hélade tríplice.

Como Hermes, que, pela pontuação do seu caduceu, se faz guardião do equilíbrio, Junilo Brandão abraça a vida realidade da mulher grega a palavra eloquente e vibrante que os poetas e trágicos dirigem a Helena. Navegando através do pentágono político que se estabelece entre tempo mítico e secularização, esse desafiador de homoplasia torna para si missão similar à de Isis na reconstrução do Osíris, resuscitar e eternizar Helena em sua calíptica e grandiosa existência histórica-simbólica. Junto sabe ver com olhos de pesquisador experiente que a tríplice dimensão do mito Helena se deve ao sincretismo cultural do qual resulta e nos mos-

tra uma figura essencialmente dispersa em papéis-chave. Se Helena, cuja raiz etimológica provém de swet, brilho, é deusa-luz, portadora de energia cômica primordial, e surge miticamente na Grécia como princípio determinante de uma futura discordância entre os homens, quando então se fazia mister uma reorganização da terra esgotada pelos incursões do sobrecarga, a deusa se anuncia como signo da própria terra que, em sua passividade feminina, clama por justiça, ao mesmo tempo em que é terra instrumento dela. Terra-mãez, significando a sacralização, plenamente eficaz em seu ciclo de vida e morte, a mesma Helena mulher de muitos homens é flagelo das brônzes, cujo rapto pode ser explicado pela misteriosa transfiguração vital da semente em seu refúgio potencial.

Retornemos ao feminino, Helena, anima, esse proflero centuro mandillico de complexa e evidente radiação, senhora dos devaneios e das fantasias, aquela capaz de cantar e sonhar conforme assegura Bachetard. Todavia, mesmo na paz e na serenidade, que a constituem, carrega em seu âmago a energia que comanda a busca, a ação de criar, relaxando simbolicamente pela imaginação o mundo paralelo, quando então conquista a singular posição de mediadora, elo de ligação entre ser e parecer, realidade e sonho. Configurando pela atenciosa claridade da identidade de consólios, forças telúricas e forças terrestres, assume figurativamente nesse momento a verticalidade axial de Helena, deusa da árvore, Helena que, tal como a mais profunda das árvores em sua viva missão de perpétua regeneração, também inúmeras vezes se despoja e recupera sua folhagem pelas estações e primaverais pelavias potentes a ela dirigidas. Através do mito se faz símbolo do caminho ascensional de elevação ao invisível, trilhando sereno o tortuoso e difícil percurso do herói. Enfim, quer cultural (Esparta e Atenas), social

(sociedades indo-europeias e indíaca), ou politicamente (gregos e troianos), Helena sempre se distinguirá sob essa forma determinante de pendência medial, equilíbrio de princípios complementares; o poder ordenador entre Hades, a justiça dos deuses, se faz árbitro com rigor implacável.

VERA, M. P. de Miranda Henriques é socióloga e Mestre em Filosofia. PUC, RJ.

TÁVORA, Sílvia (*Idiotas metodológicos: a antropologia da construção etnográfica*, dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da UnB em 1990)

Para compreender a construção de textos etnográficos e a formação da identidade do antropólogo no processo dessa construção parto da premissa de que o fazer etnográfico não é apreensível por uma qualidade intrínseca a si mesmo, mas pelo contraste oferecido quando se comparam formas de expressão escrita diferentes. Em face disso, escolho a literatura para usar como fundo sobre o qual construo o perfil da etnografia e do etnógrafo, por não haver fronteiras rigidamente estabelecidas entre etnografia e literatura, a despeito de uma obra ser auto-identificada pelos pares do autor como de um gênero ou do outro. Isto é, a despeito do fato de etnografia e literatura serem concebidas como gêneros distintos.

As fontes da pesquisa são de dois tipos: 1) etnográficas, na medida em que interpreto as obras acadêmicas de Eduardo Viveiros de Castro — antropólogo — sobre as sociedades Yanomá e Arawak (Viveiros de Castro: 1977,

1986), e as obras de Antônio Galvão — romanista — que trata das sociedades indígenas como foco de descrição literária (Galvão: 1967, 1982, 1985); e 2) trabalho de campo, através de entrevistas feitas com alguns de autores pretendendo avaliar a consciência crítica revelada em relação à construção de textos etnográficos e literários, assim como identificar as representações do que seja ser etnógrafo e ser literato.

Estabeleço uma analogia entre os passos seguidos pelo literato no processo de contactar populações indígenas com a atividade de trabalho de campo do etnógrafo. Dessa forma surge a classificação que elaborei com os dados que construo em negociação com meus informantes: sebero as informações com base na preparação intelectual prévia, contato empírico com grupos indígenas, construção e classificação dos dados observados e escrita do texto.

A construção do personagem etnográfico e literário é resultado de um processo de descontextualização, feita em um caso através da categoria deleusa sobre a esbranheamento e, no outro, através da categoria deleusa temporal em face do acontecimento. Etnógrafo e literato descrevem suas próprias atividades como um exercício de controle sobre a imaginação visando colocar obstáculos ou dificuldades na escrita, seja em se tratando da transformação de índices em suporte para definições acadêmicas (p. 75) — no caso da etnografia —, seja do risco de fazer um texto exageradamente pessoal (p. 75) — no caso da literatura. Se o romanista descreve o poeta através de uma imagem lírica, o antropólogo pensa o literato através de uma imagem caricata de friso.

Ainda que o texto escrito se apresente como descrição da realidade, sem mais, o processo através do qual se constrói o objeto que se pretende descrever é epológico, isto é, implícito na utilização de palavras ou expressões em sentido figurado. A terminologia

epológica advém do termo grego *epos*, o qual significa literalmente desino. Subtende-se que o emprego de índices, seja no discurso literário, seja no discurso etnográfico, seja no discurso que se autoprotoma científico, faz referência à técnica capaz de criar uma variação de significado em relação ao significado nominalmente esperado pelo leitor — daí porque em certa medida emocional — através da associação entre conceitos estranhos uns aos outros. Dessa forma, por ser de caráter mais teórico do que puramente lírico, esse movimento constitui a base prefigurativa de qualquer discurso (White, 1978) e não menos do discurso etnográfico. Os índices são úteis para que se compreenda o processo através do qual se torna possível transmitir o conteúdo de experiências que resistem à descrição em forma escrita, uma vez que essas experiências são prefigurativamente captadas e preparadas para posterior compreensão lógica e coerente (White, 1973). São fontes de informação que estão — como se fosse — nas entrelinhas do texto, tornando-se então empregadas pelo etnógrafo para causar estranhamento no leitor, na própria linguagem do leitor, provocando o que Gadamer (1975) denomina *ruptura de horizontes*.

Concluído, o uso comum de procedimentos retóricos na etnografia e na literatura é insuficiente para permitir o reconhecimento de indistância entre ambos os gêneros, dado o caráter quicquidiano da identidade profissional. O antropólogo se confunde, muda de registro, ora etnográfico, ora literário; mas, a identidade profissional permanece — seus esforços são antropológicos.

PAULO ROBERTO ALBIERI NERY é professor associado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

PIERNES, Guillermo. Comunicação e Desintegração na América Latina. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 100 p.

Já desde o título, o autor se revela um experiente profissional da imprensa. Informa com precisão, não deixa margem a dúvidas. Seguindo-o, não parece haver outra saída para os países da América Latina: ou se integram uns aos outros, juntos rompendo e reduzindo a ação a bemaltrada aparência intransponível do colonialismo, ou se submetem de vez, diluindo-se cada vez mais numa passividade quase abúlica, semi-conscientes de suas próprias necessidades burradas, de suas infelizes estruturas, em breve irremediáveis, engolidas em um avassalador sistema imperialista de comunicação de massa.

Vencidos, então, por uma inferioridade de quem ainda não sabe a saída.

O autor retoma a história da América Latina do ponto de vista do controle da informação, e destaca a necessidade primordial do conhecimento recíproco das nações latino-americanas, por meio de um sistema de comunicação de massa de qualidade e de interesse da região, baseada por uma informação "livre e libertadora". Livre das dependências estrangeiras e libertadora dos vícios e impropriedades impostos pelo modelo dominante que, com a virtual monopólio da informação, se estende a todo o âmbito sócio-cultural dos países latino-americanos.

A suposição dos dados contidos no livro lhe confere um caráter mais, permitindo que a gente, ao lê-lo, se sinta contemporâneo das consequências que ele analisa. O que nos propicia aquela sensação gratificante de termos, ainda, tal-

vez, algum papel político a cumprir nessa história.

Para o autor, começar a libertar a América Latina, libertando o seu sistema de comunicação de massa, já que ele está na base de qualquer processo histórico, é uma questão de coragem. É de decisão. Os meios já os temos. Colocar a culpa de tudo no imperialismo é simples e cômodo. É preciso romper o ciclo vicioso, esquecendo as pseudo-ineficiências regionais lamentadas por uma política separatista colonizadora."

Acabando-se com os conceitos viciados de comunicação, ganha-se uma imagem nova de distância junto à população. Se esta passar a ser melhor informada, passará a ser exigente, a ter opinião própria, libertando-se de um pesado complexo de inferioridade, alimentado tortuosamente através da denegação da imagem nacional, do sucateamento de valores nacionais e desbaratamento das nossas crenças e necessidades.

Já praticamente não sabemos quem somos, o que queremos, o que podemos, mas ainda nos resta a esperança, como sublinha o autor, pois "no final das contas a esperança na América Latina também precisa ter gains. Como a greve que nasce nas greves do presente."

O livro, graças à sua temática e abordagem lúcidas e objetivas, propicia e incentiva a reflexão e a melhor informação sobre a América Latina, contribuindo para esse processo de integração, acima de qualquer regime de fronteira.

O livro é excelente, oportuno, de texto claro. Além de tudo, permeado por uma delicada ironia, dilui qualquer espécie de amargura ou pessimismo que possa desanimar a ação.

SILVIA TÁVORA é jornalista.





O público leitor, geralmente, tem sua atenção voltada para a arqueologia quando esta revela mistérios da pré-história marcados por uma aura de maravilhoso ou grandioso. Talvez a relativa proximidade do Brasil com as grandes civilizações pré-colombianas, cujos monumentais testemunham a grandiosidade de suas realizações, tenha deixado num plano de menor importância a preocupação com nossa pré-história. Um dos objetivos deste livro é o de demonstrar que a pré-história brasileira merece todo nosso interesse e que tem importância no quadro mundial da arqueologia.

Este livro se inicia com um histórico das pesquisas arqueológicas no Brasil, que é seguido do estudo das condições naturais em que se realizam as pesquisas arqueológicas. O corpo do texto é formado pelo estudo das diversas culturas arqueológicas, com base nas pesquisas mais recentes. O livro termina com algumas reflexões sobre o papel da pré-história nas ciências do homem.



Este não é, simplesmente, mais um livro acerca de Maquiavel. O autor, Edmond Barincou, traduziu para o francês a obra completa desse extraordinário e controverso florentino.

Maquiavel, ao longo de sua vida opulenta por múltiplas experiências – na paz ou na guerra (leia-se *A arte da guerra*, de sua autoria, publicado por esta editora) –, tornou-se profundo conhecedor da fortificação de cidades: era contrário à adoção de exércitos mercenários (defendeu a criação de tropas recrutadas, treinamento, entre súditos do estado, sendo que sobre competentemente recrutá-los e discipliná-los) e, contrariando a maneira cautelosa que adotava em sua situação como diplomata, era favorável, no campo de batalha, ranço à iniciativa quanto às ações.

Possuía o dom de relacionar-se habilmente com reis, papas e quaisquer outros dignitários, leigos ou eclesásticos; e também com frequentadores de taverna (...).

Quando afastado da fruição das glórias mundanas, retornou à leitura de seus queridos clássicos e ao acurcio da vida familiar. Como também à simplicidade da vida rural, *mutatis mutandis*, como Cincinnato.



"Este é um livro que aborda um assunto situado bem além do horizonte habitual dos antropólogos brasileiros. E, mais do que o assunto, é a forma instigante de tratá-lo que encantará o leitor (...).

A primeira parte do livro começa com o exame do pensar antropológico no Brasil, tomando, num primeiro e num segundo ensaio, dois de seus momentos mais sugestivos, como os que se revelam na obra plural de Antonio Candido (capítulo 1) ou na 'antropologia esquecida' de Florestan Fernandes (capítulo 2), ademais de discutir num terceiro ensaio – e de maneira esclarecedora – a dimensão de cidadania do antropólogo (capítulo 3). Já na segunda parte, igualmente são três os ensaios a darem conta de suas reflexões sobre a atualidade da antropologia nos Estados Unidos. Três são os autores contemplados com um olhar crítico: Marshall Sahlins, Vincent Crapanzano e Clifford Geertz (...).

Finalmente, na terceira parte, com mais um trio de ensaios – capítulos 7, 8 e 9 – explora o pensar antropológico na Índia, mostrando como naquele país uma disciplina ocidental é domesticada por uma tradição oriental, dando-lhe uma nova e rica configuração (...).

Um ensaio conclusivo intitulado, sugestivamente, 'Uma antropologia no plural', encerra o volume no mesmo tempo em que abre novos caminhos à reflexão antropológica sobre a disciplina."

Roberto Cardoso de Oliveira

SANTO DE CASA FAZ MILAGRES



CPCE

O QUE VOCÊ NÃO
VÊ NA TV ESTÁ
BEM PERTO DE
VOCÊ.

Os vídeos produzidos pela UOL, através
do seu Centro de Produção Cultural e
Educativa - CPCE, são uma alternativa
acessível de programação, com mais de
150 títulos, abordando temas atuais e de
interesse abrangente: folclore, ecologia,
arte, arqueologia, antropologia, história,
educação, arquitetura etc...